4ª Edição

Subdesenvolvimento e revolução

Pátria Grande

RUY MAURO MARINI

EDITORA INSULAR

Subdesenvolvimento e revolução

Editora Insular – IELA
Coleção Pátria Grande
Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano

Subdesenvolvimento e revolução

Ruy Mauro Marini

Conselho Editorial da Coleção Pátria Grande
Nildo Ouriques, Elaine Tavares, Fernando Correa Prado, Waldir José Rampinelli, Beatriz Paiva.

Editor
Nelson Rolim de Moura

Tradução
Fernando Correa Prado
Marina Machado Gouvêa

Revisão
Carlos Neto

Capa
Tadeu Meyer

Foto da capa
Juliana Dal Piva

Projeto gráfico
Carlos Serrao

M339s Marini, Ruy Mauro
Subdesenvolvimento e revolução / Ruy Mauro Marini. 4. ed. Florianópolis : Insular, 2013.

272 p. – (Coleção Pátria Grande: 1)

ISBN 978-85-7474-598-5

1. Ciências Sociais. 2. Política 3. Economia 3. Esquerda do Brasil I. Título.

CDD 300

Editora Insular Ltda.
Rodovia João Paulo, 226 — Bairro João Paulo
CEP 88030-300 — Florianópolis — Santa Catarina — Brasil
Fone/fax: 0**48 3232 9591 e 3334-2729
editora@insular.com.br www.insular.com.br http:// twitter.com/EditoraInsular

Agradecimentos

A Felipe Marini pelo entusiasmo com a publicação dessa obra.

À equipe da Editora Insular pela aceitação imediata da edição da coleção Pátria Grande.

Aos companheiros do Iela que cotidianamente fortalecem o primeiro instituto de estudos latino-americanos de uma universidade pública brasileira.

Sumário

Apresentação de *Nildo Ouriques* 13
Nota de tradução 23
Prefácio da quinta edição 27

I

Subdesenvolvimento e revolução 47
A vinculação ao mercado mundial 47
A integração imperialista dos sistemas de produção 52
A luta pelo desenvolvimento capitalista autônomo 57
O fracasso da burguesia 60
O desenvolvimento capitalista integrado 63
O futuro da revolução latino-americana 66

II

A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil 73
1. Política e luta de classes 74
A coalizão dominante: a primeira fissura 75
Latifúndio contra indústria 81
A ruptura horizontal 86
O bonapartismo de Jânio Quadros 90
Goulart e a colaboração de classes 96
A radicalização política 100
A intervenção militar 105
2. Ideologia e práxis do subimperialismo 109
A integração imperialista 110
As alternativas do desenvolvimento capitalista brasileiro 114
A política de interdependência 118
O complexo industrial-militar 121
O subimperialismo e a revolução latino-americana 127
3. O caráter da revolução brasileira 132
O compromisso político de 1937 135

A ruptura da complementaridade 139
A investida imperialista 143
Imperialismo e burguesia nacional 145
O subimperialismo 153
Revolução e luta de classes 158

III

O Movimento Revolucionário Brasileiro 163
1. Vanguarda e classe 163
Subimperialismo e acumulação de capital 164
A superexploração do trabalho 171
As lutas de massas 177
A ruptura do reformismo 182
Renovação e herança na esquerda 186
Os pressupostos da luta armada 192
2. Luta armada e luta de classes 202
Partido vs. Classe 202
Acumulação e luta de classes 208
A nova esquerda 215
Rumo à luta armada 225
A grande virada 230
O militarismo de esquerda 236
A crise 245
O sentido da crise 252

IV

Rumo à Revolução Continental 255
O subimperialismo 256
As vicissitudes do subimperialismo 260
Perspectivas do subimperialismo 263
Considerações finais 265

Apresentação

Nildo Ouriques

A coleção *Pátria Grande. Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano* é uma iniciativa do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina e tem como objetivo divulgar autores e obras clássicas das ciências sociais na América Latina que deram vida ao que entrou para a história como "pensamento crítico latino-americano". As obras escolhidas para compor esta Biblioteca são inéditas ou foram divulgadas apenas marginalmente no Brasil.

É para nós motivo de imenso orgulho iniciá-la com a publicação do livro *Subdesenvolvimento e revolução*, do mineiro Ruy Mauro Marini (1932-1998), publicado originalmente no México em 1969 e que ganhou sucessivas edições em muitos países sem, contudo, jamais ter sido editado em nosso país.

Não restam dúvidas da estatura intelectual de Ruy Mauro Marini e sobre a importância de sua obra, mesmo que ele tenha passado grande parte de sua vida no exílio, iniciado em 1964 e concluído somente vinte anos depois. Conhecido na Europa, nos Estados Unidos e portador de imenso prestígio nos países latino-americanos de fala hispânica, Ruy Mauro permaneceu durante duas décadas como um autor desconhecido para as novas gerações que frequentaram a universidade durante a ditadura (1964-1985). Com o início do regime democrático muitos esperavam que o país pudesse começar não somente um tempo de plena liberdade que se revelava necessário, mas, sobretudo, uma renovação intelectual que finalmente não ocorreu. A razão prin-

cipal do bloqueio à renovação intelectual foi a hegemonia liberal durante o período da "transição democrática" controlada pelas classes dominantes locais e monitorada com particular atenção por Washington. Neste contexto, a vida universitária e intelectual do país seguiu seu curso normal, ou seja, com raras exceções – na verdade raríssimas – a maior parte dos intelectuais festejados no *campus* e na mídia eram os *intelectuais da ordem* (tanto à esquerda quanto à direita do espectro político!). O radicalismo político – tão necessário nos países subdesenvolvidos e dependentes – foi derrotado pela ditadura e, no mesmo movimento, o controle da rebeldia intelectual impediu que a divulgação desta extraordinária tradição teórica da qual Marini era protagonista de primeira linha tivesse a merecida acolhida entre as novas gerações e no interior das organizações das classes subalternas. Enfim, o programa de pesquisa sobre o subdesenvolvimento e a dependência jamais foi levado efetivamente a sério no Brasil e, quando estudado – impossível ignorar – a hegemonia liberal-burguesa representada por Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, para dar os exemplos mais evidentes, foi completa.

Juntamente com André Gunder Frank, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, os estudos de Ruy Mauro Marini representavam uma sólida alternativa teórica e política inaceitável para as classes dominantes, razão pela qual receberam férrea oposição não somente durante a ditadura, mas, curiosamente, também no período democrático. Em poucas palavras: a marginalidade teórica de Marini foi uma consequência necessária da derrota da esquerda revolucionária com o golpe militar de abril de 1964 e da hegemonia liberal-burguesa que orientou a democratização do país a partir de 1985. Enfim, livre dos radicais, a burguesia brasileira e o imperialismo puderam então exaltar o "pluralismo" nas ciências sociais e abrir caminho para a longa marcha em direção à universidade acadêmica que finalmente se impôs. De resto, com o exílio dos melhores representantes do programa de pesquisa so-

bre o subdesenvolvimento e a dependência, as classes dominantes criaram as condições para o controle do pensamento que também se revelaria necessário como peça estratégica de uma transição lenta, gradual e segura em direção ao regime democrático.

A obra de Marini era inaceitável porque foi decisiva para elucidar tanto os limites do reformismo no interior do marxismo quanto as ilusões burguesas da tradição cepalina representada em nosso país pela vasta obra de Celso Furtado. O conhecido ensaio *Dialética da dependência* foi o marco inicial de um programa de pesquisa que não somente segue sendo válido como também tem sido retomado na atualidade em muitas dissertações e teses em todo o Brasil. O conceito de *subimperialismo,* contribuição teórica notável, que com o passar do tempo ganhou vitalidade e retornou ao debate público quando a integração latino-americana renovou sua força política no continente a partir da erupção do nacionalismo revolucionário na Venezuela, Equador e Bolívia. A tendência à constituição de uma *economia exportadora* é outra descoberta de grande valor nas formulações de Marini na interpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil, pois é clara sua força a partir de 1994 (Plano Real), expressando um fenômeno que merecerá especial atenção de todo analista rigoroso.

Contudo, é na análise de classe em situações concretas que Marini exibiu enorme maestria e é este o motivo pelo qual sua obra se tornou perigosa para a burguesia e para o academicismo dominante das universidades. Seu "Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil" é um potente ensaio de interpretação das contradições e antagonismos que movem o processo de acumulação de capital, no qual o autor demonstra as tendências estruturais e os dilemas da dominação burguesa em nosso país. Trata-se, como o leitor mais atento poderá observar, de uma contribuição que tem sustentação teórico-metodológica em *Dialética da dependência*, contudo, sem o elevado nível de abstração que este possui, pois no ensaio que compõe o livro que agora publicamos,

o conflito de classes que levou ao golpe militar de 1964 e à ditadura do grande capital encontrou não somente original interpretação, mas um genuíno guia de como realizar uma rigorosa análise da conjuntura a partir do marxismo.

Neste contexto, *Subdesenvolvimento e revolução* é uma obra que expressa as dramáticas opções da esquerda revolucionária latino-americana das décadas de sessenta e setenta. Antes que uma condenação preconceituosa sobre a luta armada ou o simples elogio ao heroísmo dos combatentes, a análise de Marini – segundo o próprio autor uma análise desde "dentro" – permite observar aquele período a partir de situações e movimentos que não foram de todo superados, ainda que não sejam objetos de debate ou impliquem em opções imediatas para as forças de esquerda em reconstrução em toda a América Latina. Trata-se de um método de análise que resistiu ao tempo embora não tenha encontrado muitos discípulos em nosso país, onde grande parte do esforço analítico está simplesmente destinado a apoiar a política econômica em curso ou ainda, de maneira mais trágica, a justificar a adesão do que restou da esquerda brasileira como mera representante dos interesses burgueses, numa competição sem fim sobre quem é mais competente para conduzir o subdesenvolvimento e administrar a dependência.

A análise da ditadura militar realizada neste livro é uma prova inequívoca de que a ameaça de "pastorização" aventada por Celso Furtado no início de 1968 era essencialmente errônea e que a história deu, finalmente, razão a Ruy Mauro: a partir daquele ano ocorreu uma extraordinária expansão das forças produtivas com base tanto na superexploração da força de trabalho quanto no endividamento externo. Marini acertou na mosca! Ademais, a análise concreta de situações concretas rendeu além da previsão correta, uma notável alternativa crítica aos estudos que mais tarde se definiriam como "economia brasileira", uma expressão que evita o estudo do capitalismo subdesenvolvido e dependente. "A

linguagem é a consciência prática", alertou Marx em *A ideologia alemã*. A linguagem de Marini era impecável e sem qualquer concessão ao liberalismo que domina amplamente os estudos sobre economia ou sociologia no país. Esta mesma capacidade e rigor analítico encontramos em seu *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*, obra publicada no país onde o conflito e a consciência de classe e suas contradições ganharam brilho inédito na conjuntura latino-americana dos setentas. Nestes ensaios, Marini revela também o fino manejo do marxismo na crítica ao reformismo da esquerda e apresenta uma refinada análise do desenvolvimento capitalista chileno no período relativo à Unidade Popular encabeçada pelo presidente Salvador Allende. Também aqui a análise sobre o Estado e as classes sociais ganhou relevância e brilho em perfeita articulação com o processo de acumulação de capital e crise que o país inevitavelmente sofreria diante da política econômica do governo socialista de Allende. À propósito, neste esforço, é mais do que evidente que a política econômica era tratada a partir da rica tradição da economia política, marcando clara diferença com as análises dominantes no Brasil, onde a análise econômica está quase reduzida à mera contabilidade nacional ou sob o controle dos manuais de macro-economia importados dos Estados Unidos, como se o subdesenvolvimento capitalista, suas contradições e antagonismos pudessem ser analisados a partir das variáveis como inflação, cambio e juros!

Contudo, não há razão para pensar que a vida pudesse ter sido diferente. O domínio manualesco na formação do economista e as "análises" apologéticas igualmente dominantes na sociologia e ciência política na atualidade não são menos que expressão da hegemonia burguesa contra a qual sempre se insurgiu Ruy Mauro Marini. Nascem, portanto, de condições concretas permitidas pelo *desenvolvimento do subdesenvolvimento* que finalmente caracteriza o capitalismo em nosso país. Esta constatação implica em enorme desafio intelectual para as correntes radi-

cais que lutam pelo socialismo em nosso continente e em especial no Brasil, pois é precisamente neste terreno – na disputa intelectual – que necessitamos avançar com celeridade para recuperar o espaço perdido por quase três décadas de ditadura e mais duas de hegemonia liberal (conservadora ou progressista).

No momento em que apresentamos esta obra e iniciamos a publicação de *Pátria Grande. Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano*, a burguesia industrial impõe como tema de discussão a "desindustrialização", numa inequívoca demonstração de impotência e esperteza de classe. Uma das lições clássicas do pensamento crítico latino-americano ensina que a industrialização encontraria limites intransponíveis sob a dominação imperialista (divisão internacional do trabalho) da mesma forma que o desenvolvimento do capitalismo dependente não poderia jamais apoiar-se na expansão do mercado interno sem a ruptura com a superexploração da força de trabalho que finalmente o caracteriza. Neste contexto, tanto a "tese" da desindustrialização quanto aquela que indica a emergência de uma "nova classe média" não passam de ideologia destinada a legitimar a monstruosidade do subdesenvolvimento no Brasil, narcotizando amplos setores sociais com a ilusão da mobilidade social por um lado e conferindo, por outro, compensações da política estatal (subsídios, isenções de impostos, programas especiais de apoio etc) para as frações perdedores da burguesia nacional diante das empresas multinacionais e sua dinâmica global. Enfim, sob nova roupagem, ressurgem as conhecidas ilusões sobre as possibilidades ilimitadas do capitalismo dependente brasileiro, velho bordão do otimismo burguês nacional segundo o qual o Brasil não se assemelha aos demais países latino-americanos e, em consequência, goza de alternativas que outros países da região não possuem. É precisamente por esta razão que a obra e o método de análise de Ruy Mauro Marini – inspirado na rica tradição do marxismo latino-americano – ganham novamente relevância e se tornam indispensáveis para todos aqueles que lutam pelo socialismo.

Mas também é uma demonstração de que o trabalho intelectual realizado num meio universitário dominado pelo academicismo pode e deve superar as graves limitações e estreiteza teórica que marcam sua evolução recente e pode abrir-se para os grandes desafios de nosso tempo, entre os quais está, sem dúvida alguma, a superação do subdesenvolvimento e da dependência pela via socialista.

É evidente que o academicismo – a derrota acadêmica do intelectual – que sofremos nas universidades não é mero acidente de percurso, um modismo passageiro que a maturidade universitária um dia relegará à peça de museu. Ao contrário, o "espírito acadêmico" que atualmente reina no ambiente universitário é expressão do domínio burguês a que estamos submetidos, o exercício da velha e famosa hegemonia burguesa destinado a mutilar a capacidade teórica e as energias políticas das novas gerações. É neste terreno que o exemplo de Ruy Mauro Marini deve ser observado e enaltecido, pois o rigor teórico de suas obras é indissociável de seu compromisso militante: no Brasil como fundador e dirigente da Polop (Política Operária) e no Chile como intelectual e dirigente do MIR (Movimento de Izquierda Revolucionária). Estamos, portanto, diante de um duplo desafio que a geração dos sessentas soube solucionar – embora tenha sido derrotada na política – e para o qual as novas gerações ainda não estão sensibilizadas: a difícil relação entre teoria e praxis.

No momento em que os partidos políticos não mais formulam teoricamente e na prática renunciaram a ambição intelectual, é compreensível que a práxis política de muitos "militantes" esteja marcada quase exclusivamente pela ação no terreno institucional, quase que confinado ao limite parlamentar e aos comitês eleitorais. Contudo, os desafios da dominação burguesa e os dilemas derivados do capitalismo dependente em um mundo capitalista em crise, mais cedo do que tarde colocarão de maneira dramática opções mais difíceis para as classes sociais em disputa na sociedade brasileira. Os trabalhadores e suas organizações ainda exi-

bem certa "amnésia social", fenômeno que implica não somente no desconhecimento de suas grandes batalhas travadas em duras e adversas condições no passado recente, mas também ignoram a herança teórica necessária para atualizar o combate socialista sem o qual a luta política, mesmo quando orientada por espírito combativo, não faz mais do que legitimar a ordem dominante.

Neste ambiente, é natural (e trágico) observar a facilidade com que a grande maioria dos professores e mesmo intelectuais se submeteram rapidamente à razão de partido e/ou à razão de Estado. Em muitos casos, atuam como assessores ou formuladores de "políticas públicas", ocultando convenientemente o caráter de classe do Estado, ou alugam sem inibição seus serviços para justificar o partido da ordem no governo; assim procedendo, antes que evitar um "retrocesso político" ou o "retorno do neoliberalismo" terminam, a despeito de suas boas intenções, limitando o destino do país e o futuro das classes subalternas ao horizonte burguês. Este novo tipo de simulação intelectual, autodenominada "acadêmica", não passa de justificativa para uma atuação marcada pela submissão à ideologia dominante, embora seus defensores, professem todos os dias a "liberdade de cátedra" e acusem o intelectual público e militante como exemplo condenável de "ideólogo", como se ele próprio não estivesse a serviço do Estado e do capital. Com frequência este acadêmico indica a debilidade dos movimentos sociais e a desorganização da classe proletária como justificativa para sua respeitável adesão à ordem burguesa sem, no entanto, produzir uma única página de análise rigorosa da composição de classe, do comportamento psicossocial, de suas contradições e sua força num mundo em crise. Enfim, o intelectual crítico, vinculado às classes subalternas, arredio ao oficialismo, comprometido com um projeto revolucionário parecia até bem pouco tempo definitivamente superado entre nós. Nada disso foi desconhecido para Ruy Mauro Marini, intelectual que viveu o suficiente para observar a "direitização das ciências sociais" e a lenta erosão da combatividade da classe operária e dos movimentos

camponeses sem, contudo, afrouxar na teoria ou aderir politicamente como forma de relevar um estranho "realismo", funcional à dominação burguesa. A crise estrutural do capitalismo inaugurada em 2007 atualizou a necessidade do intelectual crítico, iracundo, que possui larga tradição na América Latina e que se revelará uma necessidade também no Brasil. Portanto, a crise recriou as condições sociais para a rebeldia e o trabalho intelectual vinculado diretamente aos interesses imediatos e históricos das classes subalternas, tal como expressa a importante obra e a praxis política de Ruy Mauro Marini. Na mesma medida, ainda que de maneira imperceptível para a maioria, está se reduzindo no país o espaço para o "espírito de conciliação" e a "cordialidade" que marca a atuação de políticos e intelectuais, dentro e fora da universidade.

Afirmei que no Brasil, a tematização do subdesenvolvimento permaneceu cativa do pensamento liberal-progressista. A crítica marxista sobre o subdesenvolvimento – especialmente importante nos estudos sobre a dependência – foi execrada em nosso país sem conhecimento dos textos básicos que alimentaram uma das páginas intelectuais mais importantes da história das ideias na periferia capitalista, com importante impacto nas ciências sociais dos países metropolitanos. O egípcio Samir Amim escreveu em sua autobiografia que somente publicou a tese de doutoramento defendida em 1957 em Paris quando na América Latina eclodiu o debate acerca do intercambio desigual, no início da década de sessenta. Nos Estados Unidos é comum que um estudante realize um ou dois cursos sobre o desenvolvimentismo e a teoria da dependência antes de buscar uma especialização. No entanto, o grande debate acerca da dependência e do subdesenvolvimento passou completamente desconhecido do grande público brasileiro, especialmente a crítica marxista do subdesenvolvimento e da dependência. Contudo, quando a classe dominante e também parte importante da tradição de esquerda se afiança teórica e politicamente uma vez mais no *desenvolvimentismo*, terminaram

por criar, ainda que involuntariamente, o terreno necessário para a recuperação da tradição que estamos agora dando a conhecer no Brasil com a obra de Ruy Mauro Marini. Aquela velha disputa teórica que parecia estar superada – o desenvolvimento e seus críticos da esquerda marxista – ocupa uma vez mais as manchetes de jornais, influencia a pobre vida política dos partidos políticos, produz seminários universitários e, em consequência, exige o retorno aos textos clássicos até então convenientemente esquecidos. Neste contexto, não é outra a intenção de *Pátria Grande. Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano* senão divulgar os pensadores críticos de *Nuestra América* que produziram potente teoria destinada a interpretar e superar o subdesenvolvimento e a dependência que marcam o capitalismo na América Latina.

A iniciativa do IELA-UFSC encontrou no editor Nelson Rolim de Moura rápida acolhida, decisão que uma vez mais reafirma seu compromisso com a Pátria Grande e seu atinado espírito de vanguarda ao publicar pela *Editora Insular* a primeira coleção sobre o pensamento crítico latino-americano no Brasil. O tempo que nosso país estava de costas para a América Latina já não existe, mas nossa ignorância e preconceitos sobre temas, obras e autores decisivos para compreensão da realidade brasileira ainda persiste. Estamos convencidos que sem o estudo sistemático do pensamento crítico latino-americano não poderemos conhecer a realidade brasileira e muito menos produzir a teoria social para uma revolução social que se revela necessária, ainda que para os acadêmicos e o modismo intelectual dominante a ordem burguesa possa parecer eterna. Este é o tamanho do desafio editorial assumido por Nelson Rolim de Moura e razão de nosso profundo agradecimento. No limite, este desafio é também a razão de ser do primeiro Instituto de Estudos Latino-Americanos integralmente dedicado ao tema numa universidade pública brasileira.

Florianópolis, abril de 2012

Nota de tradução

A edição utilizada para esta tradução é de 1976, a sétima feita pela Editora Siglo XXI, impressa no México – a primeira edição é de 1969 e a última até o momento é de 1985, a 12ª, cada uma, em média, com tiragem de 3 mil exemplares. Na quinta edição, de 1974, Ruy Mauro Marini incluiu dois escritos, fez certas correções de dados e referências, agregou alguns trechos e notas e redigiu um importante "Prefácio", que circula agora pela primeira vez em português. Como se trata de um autor que, apesar de brasileiro, teve sua obra mais difundida em outros países e idiomas, pode ser útil anotar algumas referências bibliográficas sobre os textos de *Subdesenvolvimento e revolução*.

Entre os quatro textos que conformam o livro a partir da quinta edição, dois deles já foram traduzidos e publicados no Brasil: "Subdesenvolvimento e revolução" e "A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil". O primeiro foi escolhido por Paulo Barsotti e Luiz Bernardo Pericás para compor o livro *América Latina: história, ideias e revolução*, coletânea de artigos de diversos autores publicada em 1998[1]; a tradução do texto é de Angélica Lovatto e Paulo Barsotti e se baseia na primeira edição de 1969, que sofreu pequenas mudanças formais e de referências em relação à quinta edição. O artigo original foi escrito ao final de 1967 para a revista *Tricontinental* – órgão de divulgação e produ-

1 Paulo Barsotti e Luiz Bernardo Pericás, *América Latina: história, ideias e revolução*, Ed. Xamã, São Paulo, 1998. Além do referido texto de Marini, este livro reúne artigos de Michael Lowÿ, Pablo González Casanova, Adolfo Sánchez Vásquez, Florestan Fernandes, entre outros autores.

ção teórica da Organização de Solidariedade aos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), editado em Cuba –, tendo sido reproduzido dois anos depois em número da revista *Monthly Review* (edições em castelhano)[2]; foi também traduzido ao alemão, numa compilação feita por Bolívar Echeverría[3], e ao italiano em livro organizado por Giancarlo Santarelli[4].

O segundo artigo – "A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil" – apareceu primeiramente em português em abril de 1968, ainda em sua versão inicial titulada "Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo", então traduzida do original da revista mexicana *Foro Internacional* e publicada no terceiro (e último) número da revista *Teoria e prática*, editada por Ruy Fausto[5]. Em sua íntegra, já com novo título e bastante ampliado, o artigo foi também publicado em português na compilação de textos de Marini organizada por Emir Sader em 2000, que leva o título de *Dialética da dependência*[6] e contém, entre outros textos, a primeira publicação brasileira do importante ensaio que dá nome à referida compilação[7]. Não obstante a tremenda impor-

2 Não tivemos acesso às referências completas dessas edições da *Tricontinental* e da *Monthly Review*.

3 *Kritik des bürgerlichen Anti-Imperialismus*, Wagenbach, Berlim, 1969.

4 *Il Nuovo Marxismo Latinoamericano*, Feltrinelli, Milão, 1969.

5 *Foro Internacional*, vol. V, n. 4, abril/junho de 1965, p. 511-546. É desta fonte a tradução da revista *Teoria e prática*, n. 3, abril de 1968, p. 25-52.

6 A primeira versão de *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil* foi publicada em castelhano na revista *Cuadernos Americanos*, ano XXV, vol. CXLVI, n. 3, Mexico D.F., maio-junho de 1966, p. 133-155. Este texto é uma reformulação de "Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo" [1965], à qual são incorporadas partes do artigo "Brazilian 'Interdependence' and imperialist integration", publicado na *Monthly Review*, vol. 17, n.7, dezembro de 1965. Na versão publicada em 1969, já como parte do livro *Subdesenvolvimento e revolução*, Marini incluiu importantes trechos e notas e atualizou sua análise. Como parte do livro, entre a primeira edição de 1969 e a quinta de 1974 não há nenhuma alteração, salvo pequenas correções formais.

7 A segunda publicação deste ensaio no Brasil se encontra em outra valiosa compilação de alguns escritos de Marini organizada por João Pedro Stédile e Roberta Traspadini, *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, Expressão Popular, São Paulo, 2005.

tância da edição organizada por Sader no sentido de difundir o conhecimento da obra de Marini no Brasil, é preciso notar que a tradução de "Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil" contém alguns erros de edição que torna ainda mais pertinente esta nova tradução.

O terceiro e quarto textos são inéditos em português. O terceiro – "O movimento revolucionário brasileiro" – é formado por duas partes: "Vanguarda e classe", que já constava na primeira edição de 1969, e "Luta armada e luta de classes", agregada à quinta edição e derivada da análise feita por Marini para o livro *Diez años de insurrección en América Latina*, organizado por Vânia Bambirra e publicado em 1971[8]. E o quarto ensaio – "Rumo à revolução continental" –, que fecha *Subdesenvolvimento e revolução*, foi publicado originalmente em 1972 na *Monthly Review*, sob o título "Brazilian subimperialism", sendo incorporado ao livro na quinta edição de 1974[9].

Cabe dizer ainda que em 1974 foi editada em italiano uma tradução que engloba *Subdesenvolvimento e revolução* e *Dialética da dependência*[10], e existe também uma tradução ao francês lançada em 1972[11], edição esta que, sem o "Prefácio", já incorporava as principais mudanças que entrariam na edição de 1974 em relação à edição original em espanhol de 1969, ainda que o texto em sua íntegra não seja idêntico ao de 1974.

Na presente tradução incluiu-se notas explicativas onde pareceu necessário, indicadas como nota da tradução (N.T). Utilizou-se ainda algumas das edições prévias em outros idiomas para dirimir dúvidas em pontos específicos.

8 "La izquierda revolucionaria brasileña y las nuevas condiciones de la lucha de clases", em Vânia Bambirra (intro. e org.), *Diez años de insurrección en América Latina*, Prensa Latina, Santiago de Chile, 1971. Este livro tem também uma tradução ao italiano: *L' esperienza rivoluzionaria latino-americana*, Ed. Mazota, Milão, 1973.

9 "Brazilian Subimperialism", *Monthly Review*, n. 9, vol. 23, 1972, p. 14-24.

10 *Il subimperialismo brasiliano*, trad. Laura Gonsalez, Einaudi, Turim, 1974.

11 *Sous-développement et révolution en Amérique latine*, trad. Louis Rigaudias, Ed. Maspero, Paris, 1972.

Como o livro trata essencialmente de analisar a conjuntura brasileira de sua época, há várias citações de documentos e obras originalmente em português e que foram traduzidas por Marini ao escrever em espanhol. Em geral, optou-se por citar o original ou a tradução ao português de alguma edição mais recente e difundida, e as citações foram retraduzidas somente nos casos em que não se conseguiu encontrar o texto original; estes casos estão assinalados com notas de tradução. As referências bibliográficas foram mantidas conforme aparecem na edição utilizada como base para a tradução.

Finalmente, agradecemos a Rodrigo Castelo pela leitura cuidadosa da tradução de alguns dos artigos que compõem o livro.

Prefácio da quinta edição

Além de correções de forma e atualização dos dados, as mudanças introduzidas nesta edição consistem na inclusão de dois ensaios sobre o atual problema brasileiro, que não modificam o conteúdo do livro, antes ampliam e reforçam minhas análises e conclusões sobre o processo que se iniciou no Brasil em 1964, bem como minha avaliação sobre suas implicações para a América Latina. Foi sobre esta base que posteriormente pude sugerir uma explicação teórica global da dependência latino-americana.[1]

Não havia razões para proceder de outra forma. A evolução da ciência social latino-americana nos anos recentes – apesar da frequente reincidência em antigos equívocos – contribuiu com elementos suficientes para invalidar uma das teses que me esforcei aqui em combater: aquela de que o regime militar brasileiro era um simples efeito da ação desse *deus ex-machina* representado para alguns pelo imperialismo estadunidense. Não é em prol do imperialismo que se deve criticar esse tipo de análise, mas em função das possibilidades das massas exploradas da América Latina abrirem caminho à própria libertação. As consequências do conhecido símbolo gráfico que coloca o malvado Tio Sam manipulando suas marionetes não podem ser mais que denúncia lacrimosa e impotência indignada para a análise política e a estratégia de luta. Para lutar contra o imperialismo é indispensável entender

1 Ver *Dialéctica de la dependencia*, Ediciones Era, México, 1973. [Edições brasileiras: Emir Sader (org.), *Dialética da dependência*, Ed. Vozes/LPP/Clacso, Petrópolis, 2000; e João Pedro Stédile e Roberta Traspadini (orgs.), *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2005.]

que não se trata de um fator externo à sociedade nacional latino-americana, mas, pelo contrário, forma o terreno no qual esta sociedade finca suas raízes e constitui um elemento que a permeia em todos seus aspectos.

Muitas afirmações contidas neste livro também causaram polêmica em relação às repercussões do golpe militar de 1964 sobre a sociedade brasileira. Entretanto, aqueles que pretendiam ver o golpe militar como um mero acidente sem maiores consequências – similar em certa medida a outros golpes ocorridos anteriormente –, tiveram finalmente que se dar conta de seu equívoco. A amplitude e profundidade das transformações que o regime militar introduziu na vida econômica, social e política do país levaram inclusive alguns estudiosos a posições que beiram a apologética – por exemplo, quando pretendem identificar esse regime com a revolução burguesa brasileira.[2] É preciso lembrá-los que a revolução burguesa não se realiza às custas de camadas da própria burguesia, tal como ocorreu no Brasil em 1964 e logo em 1968, mas sim contra as forças que travam o desenvolvimento do capitalismo. Em lugar de uma revolução burguesa, o processo brasileiro representa a derrota das camadas médias burguesas e pequeno-burguesas – e, claro está, das massas trabalhadoras – frente ao grande capital nacional e estrangeiro; este não vacilou, sobretudo na primeira fase do processo, em se aliar aos setores mais reacionários do país, impondo sua hegemonia. E não poderia ser diferente: a revolução burguesa corresponde a uma etapa definida do capitalismo, marcada pela ascensão de

2 Esta tese foi sustentada por Fernando Henrique Cardoso no Seminário sobre Classes Sociais e Crise Política na América Latina, organizado pelo Instituto de Investigaciones Sociales e pela Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México, realizado em Oaxaca em junho de 1973.

[N.T.: As conferências desse seminário foram reunidas posteriormente no livro *Clases sociales y crisis política en América Latina*, UNAM-Siglo XXI, México D.F., 1973.]

uma burguesia que se incluía ainda em grande medida no movimento popular; na era do imperialismo, na qual vivemos hoje, todo movimento autenticamente burguês é antipopular e, como tal, contrarrevolucionário.

Outras interpretações equivocadas do processo brasileiro supunham que o regime militar causaria estagnação e até mesmo retrocesso do desenvolvimento capitalista no país; não faltou, nesta linha, quem cunhasse expressões tão sofisticadas quanto errôneas como a de "pastorização", aludindo ao possível retorno da economia brasileira à fase de produção e exportação de bens primários, com o consequente bloqueio da industrialização. Teses como essas caíram por si mesmas diante do estímulo ao crescimento industrial do Brasil, que foi apoiado – e não travado – pelo desenvolvimento da produção de alimentos e matérias-primas para exportação.

Mas essa expansão econômica teve outro efeito, tão nefasto como o anterior. Além dos ideólogos oficiais do sistema, alguns de seus críticos se deixaram impressionar pelas cifras produzidas pelo chamado "milagre brasileiro". Mesmo quando denunciam o que consideram como aspectos negativos do sistema, ficam limitados a uma perspectiva liberal e pequeno-burguesa, incapazes de captar as raízes do "milagre". Daí advém que prefiram insistir na má distribuição de renda (como se o capitalismo, e particularmente o capitalismo dependente, pudesse proporcionar uma boa distribuição de renda...), em vez de considerar a superexploração do trabalho. Outros argumentam que não apenas a compressão salarial, mas também a produtividade do trabalho se devem à expansão econômica, mas desconhecem que é a combinação entre ambas que motiva as elevadas taxas de mais-valia vigentes no Brasil, sobre as quais se sustenta a acumulação de capital interna e externa. Alguns chegam a descartar o salário mínimo como instrumento de medição da taxa de exploração, preferindo utilizar o salário médio, que mescla as remunerações dos operários e dos

funcionários técnico-administrativos. E isso num país em que a maioria da classe trabalhadora dificilmente consegue se manter no nível do salário mínimo e as diferenças salariais entre as diversas categorias de trabalhadores tendem a ser enormes![3]

Curiosamente, esses críticos são os mesmos que rebatem com indignação a possibilidade de que o Brasil apresente problemas de realização do capital, conforme eu sustento. Invocando Marx (mas de fato confundindo Marx com Say), tais críticos negam, primeiro, que a realização do capital numa economia capitalista dependa, fundamentalmente, do mercado de bens de consumo corrente, e, além disso, sem notar a contradição entre esse argumento e o seguinte, voltam a negar a existência de problemas de realização ao apontar que, mediante a crescente produtividade do trabalho e a integração progressiva das camadas trabalhadoras ao consumo, o mercado interno brasileiro poderia seguir se expandindo sem maiores dificuldades.

Vamos por partes. Em primeiro lugar, é necessário revelar a esses autores (e aqui me refiro aos críticos do sistema, pois os ideólogos oficiais estão fazendo seu trabalho) que, por mais irrelevante que possa parecer aos intelectuais pequeno-burgueses, a realização dos produtos de consumo corrente é motivo de constante preocupação para o capitalista; aliás, a isso se deve o enor-

3 Entre 1966 e 1970, 40% dos trabalhadores inseridos na parte mais baixa da estrutura do emprego industrial no Brasil viram sua participação na massa de salários cair de 19% a 15,5%, enquanto a participação da camada dos 10% mais bem pagos subiu de 30% a 37,5%. Cf. Carlos Luis Guedes, *Contribuição ao estudo da distribuição de renda no Brasil*, Universidade de São Paulo, ESALQ, 1972, mimeo. Segundo dados de uma pesquisa publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 21 de novembro de 1972, para os trabalhadores com nível superior o salário médio dos profissionais na indústria paulista era de 20 cruzeiros por hora, e para os que possuem nível médio era de 9,66 cruzeiros por hora; entretanto, o salário mínimo de São Paulo (o mais alto, dado que a escala salarial no Brasil contempla níveis diferenciais por região) era apenas de 1,30 cruzeiros por hora. Esses dados foram citados por Paul Singer, "Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil", *Debate & Crítica*, revista semestral de ciências sociais, São Paulo, nº 1, julho-dezembro de 1973.

me desenvolvimento da publicidade e, mais ainda, o giro dado pela economia burguesa a partir de meados do século XIX, que deixou de enfocar problemas da oferta ou da produção para se centrar em problemas da demanda.[4] Isso ocorre porque, por mais significativa que seja a realização de mercadorias sob a forma de maquinário e insumos industriais (que, por certo, é cada vez mais importante), a realização se encontra referida, em última instância, ao mercado de bens finais, para o qual a demanda de bens de consumo corrente tem um papel relevante. Pretender separar a produção da circulação e da realização das mercadorias, sob o pretexto de que é a primeira que deve primar na análise, subestimando assim na realização do capital o papel desempenhado pela demanda de bens de consumo corrente, não apenas passa longe de ser uma posição marxista, como também pode se tornar um instrumento útil de apologia ao sistema. A realização do capital é, antes de mais nada, realização do capital-mercadoria, e constitui um elemento essencial no ciclo do capital; a dissociação da realização se dá apenas naqueles momentos em que o ciclo do capital se enfrenta à sua própria ruptura: na crise. E, no final das contas, é o fantasma da crise que fustiga incessantemente a produção capitalista, arrastando-a cada vez mais depressa ao abismo que tanto busca evitar.

O argumento de que os problemas de realização não se dariam na economia brasileira devido à integração dos trabalhadores ao consumo não resiste à menor análise. Longe de um desenvolvimento que integre camadas crescentes da população ao consumo – sobre a base de um aumento da produtividade do trabalho –, o que predomina numa economia dependente como a brasileira são formas de superexploração do trabalho (agudizadas, isso sim, pelo aumento da produtividade), que excluem as massas não ape-

4 Sobre este ponto, ver meu artigo "Razón y sinrazón de la sociología marxista", *Sociedad y Desarrollo*, CESO-PLA, Santiago do Chile, nº 3, julho-setembro de 1972.

nas do consumo, mas também do emprego produtivo criado pela acumulação de capital. Isso explica que, segundo dados oficias, a população com mais de 10 anos tenha aumentado, entre 1960 e 1970, em 17 milhões de pessoas, das quais 7 milhões ingressaram na estrutura de emprego, sendo que, entre elas, menos de 4 milhões foram absorvidas por setores diretamente produtivos (aproximadamente 2,5 milhões pela indústria e o restante pela agricultura) e pouco mais de 1 milhão de pessoas se inseriu nos serviços vinculados à produção (incluindo o comércio, onde se oculta, como se sabe, boa parte do desemprego disfarçado); o remanescente foi para atividades improdutivas, como é o caso da burocracia pública, setor este que, após um crescimento médio de 20% nas três décadas anteriores, praticamente dobrou seu efetivo no período considerado.[5]

Já vimos como se apresenta o problema das remunerações; não insistiremos nisso, nem por ora no caráter regressivo da distribuição da renda. Notemos apenas que os próprios índices da produção industrial indicam que, tomando os anos de 1964 e 1970 como termos de comparação, ramos como os de material de transporte saltaram de um índice de 92,4 para 225,2, enquanto indústrias de bens-salário, como a têxtil, caíram de 101,6 para 97,2, e a indústria de vestuário e calçado se manteve praticamente estagnada, em torno de 113. De fato, é difícil imaginar camadas trabalhadoras que, segundo nossos autores, estariam se integrando ao consumo, contribuindo para dinamizar, por exemplo, o mercado de automóveis, antes do que o de bens de consumo corrente! A verdade é outra: o sistema econômico imposto ao Brasil pelo grande capital nacional e estrangeiro agrava cada vez mais suas características monstruosas, entre as quais se destacam o aumento do exército industrial de reserva – sob a forma de desemprego aberto ou oculto – e o divórcio entre a estrutura

5 *Tabulações avançadas do censo demográfico*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1971.

produtiva – voltada para o mercado mundial – e as necessidades de consumo das amplas massas.

Foi a partir dessa perspectiva que sugeri, para o caso do Brasil, o conceito de subimperialismo. Sem poder negar o expansionismo comercial brasileiro, alguns dos já mencionados críticos do sistema buscaram tergiversar o problema, recorrendo, sem inibições, ao próprio Lênin. A exportação de manufaturas – declaram doutamente – não caracteriza o imperialismo; este se define pelo controle de fontes de matérias-primas, a partilha do mundo e a exportação de capitais. Agregam ainda que a exportação de manufaturas levada a cabo pelo Brasil não responderia a problemas de realização criados pelo estreitamento relativo do mercado interno, mas sim à necessidade de remunerar o capital estrangeiro investido, de forma direta ou indireta, na economia brasileira.

Este tipo de argumentação obriga, primeiramente, a desfazer os equívocos nela implicados e a reestabelecer a verdade dos fatos. Por certo, afirmar que a exportação de produtos manufaturados não basta para caracterizar o imperialismo é tão somente um lugar-comum. Para demonstrar essa afirmação, nossos críticos não necessitariam sequer recorrer ao exemplo das economias industriais clássicas em sua fase pré-imperialista: seria suficiente indicar que um dos fatores atuantes na industrialização latino-americana, em sua primeira etapa, foi precisamente a exportação de manufaturas. Neste caso, bastaria reparar nos índices de exportação de têxteis, calçados e outros bens-salário oriundos da América Latina, durante a década de 1940, quando as economias avançadas estavam absorvidas pelo esforço de guerra. Assinalemos, de passagem, que isso deixa sem sustento a tendência a identificar a industrialização em nossos países, nessa primeira fase, exclusivamente com a substituição de importações.

De todo modo, mesmo os lugares-comuns podem ser perigosos se vistos no abstrato. Não é suficiente dizer que a exporta-

ção de manufaturas não caracteriza o imperialismo, ignorando que um dos traços do imperialismo é precisamente o acirramento da concorrência por mercados. Assim, cabe questionar: seria possível que a expansão das exportações brasileiras totais – que, entre 1964 e 1973, passaram de 1,5 bilhões de dólares para mais de 6 bilhões, sendo que a exportação de manufaturas, que não somava em valor nem mesmo 100 milhões de dólares (por volta de 7% do total), chegou a 1,8 bilhões de dólares (quase 30%) – tenha se dado sem uma agressividade crescente no exterior por parte do capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil? Acaso não chama a atenção o fato de que entre 1968 e 1970 as exportações de manufaturas para a América do Sul tenham crescido de 182 milhões de dólares para 284 milhões, havendo ainda casos – como as exportações para o Paraguai – nos quais a cifra inicial se duplica? E não seria significativo que as exportações para a África, naqueles três anos, tenham passado de 39 milhões de dólares para 60 milhões, e que em países como Moçambique (por pequenos que sejam os dados absolutos) as cifras sejam, respectivamente, de 92 mil e 968 mil dólares? Se relacionarmos essa expansão comercial com o dinamismo da estrutura industrial brasileira – que, como vimos, desfavorece as indústrias de bens-salário – e a incapacidade do sistema para incorporar as massas à produção e ao consumo, fica difícil entender o motivo de tanta resistência em admitir a existência de problemas de realização *no interior* da economia brasileira.

O apelo ao expansionismo comercial para contrariar a ideia de subimperialismo revela também o mero desconhecimento dos fatos. Outras questões se apresentam sobre este ponto: a política expansionista brasileira na América Latina e na África, além da busca por mercados, não corresponderia à tentativa de assegurar o controle de fontes de matérias-primas – como é o ferro e o gás da Bolívia, o petróleo do Equador e das colônias portuguesas na África, o potencial hidrelétrico do Paraguai –, dificultando assim

o acesso a essas fontes por parte dos concorrentes, como a Argentina? A ofensiva brasileira sobre esses países e a ameaça que pesa sobre a Venezuela e a Argentina, bem como sobre a África, não corresponderiam ao propósito de obter, *dentro da atual partilha do mundo*, determinadas zonas de influência, e inclusive de impor a hegemonia do Brasil no Atlântico Sul? A exportação de capitais brasileiros – principalmente através do Estado (como revela a Petrobras nativa, convertida em Brazilian Petroleum, tentando entrar no cartel internacional do petróleo, ou então o aumento constante dos empréstimos públicos ao exterior), mas também associados a grupos financeiros estrangeiros –, buscando explorar as riquezas do Paraguai, da Bolívia e das colônias portuguesas da África, para dar alguns exemplos, não seriam um caso particular de exportação de capital, dentro do marco das possibilidades de um país dependente como o Brasil?

Neste sentido, revela-se pouco fundada a tese de que a expansão externa do Brasil estaria motivada pela necessidade de remunerar o capital estrangeiro investido no país. É óbvio que, como qualquer país importador de capital e tecnologia, o Brasil deve contar com uma margem de divisas suficiente para cobrir o pagamento de *royalties*, amortizações, juros e remessa de lucros ao exterior. Convém ter presente, porém, que esse problema se resolve não apenas através das divisas geradas pela exportação, mas precisamente por meio de entradas de capital estrangeiro que sejam superiores às saídas[6], o que coloca a exigência de *atrair e reter* esse capital e, portanto, de *oferecer lucros compensadores e*

6 Apesar de que as remessas de rendimentos do capital estrangeiro ao exterior terem passado de 191 milhões de dólares em 1964 para 403 milhões em 1971, as entradas de capital no país via investimentos diretos e indiretos (empréstimos e financiamento) aumentaram de 288 milhões de dólares para 2 bilhões de dólares, fazendo com que a situação das transações correntes do balanço de pagamentos passasse de um déficit de 102 milhões de dólares para um superávit de aproximadamente 1,3 bilhões nos anos considerados. Dados dos *Anuários Estatísticos do Brasil* e da *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, setembro de 1973.

campos para sua acumulação e realização. Isso explica que, apesar do *boom* da produção automotriz entre 1966 e 1973, empresas como a Volkswagen tenham deslocado capitais para a produção bovina de exportação, e também esclarece porque estão se formando consórcios financeiros de capital nacional e estrangeiro para atuar na América Latina e na África. O fato de que, uma vez ingressado no país, o capital estrangeiro tenha que voltar ao exterior – seja para se realizar como mercadoria, seja para se converter em capital produtivo – mostra quão frágil é o argumento de que o expansionismo brasileiro não está motivado por problemas de mercado interno.[7] Seguindo esse argumento, logo acabarão por sustentar que, na fase da economia exportadora, a produção cafeeira brasileira se dirigia ao mercado mundial mais por gosto que por necessidade!

Finalmente, é preciso considerar que, diferentemente do que se diz, a característica central do imperialismo não é a exportação de manufaturas ou de capital, nem o controle de fontes de energia e matérias-primas, nem a partilha do mundo. Estas são, na verdade, as manifestações que assume a economia capitalista ao passar para a *fase dos monopólios e do capital financeiro*, como apontaram não somente Lênin, mas também Bukharin, Hilferding e outros autores marxistas que se ocuparam do tema. Seria útil, neste sentido, ter presente o acelerado processo de monopolização – via concentração e centralização do capital – ocorrido no Brasil nos últimos dez anos, assim como o extraordinário desenvolvimento do capital financeiro, principalmente a partir de 1968. Mesmo deixando de lado as bolsas de valores – que em seu melhor momento (1969) fizeram circular mais de 5 bilhões de cruzeiros em emissões de capital, sem conseguir manter esse

7 E tais problemas não existiriam num país em que, entre 1960 e 1970, os 5% mais ricos da população aumentaram sua participação na renda total de 27,3% para 36,3%, enquanto os 80% mais pobres perdiam sua participação, que passou de 45,5% para 36,8%, mantendo-se relativamente estagnada a participação do grupo intermediário – 15% da população –, com aproximadamente 27% de participação na renda.

ritmo –, é preciso considerar o papel desempenhado pelo sistema bancário no andamento do "milagre", especialmente os bancos de investimentos, cujos depósitos passaram de 1 bilhão de cruzeiros em 1969 a 5 bilhões em 1971, ostentando neste ano taxas de lucro próximas a 30%.

Tudo isso mostra que a discussão se encontra mal colocada e é necessário definir com mais precisão os termos do debate. A teoria leninista do imperialismo – ela própria um desenvolvimento da economia política marxista destinado a explicar as novas tendências do capitalismo mundial no início do século XX – é um ponto de referência obrigatório para o estudo do subimperialismo, mas não pode ser invocada para impedir que este estudo se concretize. E não pode sê-lo, entre outras razões, porque se refere ao *imperialismo*, e não ao *subimperialismo*. Com o risco de aborrecer o leitor, insistindo em argumentos que se detalham no livro, vejo-me forçado a reelaborar, mesmo que sumariamente, o marco no qual o problema deve ser corretamente analisado.

O desenvolvimento da indústria na economia dependente ocorreu fundamentalmente para substituir importações destinadas às classes médias e altas da sociedade. Com o propósito de assegurar o dinamismo desta estreita faixa do mercado – que corresponde, em geral, a 5% da população total, na qual se somam setores do estrato dos 15% imediatamente abaixo na escala da renda –, o poder de compra é subtraído dos grupos de menor renda, isto é, das massas trabalhadoras, o que é possível pelo fato de que estas massas, submetidas à superexploração, recebem remunerações inferiores ao valor real de sua força de trabalho. Por outro lado, com a finalidade de aumentar a taxa de exploração – e, portanto, de mais-valia – através de uma maior produtividade do trabalho, recorre-se à importação de tecnologia e capitais estrangeiros, que, por sua vez, estão referidos a padrões de consumo acessíveis apenas aos grupos de alta renda, de modo que

se mantém a tendência à compressão do consumo popular e se acentua o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas.

A absorção de técnicas modernas de produção pelas economias baseadas na superexploração piora a situação dos trabalhadores, ao expandir em ritmo acelerado o desemprego e o subemprego, ou seja, ao aumentar o exército industrial de reserva (condição *sine qua non* para manter a superexploração do trabalho); a esse processo se refere a categoria de "marginalidade", que preocupa cada vez mais os cientistas sociais latino-americanos. Desde outro ponto de vista, e independentemente do progresso técnico, a superexploração do trabalho atua por si mesma no sentido de aumentar a concentração do capital (na medida em que converte parte do fundo de salários em fundo de acumulação de capital), provocando como contrapartida a pauperização das massas.

No plano da produção, esse tipo de industrialização opera no sentido de ampliar constantemente as brechas que vão se estabelecendo:

a) entre as indústrias ditas "dinâmicas" (produtoras de bens de consumo suntuário – nas condições latino-americanas – e de bens intermediários e equipamentos destinados a essa produção) e as indústrias "tradicionais" (produtoras de bens de consumo corrente ou, mais precisamente, de bens-salário);

b) entre as grandes empresas, em sua maioria estrangeiras ou ligadas ao capital estrangeiro, e as pequenas e médias empresas. As primeiras predominam, numericamente, nos ramos dinâmicos e as segundas nos ramos tradicionais.

O processo de acumulação em condições de superexploração – ou seja, o processo de acumulação dependente – agudiza assim a concentração e a centralização do capital (monopolização), be-

neficiando simultaneamente aqueles ramos industriais que se separam do consumo popular. Em outras palavras, a realização do capital tende a reduzir sua relação com o mercado interno.

Do ponto de vista do mercado, ou da circulação de mercadorias, esse tipo de industrialização conduz a uma desproporção crescente entre a produção e o consumo. Os problemas de realização que dali derivam tendem a se resolver mediante:

1. a intervenção cada vez maior do Estado na criação de mercado através de obras de infraestrutura e de interesse social (moradia etc.) e, em determinadas condições, através da compra de armamentos (o que provoca o estímulo à produção privada de armamentos, bem como o investimento estatal direto neste setor);

2. a distribuição regressiva da renda, a fim de aumentar o poder de compra dos grupos altos;

3. a exportação de manufatura. Esta última tendência implica que a esfera da circulação do capital gerada pelo setor industrial se desloque ao mercado mundial, revivendo sob novas formas a antiga economia exportadora de bens primários.

A industrialização dependente, tal como descrita, apresenta num plano global duas características básicas:

a) é desigual, ou seja, dá lugar a diferentes graus de desenvolvimento industrial (e, portanto, de composição orgânica do capital) nos países dependentes;

b) e reorienta o capital estrangeiro ao setor industrial desses países, devido tanto às elevadas taxas de mais-valia que ali se apresentam, quanto à possibilidade que oferece para os países avançados de exportar aos países dependentes não somente bens de consumo corrente, mas também bens intermediários e de capital.

Observa-se assim o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, que transfere – desigualmente, vale lembrar – etapas da produção industrial aos países dependentes, enquanto os países avançados se especializam nas etapas superiores; simultaneamente, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle financeiro e tecnológico dos países avançados sobre o conjunto do sistema. A circulação de capital em escala mundial se intensifica e se amplia, ao mesmo tempo em que se diversifica a acumulação. Entretanto, seguem atuando as tendências à concentração e centralização próprias da acumulação capitalista, ainda que agora também em benefício das nações de composição orgânica intermediária. A isso corresponde, *do ponto de vista estritamente econômico*, o subimperialismo.

O subimperialismo se define, portanto:

a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e

b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores).

Do primeiro ponto de vista, cabe notar que, entre mais de oitenta países dependentes considerados, somente seis ostentam um produto bruto cuja produção industrial incide numa proporção próxima a 1/3, o que indica, a princípio, uma composição orgânica mais alta; entre eles, na América Latina se encontram Brasil, Argentina e México. Sobre o segundo ponto, paralelamente ao agravamento das características anteriormente assinaladas

em relação à industrialização dependente, observa-se nesses países um maior desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro, em estreita conexão com o processo de integração ao capital estrangeiro.

Já dissemos em outras oportunidades que a concretização histórica do subimperialismo não se deve a uma questão meramente econômica. A existência de condições propícias ao seu desenvolvimento não assegura por si só a conversão de um país em um centro subimperialista. Contudo, é possível afirmar que o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial – na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção – e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro. Neste sentido, em nossos dias, o Brasil se identifica como a mais pura expressão do subimperialismo.

Antes de concluir este prefácio, é preciso reiterar a importância do estudo do subimperialismo para o desenvolvimento do movimento revolucionário latino-americano. Parece ser uma lei da história que o predomínio de uma nação sobre outros povos provoque nos movimentos políticos um caráter unificador. Assim ocorreu na América Latina, onde as guerras de libertação do século XIX se desenrolaram nos marcos estabelecidos pela Espanha e Portugal. Em grande medida, o fato de que as colônias espanholas, em contraste do que houve no Brasil, tenham conformado diversos Estados nacionais – e não apenas três ou quatro que deveriam ter sido constituídos –, deve-se, entre outros fatores, às insuficiências de seu desenvolvimento econômico – que se manteve, em geral, centrado na exploração de minérios, anunciando as futuras economias de enclave –, bem como à debilidade do controle exercido internamente pelos centros político-administrativos criados pela metrópole.

Na fase de integração dos sistemas de produção que o imperialismo promove atualmente, é certo que, tal como previu Marx, as bases para a revolução mundial se consolidam, mas não é menos certo que esta revolução tenha que passar pelas mediações estabelecidas pelas particularidades regionais, que determinam seu curso e limitam sua amplitude. De todo modo, os processos que se expressam hoje no sudeste asiático, no Oriente Médio ou na África negra estão nos mostrando que as correntes revolucionárias tendem a ultrapassar os marcos nacionais e arrastam consigo povos inteiros. A aplicação do conceito de subimperialismo para essas regiões, feita particularmente por André Gunder Frank e Samir Amin, parece contribuir para o esclarecimento da natureza daqueles processos, mesmo que reste ainda um longo caminho a percorrer antes que o subimperialismo se torne um elemento explicativo eficaz para tais regiões.

Não é este o caso para a América Latina. Seja porque foi onde o problema se apresentou pela primeira vez, seja porque aqui o fenômeno adquiriu peso e dimensão através do caso do Brasil, o subimperialismo passou a cumprir um papel determinante no curso do processo político de nossos povos. Como reação nacional e estrangeira à ascensão da luta de classes na região que teve início com a Revolução Cubana, a afirmação e projeção externa do subimperialismo brasileiro se deu *pari passu* com o acirramento das lutas populares em outros países, particularmente naqueles que conformam sua zona de influência mais direta: Uruguai, Bolívia, Chile e, em certa medida, Argentina. Desde 1965 começou a pressão do Brasil sobre o Uruguai, considerado pelos ideólogos do regime como um ponto prioritário em seu esquema continental de segurança – também a Guiana tem esta distinção –; em 1971, quando os movimentos populares alcançavam seu ápice, o Brasil desatou uma grande ofensiva, que, além de afetar radicalmente a situação uruguaia, favoreceu a

queda dos governos de Juan José Torres na Bolívia e de Salvador Allende no Chile. Paralelamente, a presença brasileira se acentuava no Equador e se projetava em direção a Portugal e a África.

De forma análoga à noção de subimperialismo, a atuação brasileira no exterior deu lugar a posições encontradas por parte das forças políticas e intelectuais latino-americanas. Convém fazer mais algumas considerações sobre este ponto. A influência do subimperialismo brasileiro não ocorre automaticamente, mas se encontra articulada com o controle dos Estados Unidos, mesmo que ostente certo grau de autonomia e iniciativa em relação a este país. Isso foi claramente perceptível quando, em 1971, enquanto os Estados Unidos se inclinavam a uma política mais moderada em relação ao governo de Torres, o Brasil propugnava – e conseguiu impor – uma política mais dura. Os acontecimentos bolivianos de 1971 revelaram também a essência da estratégia contra-insurrecional aplicada atualmente na América Latina, a mesma que adotaram os golpistas no Brasil em 1964 e que se praticou no Chile em 1973: preparar uma sólida base de apoio para a contrarrevolução (o triângulo Rio-Minas-São Paulo, no Brasil; a província de Santa Cruz, na Bolívia; e as províncias do sul do Chile), capaz de permitir um golpe de Estado fulminante ou ao menos uma correlação de forças favorável no caso de que a tentativa de golpe desemboque numa guerra civil.

Esta flexibilidade tática está indicando desde já que o êxito da contrarrevolução depende, em última instância, da situação interna do país. Tanto no Chile como na Bolívia[8], a intervenção brasileira e estadunidense teve que passar pela conjuntura interna e, portanto, era às massas chilenas, aos seus partidos e ao governo da Unidade Popular que cabia pronunciar a última palavra sobre a decisão do processo iniciado em 1970. Como quer que seja, a

8 O caso do Uruguai é diferente, pois neste país o Brasil estava disposto à invasão pura e simples, conforme indica o chamado "Plano de 30 horas", revelado ao público pelo embaixador da Argentina no Brasil, Osiris Villegas.

derrota dos povos do Chile, da Bolívia e do Uruguai tem custado o sofrimento na própria carne dos métodos de exploração e opressão aplicados no Brasil. A supressão de todas suas conquistas sociais e políticas, as matanças, a tortura, a diminuição dos salários e a extração forçosa da mais-valia a que estão submetidos os trabalhadores chilenos são suficientes para demonstrar a gravidade da ameaça que representa para os povos da América Latina a existência de um sistema como o subimperialismo brasileiro, que exporta necessariamente a superexploração e o terror.

Ainda assim, os acontecimentos do Chile em 1973 podem representar uma vitória de Pirro do subimperialismo brasileiro. O alto grau de organização e consciência alcançados pelos operários e pelo povo do Chile, a presença de uma esquerda revolucionária que soube atuar nas ações armadas e na luta de massas, os laços de solidariedade e atuação comum que se estabelecem com outras vanguardas do Cone Sul, tudo isso está gerando as premissas para o começo de uma ampla contraofensiva revolucionária e popular na América Latina, capaz de acabar com a onda reacionária desatada na última década. Fábrica por fábrica, cidade por cidade, país por país, começa a se forjar, sobre a base de quinze anos de luta, um movimento revolucionário que saberá liquidar em nossa América as formas monstruosas de dominação impostas pelo grande capital nacional e estrangeiro.

R.M.M.
Maio, 1974.

...todo nosso esforço está destinado
a convidar a pensar, a abordar o marxismo
com a seriedade que esta gigantesca
doutrina merece.

Ernesto Che Guevara

I

Subdesenvolvimento e revolução

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. Inversamente, apenas a compreensão segura da evolução da economia capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina.

As simplificações nas quais, por sua limitação natural, este trabalho possa incorrer não devem fazer o leitor esquecer esta premissa fundamental.

A vinculação ao mercado mundial

A América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI. A decadência dos países ibéricos, que primeiro se apossaram dos territórios americanos, engendra aqui situações conflitivas, derivadas dos avanços das demais potências europeias. Mas é a Inglaterra, mediante sua dominação imposta sobre Portugal e Espanha, que finalmente prevalece no controle e na exploração desses territórios.

No decorrer dos três primeiros quartos do século XIX, e concomitantemente à afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa – principalmente na Inglaterra –, a região latino-

americana é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve europeia. A ruptura do monopólio colonial ibérico se torna então uma necessidade e, com isso, desencadeia-se o processo de independência política, cujo ciclo termina praticamente ao final do primeiro quarto do século XIX, dando como resultado as fronteiras nacionais em geral ainda vigentes em nossos dias. A partir desse momento se dá a integração dinâmica dos novos países ao mercado mundial, assumindo duas modalidades que correspondem às condições reais de cada país para realizar tal integração e às transformações que esta vai sofrendo em função do avanço da industrialização nos países centrais.[1]

Assim, num primeiro momento, os países que respondem mais prontamente às exigências da demanda internacional são aqueles que apresentam certa infraestrutura econômica, desenvolvida na fase colonial, e que se mostram capazes de criar condições políticas relativamente estáveis. Chile, Brasil e, pouco depois, Argentina aumentam sensivelmente neste período seu comércio com as metrópoles europeias, baseado na exportação de alimentos e matérias-primas como cereais, cobre, açúcar, café, carnes, couro e lã. Paralelamente, utilizando inclusive o crédito oferecido pela Inglaterra, aumentam suas importações de bens de consumo não duráveis e dão início à construção de um sistema de transporte, através de obras portuárias e das primeiras

1 As principais características dessas modalidades ou tipos foram definidas por Celso Furtado e Aníbal Pinto em diferentes trabalhos e sistematizadas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em *Dependencia y desarrollo en América Latina*, Siglo XXI, México, 1973.
[N.T.: Na primeira edição de *Subdesarrollo y revolución*, de 1969, Marini faz menção a um estudo ainda inédito de Fernando Henrique Cardoso. A edição original do livro de Cardoso e Faletto é de 1969 – o texto já circulava, desde 1967, em versões internas do Instituto Latinoamericano de Planeación Económica y Social (ILPES)–; no Brasil foi publicado pela primeira vez em 1970 pela Ed. Zahar.]

ferrovias, abrindo assim um mercado complementar à incipiente produção pesada europeia.

A partir de 1875 certas mudanças no capitalismo internacional se fazem sentir. Novas potências se projetam para o exterior, em especial a Alemanha e os Estados Unidos, e este último país começa a instaurar uma política própria no continente americano, muitas vezes em choque com os interesses britânicos. No próprio campo do comércio, a influência estadunidense é considerável, tornando perceptível em alguns países, principalmente no Brasil, a tendência a direcionar suas exportações para a nova potência do norte.[2]

Nos países centrais, por sua vez, aumenta o desenvolvimento da indústria pesada, com a tecnologia que lhe corresponde, e a economia se orienta a uma maior concentração das unidades produtivas, dando lugar ao surgimento dos monopólios. Esses traços, gerados pela acumulação capitalista realizada nas etapas anteriores, aceleram o processo e forçam o capital a buscar campos de aplicação fora das fronteiras nacionais, mediante empréstimos públicos e privados, financiamentos, aplicação em ações e, em menor medida, investimentos diretos. Portanto, diferentemente dos créditos externos utilizados antes e que correspondiam a operações comerciais compensatórias, a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista.

Em parte pelo efeito multiplicador da infraestrutura de transportes e pelo afluxo de capital estrangeiro, mas principal-

2 O choque de interesses entre os Estados Unidos e a Inglaterra já se manifestava na promulgação da República no Brasil (1889) e na guerra civil chilena, para dar apenas alguns exemplos. Esse choque permite também que um país como o Uruguai possa realizar, após a ascensão de Jorge Batlle ao poder, sua integração dinâmica ao mercado mundial em condições similares às dos países antes citados.

mente devido à aceleração do processo de industrialização e urbanização nos países centrais, que infla a demanda mundial de matérias-primas e alimentos, a economia exportadora latino-americana conhece um auge sem precedentes. Este auge está, no entanto, marcado por um aprofundamento de sua dependência frente aos países industriais, a tal ponto que os novos países que se vinculam de maneira dinâmica ao mercado mundial desenvolvem uma modalidade particular de integração.

Efetivamente, o desenvolvimento do principal setor de exportação tende, nos países dependentes, a ser assegurado pelo capital estrangeiro através de investimentos diretos, deixando às classes dominantes nacionais o controle de atividades secundárias de exportação ou a exploração do mercado interno.[3] Mesmo os países que haviam se integrado de forma dinâmica à economia capitalista em sua fase anterior veem seu principal produto de exportação cair nas mãos do capital estrangeiro – como é o caso do Chile, primeiro com o salitre e logo com o cobre, ou da Argentina com os frigoríficos e do Brasil com o controle da exportação de café.

Ainda que não transforme fundamentalmente o princípio sobre o qual se assenta a economia dependente latino-americana, esse processo tem implicações de certo alcance. De fato, em contraste com o que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em ren-

3 Isso se deve tanto à disponibilidade crescente de capital exportável nas economias centrais, quanto ao caráter mais sofisticado e custoso da tecnologia empregada, que exige grandes investimentos de capital. Daí se deriva a integração de parte do sistema de produção dos países periféricos à economia central, uma integração que ainda se dá em função do mercado mundial, e não do mercado interno, como ocorrerá posteriormente.

das que se aplicam, em sua maior parte, nas importações. A diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, o excedente passível de ser investido, sofre, portanto, a ação direta de fatores externos à economia nacional.

Contudo, nos países em que a atividade principal de exportação está sob o controle das classes dominantes locais existe uma certa autonomia sobre as decisões de investimento – condicionada, evidentemente, pela dependência da economia frente ao mercado mundial. Em geral, o excedente é aplicado no setor mais rentável da economia, que é precisamente a atividade de exportação que mais excedente produziu (o que explica a afirmação sobre a tendência à monoprodução); porém, para atender o consumo das camadas da população que não têm acesso aos bens importados, ou então como defesa contra as crises cíclicas que afetam regularmente as economias centrais, parte do excedente se orienta também para atividades vinculadas ao mercado interno. Por isso, em alguns países – como a Argentina, o Brasil ou o Uruguai –, ao lado de uma indústria vinculada essencialmente à exportação (frigorífico, moinhos etc.), desenvolve-se uma indústria leve que produz para o mercado interno, indo além do nível artesanal e dando lugar, progressivamente, à implementação de núcleos fabris de relativa importância.

É diferente a situação dos países em que a principal atividade de exportação se encontra nas mãos de capitalistas estrangeiros. A mais-valia colhida na esfera do comércio mundial pertence a capitalistas estrangeiros, e apenas uma parte dela – cuja magnitude varia de acordo com o poder de barganha de cada setor – passa à economia nacional através de tributos e impostos pagos ao Estado.[4] Daqui se derivam duas consequências: redistribuída

4 A relação entre o investimento estrangeiro e o caráter mais sofisticado da tecnologia que nele se emprega conduz a que a empresa absorva pouca mão de obra, produzindo, assim, um montante relativamente baixo de salários. Estes salários se orientam, em termos gerais, ao consumo de bens importados e não repercutem de forma efetiva no mercado interno.

às classes dominantes locais – que por isso disputam o controle do Estado –, essa parte da mais-valia se converte em demanda de bens importados, reduzindo consideravelmente o excedente passível de ser reinvestido; do mesmo modo, a parte da mais-valia que permanece em mãos do capitalista estrangeiro somente é investida no país se as condições da economia central assim exigirem. Partes substanciais da mais-valia são subtraídas do país através da exportação de lucros e, nos ciclos de depressão na metrópole, ela é transferida integralmente.

Deste modo, com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela da ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção.

As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.

A integração imperialista dos sistemas de produção

A consolidação do imperialismo como forma dominante do capitalismo internacional não ocorre de forma tranquila. No curso de sua evolução terá que passar por um período extremamen-

te difícil, que se abre com a guerra de partilha colonial de 1914, avança com a desorganização imposta ao mercado mundial pela crise de 1929 e culmina com a guerra pela hegemonia mundial de 1939. A economia que emerge deste processo reestabelece a tendência integradora do imperialismo, mas agora em nível mais alto do que o anterior, na medida em que consolida definitivamente a integração na esfera do mercado e impulsiona a etapa da integração dos sistemas de produção compreendidos em seu raio de ação.

Em seu aspecto mais global, este processo dá lugar a tendências contraditórias. Por um lado, reforça o sistema imperialista, conformando um centro hegemônico de poder – os Estados Unidos – que impulsiona e coordena a integração, garantindo-a com seu poder militar. Por outro lado, conduz ao surgimento de um campo de forças opostas: o campo socialista, que nasce e se desenvolve no fogo dos conflitos engendrados pela própria integração imperialista.

Dada a limitação deste ensaio à análise do que acontece no interior do sistema imperialista, não podemos aprofundar o estudo dos fenômenos específicos que se verificam nas economias centrais. Assinalemos apenas que o processo de integração se acompanha de uma expansão acelerada do setor de bens de capital, particularmente notável nas indústrias que, dentro deste setor, encontram-se vinculadas à produção bélica. Paralelamente ocorre uma hipertrofia do aparelho estatal, que se converte no principal agente de produção e consumo da economia, especialmente no que se refere à indústria de guerra.

Se bem é certo que a estatização e a militarização imperialistas se realizam em função do campo socialista, também é certo que obedecem à própria dinâmica do sistema e expressam os mecanismos básicos que o regem. Em última instância, esta dinâmica e estes mecanismos se referem à acumulação de capital no interior do sistema, que tende a concentrar – por meio da superex-

ploração do trabalho nas economias periféricas – partes sempre crescentes da mais-valia nos centros integradores. O aumento do excedente passível de ser investido que estes centros dispõem, por muito que seja malgasto em atividades não produtivas – como a indústria bélica e a publicidade –, acarreta um aumento constante dos investimentos diretos nas economias periféricas, através dos quais se realiza progressivamente a integração do sistema produtivo destas economias ao sistema do centro integrador.

Este processo se coliga com o crescimento e a diversificação do sistema periférico. Por certo, a crise do mercado imperialista, que estoura na segunda década do século XX, tem como mais importante consequência a inviabilização da antiga forma de vinculação que antes se impunha na América Latina – a forma da economia primário-exportadora. Isso se manifesta como uma tendência permanente, que não se limita apenas aos períodos de retração do mercado mundial; pelo contrário: devido ao surgimento de novas regiões produtoras (impelido pela expansão imperialista) e ao desenvolvimento de produções similares ou substitutos artificiais nas próprias economias centrais, constantemente se reduzem as possibilidades de comércio da América Latina, ao mesmo tempo em que se reduzem os termos de troca.

A crise do setor externo, representada pelas restrições às exportações e pelas consequentes dificuldades para satisfazer o consumo interno através das importações, exigia uma mudança na atividade econômica da região. Assim, a industrialização via substituição de importações se impôs, em linhas gerais, em todos os países latino-americanos, conforme as possibilidades reais de seus respectivos mercados internos e de acordo com o grau de desenvolvimento alcançado na etapa anterior. Desde 1920 até o início dos anos 1950, muitos países se lançam por esse caminho, e alguns, como a Argentina, o Brasil e o México, chegam a criar uma indústria leve capaz de satisfazer no essencial a demanda interna de bens de consumo não duráveis.

O fato que mais chama a atenção é o caráter relativamente pacífico que o trânsito da economia agrária para economia industrial assume na América Latina, em contraste com o que ocorreu na Europa. Isto fez com que muitos estudiosos mantivessem equivocadamente a tese de que a revolução burguesa latino-americana ainda está por se realizar. Ainda que fosse correto dizer que a revolução burguesa não se concretizou na América Latina segundo os cânones europeus, este argumento é enganoso, pois não considera adequadamente as condições objetivas dentro das quais se desenvolveu a industrialização latino-americana.

É preciso lembrar, por certo, que a indústria que aqui se desenvolveu no século XIX tem um papel complementar ao setor de exportação. Somente em alguns países se gestou uma indústria de bens de consumo de base marcadamente artesanal, estimulada pela crise cíclica do mercado mundial e pelo crescimento da população urbana, que era constituída em sua maior parte por massas com baixo poder aquisitivo.

No primeiro caso, os interesses da indústria coincidem rigorosamente com os do setor agrário-mercantil e seu desdobramento não causa uma diferenciação efetiva no interior das classes dominantes. No segundo, a classe industrial, que se inclui entre as classes médias urbanas, é formada, em geral, por imigrantes, os quais, ao não estarem integrados plenamente na sociedade, não chegam a participar ativamente nos choques de interesses que ali se verificam. Oferecerão, porém, um suporte real para a ideologia da classe média que então se desenvolve – protecionista no plano econômico e liberal na esfera política – e que se afirmará apenas onde alguns setores dominantes, entrando em conflito com os grupos mais privilegiados ou tendo que enfrentar a concorrência externa, tornam-se seu porta-voz.[5]

5 Exemplos disso são o batllismo no Uruguai, o radicalismo argentino do começo do século XX, ou o civilismo brasileiro.

De qualquer forma, a existência desse setor industrial dedicado ao mercado interno gera a base objetiva para uma transformação da atividade econômica quando ocorre a crise do mercado mundial. A restrição das importações abre novas possibilidades de crescimento, com vistas a atender a demanda interna insatisfeita. Por outro lado, esse setor irá se beneficiar com o excedente econômico produzido na atividade exportadora, tanto pela diminuição das oportunidades de investimento, quanto pela tendência desse excedente fluir para a indústria através do sistema bancário.

O eixo do problema reside neste ponto. O setor exportador soube se defender da conjuntura de depressão vigente no mercado mundial, adotando políticas de defesa do emprego expressas na compra de parte da produção e na formação de reservas pelo Estado (como ocorre com o café, no Brasil), além de estabelecer acordos comerciais desvantajosos, que garantiam, entretanto, o escoamento da produção (por exemplo, o acordo Roca-Runciman, assinado pela Argentina e Inglaterra). Nessas condições, o setor exportador mantinha sua atividade e, de maneira correlata, devido às dificuldades para importar, exercia uma pressão estimulante sobre a oferta interna, criando a demanda efetiva que a indústria trataria de satisfazer.

É este mecanismo que explica a possibilidade de um pacto em benefício mútuo entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial ascendente, a despeito de alguns eventuais desajustes em suas relações. O Estado que assim se estabelece é um Estado de compromisso, que reflete a complementariedade objetiva que cimentava suas relações. As tensões se tornaram mais graves somente naqueles países onde o setor exportador, controlado diretamente pelo capital estrangeiro, não dispunha das condições necessárias para mudar sua orientação, o que deu lugar a conflitos radicais que terminaram, porém, por conduzir a uma situação de repressão imposta pelas antigas classes dominantes, uma situação que se traduziu em relativa estagnação econômica.

A luta pelo desenvolvimento capitalista autônomo

O pacto estabelecido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía, portanto, o conflito de interesses no interior da coalizão dominante. As divergências sobre a política cambial e de crédito, as tentativas constantes da burguesia industrial de canalizar para si o excedente gerado no setor exportador, e seu propósito de assegurar através do Estado o desenvolvimento dos setores básicos foram motivos de conflitos interburgueses constantes, que se manifestaram numa instabilidade política superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases do poder. Essas tensões resultavam, em última instância, dos movimentos do polo econômico vinculado ao mercado interno, em sua progressiva busca por se libertar da dependência do polo externo e impor seu predomínio.

A aceleração que, durante a Segunda Guerra Mundial, produz-se no processo de industrialização latino-americano – e que lança novos países, como a Venezuela, ao caminho percorrido desde os anos 1930 pela Argentina, Brasil e México – reforça consideravelmente o polo interno e cria as condições para uma luta mais aberta pelo predomínio dentro da coalizão dominante. Nesta luta, a burguesia industrial lançará mão da pressão das massas urbanas, que haviam aumentado consideravelmente no período anterior, nos marcos de um jogo político normalmente conhecido como "populismo". Seu fruto será o estabelecimento de regimes de tipo bonapartista, cujo exemplo mais claro é o governo de Juan Domingo Perón na Argentina.

Historicamente, e do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, esta situação corresponde ao fim da etapa da industrialização substitutiva de bens de consumo não-duráveis, e leva à necessidade de implementar uma indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital.

Num primeiro momento, a burguesia industrial toma consciência desta situação pelo esgotamento relativo da expansão da indústria leve no mercado interno. Isto conduz a burguesia industrial a tentar ampliar a escala do mercado, o que é feito através da abertura de frentes externas – política seguida incialmente por Perón –, ou através da dinamização do próprio mercado interno – mediante políticas de redistribuição da renda, que vão desde o aumento dos salários até a proposta de uma reforma agrária (como ocorreu, em parte, com Perón, e mais fortemente com Vargas, em seu segundo período de governo, entre 1950 e 1954). No entanto, o bloqueio enfrentado pela indústria leve para sua expansão, junto às dificuldades de importar os bens intermediários e os equipamentos necessários, levam a burguesia a encarar a segunda etapa do processo de industrialização, ou seja, a criação de uma indústria pesada.

Na medida em que isso se combina com a exigência de ampliar o mercado para a indústria leve e demanda um maior excedente de capital para investir, faz-se necessário aumentar as transferências de capital do setor exportador e instaurar barreiras alfandegárias que defendam o mercado nacional. Assim, a burguesia se choca simultaneamente com a classe latifundiária-mercantil e com os trustes internacionais, aos quais a economia está conectada pelas atividades de importação e exportação.

O bonapartismo se apresenta, nesta perspectiva, como o recurso político utilizado pela burguesia para enfrentar seus adversários. Fincando-se nas massas populares urbanas – seduzidas pela fraseologia populista e nacionalista e, mais concretamente, pelas tentativas de redistribuição da renda –, a burguesia procura erigir um novo esquema de poder, no qual, mediante o apoio das classes médias e do proletariado, e sem romper o esquema de colaboração vigente, seja capaz de se sobrepor às antigas classes latifundiária e mercantil. Devido às implicações nas relações econômicas com o centro imperialista hegemônico, esse processo

tende a se combinar com a busca de fórmulas capazes de promover o desenvolvimento capitalista autônomo.

Convém aqui ressaltar que essas mudanças na América Latina se tornam visíveis no mesmo momento em que, reorganizado o mercado mundial pela hegemonia dos Estados Unidos, o imperialismo afirma sua tendência à integração dos sistemas de produção. Esta integração é movida por duas razões fundamentais, sendo a primeira relacionada com o avanço da concentração de capital em escala mundial, o que deposita nas mãos das grandes companhias internacionais uma superabundância de recursos passíveis de ser investidos, que necessitam buscar novos campos de aplicação no exterior. A tendência declinante do mercado de matérias-primas e o desenvolvimento de um setor industrial vinculado ao mercado interno nas economias periféricas durante a fase de desorganização da economia mundial fizeram com que este setor atraísse capital estrangeiro em busca de oportunidades de investimento.

A segunda razão da integração dos sistemas de produção é dada pelo grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais, acompanhado de uma aceleração considerável do progresso tecnológico. Isto fez com que, por um lado, os tipos de equipamentos produzidos, sempre mais sofisticados, devessem ser aplicados em atividades industriais mais elaboradas nos países periféricos, existindo interesse, por parte dos países centrais, de impulsionar ali o processo de industrialização. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu, nos países centrais, o prazo de reposição do capital fixo – que passou de uma média de oito anos para quatro anos[6] –, surgiu a necessidade de exportar para a periferia os equipamentos e máquinas que se tornavam obsoletos e ainda não tinham sido totalmente amortizados.

6 Ver Ernest Mandel, *Traité d'économie marxiste*, Paris, 1962. Existe edição em espanhol: Editora Era, México, 1969.

Assim, no momento em que as burguesias nacionais dos países latino-americanos consideram conveniente desenvolver seu próprio setor de bens de capital, topam com o assédio do capital estrangeiro, que as pressiona para penetrar na economia periférica e implementar este setor. É natural, portanto, que, na busca por defender sua mais-valia e seu próprio campo de investimento – e vale lembrar que o campo representado pela indústria leve dava sinais de esgotamento –, a primeira reação dessas burguesias tenha sido a resistência ao assédio, formulando uma ideologia nacionalista orientada para a definição de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo. Mas também se compreende que, junto ao conflito já existente com as antigas classes dominantes internas, a abertura dessa segunda frente de luta tenha conduzido o conjunto da política burguesa ao fracasso.

O fracasso da burguesia

A causa fundamental deste fracasso se deve, em última instância, à impossibilidade da indústria se sobrepor ao condicionamento que o setor externo lhe impunha desde seus primeiros passos. Suprindo a demanda criada pelas classes ricas e utilizando tecnologia importada dos países centrais – cuja principal característica é poupar mão de obra –, a indústria latino-americana se deparou com um mercado reduzido, e tratava de compensá-lo através do uso abusivo da relação entre preços e salários. Isso era possível precisamente porque, ao mesmo tempo em que empregava uma tecnologia poupadora de mão de obra, a indústria se via diante de uma oferta de trabalho em constante expansão, o que permitia fixar os salários no seu nível mais baixo. Em contrapartida, o crescimento do mercado era extremamente lento, compensado apenas com a alta constante dos preços, isto é, com a inflação.

Quando se coloca o problema da criação de uma indústria pesada, a burguesia industrial se inclina inicialmente, como já vimos, para a reformulação desse esquema. Neste sentido, trata de mobilizar instrumentos capazes de ampliar a escala do mercado e procura acelerar a transferência do excedente criado pelas exportações em direção ao setor industrial. No afã por ampliar sua mais-valia relativa – aproveitando-se da crescente oferta mundial de equipamentos e maquinarias no pós-guerra –, acaba por se focar em medidas mais imediatas, tendentes a flexibilizar a curto prazo a capacidade de importar.

Pois bem, vimos que desde os anos 1920 a capacidade para importar se deteriorava constantemente. Para elevar o montante de divisas disponíveis para importação de equipamentos e bens intermediários, não sobra outra alternativa à burguesia industrial do que ceder ao setor agroexportador, dando-lhe facilidades e incentivos. E para fazê-lo sem limitar a acumulação de capital necessário para enfrentar a segunda etapa da industrialização, deve descarregar sobre as massas de trabalhadores da cidade e do campo o esforço de capitalização, com o que afirma mais uma vez o princípio fundamental do sistema subdesenvolvido: a superexploração do trabalho.

Este fenômeno – claramente expresso na aceleração da inflação e nas políticas de "estabilização", bem como na renúncia a realizar uma reforma agrária efetiva – tem como consequência a ruptura da base em que se apoiava a política bonapartista. Ao consentir com as antigas classes dominantes, a burguesia industrial teve que abandonar sua fraseologia revolucionária, deixando de lado também o tema das reformas estruturais e as políticas de redistribuição da renda. Com isso se distanciou das aspirações das grandes massas e perdeu a possibilidade de manter com elas uma aliança tática.

O processo se completou com a renúncia da burguesia a levar a cabo uma política de desenvolvimento autônomo. O assé-

dio dos capitais estrangeiros, que se intensifica nos anos 1950, coincide com a dificuldade das economias latino-americanas em obter uma flexibilização de sua capacidade de importar mediante a expansão das exportações tradicionais (dificuldades especialmente sentidas ao terminar a Guerra da Coreia). Como vimos, as companhias estrangeiras dispunham de máquinas e equipamentos obsoletos e não amortizados nas metrópoles, que representavam um adiantamento efetivo no nível tecnológico imperante nos países latino-americanos. A entrada desses capitais – sob a forma de investimentos diretos e, cada vez mais, em associação com empresas locais – constituía uma solução conveniente para as duas partes: para o investidor estrangeiro sua maquinaria obsoleta permitiria lucros similares aos que poderiam ser obtidos com um equipamento mais moderno em seu país de origem, em virtude do preço mais baixo da mão de obra; e para a empresa local se abria a possibilidade de conseguir uma mais-valia extraordinária com a nova maquinaria.

Desta forma, a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior. O mecanismo da associação de capitais é a forma que consagra esta integração, que não apenas desnacionaliza definitivamente a burguesia local, como também, entrelaçada à diminuição relativa do emprego de mão de obra própria do setor secundário latino-americano, consolida a prática abusiva de preços como meio para compensar a redução concomitante do mercado, tendo em vista que os preços se fixam segundo o custo de produção das empresas tecnologicamente mais atrasadas. O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reinvindicação mais elementar: o direito ao trabalho.

A coincidência entre essas duas tendências – o abandono da política bonapartista e das aspirações pelo desenvolvimento autônomo – leva à queda dos regimes liberal-democráticos que vinham tentando se afirmar desde o pós-guerra e conduz à instauração de ditaduras tecnocrático-militares. Isso se soma à acentuação do papel dirigente do Estado e ao aumento considerável dos gastos militares, que vão se tornando, em escala crescente, parte da demanda de uma oferta industrial que não pode se basear na expansão do consumo popular. Com as deformações de escalas inerentes a esse processo, o imperialismo reproduz nas economias periféricas da América Latina os mesmos traços fundamentais consolidados nas economias centrais, em sua transição para a integração dos sistemas de produção.

O desenvolvimento capitalista integrado

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. A superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema – e, portanto, entre os interesses das classes por ele beneficiadas – e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestam em suas reivindicações por trabalho e consumo. A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade, colocando na ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária, de luta pela socialismo.

Seria ingênuo, porém, acreditar que o êxito desta política está inscrito na ordem natural das coisas e que se deriva necessaria-

mente da irracionalidade cada dia mais evidente da organização econômica imposta pelo capitalismo. Se não tomarmos consciência da situação que atravessamos e não a contestarmos com uma ação sistemática e radical, nós, os povos do continente, corremos o risco de seguir perambulando durante um período imprevisível nas sombras do escravismo e do embrutecimento. Isto é tanto mais perigoso pois o sistema já se mobiliza, seja para promover a eliminação física de populações inteiras (através, por exemplo, de técnicas de esterilização), seja para organizar um esquema econômico e político que possa funcionar como instrumento efetivo de contenção das forças revolucionárias emergentes.

Neste esquema, os atuais projetos de integração regional e a ditadura aberta de classe representada pelos regimes tecnocrático-militares desempenham um papel preponderante. A integração da economia se estabelece, de fato, como uma forma de levar ao auge, na América Latina, a integração imperialista dos sistemas de produção, no quadro de uma situação econômica marcada por uma capacidade potencial crescente da oferta e uma restrição sistemática das possibilidades de consumo. Esta situação, diretamente relacionada à difusão de tecnologias que economizam mão de obra numa estrutura de produção profundamente monopolista, conduziu à formação de ilhas caracterizadas por um relativo desenvolvimento industrial e urbano e dispersas entre grandes áreas rurais. Na medida em que a extrema concentração da propriedade e da renda freia o desenvolvimento das áreas rurais e das próprias ilhas industriais, não se pensou em nada melhor que interligar estas ilhas e, voltando as costas às famintas massas camponesas, integrá-las num sistema mais ou menos coerente.

É evidente que isto impõe um novo esquema de divisão internacional do trabalho, afetando não apenas as relações entre os países latino-americanos e os centros de dominação imperialista, mas também as relações daqueles entre si. No primeiro

caso, são transferidas a esses países certas etapas inferiores do processo de produção, reservando as etapas mais avançadas e o controle da tecnologia corresponde aos centros imperialistas (como a produção de computadores, de conjuntos automatizados e de energia nuclear). Cada avanço da indústria latino-americana afirmará, portanto, com maior força, sua dependência econômica e tecnológica frente aos centros imperialistas. No segundo caso, se estabelecem níveis ou hierarquias entre os países da região, segundo os ramos de produção que se desenvolveram ou estão em condições de se desenvolver, negando aos demais o acesso a ditos processos de produção para torná-los simples mercados consumidores. As características próprias do sistema fazem com que esta tentativa de racionalizar a divisão do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associados à metrópole para explorar os povos vizinhos. Sua melhor expressão é a política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco no Brasil, que atualmente o regime argentino procura imitar.

A reorganização dos sistemas de produção latino-americanos, nos marcos da integração imperialista e diante do recrudescimento das lutas de classe na região, levou à implementação de regimes militares de corte essencialmente tecnocrático. A tarefa de tais regimes é dupla: por um lado, promover os ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista; por outro lado, reprimir as aspirações de progresso material e os movimentos de reformulação política originados pela ação das massas. Reproduzindo em escala mundial a cooperação antagônica praticada no interior de cada país, tais regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico – os Estados Unidos –, ao mesmo tempo que colidem continuamente com este em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados.

Vista numa perspectiva histórica mais ampla, uma América Latina integrada ao imperialismo não é mais viável que a sobrevivência do próprio sistema imperialista. A superexploração do trabalho em que se funda o imperialismo, sob cujo signo se pretende integrar os países da região, estabelece um descompasso entre a evolução das forças produtivas e as relações de produção, deixando entrever a derrocada do sistema em seu conjunto, com tudo que representa de exploração, opressão e degradação. Por outro lado, a luta mundial dos povos contra o imperialismo, à qual a América Latina se integrou vitoriosamente com a Revolução Cubana, não depende exclusivamente do que queiram e façam os povos deste continente, mas sofre também a influência de acontecimentos tão importantes quanto a guerra de libertação do povo vietnamita, a Revolução Cultural chinesa e o acirramento das lutas de classe no interior do próprio Estados Unidos.

Contudo, parece evidente que, quanto mais avance o processo de integração imperialista dos sistemas de produção na América Latina e mais efetiva se torne a repressão aqui praticada contra os movimentos revolucionários, melhores condições terá o imperialismo para prolongar sua existência na contramão da história. Inversamente, a generalização da revolução latino-americana tende a destruir os principais suportes de apoio do imperialismo, e sua vitória representará para este um golpe mortal. Esta é a responsabilidade histórica dos povos latino-americanos e frente a ela não cabe outra atitude possível que não a prática revolucionária.

O futuro da revolução latino-americana

No que diz respeito à revolução latino-americana, da mesma forma que ao ingressar na etapa de integração imperialista o capitalismo internacional levou à formação de um campo de forças

antagônicas representado pelos países socialistas, também a integração imperialista dos sistemas de produção na América Latina está forjando sua própria negação. Esta negação já se manifestou no triunfo do socialismo em Cuba, e segue se desenrolando através das lutas de classe que perpassam toda a região, com a expressão mais visível na atividade guerrilheira levada a cabo na Venezuela, na Guatemala, na Colômbia e em outros países. O avanço irrefreável das massas exploradas se orienta inevitavelmente para a substituição do atual sistema de produção por outro que permita a plena expansão das forças produtivas e que resulte numa elevação efetiva nos níveis de trabalho e de consumo, isto é, o sistema socialista.

Fundamentalmente, são duas as tendências principais que animam o atual movimento revolucionário latino-americano, e cuja realização coloca um desafio àqueles que se interessam por sua vitória. A primeira tem a ver com o estabelecimento de uma relação mais efetiva entre as classes exploradas e suas vanguardas politicas, dentre as quais muitas já se lançaram à empreitada suprema da luta armada. A segunda se refere às relações que devem se estabelecer entre essas classes dentro do quadro mais amplo do contexto internacional.

O processo de industrialização na América Latina, devido às características que assumiu, teve como principal efeito intensificar a exploração das massas trabalhadoras da cidade e do campo. Assim, na medida em que a indústria dependeu sempre do excedente produzido no setor externo da economia e quis absorver partes crescentes deste excedente, as classes beneficiadas pela exportação buscaram compensar suas perdas através do aumento da mais-valia absoluta arrancada das massas camponesas. Isto não foi tão difícil já que, dada a extrema concentração da propriedade da terra, os trabalhadores do campo se viram privados das mínimas oportunidades de emprego e tiveram que ofertar no mercado sua força de trabalho por um preço vil.

Um fenômeno similar se deu nas cidades. Desorganizando a antiga produção artesanal – principal fonte de emprego para as massas urbanas –, e se beneficiando das fortes migrações de trabalhadores que a arcaica estrutura agrária não absorvia, os capitalistas industriais se viram frente a uma oferta de mão de obra em constante expansão. O fato de que, ao buscar aumentar sua mais-valia relativa, tenham lançado mão de uma tecnologia que poupa mão de obra importada dos países centrais, acentuou ainda mais o crescimento relativo da oferta de trabalho, de encontro à redução sistemática das oportunidades de emprego na indústria.

A principal consequência desta situação foi que a exploração dos trabalhadores urbanos se manteve sempre no limite do suportável, desmentindo aqueles que insistem em ver a classe operária latino-americana como um setor privilegiado da população. Na melhor das hipóteses – correspondente à fase da política bonapartista –, esta pôde apenas manter seu nível de vida, sem alcançar, porém, avanços reais, tendo que se contentar com a extensão horizontal do emprego, que permitia aumentar a renda global das famílias proletárias mediante o trabalho de um número cada vez maior de seus membros. O progresso tecnológico na região se expressou, portanto, num aumento simultâneo da mais-valia absoluta e relativa nas empresas por ele beneficiadas, e foi a premissa da acumulação de capital que permitiu que a burguesia marchasse rumo à criação de uma indústria pesada.

O traço mais dramático dessa situação foi, no entanto, o crescimento espantoso das populações marginais urbanas, aglomeradas em bairros miseráveis, nas favelas e nas periferias. Sem uma posição definida no sistema de produção e vivendo de trabalhos ocasionais, esse subproletariado – que chega a superar, em certas cidades, um terço da população total – sequer pôde se somar à reivindicação básica do proletariado industrial – a extensão horizontal do emprego ou, melhor dito, o direito ao trabalho –, e se limitou, na maior parte dos casos, a reivindicações de consumo;

converteu-se, assim, em massa de manobra de políticas demagógicas por excelência, pela impossibilidade objetiva de desenvolver uma consciência de classe, representou um dos suportes fundamentais do populismo.

As ilusões populistas e nacionalistas criadas pela burguesia também ecoaram nas classes médias. Enfrentando a dificuldade de se situar dentro do sistema de produção, as reivindicações destas tenderam, no melhor dos casos, a coincidir com as reivindicações de trabalho do proletariado industrial, mas nada representaram no sentido de fundar essa aspiração numa análise científica das condições que as motivavam, ou seja, a tendência inevitável do sistema a expulsar do processo produtivo massas crescentes da população. Mais do que isto, a classe média, participando objetivamente do processo de marginalização que afetava o subproletariado, coincidiu muitas vezes com este em suas reivindicações de consumo e confundiu inclusive o movimento próprio do subproletariado com a luta de classe dos trabalhadores industriais, tornando-se ela própria outro suporte fundamental do populismo.

A diferenciação que o avanço da industrialização acarretava no interior da classe burguesa trouxe ainda mais perplexidade à classe média. A concentração das unidades de produção, o desenvolvimento da indústria pesada, a elevação do nível tecnológico da indústria, a associação com o capital estrangeiro – que constituíam aspectos de um só processo –, tudo isso foi percebido por elas como realidades independentes, que podiam ser combatidas ou defendidas separadamente. Na medida em que isso implicou a conformação de camadas burguesas que se beneficiavam de forma desigual de tal processo, as classes médias tenderam a se aliar às camadas menos favorecidas e a desenvolver uma ação política contraditória, que não saiu nunca dos marcos dos conflitos interburgueses.

Foi assim que nasceu o mito da burguesia nacional oposta aos interesses do imperialismo ou, mais precisamente, foi a forma

que se encontrou para justificar a adoção dessa categoria, forjada em contextos históricos diferentes. As classes médias atuaram no sentido de subordinar o movimento progressista das massas exploradas da cidade e do campo à burguesia mais atrasada econômica e tecnologicamente – assumindo seu ponto de vista –, burguesia esta que não podia sequer pleitear a possibilidade de se associar aos capitais estrangeiros e enfrentava, ela mesma, a ameaça da proletarização, representando o setor mais retardatário da sociedade. Ao mesmo tempo, as classes médias se deixavam seduzir pelo "desenvolvimentismo" dos grandes grupos econômicos, em sua marcha rumo a um aumento da composição técnica da produção e à implementação da indústria pesada, em associação com o capital estrangeiro, sem se dar conta de que assim contradiziam os interesses de sua pretensa "burguesia nacional", para a qual esse caminho estava fechado.

Pois bem, as vanguardas revolucionárias da América Latina trazem, em geral, a marca das classes médias. A incompreensão que as classes médias revelaram frente ao processo econômico de seus países e à luta de classes que daí se deriva dificultou consideravelmente a vinculação efetiva dessas vanguardas às forças reais da revolução, principalmente com o que forma sua coluna vertebral: o proletariado industrial. Com raras exceções, sua posição ambígua em relação aos conflitos interburgueses não lhe permitiu aliar-se ao proletariado e definir junto a este uma política operária, de luta pelo socialismo, que ponha em marcha uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo contra o sistema de exploração ao qual estão submetidos.

No entanto, somente isso pode dar pleno sentido à luta anti-imperialista e levá-la a suas últimas consequências. Ao definir no marco nacional uma política operária, as forças revolucionárias estarão dando início a um processo que conduz necessariamente à internacionalização da revolução e ao enfrentamento direto com o centro hegemônico imperialista. Os opressores nacionais

e estrangeiros já se previnem contra essa eventualidade, tratando de estabelecer mecanismos de contenção, tais como os regimes militares subordinados à estratégia do Pentágono, a Força de Polícia Interamericana e os acordos para repetir, quando seja necessário, a experiência dominicana.

A ação internacionalista de Guevara e a política revolucionária de Cuba antecipam a resposta que os povos do continente darão a seus opressores. Mais ainda, fazem que desponte no horizonte aquilo que parece ser a contribuição mais original da América Latina para a luta do proletariado internacional: seu caráter internacional. Tudo indica que será aqui que o internacionalismo proletário alcançará uma nova etapa de seu desenvolvimento e sentará as bases de uma sociedade mundial de nações livres da exploração do homem pelo homem.

II

A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil

O golpe militar que depôs o presidente constitucional do Brasil, João Goulart, em abril de 1964, foi apresentado pelos militares brasileiros como uma revolução e definido um ano depois por um de seus porta-vozes como uma "contrarrevolução preventiva". Por suas repercussões internacionais, sobretudo na América Latina, e diante das concessões econômicas aos capitais norte-americanos, muitos consideraram o golpe simplesmente como uma intervenção disfarçada dos Estados Unidos. Essa opinião é compartilhada por determinados setores da esquerda brasileira que, no entanto, nunca souberam explicar por que, precisamente quando pareciam chegar ao poder, este lhes foi inesperadamente arrebatado sem que se disparasse um só tiro.

Parece-nos que nenhuma explicação sobre um fenômeno político pode ser boa se o reduzir a apenas um de seus elementos, e é decididamente ruim se tomar como chave justamente um fator condicionante externo. Em um mundo caracterizado pela interdependência e, mais que isso, pela integração, ninguém negaria a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, principalmente quando se trata de uma economia como a daquelas denominadas *centrais*, *dominantes* ou *metropolitanas* e de um país periférico, subdesenvolvido. Mas em que medida esta influência é exercida? Qual é sua força diante dos fatores internos específicos da sociedade sobre a qual atua?

O Brasil, com seus 90 milhões de habitantes e uma economia industrialmente diversificada, é uma realidade social complexa, cuja dinâmica foge às interpretações unilaterais, ainda que esteja condicionada e limitada pelo marco internacional no qual está inserida. Sem uma análise da problemática brasileira, das relações de força existentes entre os grupos políticos e das contradições de classe que se desenrolavam sobre a base de uma dada configuração econômica, não se compreenderá a transformação política ocorrida a partir de 1964. Mais grave, não será possível relacionar esse desenrolar político à realidade econômico-social que se encontra em sua base, nem estimar as perspectivas prováveis de sua evolução. Perspectivas que, no final das contas, não se referem apenas ao Brasil, mas a toda a América Latina.

1. Política e luta de classes

A história política brasileira apresenta, no século XX, duas fases bem caracterizadas. A primeira, que vai de 1922 a 1937, é de grande agitação social, marcada por várias rebeliões e por uma revolução: 1930. Suas causas podem ser buscadas na industrialização verificada no país na década de 1910, devida sobretudo à guerra de 1914, que leva a economia brasileira a realizar um considerável esforço de substituição de importações. A crise mundial de 1929 e suas repercussões sobre o mercado internacional manteriam a capacidade de importação do país em níveis baixos, acelerando, assim, seu processo de industrialização.

As transformações operadas na estrutura econômica nesse período se expressam, socialmente, no surgimento de uma nova classe média – isto é, de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno – e de um novo proletariado, que passam a pressionar os antigos grupos dominantes para obter um lugar próprio na sociedade política. O resultado das lutas de-

sencadeadas por esse conflito é, por intermédio da Revolução de 1930, um compromisso – o Estado Novo de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas – através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista.

A coalizão dominante: a primeira fissura

Com pequenas mudanças e apesar da destituição da ditadura de Vargas em 1945, este compromisso político, este contrato social – se é que pode ser chamado assim – mantém-se estável até 1950. Começa então um novo período de acirradas lutas políticas – cujo primeiro fruto é, em 1954, o suicídio de Vargas (que regressara ao poder através de eleições) – e que conduzirão o país, em dez anos tormentosos, ao golpe militar de 1964. Como consequência dessas lutas, encontra-se o esforço da burguesia industrial para colocar os recursos econômicos disponíveis e o aparelho do Estado a seu serviço, rompendo, ou pelo menos transgredindo, as regras do jogo fixadas em 1937. Mas as razões são na realidade mais profundas: assiste-se, nesse período, à deterioração das condições nas quais essas regras se baseavam, o que se deve, por um lado, ao crescimento constante do setor industrial e, por outro, às dificuldades que, tendo aparecido primeiramente no setor externo, fizeram com que a complementaridade existente até então entre o desenvolvimento industrial e as atividades agroexportadoras se convertesse em uma verdadeira oposição.

Junto à ruptura vertical que ocorria entre as classes dominantes, as pressões das massas em busca de novas conquistas sociais rompem o dique que a ditadura lhes impôs até 1945 e que o governo forte do marechal Dutra (1945-1950) mantivera. A força ascendente do movimento de massas, que se expressa já na eleição de Vargas como presidente da República – quando, pela primeira vez no Brasil, um candidato da oposição chegou ao poder –, é estimulada pela burguesia, que nela se apoia para quebrar a resistência das antigas classes dominantes. Essa aliança era possível pois, ao propor um amplo programa de expansão econômica, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida para a classe operária e para as classes médias urbanas, criando desta maneira uma zona de interesses comuns que tendiam a expressar-se politicamente em um comportamento homogêneo. Essa tendência será acentuada pela burguesia através do manejo das direções sindicais (via Ministério do Trabalho) e com o impulso dado às ideias nacionalistas, que lhe permitiram exercer um controle ideológico sobre as massas.

Refletindo essa correlação de forças, Getúlio Vargas não tarda em se definir por uma política progressista e nacionalista, da qual foram frutos: a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; a decisão de concretizar o Plano SALTE (programação dos investimentos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia); o Plano Rodoviário Nacional; o Fundo Nacional de Eletrificação; a renovação do equipamento da marinha mercante e do sistema portuário; o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e o projeto de monopólio estatal de energia elétrica (Eletrobras). O envio para o Congresso de um projeto de lei limitando os lucros extraordinários e os pronunciamentos favoráveis à restrição das remessas de lucros foram acompanhados por uma política trabalhista destinada a atrair o apoio operário, algo que Vargas confiou a um jovem e desconhecido gaúcho chamado João Goulart, nomeado como ministro do Trabalho.

Em um esforço para mobilizar organicamente as massas operárias, Goulart lançou mão de diferentes métodos, desde o aumento de 100% do salário mínimo (congelado desde 1945), até a organização unitária dos sindicatos. A demonstração de força representada pelo I Congresso Nacional de Previdência Social, no Rio de Janeiro, e os ataques ali lançados por Goulart – rodeado por conhecidos líderes comunistas – às oligarquias dominantes e à exploração imperialista abalaram a direita e assustaram as classes dominantes com a ameaça de uma "república sindicalista" de tipo peronista. As estreitas relações de amizade mantidas pelo Brasil de Vargas e pela Argentina de Perón reforçavam esse temor. Pressionado furiosamente, Goulart se viu obrigado a abandonar o ministério e a exilar-se no Uruguai.

Era, para Vargas, o princípio do fim. Retrocedendo frente à reação da direita, tratou de acalmar a fúria da oposição com várias medidas, entre elas a Lei de Segurança Nacional e a prorrogação e ampliação do acordo militar entre o Brasil os Estados Unidos. A primeira, sem consequências imediatas, criava o marco jurídico para a repressão do movimento popular, que o governo militar de 1964 utilizaria amplamente; a segunda colocava as Forças Armadas brasileiras definitivamente sob a influência do Pentágono estadunidense. Mas o melhor exemplo da política de conciliação de Vargas foi a reforma cambial de 1953, com a qual procurou aumentar as exportações e conter as importações – realizadas no mercado oficial, sob o controle governamental –, ao mesmo tempo em que, ao transferi-las para o mercado livre, liberava-se a entrada e a saída de capitais.

Essa reforma cambial, ainda que tenha tido pouca influência sobre as exportações, comprimiu fortemente o nível das importações, equilibrando provisoriamente as contas externas do país, mesmo que boa parte do saldo obtido desta maneira tenha sido absorvido pela evasão de divisas permitida pelo novo sistema. A queda do preço internacional do café e a redução do volume

das exportações brasileiras fizeram com que, em 1954, a balança comercial voltasse a apresentar déficit, lançando a economia novamente em uma grave crise cambial. Internamente, o curso da inflação (a média mensal de preços passou de 175 em 1953 a 222 em 1954*) impulsionou o movimento operário a reivindicar reajustes salariais, tendo os sindicatos, agora, o recurso efetivo da greve – cujo direito foi conquistado, efetivamente, com a grande paralisação dos metalúrgicos, vidreiros e gráficos em São Paulo, em 1953.

Sobre essa base e dirigida por um jornalista chamado Carlos Lacerda, intensifica-se a campanha da direita contra Vargas, cuja política de conciliação o isolou das massas e atraiu a oposição de suas forças organizadas, sobretudo dos comunistas. Uma tentativa de assassinar Lacerda, embora frustrada, proporcionou o pretexto para que fosse exigida a renúncia do presidente, posto que vários membros de seu gabinete foram comprometidos. Na madrugada do dia 24 de agosto, virtualmente deposto, Getúlio Vargas se suicida, dando um tiro no coração.

"Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim", dizia Vargas em uma mensagem póstuma, divulgada pouco depois por Goulart. Após denunciar os grupos econômicos nacionais e internacionais como responsáveis por sua morte, concluía: "Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue".

Encerrava-se assim um período de governo que marca a eclosão das contradições que vinham se gestando há muito no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. O fato básico

* N.T.: Nesta passagem, bem como em algumas outras, Marini não fornece o ano-base pelo qual foram indexados os dados.

a ser considerado é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação que caracterizou a economia brasileira antes dos anos 1930. Além disso, essa indústria não sofreu limitação ou concorrência sensíveis, em virtude das condições excepcionais criadas pela crise de 1929 e pelo conflito mundial. O compromisso político de 1937 tivera como base essa realidade objetiva. Nos anos 1950 a situação se modifica. Enquanto a indústria se empenha em manter altas taxas de câmbio, o que a leva a colidir com o setor agroexportador – cujos lucros eram dessa maneira diminuídos –, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionara em outros tempos. Pelo contrário, muitas vezes se faz necessário que, mediante a formação de estoques generosamente pagos, o governo garanta os lucros dos plantadores e dos exportadores, estoques que, na verdade, correspondem à imobilização de recursos necessários para a atividade industrial.

A crise do setor externo da economia brasileira expressava, portanto, a ruptura da complementaridade que havia caracterizado as relações da indústria com as atividades agroexportadoras. Esta crise se agravou com outro elemento: a remuneração do capital estrangeiro. Como observa Caio Prado Júnior, os gastos anuais médios relativos à exportação de capital foram, no período de 1949-1953, de quase 3 bilhões de cruzeiros, soma apenas superada pela exportação de café e muito superior àquela que foi gasta na importação de equipamentos mecânicos e veículos motorizados, que constituem suprimentos essenciais para a economia[7]. Como a remuneração do capital estrangeiro só pode ser normalmente coberta por recursos da exportação, e dado que se assistia de fato a uma crise da exportação, a interação entre esses dois elementos do setor externo e suas repercussões sobre os interesses da indústria eram evidentes.

7 Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1959, p. 321.

As lutas políticas de 1954 refletiram a agudização dessas contradições da sociedade brasileira e terminaram com uma trégua, não com uma solução. Após a morte de Vargas, efetivamente, tentou-se um compromisso, entregando a Presidência da República a Café Filho (vice-presidente cuja candidatura fora apresentada pelo Partido Socialista), enquanto o mesmo era rodeado por um ministério onde a direita se encontrava muito bem representada. O importante Ministério da Fazenda ficou nas mãos de Eugênio Gudin, abertamente favorável à mais estreita colaboração com o capital estrangeiro e contrário a qualquer programa intensivo de industrialização.

Tal compromisso mostrava, na realidade, o beco sem saída no qual as forças brasileiras se encontravam. O governo abandonou os arrojados projetos de Vargas para fazer o que se chamou de "uma sondagem da política econômica para regressar a seu modelo convencional, preocupada com a estabilidade através da contenção da demanda global"[8]. Até 1956, nenhuma iniciativa importante capaz de alterar o equilíbrio relativo estabelecido entre os grupos dominantes marcou a ação governamental, com a exceção da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), atual Banco Central.

Essa Instrução, sem alterar o sistema de câmbio vigente, facilitava excepcionalmente a entrada de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e os equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que era mantida para as empresas nacionais. Sob a vigência dessa norma, combinada com a lei 2.145/54, isto é, entre 1955 e 1961, o montante total de capitais estrangeiros que entraram no país sob a forma de financiamento

8 Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Brasil, *Quinze anos de política econômica do Brasil*, 1964, mimeografado, p. 16. [N.T.: As citações deste documento foram todas retraduzidas.]

ou investimento direto foi de cerca de 2,3 bilhões de dólares. Fato que, como veremos, não poderia deixar de ter influência sobre o equilíbrio social e político existente.

Por essa via, a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que surgira no setor externo. Agoniada pela escassez de divisas, que ameaçava colapsar todo o sistema industrial, a burguesia aceitava que as divisas necessárias para a superação dessa crise fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes, em troca, uma ampla liberdade de entrada e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que havia sido esboçada com Vargas. As condições especiais da economia estadunidense, mais que nunca necessitada de novos campos de investimento, garantiam o acordo.

Latifúndio contra indústria

É evidente que esse acordo não foi assinado enquanto se tomava um cafezinho. Em novembro de 1955, após uma tentativa da direita para ficar sozinha no poder, verificou-se aquele que foi chamado, com eufemismo, de "contragolpe de 11 de novembro", sob o mando do ministro da Guerra, o marechal Teixeira Lott. Assegurou-se, assim, a tomada de posse dos candidatos eleitos, em outubro, para a presidência e a vice-presidência da República pela coalizão entre o Partido Social Democrata e o Partido Trabalhista: Juscelino Kubitschek, ex-governador de Minas Gerais, e João Goulart.

Desde o primeiro ano de seu governo, 1956, o novo presidente lançou um ambicioso programa de desenvolvimento econômico – o Plano de Metas – cuja aplicação foi iniciada no ano seguinte. Ainda que contasse com facilidades tarifárias e estímulos fiscais à iniciativa privada, o Plano se respaldava, principalmente, no investimento público em setores básicos e na entrada de capi-

tal estrangeiro. Para manter o ritmo previsto, se fazia necessário um investimento monetário significativo nas obras públicas e na construção civil; Kubitschek preferiu concentrá-lo, *ad suam majorem gloriam**, na edificação de uma nova capital: Brasília.

A expansão econômica obtida foi considerável; deve-se, porém, examinar as condições nas quais se produziu, para compreender como as relações de classe evoluíram. Um primeiro ponto que se deve destacar é a participação do capital estrangeiro. Dissemos que o total de investimento e financiamento externos soma quase 2,5 bilhões de dólares no período, o que indica um reforço significativo da posição dos grupos estrangeiros na economia brasileira. As formas específicas que esse reforço assume podem ser imaginadas se assinalarmos que tal montante foi destinado quase totalmente às atividades de infraestrutura e à indústria leve e pesada, e se considerarmos que grandes parcelas – difíceis de estimar – desses capitais vieram associadas a empresas nacionais, que, procedendo dessa maneira, aproveitaram-se da facilidade criada pela Instrução 113 para a importação de equipamentos sem cobertura cambial. É compreensível, portanto, que em virtude do crescimento da intervenção do fator estrangeiro na economia e devido aos laços estabelecidos entre este e o setor nacional – através do mecanismo da associação – os grupos econômicos internacionais tenham visto sua influência na sociedade política brasileira crescer.

A ampliação da intervenção do fator estrangeiro terá outra consequência: sua repercussão sobre as relações existentes entre os setores industrial e agroexportador. Efetivamente, a deterioração da situação econômica deste último, que já assinalamos, não correspondeu à diminuição de sua força política. Isso não

* N.T.: Expressão em latim, no original, que significa literalmente "para sua maior glória" e se contrapõe ao lema jesuíta *ad majorem Dei gloriam*, comumente abreviado como AMDG e atribuído a São Inácio de Loyola, que significa literalmente "para a maior glória de Deus".

se deveu tão somente à firme posição ocupada pelo mesmo na estrutura política, nem ao domínio que este exercia sobre a massa camponesa – decisivo no jogo eleitoral –, mas também à dependência na qual a indústria ainda se encontrava em relação à exportação – fonte de divisas para suas importações. Dependência esta que a extensão do fator estrangeiro veio a acentuar: "[...] os lucros auferidos pelos empreendimentos imperialistas no Brasil somente se podem liquidar (e somente então constituirão para eles verdadeiros lucros) com os saldos de nosso comércio exterior, uma vez que é da exportação que provêm nossos recursos normais em moeda internacional. Descontada a parte desses recursos que se destina a pagar as importações, é do saldo restante, e somente dele, que poderá sair o lucro dos empreendimentos aqui instalados pelos trustes"[9].

Esta observação certamente tem implicações para a análise das relações de classe, tal qual se desenrolaram no período. É de fato evidente que a trégua estabelecida entre os grupos industriais e agroexportadores na fase de execução do Plano de Metas terminou por se traduzir em um aumento da solidariedade mútua, graças à influência do capital estrangeiro investido na indústria, para o qual o crescimento dos lucros da exportação importa muito mais. Compreende-se assim que, no processo de capitalização intensiva representado pelo período de Kubitschek, a indústria tenha permitido, sem protestar, que boa parte do aumento da produtividade urbana fosse transferida para o setor agroexportador, por intermédio da mecânica dos preços[10], como incentivo

9 Caio Prado Júnior, *op, cit.*, p. 325
[N.T.: Para a transcrição desta citação, utilizou-se a edição publicada em 1980 pela editora Brasiliense, p. 328].

10 O índice (1949=100) dos preços agrícolas globais passou de 222,6 em 1954 a 686,3 em 1960, enquanto que o índice dos preços industriais avançou de 204,2 para apenas 462,4 nos anos considerados (*Síntese do Plano Trienal de Desenvolvimento,* publicada pela Presidência da República do Brasil, em dezembro de 1962, p. 126).

às atividades deste setor; e que também tenha aceitado a política de armazenamento do café, que visava a sustentar os preços internacionais do produto e absorveu, entre 1954 e 1960, nada menos que 147 bilhões de cruzeiros, correspondentes a uma média anual de 1,32% do produto nacional bruto[11].

Mas, se a contradição entre os setores industrial e agroexportador tendia a diminuir, outra oposição, de certa maneira nova, aparecia na economia brasileira. A análise do quadro dos termos de troca entre os produtos agrícolas e industriais não mostra apenas uma transferência de renda urbana para a agricultura em geral, mas, em particular, uma grande transferência para a agricultura que produz para o mercado interno[12]. Se considerarmos que, no período em que essa tendência se acentua (1955-60), a taxa de expansão da produção agrícola para o mercado interno diminui (passando de 4,9%, entre 1947 e 1954, para 4,3%, entre 1955 e 1960), ao mesmo tempo em que a taxa anual de crescimento industrial aumenta (de 8,8% para 10,4%, nos períodos considerados), conclui-se que a aceleração da transferência de rendimentos relativos à produtividade urbana para o campo se deve, basicamente, à rigidez relativa da oferta de bens agrícolas frente a uma demanda urbana crescente[13].

A causa fundamental dessa rigidez não deve ser procurada muito longe: "Todos os estudos e investigações sobre as causas do atraso relativo da agricultura brasileira, da sua baixa produtividade e da pobreza das populações rurais conduzem, unânime e inevitavelmente, à identificação de suas origens na deficiente estrutura agrária do país", diria o governo de Goulart, ao lançar

11 *Quinze anos de política econômica do Brasil* (*op. cit.*), p. 66.

12 Enquanto o índice relativo dos preços agrícolas em geral e dos preços industriais, tomando por base o ano de 1949, passa de 118,8 em 1955 para 148,4 em 1960, o índice dos preços da produção agrícola para o mercado interno se eleva de 109 para 147,6 nos anos considerados, apresentando, portanto, uma progressão mais rápida (*Síntese do Plano Trienal de Desenvolvimento, op. cit.*, p. 126).

13 *Ibid.*, p. 127.

seu Plano Trienal de Desenvolvimento, destacando: "O traço marcante dessa estrutura agrária arcaica e obsoleta, que conflita perigosamente com as necessidades sociais e materiais da população brasileira, está na absurda e antieconômica distribuição das terras"[14].

Essa estrutura, que deixa mais da metade das terras nas mãos de menos de 26% dos proprietários, enquanto mantém, em 10% das terras, 75% da população ativa rural em condições de muito baixa produtividade, coloca a maioria dos camponeses em uma situação permanente de subemprego e de miséria, permitindo, além disso, que toda a riqueza produzida no setor agrícola seja apropriada por uma minoria de latifundiários, através do arrendamento da terra. Tal estrutura é um obstáculo para a ampliação do mercado interno para os produtos industriais. Portanto, em um momento no qual o investimento estrangeiro na indústria tende a minimizar o divórcio crescente entre os interesses industriais e do setor agroexportador, a oposição entre a indústria e a agricultura para o mercado interno agrava a contradição existente entre os setores industrial e agrícola, globalmente. A consequência é a proposta cada vez mais urgente da reforma agrária.

Esta verdade seria ainda mais evidente quando, ao redor de 1960, diminuiu-se a entrada de capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que, passado o período de maturação dos investimentos, os grupos internacionais voltaram a pressionar a balança de pagamentos para exportar seus lucros. Neste momento – grave sobretudo devido à tendência à queda dos preços de exportação – a expansão industrial brasileira se veria contida de duas maneiras: externamente, pela crise da balança de pagamentos – que não deixa outras alternativas que não desvalorizar a moeda, dificultando ainda mais as importações essenciais, ou conter a exportação dos lucros e ampliar o mercado internacional para os produtos brasileiros –; e internamente, pelo esgotamento do mer-

14 *Ibid.*, pp. 140-141.

cado para os produtos industriais, que só poderia ser ampliado através da reforma da estrutura agrária. Fundamenta-se assim, do ponto de vista da burguesia industrial, o binômio política externa independente e reforma agrária, que dominará o debate político a partir de 1960. De maneira geral, este dilema é o mesmo que se apresentou por volta dos anos 1953-54 e que desencadeou a crise política coroada pelo suicídio de Vargas. Seria então possível afirmar que, com a ajuda, em particular, da Instrução 113, conseguiu-se superar a crise sem solucioná-la e que seu protelamento conduziu apenas a sua renovada apresentação, com maior violência. É aqui que devemos verificar o comportamento de fatores que, ainda que tenham tido um papel secundário na crise de 1954, continuariam a se desenvolver.

A ruptura horizontal

Dissemos que, sobretudo graças ao arrendamento da terra, a estrutura agrária brasileira permite a drenagem de toda a riqueza produzida no campo para uma minoria de grandes proprietários. Ainda mais grave, qualquer transformação tecnológica introduzida no trabalho agrícola, como a utilização de equipamentos e fertilizantes produzidos pela indústria, não se reflete em uma melhoria real da situação do camponês. Pelo contrário, é fonte de desemprego, forçando o trabalhador rural a fugir para as cidades, onde, por um lado, irá somar-se ao triste quadro das favelas cariocas, dos mocambos de Recife, das cidades-satélites de Brasília e, por outro lado, irá aviltar o nível dos salários urbanos, devido ao aumento da oferta de mão de obra. Além disso, ao passo em que a introdução da tecnologia na agricultura aumenta o nível da produtividade (que fez com que o produto por pessoa ocupada na agricultura subisse de um índice igual a 100 em 1950 para 127,7 em 1960), essa estrutura impede que tais ganhos passem

para o trabalhador, de modo que o aumento da produtividade signifique apenas intensificação da exploração do trabalho.

É natural, pois, que, na segunda metade da década de 1950, as lutas no campo pela posse da terra se agudizassem. Em 1958, surge em Galileia, Pernambuco, a primeira liga camponesa, sob a liderança de Francisco Julião*. O movimento se amplia rapidamente e, em pouco tempo, transborda-se para o nordeste e chega ao sul, em especial ao velho e oligárquico estado de Minas Gerais. Ao princípio uma mera associação de autodefesa e solidariedade, as ligas camponesas não demoram para se situarem no cenário político com uma bandeira arrancada das mãos das classes dominantes: a reforma agrária radical. O Congresso Nacional dos Camponeses, realizado em 1961, em Belo Horizonte, com a participação de mais de mil líderes rurais de todo o país, expressa a afirmação definitiva do movimento camponês. A reforma agrária deixava de ser um tema de debate entre especialistas e se convertia em um dos fatores mais importantes da luta de massas no Brasil.

De uma maneira mais sutil, a questão agrária influenciará também o movimento de massas na cidade. Abastecendo constantemente o mercado urbano de trabalho com seus excedentes, a estrutura agrária brasileira contribuía para que o nível dos salários se mantivesse estacionário, ao mesmo tempo em que, devido à alta desproporcionada dos preços agrícolas, forçava violentamente o aumento do custo de vida. Tal fenômeno também afetava a classe média assalariada, cujos rendimentos sempre estiveram em função do salário mínimo operário.

Essa tendência era reforçada pela política geral do governo e se constituía em uma necessidade do programa de industrialização, que por sua vez dependia de uma intensificação do processo

* N.T.: Marini se refere à Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco, fundada em 1954 no engenho Galileia, na cidade de Vitória de Santo Antão (PE).

de acumulação de capital. "Durante o período do Plano de Metas, procurou-se manter constantes os salários nominais, resistindo à concessão de reajustes e facilitando a captação de poupanças forçadas dos setores de receitas contratuais", segundo afirma um estudo do Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL-BNDE, que agrega: "É evidente que o maior fator para o êxito dessa política foi a presença de uma oferta flexível de mão de obra sem um elevado grau de organização sindical... [sendo o] comportamento salarial de indiscutível importância na obtenção de altas taxas de investimento"[15].

Graças a este expediente, foi possível conter relativamente as pressões inflacionárias nesta fase de intenso desenvolvimento econômico, de tal maneira que a taxa de inflação, que havia sido de 14,9% em 1953, não passasse de uma média de 22,7% no período de 1957 a 1959. Desde 1959, no entanto, um fator perturbador intervém no comportamento da economia, representado pela ascensão espetacular dos movimentos reivindicativos da classe operária, que começa a pressionar pela detenção na queda do poder de compra dos salários. A motivação direta desta tendência pode ser buscada na elevação brusca do custo de vida, determinada, principalmente, pela alta dos preços dos alimentos, que pode ser sentida a partir deste ano.

Essa elevação do custo de vida coincide com a aceleração do grau de organização sindical da classe operária. Efetivamente, enquanto o contingente do exército operário crescia devido à industrialização, os sindicatos passaram a buscar fórmulas para superar os obstáculos impostos à sua ação comum, que derivavam da legislação herdada do Estado Novo: na impossibilidade imediata de formar uma direção única, os "pactos de ação conjunta" lhes permitiram coordenar suas ações. Isso foi sensível especialmente entre os trabalhadores das empresas estatais ou paraestatais – como a Petrobras, as ferrovias e as administrações de portos –

15 *Quinze anos de política econômica do Brasil* (*op. cit.*), p. 63.

cuja importância econômica e estratégica lhes conferia um maior poder de barganha. A assim chamada "greve da paridade" – que reuniu, em 1960, no Rio de Janeiro, portuários, estivadores e marítimos com o apoio de outras categorias – foi uma demonstração de força do movimento operário, cuja importância reside no fato de que o governo não pôde detê-la através do manejo dos "pelegos" a serviço do Ministério do Trabalho.

A consequência é que a curva dos salários, que depois de um período estacionário apresentou uma tendência à queda desde 1956, indica, a partir de 1961, uma ligeira recuperação. Diante da tentativa das classes empresariais de responder à pressão sindical com novos aumentos de preços (o custo de vida subiu de 24%, em 1960, para 81%, em 1963), a classe operária responde com a conquista de reajustes salariais. Isso pode ser visto ao considerar-se o fato de que o salário mínimo urbano, no período entre 1955 e 1960, manteve-se estável por uma média de 25 meses e passou a ser reajustado todos os anos, após 1961, ou mesmo de seis em seis meses, a partir de 1963.

A inflação é, normalmente, um mecanismo através do qual as classes dominantes de uma sociedade procuram melhorar sua participação no montante de riqueza produzido. No Brasil dos anos 1960, sua aceleração indicava uma luta entre preços e salários que significava apenas que a inflação deixava de ser eficaz como instrumento de acumulação de capital. Era impossível continuar financiando a industrialização através de poupanças forçadas, uma vez que o nível de vida popular estava comprimido ao máximo – graças à erosão constante à qual os salários tinham sido submetidos – e existia um movimento sindical em melhores condições para se defender. Paralelamente à disputa entre as classes dominantes pelos ganhos originados no aumento da produtividade – que mostramos anteriormente, ao tratar da relação entre os preços industriais e agrícolas –, essas classes tinham agora que enfrentar a resistência das massas populares. Inutilmente,

a taxa de inflação saltará de 25%, em 1960, para 43%, em 1961, chegando a 55% em 1962 e a 81% em 1963; de um mecanismo de distribuição de renda a favor das classes dominantes, o processo inflacionário se converte em uma luta de morte entre todas as classes da sociedade brasileira por sua própria sobrevivência e não poderia terminar de outra maneira que não colocando essa sociedade diante da necessidade de uma solução de força.

O desenvolvimento econômico que o país viveu desde a segunda década do século XX havia conduzido a uma crise que pôde ser contornada, em 1954, graças ao insuficiente grau de acirramento das contradições que continha. Nos primeiros anos da década de 1960, porém, tais contradições assumiam um caráter muito mais grave, não somente a partir do ponto de vista das relações externas, como alegam muitos, mas também desde as oposições que tinham se desenvolvido no próprio interior da sociedade. À ruptura vertical, que opunha a burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, somava-se agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras do campo da cidade.

O bonapartismo de Jânio Quadros

De janeiro de 1961 a abril de 1964, o país presenciou três tentativas de implantar um governo forte, tentativas estas que se basearam em diferentes coalizões de classe e que refletiram, em última instância, a correlação real de forças na sociedade brasileira. A primeira, concretizada durante o governo de Jânio Quadros – que sucedeu Juscelino Kubitschek pela via eleitoral – representou um ensaio de bonapartismo carismático, ungido de legalidade e tingido de progressismo em grau suficiente para obter a adesão das massas e, ao mesmo tempo, suficientemente liberado de compromissos partidários para que, em nome do interesse na-

cional, pudesse arbitrar os conflitos de classe. Não pertencendo aos quadros do principal partido que o apoiou – a União Democrática Nacional – e sendo, por sua natureza, contrário à atuação política baseada em forças organizadas, Jânio era ainda mais indicado para esse papel em virtude da ambiguidade que marcara sua chegada ao poder: candidato da direita, obteria enorme penetração popular graças às questões da estabilidade monetária, das reformas estruturais e da política externa independente, nas quais centrou sua campanha eleitoral.

Declarado presidente, rodeou-se de um ministério conservador e inexpressivo, deixando claro, desde o princípio, que governaria sozinho, uma vez que seus ministros eram apenas secretários particulares. Sua primeira medida de governo foi esmagar violentamente, deslocando inclusive uma parte da esquadra, uma greve estudantil sem importância ocorrida em Recife. Em seguida, seu comportamento foi despótico, depreciando qualquer tipo de pressão e mostrando um desprezo soberano pelos sindicatos, pelas direções estudantis, pelos organismos patronais, pelos partidos políticos, enfim, por qualquer forma de organização.

Sua iniciativa mais notável foi a reformulação geral do esquema cambial. Por intermédio da Instrução 204 da SUMOC e de seu complemento, ficou abolido o sistema adotado em 1953, extinção esta que alcançava todos os regimes estabelecidos sob tal sistema, inclusive a Instrução 113. O novo esquema cambial criava apenas um mercado para as importações e exportações, no qual a taxa de câmbio era fixada livremente – deixando assim de ser um dos instrumentos primordiais da política econômica. O governo substituía esse instrumento pela tributação interna sobre as importações e exportações, pela utilização de cotas de retenção de lucros e pela emissão de bônus de importação. Aumentava, assim, as disponibilidades do Tesouro público, ao mesmo tempo em que beneficiava as exportações, graças à desvalorização da moeda provocada pela Instrução 204.

A nova política cambial foi considerada por amplos setores da esquerda como una capitulação de Jânio frente aos interesses do setor agroexportador e dos grupos estrangeiros, expressos pelo Fundo Monetário Internacional. Isso nos parece uma simplificação. É significativo, efetivamente, que os grandes grupos econômicos – quer sejam da indústria, da agricultura ou do comércio de exportação (em uma palavra, a economia de São Paulo) – aplaudissem as diretrizes governamentais. A oposição partiu sobretudo dos produtores de café de tipo inferior (principalmente aqueles do estado do Paraná), dos grupos comerciais ligados a esses (cuja atividade antieconômica foi sancionada por Jânio através da tributação diferenciada) e dos setores industriais que se encontravam em situação econômica difícil, ou que estavam ainda em fase de implantação (necessitados, portanto, dos privilégios concedidos pelo antigo sistema cambial), que têm seu melhor exemplo na indústria têxtil de todo o país e na jovem siderurgia de Minas Gerais.

A liberação cambial tinha, assim, um duplo objetivo: desafogar o setor externo – abrindo perspectivas para superar a grave crise vivenciada pelo mesmo e ampliando simultaneamente os recursos do Estado para atender aos compromissos da dívida externa – e permitir, através de um maior liberalismo econômico, que a economia interna marchasse para uma "racionalização", isto é, que os setores considerados antieconômicos ou ainda incapazes de enfrentar a concorrência fossem eliminados. Não é necessária muita perspicácia para ver que isso deixava as pequenas e médias empresas livres para serem expostas ao apetite dos grandes grupos econômicos.

A mesma tendência foi manifestada na política relativa ao capital estrangeiro. Anulando os privilégios que o mesmo tivera até então, a Instrução 204 não estabelecia nenhuma limitação para sua atividade. O projeto de lei apresentado ao Congresso pelo governo, no qual se propunha regulamentar a exportação

de lucros, baseava-se, por sua vez, em métodos liberais, principalmente a tributação. Nenhum limite quantitativo para a exportação de lucros era ali apresentado; em vez disso, ofereciam-se vantagens fiscais somente àqueles rendimentos que fossem reinvestidos no país.

Simultaneamente, o governo tratou de aliviar o setor externo em duas outras direções: primeiro, negociando a recomposição da dívida externa, enquanto tramitava a obtenção de novos créditos nos Estados Unidos, na Europa e, um pouco mais tarde, também nos países socialistas; segundo, propondo a reformulação do comercio exterior, com o objetivo de ampliar o mercado para as exportações tradicionais, mas também de diversificar as exportações, com a inclusão de produtos manufaturados.

É natural, portanto, que a diplomacia brasileira apresentasse mudanças sensíveis. Jânio iniciou conversações para normalizar as relações com os países socialistas, em especial com a União Soviética (interrompidas desde 1947); enviou uma missão comercial à China, encabeçada pelo vice-presidente Goulart; iniciou uma ativa política na África, abrindo novas embaixadas e consulados e enviando missões comerciais aos jovens países desse continente; esboçou também uma nova política em relação à América Latina.

Neste campo, a questão cubana desempenha um papel importante. Manifestando sempre sua simpatia pela Revolução de Fidel Castro, Jânio reprova abertamente a tentativa de invasão de 1961 e define sua posição: o povo cubano tem direito a se autodeterminar e deve-se impedir que, utilizando a questão cubana, os países latino-americanos se convertam em meros joguetes no conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética. A única solução é a constituição de um bloco autônomo que sirva de contrapeso para a influência estadunidense e permita que a América Latina solucione seus problemas livremente. Esse bloco, nas condições vigentes em 1961, teria o Brasil e a Argentina como eixo. Em abril desse ano, em Uruguaiana (na fronteira entre o Brasil e

a Argentina), Jânio Quadros e Arturo Frondizi entram em acordo sobre essas questões.

A política externa apareceu como a face mais espetacular do governo de Jânio, que a utilizou conscientemente para solucionar não apenas o problema de mercado que coagia a economia brasileira, mas o problema dos créditos externos que eram necessários. Isso permitiu que o Brasil se apresentasse como uma das estrelas na Conferência de Punta del Este, em agosto de 1961, da qual sairia a Aliança para o Progresso. Jânio mostrava que evoluía cada vez mais na direção de uma posição de autonomia no plano internacional, disposto a aproveitar-se, ao estilo de Nasser, das vantagens que isso poderia proporcionar-lhe: decidiu enviar um diplomata de alto escalão para a Conferência de Belgrado (não-alinhada), marcada para setembro; condecorou o ministro cubano Ernesto Che Guevara; estabeleceu correspondência pessoal com o premiê soviético Nikita Kruschev, na qual se expunha abertamente a possibilidade de ajuda econômica para o Brasil; e preparou cuidadosamente a delegação brasileira que participaria da sessão anual das Nações Unidas.

Internamente, essa política externa também rendia seus dividendos. O respaldo unânime que o povo lhe dava e a importância que as questões internacionais assumiam no debate político permitiam que Jânio tentasse apagar os sacrifícios que sua política econômica representava para as camadas menos favorecidas. É natural que a contenção das emissões monetárias, a supressão dos subsídios a bens essenciais de importação (como o trigo e o petróleo) e a liberdade cambial se manifestassem na elevação do custo de vida. Jânio não parecia inclinado, no entanto, a permitir um aumento proporcional dos salários. Desprezando a pressão dos sindicatos e a oposição parlamentar, convocava a nação para o sacrifício representado por uma "política de austeridade".

Por outro lado, atacava os problemas estruturais internos, sobretudo o agrário, através de medidas de efeito imediato, enquan-

to exigia do Congresso uma reforma global. O estabelecimento de uma política de preços mínimos, favorável ao pequeno e médio agricultor, foi seguido pelo crédito fornecido sem dificuldades burocráticas pela criação das "unidades móveis de crédito rural" do Banco do Brasil. Jânio Quadros feria com isso, profundamente, a estrutura de domínio dos latifundiários e especuladores comerciais sobre os camponeses, estrutura esta que se apoiava principalmente na fixação de preços para a produção e no ágio.

Abrindo tantas frentes, que despertavam o descontentamento dos mais distintos setores, desde os comunistas até os de extrema direita, Jânio se ampara apenas em sua força pessoal, não se preocupando nunca com o resguardo de um dispositivo político, popular e militar próprio. Quando, depois de dois ou três ataques de Lacerda, renunciou surpreendentemente à presidência no dia 25 de agosto de 1961, seu prestigio popular chegava ao auge e nada parecia, na verdade, ameaçar sua posição. O que ocorrera?

Admite-se que, ao desafiá-lo, Lacerda estava respaldado pelos ministros militares e tinha em sua retaguarda grupos patronais insatisfeitos com a política de Jânio Quadros. Quando este tratou de impedir que Lacerda falasse pela televisão no dia 24 de agosto, os chefes militares se negaram a cumprir suas ordens. Forçava, assim, que Jânio se entendesse com a direita ou lhe declarasse, guerra e sua renúncia foi um estratagema para eludir esse dilema. Jânio tinha consciência de sua força política, confirmada pelo fato de que a direita não ousava atacá-lo de frente, limitando-se a tentar contê-lo. A circunstância de se encontrar sem um sucessor legal ao renunciar (o vice-presidente Goulart estava na China) levaria o país ao caos, pois, em qualquer hipótese, Jânio se sentia seguro de que a direita preferia mil vezes ele que Goulart. Ao renunciar – processo que empregara, com êxito, durante a campanha eleitoral, para submeter a UDN –, esperava voltar ao poder nos braços do povo, dispondo de uma força tal que ninguém – nem o Congresso, nem os partidos, nem os mi-

litares – poderia enfrentá-lo. Se as articulações da direita, sob a liderança de Lacerda, permitem que se fale de uma tentativa de golpe, a resposta de Jânio Quadros, através de sua renúncia, tinha também um aspecto "golpista", ambas se inscrevendo na tendência ao governo de força que caracterizava a política brasileira.

Goulart e a colaboração de classes

Os acontecimentos que se seguiram confirmaram e desmentiram, ao mesmo tempo, as esperanças de Jânio. Tinha razão ao crer que sua renúncia levaria o país à beira da guerra civil, mas se enganava ao pensar que o movimento popular lhe restituiria o poder. Ao contrário do que sua concepção carismática e pequeno-burguesa da política lhe dizia, o povo como tal não existe, o que existe são forças populares que se movem sempre sob a direção de grupos organizados. A desconfiança que Jânio Quadros inspirava nessas forças fez com que as mesmas tratassem de aproveitar à sua maneira o caos que a renúncia havia criado. O povo, como ele esperava, saiu às ruas para enfrentar a direita, mas não tomou o seu nome como bandeira e sim o de João Goulart, muito mais ligado às direções das massas.

Após uma tentativa fracassada dos ministros militares de Jânio para submeter o país à tutela militar – anunciando o que ocorreria em 1964 – e graças sobretudo à resistência feita pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o vice-presidente João Goulart assumiu por fim a presidência, ainda que no marco de um compromisso que substituía o regime presidencial pelo regime parlamentarista. Tratava-se, evidentemente, de uma trégua. Prontamente, Goulart deixou claro que não aceitaria a situação, iniciando uma campanha cada vez mais violenta de desmoralização do parlamentarismo. Por outro lado, se na esfera da política

externa o dinamismo impresso por Jânio era mantido, no plano interno se entrava em uma fase de relativo imobilismo.

É necessário observar aqui que esse imobilismo não era exclusivamente, nem sequer principalmente, o resultado da trégua parlamentar, como Goulart e seus partidários davam a entender, mas, acima de tudo, da estagnação da expansão industrial e do impasse ao qual as tensões sociais haviam chegado. Efetivamente, desde 1962 a taxa de investimento declina (sinal certeiro de que a taxa de lucros caíra), enquanto os movimentos reivindicativos da classe operária e da pequena burguesia, reforçados pela mobilização provocada pela crise de agosto, tornam-se cada vez mais agressivos. Era evidente que a economia brasileira estava em um beco sem saída. A trégua política resultante dessa situação a agravava, uma vez que não permitia que nenhuma classe impusesse uma solução.

A força de Goulart no movimento sindical levou a burguesia a ter esperanças de conter este movimento e de utilizar o presidente em seu propósito de constituir um governo forte, capaz de atacar os dois fatores determinantes da crise econômica – o setor externo e a questão agrária –, abrindo assim novas perspectivas de expansão para a economia. Ou seja: tentar-se-á substituir a liderança carismática de Jânio – baseada em uma concepção abstrata da autoridade –, por uma liderança de massas, sustentada por forças organizadas e com uma ideologia definida. Essa tendência se concretizou com a atuação de Goulart, que se movimentou em duas direções: montou, pouco a pouco, um dispositivo militar próprio e reforçou sua posição no movimento sindical. Data daí o surgimento de um organismo novo que teria grande repercussão no equilíbrio das forças políticas: o Comando Geral dos Trabalhadores, cuja constituição era una superação dos obstáculos impostos pela legislação do Estado Novo em direção à unificação da direção sindical. Apoiado pela fração militar progressista e pelo CGT, Goulart levou a cabo a campanha de 1962, pelo retorno ao presidencialismo.

O que ressurgia, assim, no cenário político brasileiro, era uma forma de Frente Popular que Vargas havia tentado, sem se atrever a concretizá-la, e que se converteu posteriormente em uma orientação estratégica do Partido Comunista Brasileiro (PCB)*. Sob a liderança de Goulart e apresentando como finalidade a conquista de "reformas de base", esse amplo movimento, através da mobilização militar e de duas greves gerais (5 de julho e 14 de setembro de 1962), sujeitou a resistência dos setores reacionários do Congresso e obteve a convocação de um plebiscito para decidir sobre a forma nacional de governo. No dia 6 de janeiro de 1963, por maioria esmagadora, o povo brasileiro aprovou a derrogação da emenda constitucional de 1961 e a devolução dos poderes presidenciais a Goulart. Parecia, finalmente, que a tendência bonapartista que se esboçava no cenário político da nação iria se concretizar e que a mesma venceria a tese, preconizada pelo PCB, de um governo da burguesia industrial respaldado pela classe operária.

A tarefa fundamental do novo governo era fazer frente à situação econômica, cuja deterioração se manifestava em dois indicadores: na diminuição da taxa de crescimento do produto nacional de 7,7%, em 1961, para 5,5%, em 1962 (com um aumento demográfico de 3,1% ao ano) e na elevação da taxa de inflação de 37%, em 1961, para 51%, em 1962. Ainda em dezembro de 1962, Goulart divulgou seu plano econômico, o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-65). Em linhas gerais, tratava-se de um conjunto de medidas destinadas a reativar o crescimento econômico e a promover progressivamente um regresso à estabilidade monetária. A palavra "desinflação", que estivera em moda no

* N.T.: O Partido Comunista, que viria a ter muitas rupturas a partir da década de 1960, foi fundado no Brasil no dia 25 de março de 1922, sob o nome de Partido Comunista do Brasil, ou Seção Brasileira da Internacional Comunista. Tendo estado na clandestinidade por longos períodos, decidiu-se em seu V Congresso (em setembro de 1960) a mudança do nome para Partido Comunista Brasileiro, visando a adequar-se à legislação brasileira para tentar obter a legalidade.

governo de Jânio, voltava aos jornais e declarações oficiais[16]. Nesse sentido, previa-se: a redução de 4% nos gastos governamentais e uma reforma tributária, ambas destinadas a reduzir o déficit de mais de 700 bilhões de cruzeiros para 300 bilhões; a renegociação da dívida externa com o protelamento dos pagamentos; a disciplina do mercado interno de capitais; uma contenção dos salários* em relação ao aumento da produtividade e, consequentemente, a redução na alta do nível geral de preços – de 50%, em 1962, para 25% em 1963 e 10% em 1965. Paralelamente, o Plano traçava uma série de diretrizes para as reformas estruturais: administrativa, bancária, fiscal e agrária.

O fracasso do Plano Trienal, ainda em 1963, não se deveu em última instância ao fato de que se tratava de uma programação falha, mas à própria contradição que se encontrava na base do governo de Goulart. Nascido de um movimento popular que iniciou-se em agosto de 1961 e culminou com o plebiscito de 1963, esse governo tinha como missão, do ponto de vista da burguesia, restabelecer as condições necessárias à rentabilidade dos investimentos – isto é, deter a tendência à queda acusada pela taxa de lucros. Em longo prazo, isso significava ampliar o mercado interno através de uma reforma agrária que, enquanto não desse

16 A expressão "desinflação" foi utilizada pela primeira vez no governo de Juscelino Kubitschek, no plano de estabilização financeira – apresentado por seu ministro da Fazenda, Lucas Lopes –, que não chegou a ser aplicado. Ver, da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, *Survey of the Brazilian Economy*, 1958, p. 71.

* N.T.: No original: "contención de salarios y sueldos". Em castelhano, os termos *salarios* e *sueldos*, muitas vezes empregados indistintamente no uso corrente, diferenciam-se na medida em que o último está associado ao trabalho assalariado não manual (em particular, o trabalho administrativo) e o primeiro ao trabalho direto na produção. Em alguns países, *sueldo* também pode ser empregado para remunerações fixas, em contraposição ao emprego de *salario* para remunerações variáveis segundo o número de horas trabalhadas, o que não nos parece ser o tratamento dado por Marini. Uma vez que em português essa diferenciação não é feita, empregou-se, ao longo desta tradução, "salários" para traduzir ambos os termos.

resultados, seria compensada pela ampliação do mercado exterior buscada pela política externa. Em curto prazo, tratava-se de disciplinar o mercado existente, contendo o movimento reivindicativo das classes assalariadas. Ou seja: trazendo o selo de um governo popular, exigia-se que o governo de Goulart tivesse uma atuação impopular, reprimindo as reivindicações das massas. Assim, quando, na esteira do protesto dos grupos independentes de esquerda e dos sindicatos, o PCB se viu forçado a condenar o Plano Trienal – o primeiro fruto de um governo que tinha todo seu respaldo –, não fazia, na verdade, mais que confessar a impossibilidade de sua "frente única" operário-burguesa. Essa condenação, efetivamente, teria que ser feita pelo PCB qualquer que fosse o plano econômico do governo, já que não são as fases cíclicas de depressão as mais indicadas para que se estabeleça uma colaboração de classes entre a burguesia e o proletariado.

A radicalização politica

Outro fator contribuía para dificultar o tipo de aliança que Goulart e o PCB, cada um por seu lado, buscavam. A ascensão do movimento de massas, que podia ser percebida desde o fim do governo de Juscelino Kubitschek e se acelerara com a crise de agosto de 1961, refletira-se no cenário político de maneira perturbadora. O movimento de esquerda – que se dividia, até 1960, entre o Partido Comunista e a ala esquerda do nacionalismo – sofreu várias rupturas desde 1961. Em janeiro desse ano, constituiu-se a Organização Revolucionária Marxista – mais conhecida como Polop, em virtude de seu órgão de divulgação, *Política Operária* –, que se propôs a restabelecer o caráter revolucionário do marxismo-leninismo que era traído pelo PCB. Essa ruptura do monopólio marxista, até então nas mãos do PCB (à exceção da reduzida fração trotskista), era apenas um sinal: em 1962, deu-

-se o racha interno do Partido Comunista Brasileiro – entre sua direção e um grupo do Comitê Central – e os dissidentes constituíram um partido independente: o Partido Comunista do Brasil, tendo como porta-voz o jornal *Classe Operária*. No mesmo ano, Francisco Julião, em seu manifesto de Ouro Preto, chama à formação do Movimento Radical Tiradentes e inicia a publicação do jornal *Liga* mas, em outubro, o MRT se rompe. Surge, finalmente, a Ação Popular, iniciativa dos católicos de esquerda, que tem como porta-voz o jornal *Brasil Urgente*. Essa proliferação de organizações se completa com as correntes formadas ao redor de líderes populares, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e se encontram na direção da Frente de Mobilização Popular, no Rio de Janeiro, que também reúne os principais organismos de massas, como o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, o Comando Geral dos Sargentos, a União Nacional dos Estudantes, a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas e a Associação dos Marinheiros. Neste parlamento das esquerdas, o setor radical se opõe com uma força cada vez maior à ala reformista, encabeçada pelo PCB, no que se refere à posição que deve ser assumida frente ao governo.

O aumento dos movimentos de massas e a polarização que se consumava em sua representação política repercutiram imediatamente sobre as classes dominantes. Protestando contra a ameaça da reforma agrária, os latifundiários, sob a direção da Sociedade Rural Brasileira, começaram a armar milícias. Apareceram formações urbanas desse mesmo tipo – como o Grupo de Ação Patriótica (dirigido pelo almirante Fleck, um dos ministros militares de Jânio), as Milícias Anticomunistas (vinculadas ao governador Lacerda) e a Patrulha Auxiliar Brasileira (financiada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros) –, enquanto os industriais de São Paulo e do Rio formavam uma "sociedade de estudos" – o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – que se destinava a reunir fundos para a atuação contra o governo.

A intervenção estadunidense tampouco tardou em se revelar. Como declarou publicamente o subsecretário Thomas Mann, as verbas da Aliança para o Progresso se dirigiam, sem passar pelo governo federal, àqueles governadores "capazes de sustentar a democracia"; apenas o governador Lacerda recebeu, entre 1961 e 1963, 71 milhões de dólares por essa via. O embaixador Lincoln Gordon atuava intensamente junto às classes empresariais. Além disso, um organismo diretamente financiado pelos grupos estrangeiros e, segundo denunciou o governo de Goulart, pela Embaixada dos Estados Unidos – o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) –, interferiu abertamente na vida política, sustentando um grupo parlamentar (Ação Democrática Parlamentar) e financiando, nas eleições, os candidatos de sua preferência[17].

Essa mobilização das classes dominantes mostrava que o esquema burguês-popular, sob o qual se formara o governo de Goulart, era impraticável. Diante da intensificação da luta de classes (que a taxa de inflação em 1963 expressa claramente) e do estancamento da produção (aumento bruto de 2,1%, com o investimento ainda em recessão), a burguesia retirava cada vez mais seu apoio a Goulart e se deixava ganhar pelo pânico difundido por grupos reacionários. Como assinalamos, a expansão do setor estrangeiro na economia, sua penetração intensiva no campo industrial e sua organização no plano político, através de órgãos como o IBAD, contribuiriam ainda para diluir a resistência burguesa. O fracasso de Goulart em conter o movimento reivin-

17 Os gastos do IBAD nas eleições para governador de Pernambuco em 1962, por exemplo, nas quais apoiou João Cleofas contra Miguel Arraes, representaram cerca de 500 milhões de cruzeiros, segundo comprovou a Comissão parlamentar que investigou a atuação desse organismo. Sobre a intervenção estadunidense na política do Brasil nesse período, ver o informe jornalístico de Robinson Rojas, *Estados Unidos en Brasil*. Prensa Latinoamericana, Santiago do Chile, 1965.
[N.T.: Tratava-se de eleições legislativas e para o governo de 11 estados.]

dicatório das massas – o Plano Trienal se frustraria justamente devido a isso, mais especificamente devido ao aumento dos salários obtido pela burocracia pública, em outubro de 1963 – e a radicalização política, que já chegava às forças armadas (rebelião dos sargentos em Brasília, em setembro de 1963), afastaram progressivamente a burguesia de Goulart.

Esse divórcio foi agravado pela polarização em direção à direita ocorrida nas classes médias. Sofrendo uma violenta compressão de seu nível de vida, sob um governo dito de esquerda, essas classes se tornaram cada vez mais permeáveis à propaganda que lhes apresentava as reivindicações operárias como sendo o elemento determinante do aumento do custo de vida; as sucessivas greves que paralisavam os transportes e os demais serviços públicos, ao afetar diretamente as classes médias, pareciam-lhes confirmar que o país se encontrava à beira do caos e levaram-nas a aceitar a tese da direita de que tudo isso não era mais que um plano comunista. A intervenção da Igreja católica precipitou essa tendência. Através das "cruzadas do rosário em família", foram realizadas concentrações políticas anticomunistas em todas as cidades. Desse ponto, passou-se às manifestações públicas, às chamadas "marchas da família, com Deus, pela liberdade". Em janeiro de 1964, por ocasião do Congresso Unitário dos Trabalhadores da América Latina, que deveria ser realizado em Belo Horizonte, a pequena-burguesia dessa cidade saiu às ruas, atiçada pelos latifundiários e pelos padres, e conseguiu que o mesmo fosse transferido para Brasília. Pela primeira vez desde o "integralismo" fascista dos anos 1930, a direita mobilizava as massas. Os conflitos populares entre grupos radicais tornaram-se cada vez mais frequentes e violentos e o país passou a viver um clima pré-revolucionário.

Goulart, sentindo que a terra fugia a seus pés, tentou voltar-se para a esquerda. Sua mensagem anual ao Congresso, nos primeiros meses de 1964, constituía um ultimato para a aprovação

das reformas de base. Em seguida, empreendeu a mobilização popular. No comício de 13 de março, no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 500 mil pessoas, divulgou ao povo vários decretos, entre eles a limitação dos aluguéis urbanos, a nacionalização das refinarias de petróleo privadas e o confisco das terras à margem de estradas. Ali, com os representantes do CGT, dos estudantes e dos sargentos, ao lado de Brizola e de Arraes e diante das bandeiras do PCB e das demais organizações de esquerda, Goulart aceitava o cabo de força com a reação. No dia 13 de março, as classes dominantes viram a esquerda unida, anunciando o fim de uma era.

Mas se a estratégia de Goulart foi boa para tirá-lo do poder presidencial um ano antes, não servia para torná-lo o ditador de um governo popular. Quando, dias depois, a rebelião dos marinheiros e sua confraternização com os trabalhadores no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, quebraram a disciplina militar e deram à direita pretexto para evocar os sovietes, o dispositivo de sustentação de Goulart se rompeu. A fração militar deu-lhe a entender que não o seguiria apoiando caso não dissolvesse o CGT e liquidasse as organizações de esquerda. Ceder aos militares significava converter-se em seu prisioneiro, e um prisioneiro sem valor, uma vez que Goulart não ignorava que toda sua força política repousava no prestígio que a união com os sindicatos lhe conferia.

Por outro lado, confiando sempre que sua vitória dependia da superioridade que tivesse em termos militares, Goulart não havia criado as condições efetivas para uma insurreição popular. O comportamento da maioria da esquerda – sobretudo do PCB, com sua teoria da revolução pacífica e seu cretinismo parlamentar – teve o mesmo efeito, desarmando as massas.

No dia 2 de abril, alegando não querer derramar sangue, Goulart atravessava a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Na véspera, constituíra-se um governo provisório que foi reconhecido pelos Estados Unidos, ainda que fosse ilegítimo (o Presidente constitucional ainda se encontrava no Brasil). Sete dias depois,

as forças armadas se assenhoravam do poder, proclamando o Ato Institucional, que suspendia na prática a Constituição.

A intervenção militar

A análise dos fatos mostra claramente que aqueles que veem o atual regime militar do Brasil como o resultado de uma ação externa estão equivocados. A tentativa fracassada de 1961 expressou claramente que uma intervenção militar só poderia ter êxito se: a) correspondesse a uma situação objetiva de crise da sociedade brasileira; e b) estivesse inserida no jogo das forças políticas em conflito. O respaldo que os militares receberam da pequena-burguesia – expresso na "Marcha da Família"*, que reuniu, no dia 2 de abril de 1964, um milhão de manifestantes no Rio – é um sinal evidente de que a ação das forças armadas correspondia a uma realidade social objetiva. Outra confirmação é a adesão unânime das classes dominantes.

É necessário compreender que a ruptura produzida nas classes médias – que levou setores distintos das mesmas a se enfrentarem violentamente nas ruas durante os primeiros meses de 1964, sob bandeiras extremistas opostas (sobretudo em Minas Gerais, de onde procedia o movimento armado que derrocou Goulart) – indicava claramente que as tensões sociais haviam chegado a um ponto crítico. Tais tensões contrapunham com força crescente as classes dominantes (em bloco) ao proletariado, às camadas radicais da pequena-burguesia urbana (das quais o brizolismo foi expressão) e aos camponeses e trabalhadores rurais, devido ao acirramento das contradições que analisamos anteriormente.

N.T.: A primeira "marcha da família com Deus pela liberdade" foi organizada pelo clero e por setores da burguesia no dia 19 de março de 1964, em resposta ao comício de João Goulart do dia 13 de março na Central do Brasil. Após o golpe – e em comemoração do mesmo – as marchas se seguiram, autodenominando-se "marchas da vitória".

Ao considerar o modelo das crises políticas atravessadas pelo país, vê-se claramente que, desde 1961, as forças populares ganhavam autonomia de ação e tais crises se resolviam cada vez menos facilmente através de acordos palacianos. Na "campanha da legalidade" posta em marcha após a renúncia de Jânio, ainda foi possível para os grupos políticos dominantes encontrar uma forma de transação: o regime parlamentar. No entanto, nas lutas subsequentes pelo restabelecimento do presidencialismo, ainda que o mando tenha estado sempre nas mãos de Goulart, houve um momento – a greve geral de julho de 1962 – em que quase lhe escapou. Foi o pânico provocado pela amplitude da segunda greve geral, em setembro, e a lembrança sobre os sangrentos distúrbios de julho no Rio de Janeiro que, aliados ao temor de uma intervenção militar pró-Goulart, sujeitaram a resistência do Congresso.

A crise de setembro de 1963 apresenta, já, modalidades distintas. Sua iniciativa não se origina nas esferas dominantes como as crises anteriores, mas pertence a um setor específico do movimento popular, os sargentos, cuja rebelião em Brasília se encontra na origem dos acontecimentos. Em nenhum momento Goulart pôde conter a ação autônoma dos sindicatos operários e estudantis. A solução da crise – ou o rechaço, pelo Congresso, da declaração de Goulart estabelecendo o Estado de Sítio – teve como fator decisivo a mobilização popular que se desenrolou por todo o país. Uma tal demonstração de força por parte do movimento popular e uma prova tal de fraqueza por parte de Goulart convenceram a burguesia de que a esperança de que seu governo pudesse oferecer uma garantia de "paz social" – graças ao controle que sempre exerceu sobre os organismos de massas – era vã. O fracasso subsequente do Plano Trienal reforça essa desilusão. É então que a burguesia abandona Goulart e que as aspirações que a mesma tivera de conseguir, com este, um governo bonapartista atuam em benefício da direita.

Naturalmente, não é apenas o receio inspirado pelo movimento de massas que contribui para aproximar a burguesia das demais classes dominantes e para fundi-las em um bloco. Já indicamos que a crise econômica, visível desde 1962, não favorecia a aliança da burguesia com as classes populares, principalmente com a classe operária, devido aos sacrifícios que essa crise imporia ao país. Desde o momento em que Goulart se mostrou incapaz de realizar o milagre dessa aliança (e sua viragem para a esquerda, em março de 1964, apenas confirmava essa incapacidade), a burguesia, necessitando sempre de um governo forte, tinha que contar com a direita. Por outro lado, a transformação ocorrida no interior da classe burguesa, desde 1955, com o aumento do setor vinculado ao capital estrangeiro, tornava cada vez mais possível este arranjo entre os grupos dominantes.

Isso explica por que a primeira face mostrada pelo governo militar foi a repressão policial contra movimento de massas: a intervenção nos sindicatos, a dissolução dos organismos populares de direção (inclusive do CGT), a perseguição aos líderes operários e camponeses, a supressão de mandatos e de direitos políticos, a prisão e a tortura. Explica também a política econômica desse governo, que foi, antes de mais nada, de contenção dos salários, de restrição do crédito e de aumento da carga tributária[18]. Em linhas gerais, a política de estabilização financeira do atual governo quer criar uma oferta de mão de obra mais abundante, baixando assim seu preço, e, ao mesmo tempo, "racionalizar" a economia, liquidando a concorrência excessiva que produziu a expansão industrial em certos setores e favorecendo, portanto, a concentração de capital nas mãos dos grupos mais poderosos. Isso beneficia, claro, os grupos estrangeiros, mas também beneficia a grande burgue-

18 É interessante observar que a política tributária do governo de Castelo Branco se baseou sobretudo na folha de pagamentos e não na capacidade de produção das empresas: salário familiar, impostos para a educação e a habitação popular, décimo-terceiro salário, etc. Isto é, aumenta-se principalmente a carga fiscal das empresas tecnologicamente menos desenvolvidas, que empregam mais mão de obra e que correspondem, socialmente, à pequena e média burguesia.

sia nacional. Tal política representa uma tentativa de ressuscitar as práticas originadas pela Instrução 113 para superar a crise do setor externo, mas também obedece às exigências colocadas pelo próprio desenvolvimento capitalista brasileiro, como o rebaixamento dos salários e a racionalização da produção.

O fato de que a burguesia brasileira, finalmente, tenha aceitado o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros e tenha decidido intensificar a capitalização – baixando ainda mais o nível de vida do povo e concentrando em suas mãos o capital disperso na pequena e média burguesias – tem sérias implicações políticas. Para amplos setores da esquerda, o atual regime militar representa o fracasso de uma classe – a burguesia nacional – e de uma política – o reformismo. Estruturada, assim, em termos radicalmente antiburgueses, a luta popular tende a eludir soluções legais e conduz a esquerda à luta armada. É evidente que a concretização dessa tendência depende da evolução da crise na qual a economia brasileira se debatia.

Mas as esquerdas brasileiras podem se valer não apenas da situação econômica para levar as massas ao caminho da insurreição. O caráter "estrangeiro" do atual regime militar pode ajudá-las consideravelmente. Mesmo rechaçando a interpretação simplista que quer enxergar no golpe de abril uma ação exterior à realidade brasileira, não pretendemos negar a existência e a importância da influência estadunidense nos acontecimentos, não só, como assinalamos, através da atuação da Embaixada dos Estados Unidos no Rio e de organismos como o IBAD, mas também através da política de vinculação das forças armadas do Brasil à estratégia do Pentágono. O acordo militar entre os dois países (assinado em 1942 e ampliado em 1954), a padronização dos armamentos (1955), a criação de organismos continentais, como o Colégio Interamericano de Defesa (1961), as missões de instrução e de treinamento, tudo isso criou progressivamente uma elite militar inclinada a enfocar os problemas brasileiros a partir da perspecti-

va dos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Através de um centro de irradiação – a Escola Superior de Guerra, à qual Castelo Branco e outros chefes militares do atual regime pertenceram – foram difundidas teorias como a da "agressão comunista interna" e a da "guerra revolucionária", criadas pelos franceses em sua campanha militar na Indochina. O espírito de casta e o paternalismo, que caracterizam os militares latino-americanos, fizeram o resto, levando as forças armadas brasileiras a ocupar o vazio de poder que se criara.

O regime militar implantado em abril de 1964 inaugura um novo estilo na política externa do Brasil, cujo principal objetivo parece ser obter uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos. A análise dessa política externa lança nova luz à interpretação da problemática brasileira e merece que lhe dediquemos um capítulo a parte.

2. Ideologia e práxis do subimperialismo

A estreita vinculação aos Estados Unidos, que orientou a diplomacia brasileira sob o nome de "política de interdependência continental" no governo do marechal Castelo Branco (1964-1967) contribuiu para que o regime militar brasileiro fosse considerado como uma simples marionete do Pentágono e do Departamento de Estado. Na realidade, essa política externa tem raízes profundas na dinâmica da economia capitalista mundial e na maneira como o Brasil se vê afetado por ela. Em outras palavras, tal política só pode ser analisada à luz das transformações sofridas pela economia estadunidense no pós-guerra – internamente e nas relações com os países a ela periféricos – e, inversamente, à luz das transformações atravessadas pela economia brasileira nas últimas duas décadas e de sua atual posição frente aos Estados Unidos.

A integração imperialista

A progressão ascendente da acumulação capitalista na economia estadunidense e o processo de trustificação ali apresentado, como uma constante, no século XX, têm como resultado a concentração sempre crescente de uma riqueza cada vez mais considerável. Se os investimentos em atividades produtivas acompanhassem o ritmo de crescimento do excedente assim obtido, a estrutura econômica explodiria em crises talvez mais violentas que a de 1929, em virtude do próprio mecanismo que vincula o ciclo de conjuntura à variação do capital constante. A política anti-inflacionária adotada de modo geral nos Estados Unidos após a guerra, permitiu a contenção do ímpeto de crescimento econômico e a limitação do montante do excedente, sem conseguir impedir, entretanto, que este siga muito acima das possibilidades existentes para sua absorção. Disso resultam as somas cada vez maiores destinadas à aplicação improdutiva, principalmente na indústria bélica e nos gastos de publicidade. O restante, que não pôde ser esterilizado dessa maneira, precipita-se em direção ao mercado externo, convertendo a exportação de capitais em um dos traços mais característicos do imperialismo contemporâneo[19].

A lógica capitalista, que subordina o investimento à expectativa de lucro, leva esses capitais às regiões e setores que parecem mais promissores. A consequência é, através da repatriação de capitais, um aumento suplementar do excedente, que impulsiona novos investimentos no exterior, recomeçando o ciclo em nível mais alto. Ampliam-se assim, incessantemente, as fronteiras econômicas estadunidenses, intensifica-se o amálgama de interesses nos países por elas abrangidos e torna-se cada vez mais necessá-

19 Ver, de Paul Baran; "Crisis of Marxism?", *Monthly Review,* Nova Iorque, outubro de 1958. Existe edição em espanhol: *Cuadernos de Pasado y Presente,* n. 3, Córdoba.

rio que, de distintas maneiras, o governo de Washington estenda a proteção a seus cidadãos para além dos limites territoriais.

No início do século, o mais prestigiado teórico marxista de então, Karl Kautsky, influenciado pelo revisionismo bernsteiniano e impressionado com o processo de trustificação que caracterizava a economia capitalista desde as duas últimas décadas do século XIX, formulou sua teoria do "ultraimperialismo": com a concentração progressiva do capital em um gigantesco truste mundial, se poderia esperar a centralização política correspondente e uma transição necessária e pacífica para o socialismo. Em seu prefácio à obra de Bukharin *A economia mundial e o imperialismo,* escrito em 1915, Lênin combate a teoria de Kautsky, ainda que não negue a tendência integracionista apresentada pelo capitalismo mundial. O que ocorrerá, segundo advertia, é que tal tendência se desenvolverá em meio a contradições e conflitos que impulsionarão a tendência oposta antes que aquela chegue a seu auge. A guerra de 1914 e a Revolução Russa, a guerra mundial e os fenômenos por ela engendrados – a formação do bloco socialista e os movimentos de libertação nacional – deram razão a Lênin.

Sempre é verdade, no entanto, que a expansão do capitalismo mundial e a acentuação do processo monopolista mantiveram constante a tendência integracionista, expressa hoje de maneira mais evidente pela intensificação da exportação de capitais e pela subordinação tecnológica dos países mais fracos. Outro marxista alemão, August Talheimer, notou esse processo ao cunhar, no pós-guerra, sua categoria de *cooperação antagônica.* Em um momento no qual a dominação estadunidense parecia incontestável, frente à destruição da Europa que se seguiu à guerra mundial, Talheimer foi suficientemente lúcido para perceber que a acentuação do próprio processo de integração ou cooperação desenvolveria suas contradições internas. Isso foi verdade, sobretudo, em relação aos demais países industrializados, que, submetidos à penetração dos investimentos estadunidenses, tornaram-se por sua

vez centros de exportação de capitais e estenderam simultaneamente suas fronteiras econômicas dentro do processo ecumênico da integração imperialista. As tensões que se interpuseram entre esses vários centros integradores de desigual grandeza (como, por exemplo, a França e os Estados Unidos), ainda que não possam chegar à hostilidade aberta como no passado e que tenham que se manter nos marcos da cooperação antagônica, obstaculizam o processo de integração, abrem fissuras na estrutura do mundo imperialista e atuam vigorosamente em benefício daquilo que tende a destruir as próprias bases dessa estrutura: os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos.

É preciso notar, efetivamente, que não é apenas no nível das relações entre os países industrializados que o processo de integração imperialista dá fôlego a sua própria negação. Isso se dá principalmente no nível das relações entre esses países e os povos colonizados, e aí reside sem dúvidas o fator determinante que encaminha este processo de integração imperialista para sua frustração. A exportação de capitais e de tecnologia em direção a essas nações impulsiona, de fato, o desenvolvimento de seu setor industrial, contribuindo para criar novas situações de conflito, a partir de dois pontos de vista – interno e externo – e para propiciar uma crise que altera as próprias condições nas quais essa industrialização é realizada.

Internamente, a industrialização se expressa, em um país à reçaga*, no acirramento de contradições sociais de vários tipos: entre os grupos industriais e os latifundiários exportadores; en-

* N.T.: Em espanhol, neste e em outros momentos Marini emprega o termo *rezagado*, que se refere originalmente ao último boi do rebanho, aquele que caminha atrás da boiada, mas ainda junto a esta. Em português, existem as expressões "retardatário" e "à reçaga", que foi aqui utilizada. A tradução mais comum de *rezagado* poderia ser "atrasado". No entanto, como Marini não utiliza este termo, buscou-se evitar o emprego de "país atrasado", expressão corrente com forte carga ideológica que não condiz com a argumentação do autor. Sempre que no texto apareça a expressão "à reçaga" trata-se da tradução de *rezagado*.

tre a indústria e a agricultura para o mercado interno; entre os grandes proprietários rurais e o campesinato; e entre os grupos empresariais e a classe operária, bem como a pequena-burguesia. A diversificação econômica é acompanhada, portanto, de uma complexidade cada vez maior nas relações sociais, que contrapõe, em primeiro plano, os setores de mercado interno aos de mercado externo e, em seguida, no coração de ambos os setores, contrapõe os grupos sociais que os constituem. Nem sequer o capital estrangeiro investido na economia pode fugir a essas contradições e se apresentar como um bloco homogêneo: o capital investido nas atividades de exportação (Anderson Clayton, United Fruit) não tem exatamente os mesmos interesses que aquele aplicado na produção industrial ou agrícola para o mercado interno (indústria automobilística, de eletrodomésticos, indústria de enlatados); ambos reagirão de maneiras diferentes, por exemplo, diante de um projeto de reforma agrária que acarrete a ampliação do mercado interno e crie no campo melhores condições de trabalho e remuneração.

O fato de que o processo de diversificação social que resulta da industrialização não se sincronize rigorosamente com o ritmo da penetração imperialista conduz, por outro lado, a que os fatores antagônicos entre a economia subdesenvolvida e a economia dominante sejam agravados. Pode ocorrer – como aconteceu, por exemplo, no Brasil entre os anos 1930 e 1950 – que o setor industrial nacional aumente de maneira muito mais rápida que a desnacionalização econômica resultante dos investimentos externos. Para além das disputas que surgem então entre os dois setores, em sua luta pelo mercado interno, as relações entre ambos se agravam quando – uma vez que seja alcançado determinado nível de industrialização – as necessidades crescentes da importação se chocam, no terreno cambial, com as pressões do setor estrangeiro para exportar seus lucros e com as distorções que a dominação imperialista impõe à estrutura do comércio exterior.

A questão tende a se agravar ainda mais por outra razão: a redução do prazo de renovação do capital fixo nas economias avançadas, como consequência do ritmo incrivelmente rápido das inovações tecnológicas[20], leva a que essas economias tenham uma necessidade urgente de exportar seus equipamentos obsoletos para nações em fase de industrialização. O estrangulamento cambial que suas práticas comerciais e financeiras provoca na capacidade dessas nações para importar contra-arresta, contudo, essa tendência. Esta contradição só pode ser superada através da introdução de tais equipamentos nos países subdesenvolvidos sob a forma de investimento direto de capital. A consequência de tal procedimento é a aceleração do processo de desnacionalização – e, portanto, de integração – ao mesmo tempo em que se implanta, nesses países, um desnível crescente entre o marco tecnológico e as necessidades de emprego de uma população em explosão demográfica. A própria maneira através da qual se procura superar o estrangulamento cambial implica portanto, devido aos problemas que dela resultam, a agudização das tensões sociais internas, fator decisivo nos movimentos de libertação nacional.

A cooperação antagônica entre a burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é conduzida, assim, a um ponto crítico que já não lhe permite existir em sua ambiguidade e impõe um dilema entre a cooperação, tendendo à integração, e o antagonismo, marchando rumo à ruptura. É o que ocorreu no Brasil em 1964, e convém-nos examinar o mecanismo dessa crise, bem como suas consequências.

As alternativas do desenvolvimento capitalista brasileiro

A crise do sistema de exportação brasileiro, iniciada nos anos 1930 e configurada claramente ao fim da guerra da Coreia,

20 Ernest Mandel, *Traité d'économie marxiste*, Paris, 1962.

lança a sociedade brasileira em um processo de radicalização de suas contradições que expressa a impossibilidade de que o desenvolvimento industrial siga se dando dentro dos marcos semicoloniais até então existentes. Essa impossibilidade se torna visível devido à ação de duas limitações estruturais. A primeira se manifesta na crise do comércio exterior, onde se verificam uma tendência constante à queda dos preços dos produtos exportados e a incapacidade do principal mercado comprador – o estadunidense – para absorver as quantidades crescentes que a economia brasileira necessita exportar para atender as importações necessárias à industrialização. A segunda limitação deriva do regime de propriedade de terras, que estrangula a oferta de gêneros alimentícios e das matérias-primas requeridas pela indústria e pelo crescimento demográfico urbano, o que, além de impulsionar o aumento dos preços – que estimula, por sua vez, os movimentos reivindicativos de massas –, concentra os rendimentos da agricultura nas mãos de uma minoria e obstaculiza a expansão do mercado interno para a produção industrial.

Os governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek, que se sucedem à grave crise política de 1954 produzida pela situação aqui descrita – encerrada pelo suicídio do presidente Vargas –, sendo, portanto, frutos do compromisso entre as classes dominantes em conflito, tratarão de encontrar uma fórmula de transação que permita superar a crise econômica, sem levar a um confronto definitivo entre as posições implicadas. O recurso escolhido foi abrir a economia brasileira aos capitais estadunidenses, a fim de romper o nó formado no setor cambial. A Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito – Sumoc (atual Banco Central) cria o marco jurídico para essa política, cujo auge é atingido com o Plano de Metas do governo de Kubitschek, que acarreta cerca de 2,5 milhões de dólares em investimentos e financiamentos e empurra de novo a expansão industrial.

Essa expansão começa, entretanto, a dar sinais de esgotamento por volta de 1960, em função da diminuição verificada no nível de renda interna, da queda do preço e do volume das exportações e da grande exportação de lucros, o que afunda o país numa grave crise cambial; e também devido à aceleração do processo inflacionário, expressão da luta da burguesia industrial e financeira contra os grupos empresariais rurais, bem como contra as classes assalariadas. Deve-se ter presente, efetivamente, que a expansão industrial brasileira, baseada na intensificação do investimento estrangeiro e correspondendo à introdução massiva de uma nova tecnologia, teve como resultado a sensível elevação da produtividade do trabalho e da capacidade produtiva da indústria, agravando entretanto – e por isso mesmo – o problema do emprego da mão de obra. É assim que, entre 1950 e 1960, frente a uma taxa de crescimento demográfico de 3,1% ao ano e enquanto a população urbana cresce quase 6% ao ano e a produção manufatureira mais de 9%, o emprego na atividade industrial não apresenta um aumento anual maior que 3%.[21]

A crise estrutural da economia brasileira, uma vez terminados os efeitos paliativos da política de importação de divisas, explodiu, assim, em uma verdadeira crise industrial que arrastou o país à depressão. Em tal situação, era inevitável que as contradições sociais que se haviam manifestado nos anos 1953-54 voltassem a se apresentar com muito mais força, sobretudo aquelas que impulsionavam as massas operárias e a classe média das cidades para que lutassem por melhorar seu nível de vida. Pressionada por elas e com clara consciência da impossibilidade de manter a expansão industrial dentro dos marcos estreitos traçados pelo setor latifundiário-exportador e pelos grupos monopolistas es-

21 Dados proporcionados pelo Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, *Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966*, Documento EPEA, n. 1, novembro de 1964, cap. IV. Em "atividade industrial" se inclui a indústria manufatureira e a indústria extrativa mineral.

trangeiros, a burguesia tenta quebrar o cerco, rompendo o compromisso com essas forças e impondo sua política de classe. Os governos de Jânio Quadros, em 1961, e, vencida a indecisão parlamentar de 1962, de João Goulart, em 1963-64, expressaram essa tentativa.

A política externa independente e as reformas estruturais foram as direções nas quais esses governos se movimentaram, buscando sujeitar a resistência dos setores dominantes aliados. Com a primeira, tratou-se de criar uma margem de manobra no campo internacional que permitisse ao Brasil diversificar seus mercados de produtos básicos e seu suprimento de crédito, principalmente nos países socialistas, e abrir caminho para a exportação de produtos industrializados, sobretudo na África e na América Latina. Com as reformas, tendia-se no princípio à reformulação da estrutura agrária, capaz de abrir novos mercados para o comércio interno e de aumentar a oferta interna de matérias-primas e de gêneros alimentícios. As duas orientações entravam em conflito com os interesses do setor latifundiário e dos grupos monopolistas exportadores, em sua maioria estadunidenses. A adoção de medidas restritivas ao financiamento nacional dos investimentos estrangeiros e à remessa de lucros para o exterior, bem como o esboço de uma política de nacionalizações, generalizaram o conflito para todo o setor estrangeiro da economia e tornaram as relações entre os governos brasileiro e estadunidense muito tensas.

Para garantir tal política, a burguesia necessitava do respaldo das massas populares urbanas, de considerável peso político. Debatendo-se, porém, em uma situação de crise conjuntural que minguava sua taxa de lucros, a burguesia tinha paradoxalmente que enfrentar as massas, buscando conter suas reivindicações salariais. A pretensão de aplicar práticas deflacionárias, em 1961, com Jânio Quadros, e em 1963, com Goulart (Plano Trienal 1963-65), encontrou viva resistência popular e a burguesia, por razões políticas, não pôde impô-las pela força. Confiando a Gou-

lart a tarefa de conter o movimento de massas, tratou de utilizar sua capacidade de explorar o processo inflacionário em benefício próprio, a fim de sustentar sua margem de lucros, o que acelerou esse processo. As reivindicações operárias se radicalizaram, através de greves cada vez mais frequentes e amplas, e a classe média entrou em pânico diante da ameaça concreta de proletarização.

A agitação que a ameaça de reforma agrária levava ao campo e a resistência do setor industrial estrangeiro às medidas nacionalistas limitaram cada vez mais o apoio do setor burguês a Goulart. Quando a campanha antigovernista se intensificou sob o pretexto da subversão comunista, a classe média, desorientada pela crise econômica, dividiu-se, passando a engrossar, em quantidades cada vez maiores, as hostes da reação. Impressionada com o discurso anticomunista e com a radicalização popular e sentindo, com o fracasso do Plano Trienal, que Goulart já não oferecia condições para conter o movimento de massas, a burguesia abandonou o terreno. Quando a agitação alcançou o setor militar, com a rebelião dos marinheiros, em março de 1964, ficou claro que, frente à oposição radical à qual a luta de classes fora conduzida, o poder estava vazio. Em um gesto de audácia, o grupo militar da Escola Superior de Guerra dele se apoderou.

A política de interdependência

O governo de Castelo Branco se caracterizou por uma atuação internacional distinta à chamada "política externa independente" praticada pelos governos de Jânio Quadros e de João Goulart, que se baseava nos princípios de autodeterminação e não intervenção. Desde que assumiu a direção do ministério de Relações Exteriores em consequência do golpe de 1964, o chanceler do governo de Castelo Branco, Vasco Leitão da Cunha, rechaçou a ideia de uma política externa independente, invocando razões

geopolíticas que vinculariam estreitamente o Brasil ao mundo ocidental, e particularmente aos Estados Unidos, e declarou que o conceito básico da diplomacia brasileira era o de *interdependência continental.* Adotou-se, assim, uma doutrina oriunda da Escola Superior de Guerra, sob a responsabilidade do general Golbery do Couto e Silva, diplomado pela escola estadunidense de Fort Benning e chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), organismo criado pelo regime militar que, com seus dois mil agentes atuando no continente, já foi comparado a uma CIA em miniatura.

Essa doutrina, chamada de "barganha leal", foi exposta por Golbery em seu livro *Aspectos geopolíticos do Brasil* (Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1957) e parte do pressuposto de que, devido a sua posição geográfica, o Brasil não pode escapar à influência estadunidense. Nesta situação, não lhe restaria outra alternativa além de "aceitar conscientemente a missão de se associar à política dos Estados Unidos no Atlântico Sul". A contrapartida dessa "escolha consciente" seria o reconhecimento, por parte dos Estados Unidos, de que "o quase monopólio da dominação naquela área deve ser exercido pelo Brasil exclusivamente". Essa expressão "quase monopólio" resulta, igualmente, da impossibilidade de ignorar as pretensões que a burguesia argentina também alimenta nesse terreno.

Dois pronunciamentos oficiais consagraram a adoção dessa doutrina: as declarações do chanceler Leitão da Cunha ao receber no Rio de Janeiro, no dia 19 de maio de 1965, seu colega do Equador, Gonzalo Escudero, e o discurso pronunciado pelo marechal Castelo Branco dias depois, na cidade de Teresina (capital do estado do Piauí).

Saudando o chanceler equatoriano, Leitão da Cunha aludiu a "um conceito imanente à natureza da aliança interamericana, o conceito da interdependência entre as decisões de política internacional dos países do continente". "A concepção ortodoxa e

rígida da soberania nacional", destacou, "foi formulada em uma época na qual as nações não reuniam, em suas responsabilidades, uma obrigação de cooperar entre si em busca de objetivos comuns". O chanceler do governo militar brasileiro preconizou ainda "o reforço dos instrumentos multilaterais para a defesa da instituição política mais americana – a democracia representativa". E esclareceu: "Poucos têm dúvidas de que os mecanismos previstos na Carta da Organização de Estados Americanos contra agressões ou ataques abertos são inteiramente inadequados às novas situações produzidas pela subversão que transcende as fronteiras nacionais"*.

O marechal Castelo Branco partiu desse ponto em seu discurso do dia 28 de maio, quando se referiu à crise dominicana que motivou a invasão estadunidense, apoiada pelo Brasil, como sendo uma agressão interna ao continente. Depois de proclamar a necessidade de substituir o conceito de fronteiras físicas ou geográficas pelo de *fronteiras ideológicas*, o marechal presidente declarou que, de acordo com a atual concepção brasileira da segurança nacional, esta não se limita às fronteiras físicas do Brasil, mas se estende às fronteiras ideológicas do mundo ocidental**.

* N.T.: Buscou-se nos jornais *Última Hora* e *Jornal do Brasil* a transcrição original das passagens citadas por Marini. No primeiro, na edição do dia 19/05/1965, p. 2, há uma pequena nota titulada "Acordo Brasil-Equador hoje"; no segundo, na edição do mesmo dia, cad.1, p. 9, encontra-se a reportagem "Leitão em banquete diz que defesa interamericana está inadequada à nova realidade". Nenhuma dessas matérias, porém, cita especificamente aqueles trechos, de modo que, nesse caso, retraduzimos a citação de Marini.

** N.T.: Encontrou-se o referido discurso de Castelo Branco na edição do *Jornal do Brasil* do dia 29/05/1965, cad. 1, p. 3, no qual o marechal afirma: "No particular, não podemos omitir o que se nos deparou recentemente com a solicitação da Organização dos Estados Americanos no sentido de enviarmos tropas em missão à República Dominicana. [...] Era realmente o nosso dever, pois além de constituir compromisso com aquela comunidade continental, a nossa atitude traduz a consciência de que a uma grande nação como o Brasil assistem também grandes responsabilidades na preservação do continente, na luta insidiosa e implacável do comunismo que, disfarçado sob mil faces, tenta subverter as liberdades democráticas. Já não podemos ser indiferentes ante a sorte dos nossos

Situam-se nessa linha de pensamento as ideias da intervenção no Uruguai e na Bolívia, alimentadas por Castelo Branco, bem como o decidido apoio do governo brasileiro à intervenção dos Estados Unidos em Santo Domingo. O aplauso de Brasília à decisão estadunidense de encaminhar parte de sua ajuda militar aos países latino-americanos através da OEA também foi consequência dessa posição e une-se à reivindicação de que o chamado "protocolo adicional", que vincula a ajuda militar à ajuda econômica, seja reativado. Outra consequência foi a tese da integração militar do continente, presente na insistência brasileira sobre a criação de um exército interamericano permanente, atualmente descartada.

Para muitos, tratava-se simplesmente de um regresso da política brasileira à submissão a Washington – que era a regra do período anterior a Jânio Quadros –, bem como da conversão definitiva do Brasil em colônia estadunidense. Nada é menos certo. O que se verificava, na realidade, era a evolução, de certa maneira inevitável, da burguesia brasileira rumo à aceitação consciente de sua integração ao imperialismo estadunidense, evolução esta que resulta da própria lógica da dinâmica econômica e política do Brasil e que pode ter graves consequências para a América Latina.

O complexo industrial-militar

A existência do complexo industrial-militar se evidencia quando analisamos o programa de ação econômica, ou Pla-

---

vizinhos nem fechar os olhos à agressão externa por via interna. [...] Portanto, se não desejamos ser surpreendidos aqui dentro de casa – e esse é um dos compromissos da Revolução – cumpre-nos impedir a escravização dos dominicanos. [...] É o que se vai evitar em São Domingos graças, em parte, à autorização do Congresso Nacional, que, acorde com as mais antigas e melhores tradições do Brasil, nos permite preservar a liberdade além de nossas fronteiras, de modo a podermos conservá-la em nosso próprio território".

no Trienal 1964-66, adotado pelo governo do marechal Castelo Branco e elaborado por seu ministro de Planejamento e ex-embaixador em Washington, Roberto de Oliveira Campos[22]. Seu objetivo era duplo: reativar o ritmo descendente do crescimento do produto interno bruto, fixando-o em 6% para os anos de 1965 e 1966, e conter o aumento geral dos preços, que passou do nível de 92,4%, em 1964, para 25% em 1965 e 10% em 1966. Por outro lado, o plano se propunha a alcançar "objetivos secundários", entre eles o equilíbrio da balança de pagamentos, a redistribuição da renda e, na prática, a democratização do capital. Além dos instrumentos clássicos de política econômica (política tributaria, salarial e de crédito, manipulação tributária, contenção e seleção dos gastos governamentais), a ação estatal continha medidas estruturais, principalmente a reforma agrária e a reorganização do mercado interno de capitais.

Do ponto de vista da nossa análise, o aspecto mais interessante é a atitude do plano em relação ao capital estrangeiro. Em um estudo publicado em seu órgão oficial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou que o programa de planejamento econômico de Roberto Campos se singularizava, relativamente aos planos econômicos anteriores, "pelo papel estratégico que confere ao capital estrangeiro, e a elevadas esperanças quanto a seu ingresso". Após recordar que, estabelecendo uma formação bruta de capital fixo de 17% ao ano, o Plano designava ao capital estrangeiro 28,1% da mesma em 1965 e 29,4% em 1966, enquanto previa uma diminuição da poupança nacional de 15,8% – entre 1954 e 1960 – para 13% ao ano em 1965 e 1966, a CNI precisava: "A diminuição de poupança nacional [...] colocará em situação de inferioridade o capital privado nacional, cujos investimentos seriam de cerca de metade do influxo previsto de capital estrangeiro"[23].

22 Ver *Programa de Ação Económica do Governo, 1964-1966, op. cit.*

23 *Desenvolvimento & Conjuntura,* Rio de Janeiro, n. 3, março de 1965.

Essa orientação era confirmada por outros aspectos da ação governamental. Segundo a própria CNI, as fontes de crédito tiveram sua atuação fortemente reduzida em 1964, tendo o crédito privado aumentado 84,2% e o oficial pouco mais de 50%, frente a uma taxa de inflação de 92,4%. Essa contenção do crédito se completou com uma política tributária baseada principalmente na folha de pagamento, o que obrigou as indústrias a buscarem uma solução para seus custos de produção na redução da mão de obra, isto é, em um aumento da composição técnica da produção. É natural que tenha sido a associação com grupos estrangeiros – que dispõem sempre de linhas de crédito e contam com tecnologia disponível em virtude do ritmo de renovação tecnológica que se dá em seu país de origem – o caminho mais fácil para enfrentar essa conjuntura.

A política que tende a forçar a democratização do capital das empresas, sobretudo através de estímulos fiscais ao reinvestimento por parte dos grupos dispostos a concretizá-la, intensificou ainda mais essa tendência. A CNI também percebeu esse fato, ao assinalar, no referido estudo, que "se a poupança nacional diminui, a 'democratização' servirá apenas para permitir que os capitais estrangeiros tenham acesso a pelo menos parte do controle de empresas nacionais".

Pois bem, no plano interno, a política econômica do governo de Castelo Branco beneficiou amplamente as grandes empresas, tanto nacionais como estrangeiras, especialmente aquelas dedicadas à indústria pesada, ao mesmo tempo em que, devido à retração deliberada que provocava na demanda, tornou a situação praticamente intolerável para a pequena e média indústrias, vinculadas à produção de bens de consumo não duráveis[24]. Em

24 Em uma avaliação da política praticada por seu predecessor, o atual governo do marechal Costa e Silva registra que, depois da crise industrial de 1965, cada ramo industrial enfrentou condições totalmente distintas de evolução, podendo ser caracterizados dois grandes grupos de indústrias: o primeiro, constituído pelo complexo mecânico, metalúrgico, metalúrgico-elétrico, de material de —›

outras palavras, revelou a determinação expressa do regime de consolidar uma indústria de bens intermediários, de consumo durável e de equipamentos, com alta composição técnica da produção e dotada de grande capacidade competitiva, capaz de converter o país em uma potência industrial. Isso se explica uma vez que tal indústria era a condição *sine qua non* para levar a cabo a expansão externa pretendida e que, por outro lado, tal expansão constituía a resposta mais eficaz, do ponto de vista da grande indústria, para a estreiteza de mercados com a qual a economia se debatia internamente. Chega-se assim a criar uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da elite militar, que encontraria uma expressão ainda mais evidente nos vínculos estabelecidos no nível da produção bélica. A marcha deste novo setor da economia brasileira revela, como nenhuma outra, a deformação à qual esta economia está sendo conduzida através das características peculiares de seu desenvolvimento capitalista e merece ser analisada um pouco mais minuciosamente.

Tudo parece começar ao final do governo de Goulart, quando este, preocupado em romper a dependência existente no Brasil devido à padronização do material bélico imposta pelos Estados Unidos aos países latino-americanos após a segunda guerra mundial, decide diversificar as fontes de fornecimento e desenvolver, simultaneamente, a indústria nacional. A padronização, levada a cabo nos marcos da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, aplainava o caminho nessa direção. Em fevereiro de 1964,

transporte e químico, apresentou uma "elevada taxa de crescimento, da ordem de 25% sobre o ano anterior, aliada a um crescimento da produtividade do trabalho também elevado, em torno de 12%"; o segundo grupo, constituído pelas indústrias ditas "tradicionais", que compreendem a indústria têxtil, de madeira e mobiliário, de couros, de calçados, de vestuário e de alimentos, ostentou um "crescimento relativamente menor de seu produto no período, fato essencialmente ligado à baixa elasticidade-renda da demanda, além de [um] crescimento menos acentuado na produção por homem empregado". Cf. Brasil, Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, *Diretrizes de governo. Programa estratégico de desenvolvimento*, julho de 1967. p. 159-160.

o ministro da Guerra de Goulart, general Jair Dantas Ribeiro, assinou com a Bélgica um contrato de compra de 50 mil fuzis, com direito à reprodução pela indústria brasileira.

Após a deposição de Goulart, o novo ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, confirma a operação. Quase ao mesmo tempo, o general Edmundo Macedo Soares e Silva, ao tomar posse da presidência da Confederação Nacional da Indústria, pronunciou-se a favor de uma política de substituição de importações de armamentos e equipamento militar, vinculando-a à preservação da soberania nacional. Diferentes atos realizados pelo governo indicaram a intenção de colocar essa orientação em prática, explorando particularmente as facilidades oferecidas pela indústria bélica europeia.

É necessário recordar aqui que, com a padronização do material bélico, a indústria de guerra dos Estados Unidos criara um mercado permanente para seus excedentes na América Latina e que o Departamento de Defesa estadunidense, por sua vez, forjara um instrumento de controle dos mais eficazes sobre as forças armadas do hemisfério. A atitude brasileira não podia ser considerada como outra coisa que não alarmante e explica os contatos que, em agosto de 1965, o subsecretário estadunidense de Defesa para Assuntos do Extremo Oriente, Avin Freeman, buscou com industriais brasileiros. Segundo se soube posteriormente, Freeman manifestou o interesse do Pentágono em adquirir, no Brasil, armas e outras manufaturas para a guerra do Vietnã, em virtude da dificuldade em mobilizar, no caso de uma guerra não declarada, a indústria estadunidense para a produção de guerra[25].

Nesse mesmo período, mediante a autorização do presidente da República e do Ministério de Planejamento, constitui-se o assim chamado Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), que abarca as empresas da região mais industrializada

25 Sobre o tema, ver a reportagem publicada pelo jornal conservador *O Estado de São Paulo*, 28 de fevereiro de 1966.

do país (São Paulo, Guanabara e Minas Gerais) e conta com a assessoria direta de membros das forças armadas. Em janeiro de 1966, regressando de uma viagem aos Estados Unidos, o presidente do GPMI, o industrial paulista Vitorio Ferraz, declarou em uma coletiva de imprensa que a indústria brasileira fabricaria armas de diversos tipos, munições e veículos de guerra para colaborar com os estadunidenses na guerra do Vietnã. Esclarecendo que, para tanto, contava-se já com várias fábricas de dispositivos de telecomunicação e de munições, Ferraz detalhou: "Colaborando com o extermínio do Vietcongue, [o Brasil] aproveitaria a capacidade ociosa de suas fábricas e daria lugar à criação de 180 mil novos empregos. Simultaneamente, combateremos o comunismo e nossos problemas de desemprego"[26].

Nos meses subsequentes, o programa anunciado por Ferraz foi colocado em marcha. Em março de 1966, Paul Hower, funcionário do Departamento de Defesa estadunidense e membro da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, chegou ao país com a missão expressa de tratar sobre a instalação, no Brasil, de uma fábrica de aviões turborreatores do tipo anti-guerrilha. Na segunda semana de agosto, o semanário de oposição *Folha da Semana,* do Rio de Janeiro, dava detalhes da operação, proporcionando notícias sobre o avanço dos estudos para a instalação da referida fábrica no estado do Ceará, no nordeste do país, sob a supervisão do GPMI. A empresa reunia capitais privados nacionais e contava com um investimento oficial de 20 milhões de dólares, dotados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), organismo descentralizado, estando a produção da empresa destinada ao abastecimento interno e à exportação

26 Estas declarações foram tomadas do *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, jan. 1966. Segundo o jornal, as empresas em questão eram, por um lado, Telefunken, Delta, Motorola, Electrónica, Philips e Invelson e, por outro, Parque de Aeronáutica de São Paulo, Fábrica de Artilharia da Marinha, Arsenal da Marinha e Companhia Brasileira de Cartuchos.
[N.T.: Não foi possível consultar as edições do *Correio da Manhã.*]

para os demais países latino-americanos. Desde então, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), estabelecimento militar de pesquisa e ensino, elaborou e testou diversos protótipos de aviões leves, concedidos à empresa privada junto às encomendas do Estado para sua fabricação.

O subimperialismo e a revolução latino-americana

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave.

Essa pretensão não nasce tão somente de um desejo de liderança política por parte do Brasil, devendo-se principalmente aos problemas econômicos que a opção da burguesia brasileira em prol do desenvolvimento integrado coloca. O restabelecimento de sua aliança com as antigas classes oligárquicas vinculadas à exportação, que selou o golpe de 1964, deixou a burguesia na impossibilidade de romper as limitações que a estrutura agrária impõe ao mercado interno brasileiro. O próprio projeto de reforma agrária adotado pelo governo de Castelo Branco não admite outra maneira de alterar essa estrutura que não a extensão progressiva do capitalismo ao campo dentro de um longo prazo.

Por outro lado, ao optar por sua integração ao imperialismo e ao depositar na entrada de capital estrangeiro suas esperanças

de reativar a expansão econômica, a burguesia brasileira concorda em intensificar o processo de renovação tecnológica da indústria. Atende, assim, aos interesses da indústria estadunidense, à qual convém instalar, para além de suas fronteiras, um parque integrado que absorva os equipamentos tornados obsoletos pela rápida evolução tecnológica. E, ainda mais, um parque industrial que desenvolva complementarmente certos níveis de produção, nos marcos de uma nova divisão internacional do trabalho[27]. Mas a burguesia brasileira tem que aceitar a contrapartida disso: em um país de forte crescimento demográfico, que lança anualmente um milhão de pessoas no mercado de trabalho, a instala-

27 Em recente informe preparado por especialistas das Nações Unidas, assinala-se a atual tendência ao estabelecimento de um novo esquema de divisão internacional do trabalho, dentro do qual os países industrializados deverão ceder aos países em via de desenvolvimento as primeiras fases de elaboração de matérias-primas, especializando-se nas "fases mais avançadas de elaboração e acabamento dos produtos, devido a sua experiência técnica e capacidade econômica", agregando ainda: "Conforme a tecnologia moderna, a transformação de matérias primas geralmente requer processos industriais que: 1) absorvem grande quantidade de capital; 2) requerem considerável experiência industrial e tecnológica; e 3) requerem mercados internacionais, uma vez que os mercados domésticos das nações em desenvolvimento são demasiado pequenos para absorver a produção potencial. Portanto, este tipo de produção necessariamente terá que ser realizado em cooperação com a indústria estabelecida dos países desenvolvidos (por exemplo, investimento direto e indireto ou associações em participação), de acordo com arranjos apropriados, que fornecerão o investimento de capital, a tecnologia necessária e os mercados para os produtos" (tomado de *Promoción de exportaciones mexicanas de productos manufacturados*, texto preparado para o governo do México por uma missão das Nações Unidas sob o auspício do Programa de Assistência Técnica, Nações Unidas, Comissão para a cooperação técnica, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, mimeografado, dezembro de 1966, pp. 7-13).
Por outro lado, em um pronunciamento no Congresso estadunidense sobre a integração econômica da América Latina, o então Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, Jack H. Vaughn, reconheceu que a industrialização fará os mercados tradicionais para certos produtos estadunidenses desaparecerem, sublinhando, entretanto: "A América Latina também oferecerá um mercado mais promissor para produtos da indústria estadunidense de caráter cada vez mais sofisticado" (*El Día*. México, 11 de setembro de 1965).

ção de uma indústria relativamente moderna cria um grave problema de desemprego. Isso, a despeito de que, do seu ponto de vista, a burguesia solucione assim os problemas colocados pelo custo de produção industrial – posto que, apesar dos excedentes existentes de mão de obra, a economia brasileira apresenta, como toda economia subdesenvolvida, aguda escassez de mão de obra qualificada.

Nesse sentido, seja devido a sua política de reforço da aliança com o latifúndio, seja devido a sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica. Não lhe resta outra alternativa além de tentar se expandir para o exterior, tornando-se então necessário garantir uma reserva externa de mercado para sua produção. O baixo custo de produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar assinala a mesma direção: a exportação de produtos manufaturados.

Não se trata de uma tendência totalmente nova. A política exterior de Jânio Quadros e de João Goulart também buscava garantir uma reserva externa de mercado para uma expansão comercial brasileira na África e na América Latina. A diferença está no fato de que, então, o Brasil adotava uma posição de *free lancer* no mercado mundial, confiando em que as limitações que freavam o crescimento do mercado interno brasileiro não tardariam a desaparecer, através das reformas estruturais internas. A exportação aparecia, nesse contexto, como uma solução provisória, que tendia a conceder à política reformista burguesa o prazo necessário para que florescesse. A partir de Castelo Branco, pelo contrário, a burguesia trata de compensar sua impossibilidade de ampliar o mercado interno com a incorporação extensiva de mercados já formados – como, por exemplo, o uruguaio. A expansão comercial deixa de ser, assim, uma solução provisória e

complementar à política reformista e converte-se na própria alternativa às reformas estruturais.

O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense). Essa tentativa de integrar a América Latina econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo estadunidense e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e segue sendo hoje uma intenção. Esclareceu, entretanto, fatores valiosos para avaliar as perspectivas do processo revolucionário brasileiro e, em última instância, latino-americano.

Um primeiro aspecto a ser considerado é o fato de que a integração imperialista da América Latina, em sua nova fase, iniciada com o golpe militar no Brasil, não poderá ser exercida fora dos marcos da cooperação antagônica. O antagonismo será mais acentuado sobretudo onde burguesias nacionais poderosas se enfrentem, como é o caso da Argentina e do Brasil[28], mas a cooperação ou a colaboração serão, cada vez mais, a regra que irá reger as relações dessas burguesias entre si e com os Estados Unidos. O peso que a influência estadunidense e brasileira terá na balança obriga a essa colaboração. Mais que tudo, porém, essa colaboração será necessária para as classes dominantes do hemisfério, visando a conter a ascensão revolucionária das massas verificada atualmente – que só pode se agravar com o avanço da integração imperialista.

28 A rivalidade entre o Brasil e a Argentina se exacerbou após a ascensão do general Juan Carlos Onganía ao poder. Dentre os muitos pontos de discórdia que existem atualmente entre ambos os países, encontram-se o aproveitamento das águas do rio Paraná e as disputas acerca da influência exercida sobre a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. Ambos os países desencadearam ainda uma corrida armamentista que traz consigo compras massivas de armamentos no exterior e o desenvolvimento acelerado de suas respectivas indústrias bélicas.

O caso brasileiro é, particularmente nessa questão, paradigmático. O golpe militar de 1964 – ao significar o rompimento, por parte da burguesia, com a política de compromisso que vinha praticando desde sua chegada ao poder (isto é, desde a revolução de 1930) – abre uma nova etapa no processo da luta de classes. Ainda que muitos setores sociais, principalmente aqueles de classe média, busquem restabelecer o diálogo político que existia antes de 1964 entre a burguesia e as massas, as relações de classe se caracterizam atualmente por uma ruptura horizontal, colocando, de um lado, a coalizão dominante (essencialmente a burguesia, os empresários estrangeiros e os grandes proprietários de terra) e, do outro, as massas trabalhadoras da cidade e do campo A pequena-burguesia sofre o efeito dessa ruptura de maneira contraditória, assumindo posições que vão desde o radicalismo de extrema esquerda até o neofascismo da extrema direita, sem deixar de lado os esforços conciliadores de uma camada centrista, que obedece à consigna de "redemocratização" lançada pela linha do PC brasileiro.

Em um prazo mais ou menos curto, é inevitável que essa ruptura horizontal das relações de classe no Brasil provoque uma guerra civil aberta. A expansão imperialista da burguesia brasileira tem que se basear em uma maior exploração das massas trabalhadoras nacionais, seja porque necessita de uma produção competitiva para o mercado externo – o que implica salários baixos e mão de obra disponível, isto é, um elevado índice de desemprego –, seja porque se dá junto a um aumento da penetração dos capitais estadunidenses, o que exige a extração de um sobrelucro*

* N.T.: Optou-se aqui por manter o termo "sobrelucro", exatamente como aparece no texto em castelhano, devido às distintas acepções que termos análogos têm recebido nas principais traduções realizadas para o português dos textos de Karl Marx, Rudolf Hilferding e Vladimir Lênin (superlucro, lucros extras ou lucros extraordinários). Para além da necessária comparação crítica entre esses termos e edições das diversas obras destes autores nos idiomas em que foram escritas – e não apenas dos textos especificamente traduzidos para o português –, há ainda a questão de que tais termos são empregados, em cada autor, em contextos que tratam de conceitos analíticos distintos. Uma escolha sobre o termo →

da classe operária. Essa intensificação da exploração capitalista do povo brasileiro é suficiente para intensificar a luta de classes, arriscando a posição da burguesia.

O momento preciso no qual isso se dará não depende, claro, tão somente da intensificação da exploração capitalista, mas também do tempo que as massas brasileiras levarão para extrair sua lição dos acontecimentos de 1964 e, principalmente, da capacidade da esquerda para orientá-las nesse processo de amadurecimento. Deve-se contar, no entanto, com o ritmo acelerado que o processo revolucionário na América Latina tem em nossos dias e com as repercussões da integração imperialista sobre o mesmo, o que pode acelerar consideravelmente a reorganização das esquerdas no Brasil.

A conjunção dos movimentos revolucionários do Brasil e dos demais países latino-americanos, ou seja, a internacionalização da revolução latino-americana, aparece como a contrapartida inevitável do processo de integração imperialista, em sua nova fase inaugurada pelo golpe militar brasileiro. O fato de que o avanço dessa integração tenda a cindir cada vez mais as relações entre as burguesias nacionais e as massas trabalhadoras deixa entrever que o caráter dessa revolução, mais que popular, será socialista. A análise do caso brasileiro proporciona, nesse sentido, indicações sumamente úteis.

3. O caráter da revolução brasileira

As lutas políticas brasileiras dos últimos quinze anos foram a expressão de uma crise mais ampla, de caráter social e econô-

correto a ser utilizado no lugar de "sobrelucro" – se for o caso de vir a identificar o emprego deste termo por Marini a conceitos já existentes na produção teórica marxista – necessitaria de um esforço de precisão teórica sobre a obra de Ruy Mauro Marini, o que foge ao escopo de uma tradução.

mico, que parecia não deixar outra saída ao país que não uma revolução. Contudo, uma vez implantada a ditadura militar em abril de 1964, as forças de esquerda se viram obrigadas a revisar suas concepções sobre o caráter da crise brasileira, como ponto de partida para a definição de uma estratégia de luta contra a situação que prevaleceu ao final. Em um diálogo às vezes cheio de amargura, os intelectuais e líderes políticos vinculados ao movimento popular propõem hoje duas questões fundamentais: O que é a Revolução Brasileira? Que representa a ditadura militar em seu contexto?

As respostas se orientam, em geral, ao longo de dois fios condutores. A Revolução Brasileira é entendida, primeiramente, como o processo de modernização das estruturas econômicas do país, principalmente através da industrialização, processo esse que é acompanhado por uma tendência crescente à participação das massas na vida política[29]. Identificada assim com o próprio desenvolvimento econômico, a Revolução Brasileira se iniciaria no movimento de 1930, tendo se estendido sem interrupção até o golpe de abril de 1964. Paralelamente, e na medida em que os fatores primários do subdesenvolvimento brasileiro são a vinculação ao imperialismo e a estrutura agrária – que muitos consideram semifeudal –, o conteúdo da Revolução Brasileira seria anti-imperialista e antifeudal.

Essas duas direções conduzem, assim, a um só resultado – a caracterização da Revolução Brasileira como uma revolução democrático-burguesa – e descansam sobre duas premissas básicas: a primeira consiste em situar o antagonismo nação-imperialismo como a contradição principal do processo brasileiro; a segunda, em admitir um dualismo estrutural nessa mesma sociedade, que oporia o setor pré-capitalista ao setor propriamente capitalista. Sua implicação mais importante é a ideia de uma frente única for-

29 Ver, como expressão mais acabada desta tendência, a obra de Celso Furtado, *A pré-revolução brasileira*, Rio de Janeiro, 1962.

mada pelas classes interessadas no desenvolvimento, basicamente a burguesia e o proletariado, contra o imperialismo e o latifúndio. Seu aspecto mais curioso é a união de uma noção antidialética, como a do dualismo estrutural, a uma noção paradialética, como seria a noção de una revolução burguesa permanente, da qual os acontecimentos políticos brasileiros nos últimos 40 anos não teriam sido mais que episódios.

Nessa perspectiva, o regime militar implantado em 1964 aparece simultaneamente como uma consequência e uma interrupção. É assim que, interpretada como um governo imposto desde fora pelo imperialismo estadunidense, a ditadura militar também é considerada como uma interrupção e mesmo como um retrocesso no processo de desenvolvimento, o que se expressaria na depressão à qual a economia brasileira foi levada[30]. O espinhoso problema colocado pela adesão da burguesia à ditadura é solucionado quando se admite que, temerosa da radicalização ocorrida no movimento de massas nos últimos dias do governo Goulart, essa classe, do mesmo modo que a pequena-burguesia, apoiou o golpe de Estado articulado pelo imperialismo e pela reação interna, passando em seguida a ser vítima de sua própria política, em virtude da orientação antidesenvolvimentista e desnacionalizante adotada pelo governo militar.

A partir dessa interpretação, a esquerda brasileira (nos referimos a seu setor reformista, representado pelo movimento nacionalista e pelo Partido Comunista Brasileiro) toma como bandeira a "redemocratização", destinada a restabelecer as condições necessárias para a participação política das massas e a acelerar o processo de desenvolvimento. Em última instância, trata-se de

30 Segundo Fundação Getúlio Vargas, entidade semioficial, o Produto Nacional Bruto do Brasil apresentou as seguintes variações: entre 1956 e 1961, 7%; em 1962, 5,4%; em 1963, 1,6%; e em 1964, -3%. Em 1965, o PNB apresentou uma recuperação sensível, aumentando 5%, mas a produção industrial propriamente dita diminuiu quase na mesma proporção. Somente a partir de 1967 a economia brasileira entrou em uma fase de recuperação.

criar de novo a base necessária para o restabelecimento da frente única operário-burguesa que marcou o governo de Goulart, isto é, o diálogo político e a comunidade de propósitos entre as duas classes. É assim que, baseada em sua concepção da Revolução Brasileira, essa esquerda não chega hoje a outro resultado que não o de assinalar, como saída para a crise atual, uma volta ao passado.

O compromisso político de 1937

Seria difícil verificar a exatidão dessa concepção sem examinar de perto o capitalismo brasileiro, a maneira como se desenvolveu e sua natureza atual. Em geral, os estudiosos estão de acordo em aceitar a data de 1930 como o momento decisivo que marcou o trânsito de uma economia semicolonial – baseada na exportação de um só produto e caracterizada por sua atividade eminentemente agrícola – para uma economia diversificada, animada por um forte processo de industrialização. Efetivamente, se o início da industrialização data de mais de cem anos e esteve inclusive na raiz do processo político revolucionário que, vitorioso em 1930, permitiu sua aceleração, e se a atividade fabril ganha impulso na década de 1920, não é possível negar que é a partir da revolução de 1930 que a industrialização se afirma no país e empreende a transformação global da velha sociedade.

A crise mundial de 1929 atuou grandemente nesse sentido. Impossibilitado de colocar sua produção no mercado internacional e sofrendo o efeito de uma demanda por bens manufaturados que já não podia ser satisfeita com importações, o país acelera a substituição de importações de bens manufaturados, desenvolvendo um processo que parte da indústria leve e chega, por volta dos anos 1940, à indústria de base. São fundamentalmente a crise da economia cafeeira e a pressão da nova classe industrial para

participar do poder, os fatores que produzem o movimento revolucionário de 1930, que obriga a velha oligarquia latifundiária a romper seu monopólio político e instala no poder a equipe revolucionária encabeçada por Getúlio Vargas.

Durante alguns anos, as forças políticas se manterão em um equilíbrio instável, enquanto tentam novas composições. A investida fracassada da oligarquia, em 1932, reforça a posição da pequena-burguesia, cuja ala radical, unida ao proletariado, deseja aprofundar a transformação revolucionária, exigindo sobretudo uma reforma agrária. A insurreição de esquerda de 1935 termina, entretanto, com a derrota dessa tendência, o que permite que a burguesia consolide sua posição. Aliando-se à oligarquia e ao setor direitista da pequena-burguesia (que será esmagado no ano seguinte), a burguesia apoia, em 1937, a implantação de um regime ditatorial sob a liderança de Vargas.

O Estado Novo de 1937, sendo um regime bonapartista, está longe de representar uma opressão de classe aberta. Pelo contrário, através de uma legislação social avançada, que é complementada por uma organização sindical de tipo corporativo e por um forte aparelho policial e de propaganda, trata de enquadrar as massas operárias. Paralelamente, instituindo o concurso obrigatório para os cargos públicos de baixo e médio nível, o Estado Novo concede à pequena-burguesia (única classe verdadeiramente letrada) o monopólio sobre os mesmos e confere-lhe, portanto, uma perspectiva de estabilidade econômica.

A questão fundamental está em compreender por que a revolução de 1930 conduziu a esse equilíbrio político e, mais exatamente, por que tal equilíbrio se baseou em um compromisso entre a burguesia e a antiga oligarquia latifundiária e mercantil. A esquerda brasileira, tornando-se eco de um Virgínio Santa Rosa (intérprete da pequena-burguesia radical dos anos 1930), tende hoje a atribuir esse fato à ausência de consciência de classe, por parte da burguesia – explicável pela circunstância de que a indus-

trialização havia sido realizada às custas de capitais originados pela agricultura, que já não encontravam ali um campo de investimento. Tal concepção incide, em nossa opinião, em um duplo erro.

Primeiramente, o deslocamento de capitais da agricultura para a indústria tem muito pouco a ver, em si, com a consciência de classe. Não são os capitais que têm tal consciência, mas os homens que os manipulam. E nada indica que os latifundiários se tenham convertido, eles mesmos, em empresários industriais (pelo contrário, estudos recentes dizem o inverso). O que parece ter ocorrido foi uma drenagem dos capitais da agricultura para a indústria através do sistema bancário; o que, de passagem, explica amplamente o comportamento político indefinido e ainda ambíguo dos bancos brasileiros.

O segundo erro é acreditar que a burguesia industrial não lutou para impor sua política, sempre que seus interesses não coincidiam com os interesses da oligarquia latifundiária-mercantil. Toda a história político-administrativa do país nos últimos 40 anos foi, justamente, a história dessa luta, no terreno do crédito, dos tributos, da política cambial. Se o conflito não foi ostensivo, se não explodiu em insurreições e guerras civis, é precisamente porque se desenrolou nos marcos de um compromisso político: o de 1937. Os momentos nos quais esse compromisso foi colocado em xeque foram aqueles nos quais a vida política do país se convulsionou: 1954, 1961, 1964.

Pois bem, o compromisso de 1937 expressa de fato uma complementaridade entre os interesses econômicos da burguesia e das antigas classes dominantes; é nesse marco que a drenagem de capitais tem sentido, ainda que não possa ser confundida com a própria complementaridade de interesses. E é por haver reconhecido a existência desta complementaridade e ter atuado em consequência da mesma que não se pode falar de falta de consciência de classe por parte da burguesia brasileira.

Um dos elementos significativos dessa complementaridade é, efetivamente, a drenagem dos capitais para a indústria, através da qual a burguesia teve acesso a um excedente econômico que não precisava expropriar, posto que era colocado espontaneamente a sua disposição. Não é, entretanto, o único: manter o preço externo do café, enquanto a moeda se desvalorizava internamente, interessava aos dois setores – à oligarquia, porque preservava o nível de suas receitas, e à burguesia, porque funcionava como uma tarifa protecionista. A demanda industrial interna era, por outro lado, sustentada exatamente pela oligarquia, necessitada dos bens de consumo que já não podia importar e em condições de adquiri-los apenas na medida em que seu nível de renda fosse garantido.

Este será, sem dúvida, o ponto essencial para compreender a complementaridade objetiva na qual o compromisso de 1937 se baseava. Trata-se de ver que, sustentando a capacidade produtiva do sistema agrário (mediante a compra e o armazenamento ou queima dos produtos inexportáveis), o Estado garantia um mercado imediato para a burguesia, o único de que podia dispor realmente na crise conjuntural mundial. Por suas características de setor à reçaga, o sistema agrário mantinha, por outro lado, sua capacidade produtiva em um nível inferior às necessidades de emprego das massas rurais, forçando um deslocamento constante da mão de obra para as cidades. Esta mão de obra migratória não iria tão somente engrossar a classe operária empregada nas atividades manufatureiras, mas também criaria um excedente permanente de trabalho, isto é, um exército industrial de reserva que permitia à burguesia rebaixar os salários e impulsionar a acumulação de capital exigida pela industrialização. Em consequência, uma reforma agrária não teria feito mais que transtornar esse mecanismo, sendo inclusive suscetível a provocar o colapso de todo o sistema agrário, o que teria liquidado o mercado para a produção industrial e engendrado o desemprego massivo no

campo e na cidade, desencadeando, assim, uma crise global na economia brasileira.

É por isso que não tem cabimento falar de uma dualidade estrutural dessa economia tal como se costuma entendê-la, isto é, como uma oposição entre dois sistemas econômicos independentes e mesmo hostis, sem confundir-se seriamente sobre a questão[31]. Pelo contrário, o ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro. Mais que isso, e de um ponto de vista global, a industrialização foi a saída que o capitalismo brasileiro encontrou no momento em que a crise mundial, iniciada com a guerra de 1914, agravada pelo *crack* de 1929 e levada ao paroxismo pela guerra de 1939, transtornava o mecanismo dos mercados internacionais.

Esta reflexão também leva a descartar a tese de uma revolução permanente da burguesia, posto que sua revolução deve ser enquadrada no período entre 1930 e 1937. O Estado Novo não significa apenas a consolidação da burguesia no poder: representa também a renúncia dessa classe a qualquer iniciativa revolucionária, sua aliança com as velhas classes dominantes contra as alas radicais da pequena-burguesia – bem como das massas proletárias e camponesas – e a canalização do desenvolvimento capitalista nacional pela via traçada pelos interesses da coalizão dominante que o mesmo expressa.

A ruptura da complementaridade

Alimentada pelo excedente econômico criado pela exploração dos camponeses e operários e tendo a estrutura agrária como

31 A refutação mais radical da tese do dualismo estrutural foi feita por André Gunder Frank, em seu *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, Monthly Review Press, Nova Iorque, 1967.

elemento regulador da produção industrial e do mercado de trabalho, a indústria nacional desenvolvida entre os anos 1930 e 1950 depende da manutenção dessa estrutura, ainda que enfrente constantemente o latifúndio e o capital comercial no que se refere à apropriação dos lucros criados pelo sistema. No entanto, na medida em que o desenvolvimento econômico se dá, o polo industrial dessa relação tende a se autonomizar e entra em conflito com o polo agrário. É possível identificar três fatores consequentes desse antagonismo.

O primeiro se refere à crise geral da economia de exportação, no Brasil, como resultado das novas tendências que regem o mercado mundial de matérias-primas. Protelada pela guerra de 1939 e pelo conflito coreano, essa crise se tornará ostensiva a partir de 1953. A incapacidade do principal mercado comprador dos produtos brasileiros – o estadunidense – de absorver as tradicionais exportações do país, a concorrência com os países africanos e com os próprios países industrializados e a formação de zonas preferenciais – como o Mercado Comum Europeu – tornam a crise irreversível.

Essa situação já determinava que a complementaridade entre a indústria e a agricultura, existente até então, fosse colocada em dúvida. Graças à acumulação de estoques invendáveis que, devendo ser financiados pelo governo, representavam uma imobilização de recursos subtraídos à atividade industrial, a agricultura já não oferece à indústria o montante de divisas de que esta necessita, em escala crescente, para importar equipamentos e bens intermediários, seja para manter o parque industrial existente em atividade, seja, principalmente, para propiciar a implantação de uma indústria pesada. É assim que, apesar do aumento nas exportações mundiais (de 55% entre 1951 e 1960, crescendo à taxa geométrica média de 5,03%), as exportações brasileiras diminuem 38% no mesmo período, caindo à taxa geométrica média anual de

3,7%[32]. Enquanto isso, as importações de matérias-primas, trigo, combustíveis, equipamentos para atender à depreciação e bens intermediários representam 70% do total das importações, o que torna essa conta da balança comercial extremamente rígida, uma vez que "cerca de 70% do total da importação está constituído por produtos imprescindíveis à manutenção da produção interna corrente e à satisfação das necessidades básicas da população"[33].

Um segundo fator que estimula o antagonismo entre a indústria e a agricultura resulta da incapacidade desta para abastecer os mercados urbanos do país, em franca expansão. As carências surgidas no abastecimento de matérias-primas e gêneros alimentícios para as cidades provocam a alta de preços de umas e de outros. Consequência do caráter à reçaga da agricultura – que resulta por sua vez da concentração da propriedade da terra –, a alta de preços é colocada em evidência devido à sua repercussão no nível de vida da classe operária. A pressão sindical por melhores salários coroará essa tendência, marcando pesadamente o custo de produção industrial e conduzindo finalmente à depressão econômica.

Um último fator que pode ser isolado, para fins analíticos, é a modernização tecnológica que acompanhou o processo de industrialização, principalmente depois da guerra de 1939. Reduzir a participação do trabalho humano na atividade industrial, em termos relativos, conduziu a que produzisse um grande hiato entre os excedentes de mão de obra liberados da agricultura e as possibilidades de emprego criadas pela indústria. O problema

32 Dados proporcionados pela revista da Confederação Nacional da Indústria do Brasil, *Desenvolvimento & Conjuntura*, Rio de Janeiro, março de 1965, p. 111.

33 *Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-66*, *op. cit.*, pp. 120-121. Na sequência, o documento assinala explicitamente: "Se o país não conseguir inverter, em um futuro próximo, a tendência desfavorável da capacidade para importar dos últimos anos, será talvez necessário racionar as importações para além da mencionada margem de 30%, com o que se comprometeria não apenas a taxa de desenvolvimento econômico, mas também a de produção corrente".

não teria sido tão grave se a mão de obra excedente estivesse em condições de competir com a mão de obra empregada, pois a existência de um maior exército industrial de reserva neutralizaria a pressão sindical pelo aumento de salários, contra-arrestando o efeito da alta dos preços agrícolas internos. Isso não se deu, já que essa mão de obra só pode ser empregada em determinadas atividades, que exigem pequena qualificação do trabalho (a construção civil, por exemplo), aumentando sua incapacidade profissional no mesmo ritmo em que a modernização tecnológica avança. Em consequência, os setores-chave da economia, como a metalurgia, a indústria mecânica e a indústria química, não puderam se beneficiar de um aumento real da oferta de trabalho na mesma proporção da migração interna de mão de obra.

Nessas condições, as migrações rurais representaram cada vez mais uma piora dos problemas sociais urbanos. Esses problemas se uniram àqueles que surgiam no campo, onde se propagava a luta pela posse da terra e surgiam movimentos como o das Ligas Camponesas. Sem jamais chegar a determinar o sentido da evolução da sociedade brasileira, o movimento camponês, com seus conflitos sangrentos e suas bandeiras radicais, acabou por se converter no pano de fundo no qual se projetou a radicalização da luta de classes nas cidades.

A ruptura da complementaridade entre a indústria e a agricultura, conduzindo à declaração da necessidade de uma reforma agrária, determinou, do ponto de vista da burguesia, o desejo de revisão do compromisso de 1937, uma revisão que havia sido tentada no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e nos governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1963-1964). Na realidade, ocorria que o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro colidia com o limite imposto pela estrutura agrária. Ao chocar-se contra o outro limite, representado por suas relações com o imperialismo, todo o sistema entraria em crise, uma crise que não apenas revelaria a verdadeira natureza desse

sistema, mas também o impulsionaria rumo a uma nova etapa de seu desenvolvimento.

A investida imperialista

O desenvolvimento da indústria brasileira, em seu período-chave – isto é, entre 1930 e 1950 – beneficiou-se da crise mundial do capitalismo. Isso não se deveu somente à impossibilidade da economia nacional satisfazer a demanda interna por bens manufaturados através de importações, mas também ao fato de que a crise permitiu a aquisição, a baixo preço, dos equipamentos necessários à implantação da indústria e, principalmente, ao alívio considerável da pressão dos capitais estrangeiros sobre o campo de investimento representado pelo Brasil. Esta situação é comum para o conjunto dos países latino-americanos. O investimento direto estadunidense na América Latina, que havia sido da ordem de 3,46 bilhões de dólares em 1929, baixou para 2,7 bilhões em 1940; em 1946, o montante desses investimentos ainda é inferior àquele de 1929, mas em 1950 já alcança um nível superior, somando 4,45 bilhões, para chegar a 5,44 bilhões de dólares em 1952 e dobrar essa soma no início da década de 1960.

Esta inflexão não se limita ao montante dos investimentos, afetando também sua estrutura. Assim, enquanto em 1929 apenas 231 milhões (menos de 10% do total) eram investidos na indústria manufatureira, esse setor atraía, em 1950, 17,5% do investimento total (780 milhões) e 21,4% em 1952 (1,17 bilhões de dólares). Se examinarmos a relação entre a incidência dos investimentos diretos, por um lado, no setor agrícola e, por outro, na mineração, petróleo e manufatura, veremos que a distribuição proporcional de 10% e 45%, respectivamente, que existia em 1929, passa a ser, em 1952, de 10% e de 60% do total.

Na história das relações da América Latina com o imperialismo estadunidense, os primeiros anos da década de 1950 constituem, pois, um *tournant**. Também é assim para o Brasil. É quando a crise do tradicional sistema de exportação salta aos olhos, como assinalamos anteriormente. Mas, sobretudo, é quando se intensifica a penetração direta do capital imperialista no setor manufatureiro nacional, de tal maneira que o investimento estadunidense (que havia sido de 46 milhões de dólares em 1929, de 70 milhões em 1940 e de 126 milhões em 1946) chega, em 1950, a 284 milhões de dólares e, em 1952, a 513 milhões, enquanto o montante global desse investimento em todos os setores passa de 194 milhões de dólares, em 1929, para 240 milhões em 1940, 323 milhões em 1946, 644 milhões em 1950 e 1,01 bilhão de dólares em 1952[34].

Essa investida dos capitais privados dos Estados Unidos é acompanhada por uma transformação nas relações entre o governo desse país e o governo brasileiro. Durante o período de guerra, o governo brasileiro consegue obter ajuda financeira pública estadunidense para projetos industriais importantes, como a fábrica siderúrgica de Volta Redonda, que permitiu a consolidação efetiva de uma indústria básica no país. No pós-guerra, uma missão estadunidense visita o Brasil para realizar um estudo sobre as possibilidades econômicas e industriais do país, publicando seu informe em 1949, enquanto o governo brasileiro elabora o Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia) para o período entre 1949 e 1954. Em 1950, é criada ainda a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, tendo sido aprovado por ambos os governos um financiamento público estadunidense da ordem de 500 milhões de dólares, para os projetos destinados a

* N.T.: Termo em francês no texto original, que significa "virada", ou "ponto crítico".

34 Os dados sobre os investimentos estadunidenses na América Latina e no Brasil foram tomados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em sua publicação *US investments in the Latin American economy*, 1957.

superar os pontos de estrangulamento nos setores de base e de infraestrutura.

A execução desse financiamento é obstaculizada, entretanto, pelo governo estadunidense, que – com a posse, em 1952, do republicano Eisenhower, sucedendo ao democrata Truman como presidente desse país – acaba se negando a reconhecer a obrigatoriedade do convênio de ajuda. A tática era clara: tratava-se de impossibilitar o acesso da burguesia brasileira a recursos que lhe permitissem superar com relativa autonomia os pontos de estrangulamento surgidos no processo de industrialização e forçá-la a aceitar a participação direta dos capitais privados estadunidenses, que realizavam, como destacamos, uma investida sobre o Brasil. Essa tática será adotada de maneira sistemática pelos Estados Unidos daí em diante, estando na raiz do conflito entre o governo Kubitschek e o Fundo Monetário Internacional – que se precipita por volta de 1958 – e da posterior oposição entre os governos de Jânio Quadros e João Goulart e a administração estadunidense.

Imperialismo e burguesia nacional

A burguesia brasileira tentará reagir à pressão dos Estados Unidos em três ocasiões distintas. A primeira, em 1953-1954, com a mudança brusca de orientação operada no governo de Vargas (que, deposto em 1945, regressaria ao poder como candidato vitorioso de oposição em 1951). Buscando reforçar-se na política externa por meio de uma aproximação à Argentina de Juan Domingo Perón, Vargas altera sua política interna, lançando um programa desenvolvimentista e nacionalista, que se expressa na ressurreição do Plano SALTE (que ficara sem aplicação e volta à cena sob o nome de Plano Lafer), na lei do monopólio estatal do petróleo – e na proposição ao Congresso de um projeto que instituía um regime idêntico para a energia elétrica –, na criação do

Fundo Nacional de Eletrificação e na elaboração de um programa federal de construção de estradas. Uma primeira regulamentação da exportação de lucros do capital estrangeiro é ditada, ao mesmo tempo em que se envia ao Congresso outra regulamentação – nova e mais rigorosa –, que taxava os lucros extraordinários. Paralelamente, nas conversas palacianas, ventila-se a intenção do governo de atacar o problema do latifúndio, propondo uma reforma agrária baseada em expropriações e na repartição de terras. Para sustentar sua política, Vargas decide mobilizar o proletariado urbano: o ministro do Trabalho, João Goulart, concede um aumento de 100% sobre os níveis do salário mínimo e chama as organizações operárias a respaldarem o governo.

A tentativa fracassa. Pressionado pela direita, hostilizado pelo Partido Comunista e acossado pelo imperialismo (graças, principalmente, a manobras que diminuíam o preço do café e desencadeavam uma crise cambial), o ex-ditador aceita a demissão de Goulart e, mediante várias concessões, busca um arranjo com a direita. Mas a luta já estava muito adiantada e o abandono da política de mobilização operária, expresso pela substituição de Goulart, serve apenas para entregar Vargas, indefeso, a seus inimigos. No dia 24 de agosto de 1954, virtualmente deposto, Vargas se suicida.

A Instrução 113, expedida pelo governo interino de Café Filho e mantida por Juscelino Kubitschek (que assume a presidência da República em 1956), consagra a vitória do imperialismo. Criando facilidades excepcionais para a entrada dos capitais estrangeiros, esse instrumento jurídico corresponde a um compromisso entre a burguesia brasileira e os grupos econômicos estadunidenses. O fluxo de investimentos privados procedentes dos Estados Unidos alcançou, em menos de 5 anos, cerca de 2,5 bilhões de dólares, impulsionando o processo de industrialização e afrouxando a pressão que a deterioração das exportações tradicionais exercia sobre a capacidade de importar. Observemos que

essa penetração de capital imperialista apresentou três características principais: dirigiu-se, quase em sua totalidade, à indústria manufatureira e de base; deu-se sob a forma da introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos; e realizou-se em grande medida através da associação de companhias estadunidenses a empresas brasileiras.

Por volta de 1960, a deterioração continuada das relações de intercâmbio comercial e a tendência à queda dos investimentos estrangeiros, ambas agravadas pelos movimentos reivindicativos da classe operária (em virtude, principalmente, da já assinalada alta dos preços agrícolas internos), agudizam novamente as tensões entre a burguesia brasileira e os monopólios estadunidenses. Jânio Quadros, que sucede Juscelino Kubitschek em 1961, tentará evitar a crise que se avizinha. Expressando os interesses da grande burguesia de São Paulo, Jânio coloca em prática uma política econômica de contenção dos níveis salariais e de liberalismo, cujo objetivo é criar, uma vez mais, atrativos para os investimentos de capital, inclusive os estrangeiros, ao mesmo tempo em que declara a necessidade de reformas de base, sobretudo no campo. Agrega-se ainda uma orientação independente na política externa, que se destina a ampliar o mercado brasileiro para as exportações tradicionais, a diversificar suas fontes de abastecimento de matérias-primas, equipamentos e crédito, e a possibilitar a exportação de bens manufaturados para a África e a América Latina. Baseado no poder de discussão que essa diplomacia lhe conferia e em uma aliança com a Argentina de Arturo Frondizi (concretizada no acordo de Uruguaiana, assinado em abril de 1961), Jânio buscará, também sem êxito, impor condições na conferência de agosto em Punta del Este, na qual se consagra o programa da Aliança para o Progresso e que representa uma revisão da política interamericana.

Como Vargas, Jânio fracassa. A reação da direita, a pressão imperialista e a insubordinação militar o levam ao dramático ges-

to da renúncia. Goulart, que o sucede após a frustração de uma manobra para submeter o país à tutela militar – anunciando o que ocorreria em 1964 –, dedicará todo o ano de 1962 a restabelecer a integridade de seus poderes, limitada pela implantação do parlamentarismo, em 1961. Para tanto, revive na política nacional a frente única operário-burguesa, de inspiração varguista, respaldada agora pelo Partido Comunista.

Ainda que as tentativas de restabelecer a aliança com a Argentina não produzam resultados, nem tampouco têm êxito as tentativas de substituir essa aliança pela aproximação ao México e ao Chile, a política externa brasileira não sofre, com Goulart, mudanças sensíveis. Internamente, acirra-se a oposição entre a burguesia – sobretudo seus estratos inferiores – e o imperialismo, levando à concretização do monopólio estatal da energia elétrica, que Vargas propusera em 1953, e à regulamentação da exportação de lucros das empresas estrangeiras. No entanto, em 1963, após o plebiscito popular que restaurou o presidencialismo, o governo enfrentaria um dilema insuperável: obter o respaldo operário para a política externa e as reformas de base, do interesse da burguesia, e conter, ao mesmo tempo e por exigência dessa burguesia, as reivindicações salariais. A impossibilidade de solucionar esse dilema conduz o governo ao imobilismo, o que acelera a crise econômica, acirra a luta de classes e abre, finalmente, as portas para a intervenção militar.

Este exame superficial das lutas políticas brasileiras nos últimos quinze anos parece dar razão à concepção geralmente adotada pela corrente majoritária de esquerda de uma burguesia desenvolvimentista, anti-imperialista e antifeudal. A primeira questão reside, entretanto, em saber o que se entende por burguesia nacional. As vacilações da política burguesa e, principalmente, a conciliação com o imperialismo colocada em prática no período de Juscelino, levaram a avaliações que mencionavam setores da burguesia comprometidos com o imperialismo, em oposição

à burguesia propriamente nacional. Para muitos, esta última se identificaria à pequena e média burguesia, sendo tais setores comprometidos qualificados como uma burguesia monopolista ou grande burguesia.

A distinção tem sua razão de ser. Pode-se, de fato, considerar que as nacionalizações, as reformas de base e a política externa independente representaram para a grande burguesia – isto é, para seus setores economicamente mais fortes – mais um instrumento de chantagem destinado a aumentar seu poder de barganha frente ao imperialismo, que uma estratégia para conseguir um desenvolvimento propriamente autônomo do capitalismo nacional. Inversamente, para a pequena e média burguesia (que predominavam, por exemplo, setorialmente na indústria têxtil e na indústria de reparação de automóveis e, regionalmente, no Rio Grande do Sul), tratava-se efetivamente de limitar, ou mesmo excluir, a participação do imperialismo na economia brasileira. Deve-se agregar, a esses estratos burgueses mais fracos, certos grupos industriais de grande dimensão mas ainda em fase de implantação, favoráveis portanto a uma política protecionista, como é o caso da jovem siderurgia de Minas Gerais – na qual há, entretanto, grande incidência de capitais alemães e japoneses.

A razão para essa diferença de atitude entre a grande burguesia e seus estratos inferiores é evidente. Diante da penetração dos capitais estadunidenses, a primeira tinha uma opção – associar-se a esses capitais – que, mais que uma opção, era uma conveniência. É normal que o capital estrangeiro, ao entrar no país principalmente sob a forma de equipamentos e técnicas, busque se associar a grandes unidades de produção, capazes de absorver uma tecnologia que, mesmo sendo obsoleta nos Estados Unidos, não deixava de ser avançada no Brasil. Aceitando essa associação e se beneficiando das fontes de crédito e da nova tecnologia, as grandes empresas nacionais aumentam sua mais-valia relativa e sua capacidade competitiva no mercado interno. Nessas condições,

a penetração de capitais estadunidenses significa a absorção e a quebra das unidades mais fracas, expressando-se em uma acelerada concentração de capital que engendra estruturas de caráter cada vez mais monopolista.

É isso que explica que tenham sido os estratos inferiores da burguesia e grandes grupos (não necessariamente nacionais) ainda incapazes de sustentar a concorrência com os capitais estadunidenses aqueles que mobilizaram a verdadeira oposição à política econômica liberal de Jânio Quadros – que beneficiava os monopólios nacionais e estrangeiros – e impulsionaram, no período de Goulart, a adoção de medidas restritivas aos investimentos externos, tais como a regulamentação da exportação de lucros, enquanto a grande burguesia de São Paulo tendia a atitudes muito mais moderadas. Nada disso impediu que a intensificação dos investimentos estadunidenses aumentasse desproporcionadamente, nos anos 1950, o peso do fator estrangeiro na economia e na vida política do Brasil. Além de acelerar a transferência da direção sobre setores básicos da produção para grupos estadunidenses e de subordinar definitivamente o processo tecnológico brasileiro aos Estados Unidos, tal intensificação aumentou a influência dos monopólios estrangeiros na elaboração das decisões políticas e atenuou a ruptura que se produzira entre a agricultura e a indústria[35].

No entanto, como demostraram os fatos, o que estava em jogo para todos os setores da burguesia não era especificamente o desenvolvimento, nem o imperialismo, mas a taxa de lucros. No momento em que os movimentos de massa que defendem a elevação dos salários se acentuaram, a burguesia esqueceu suas diferenças internas para fazer frente à única questão que lhe preocupa de fato: a redução de seus lucros. Isso foi tão mais verdadeiro na medida em que não apenas a alta dos preços agríco-

35 Principalmente porque as empresas e os acionistas estrangeiros dependem das divisas produzidas pela exportação para remeter seus lucros ao exterior.

las – que aparecera aos olhos da burguesia como um elemento determinante nas reivindicações operárias – passou ao segundo plano, em virtude da autonomia que tais reivindicações salariais ganharam, mas também porque o caráter político que estas assumiram pôs em perigo a própria estrutura de dominação vigente no país. A partir do ponto no qual as reivindicações populares mais amplas se uniram às demandas operárias, a burguesia – com os olhos colocados sobre a Revolução Cubana – abandonou totalmente a ideia da frente única de classes e voltou-se massivamente para as hostes da reação.

Essas amplas reivindicações populares que mencionamos resultavam em grande medida do dinamismo que o movimento camponês ganhava, mas se explicavam sobretudo através do agravamento dos problemas de emprego da população urbana que a modernização tecnológica acarretara. Essa modernização, de origem estrangeira e exigindo uma qualificação da mão de obra que esta não possuía, acabou por criar uma situação paradoxal: no passo em que o desemprego da mão de obra em geral aumentava, o mercado de trabalho da mão de obra qualificada se esgotava, constituindo-se como um ponto de estrangulamento que demandava todo um programa de formação profissional – isto é, tempo e recursos – para sua superação. A força adquirida pelos sindicatos desses setores (metalurgia, petróleo, indústrias mecânicas e químicas) compensou a desvantagem criada pelo desemprego nos demais setores (construção civil, indústria têxtil), pressionando a alta conjunta de salários.

A solução imediata dada ao problema pela burguesia implicava a contenção coercitiva dos movimentos reivindicativos e uma nova onda de modernização tecnológica que, aumentando a produtividade do trabalho, permitisse a redução da participação da mão de obra na produção e, portanto, o afrouxamento da pressão que a oferta de empregos exercia sobre o mercado de trabalho qualificado. Para a contenção salarial, a burguesia necessi-

tava criar condições que não derivavam, evidentemente, da frente operário-burguesa que o governo e o PC insistiam em lhe propor. Para renovar sua tecnologia, a burguesia já não podia contar com as parcas divisas fornecidas pela exportação e, agora, sequer com o recurso ao investimento estrangeiro.

Efetivamente, desde 1961 se torna cada vez mais sensível a resistência dos sindicatos ao processo inflacionário e verifica-se inclusive uma ligeira tendência à recuperação dos salários, ao mesmo tempo em que se acelera a transferência de recursos da indústria para a agricultura, através do mecanismo dos preços e em virtude da rigidez da oferta agrícola. As tentativas burguesas de impor uma estabilização monetária fracassam (1961 e 1963). Sua busca por fazer com que o processo inflacionário atuasse em seu benefício, através de aumentos sucessivos dos preços industriais, apenas imprimiu um ritmo mais ou menos acelerado a esse processo, em virtude das respostas imediatas que o setor comercial e agrícola e as classes assalariadas lhe deram[36]. A consequente elevação dos custos de produção provoca quedas sucessivas na taxa de lucros: os investimentos declinam, não apenas nas empresas nacionais, mas também nas estrangeiras.

Com a recessão do investimento estrangeiro, fechava-se a porta para as soluções de compromisso que a burguesia aplicara desde 1955, ao fracassar sua primeira tentativa de promover o desenvolvimento capitalista autônomo do país. A situação que devia enfrentar agora era ainda mais grave, posto que, com o desenrolar da crise da balança de pagamentos, o ponto de estrangulamento cambial se aproximava, e isso justo no momento em que, terminado o prazo de maturação dos investimentos realizados na segunda metade dos anos 1950, os capitais estrangeiros pressionavam fortemente para exportar seus lucros. Assim, a crise cam-

36 A taxa de inflação se acelerou em 1959, passando de uma média anual de 20% – apresentada entre 1951 e 1958 – para 52%. Depois de se atenuar em 1960, aumentou progressivamente até alcançar 81% em 1963.

bial se traduzia na deterioração da capacidade de importar, que não apenas não podia ser eludida recorrendo aos capitais estrangeiros, como era agravada pela própria ação desses capitais. A consequência da pressão dessa pinça sobre a economia nacional era, pela primeira vez desde os anos 1930, uma verdadeira crise industrial.

Na realidade, o que estava em xeque era todo o sistema capitalista brasileiro. A burguesia – grande, média e pequena – compreendeu isso e, esquecendo suas pretensões autárquicas, bem como a pretensão de melhorar sua participação frente ao sócio maior estadunidense, preocupou-se unicamente em salvar o próprio sistema. Foi como chegou ao regime militar, implantado no dia 1º de abril de 1964.

O subimperialismo

A ditadura militar aparece, assim, como a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada de abrir-lhe novas perspectivas. Seu aspecto mais evidente foi a contenção, pela força, do movimento reivindicativo das massas. Intervindo sobre os sindicatos e demais órgãos de classe, dissolvendo as agrupações políticas de esquerda e calando seus órgãos de imprensa, aprisionando e assassinando líderes operários e camponeses, promulgando uma lei de greve que obstaculiza o exercício desse direito trabalhista, a ditadura conseguiu promover, pelo terror, um novo equilíbrio entre as forças produtivas. Ditaram-se normas fixando limites para os reajustes salariais e regulamentando rigidamente as negociações coletivas entre sindicatos e empresários, acarretando numa sensível redução do valor real dos salários[37].

37 Tomando como base o índice oficial do custo de vida, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), de São Paulo, →

Para executar essa política antipopular, foi necessário reforçar a coalizão das classes dominantes. Deste ponto de vista, a ditadura correspondeu a uma ratificação do compromisso de 1937 entre a burguesia e a oligarquia latifundiária-mercantil. Isso ficou claro quando a burguesia renunciou a uma reforma agrária efetiva, que ferisse o atual regime de propriedade de terras. A reforma agrária aprovada pelo governo militar se limitou à tentativa de criar melhores condições para o desenvolvimento agrícola, através da concentração dos investimentos e da formação de fundos para a assistência técnica, deixando as expropriações para os casos críticos de conflito pela posse da terra. Trata-se, em suma, de intensificar no campo o projeto de capitalização, o que além de exigir um prazo longo não pôde ser realizado em grande escala, em virtude do retrocesso geral dos investimentos.

É necessário, contudo, ter presente que não foi a necessidade do respaldo político do latifúndio a única causa dessa situação. A contenção salarial diminui, por um lado, o caráter agudo que a alta dos preços agrícolas tinha para a burguesia, posto que aqueles já não podem repercutir normalmente sobre o custo da produção industrial. Por outro lado, a ditadura militar passou a exercer uma vigilância estreita sobre o comportamento dos preços agrícolas, mantendo-os coercitivamente em um nível tolerável para a indústria. Finalmente, a razão determinante para o restabelecimento integral da aliança de 1937 é o desinteresse relativo da grande burguesia em relação a uma efetiva dinamização do mercado interno brasileiro. Logo voltaremos a esse ponto. Outro aspecto da atuação da ditadura militar consistiu na criação de estímulos e atrativos para os investimentos estrangeiros, principalmente aqueles provenientes dos Estados Unidos. Com a revogação de limitações à ação do capital estrangeiro – como

demonstrou que nos primeiros anos do regime militar e diante de aumentos do custo de vida de 86% e 45,5% em 1964 e 1965, respectivamente, os salários aumentaram apenas 83% em 1964 e 40% em 1965. Nesse último ano, a redução do poder aquisitivo real do salário operário foi da ordem de 15,3%.

aquelas que eram estabelecidas na lei de exportação de lucros –, a concessão de privilégios a certos grupos (como ocorreu com a Hanna Corporation) e a subscrição de um acordo de garantias aos investimentos estadunidenses, tratou-se de atrair esses capitais para o país. Simultaneamente, restringindo o crédito à produção (o que leva as empresas a buscarem o sustento do capital estrangeiro ou a quebrarem, ocasião na qual são compradas a baixos preços pelos grupos internacionais), estimulando a assim chamada "democratização do capital" (o que implica, na fase de estancamento, facilitar o acesso a pelo menos parte do controle das empresas ao único setor forte da economia, o estrangeiro), criando fundos estatais ou privados de financiamento baseados em empréstimos externos, ou tributando fortemente a folha de pagamento das empresas (o que as obriga a renovar sua tecnologia a fim de reduzir a participação do trabalho e buscar a associação a capitais estrangeiros), o governo militar promove a integração acelerada da indústria nacional à estadunidense. O principal instrumento para alcançar este objetivo foi o Programa de Ação Econômica do Governo, elaborado pelo governo de Castelo Branco para o período de 1964 a 1966. Para atrair os investidores estrangeiros, entretanto, o argumento principal esgrimido pelo governo foi a queda dos custos de produção no país, obtida através da contenção das reivindicações da classe operária.

A política de integração ao imperialismo tem um duplo efeito: aumentar a capacidade produtiva da indústria, graças ao impulso dado aos investimentos e à racionalização tecnológica, e, em virtude desta última, acelerar o desequilíbrio existente entre o crescimento industrial e a criação de empregos pela indústria. Não se trata, como vimos, apenas de reduzir a oferta de empregos para os novos contingentes que chegam anualmente, na razão de um milhão, ao mercado de trabalho: a aceleração deste desequilíbrio implica também a redução da participação da mão de obra já em atividade, aumentando fortemente a incidência do desemprego.

A integração imperialista coloca em relevo, pois, a tendência do capitalismo industrial brasileiro que o torna incapaz de criar mercados na proporção de seu desenvolvimento e, mais ainda, impulsiona-o a restringir tais mercados, em termos relativos. Trata-se de uma agudização da lei geral da acumulação capitalista, isto é, da absolutização da tendência ao pauperismo, que leva ao estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema, já evidenciada pelos altos índices de "capacidade ociosa" verificados na indústria brasileira mesmo em sua fase de maior expansão. O andamento dessa contradição fundamental do capitalismo brasileiro o leva à mais completa irracionalidade, isto é, à expansão da produção restringindo cada vez mais a possibilidade de criar, para ela, um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva.

Esta contradição não é própria do capitalismo brasileiro, senão comum ao capitalismo em geral. Nos países capitalistas centrais, entretanto, sua incidência foi contra-arrestada de duas maneiras: pelo ajuste do processo tecnológico às condições próprias de seu mercado de trabalho e pela incorporação de mercados externos (entre eles, o próprio Brasil) a suas economias. A irracionalidade do desenvolvimento capitalista no Brasil deriva, por um lado, precisamente da impossibilidade de controlar seu processo tecnológico, uma vez que a tecnologia aqui é um produto de importação, estando sua incorporação condicionada por fatores aleatórios como a posição da balança comercial e os movimentos externos de capital; e, por outro, das circunstâncias particulares que o país tem de enfrentar para, repetindo o que fizeram os sistemas mais antigos, buscar no exterior a solução para o problema do mercado.

Na prática, isso se traduz, em primeiro lugar, no impulso da economia brasileira em direção ao exterior, no afã de compensar sua incapacidade de ampliar o mercado interno através da conquista de mercados já formados, principalmente na Améri-

ca Latina. Esta forma de imperialismo conduz, no entanto, a um subimperialismo. Efetivamente, não é possível para a burguesia brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios estadunidenses e o fracasso da política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart demonstra esse fato. Por outro lado, essa burguesia depende, para o desenvolvimento de sua indústria, de uma tecnologia cuja criação é privativa de tais monopólios. Não lhe resta, portanto, outra alternativa a não ser oferecer a estes uma sociedade no próprio processo de produção no Brasil, usando como argumento as extraordinárias possibilidades de lucros que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar. O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção.

Trata-se, enfim, de um sistema que já não é capaz de atender às aspirações de progresso material e liberdade política que mobilizam hoje as massas brasileiras. Inversamente, o sistema tende a destacar seus aspectos mais irracionais, canalizando quantidades crescentes do excedente econômico para o setor improdutivo da indústria bélica e aumentando, devido à necessidade de absorver parte da mão de obra desempregada, seu efetivo militar. Tal sistema não cria, dessa maneira, tão somente as premissas para

sua expansão rumo ao exterior: reforça também, internamente, o militarismo, destinado a afiançar a ditadura aberta de classe que a burguesia viu-se na contingência de implantar.

Revolução e luta de classes

É nesta perspectiva que se há de determinar o verdadeiro caráter da Revolução Brasileira. Evidentemente, referimo-nos aqui a um processo vindouro, já que falar dele como de algo existente, na fase contrarrevolucionária que o país atravessa, não tem sentido. Identificar essa revolução ao desenvolvimento capitalista é uma falácia, similar àquela da imagem de uma burguesia antiimperialista e antifeudal. O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou a vida do velho sistema semicolonial de exportação no Brasil. Seu desenrolar, no lugar de libertar o país do imperialismo, vinculou-o ainda mais estreitamente a esse sistema e acabou por conduzi-lo à presente etapa subimperialista, que corresponde à impossibilidade definitiva de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil.

A noção de uma "burguesia nacional" de pouco alcance, capaz de realizar as tarefas que a burguesia monopolista não levou a cabo, não resiste, por sua vez, à menor análise. Não se trata somente de assinalar que os interesses primários desses estratos burgueses são os mesmos que os de qualquer burguesia, isto é, a preservação do sistema contra toda e qualquer ameaça proletária, como demostrou o respaldo destes estratos ao golpe militar de 1964. Trata-se, principalmente, de ver que a atuação política da chamada "burguesia nacional" expressa sua posição econômica e tecnologicamente à reçaga e corresponde a uma posição reacionária, mesmo em relação ao desenvolvimento capitalista.

O motor desse desenvolvimento está constituído, sem sombra de dúvida, pela indústria de bens intermediários e de equi-

pamentos, ou seja, por aquele setor no qual a burguesia monopolista associada aos grupos estrangeiros reina soberana. Foram as necessidades próprias desse setor que impulsionaram o capitalismo brasileiro rumo à etapa subimperialista, único caminho que o sistema encontrou para seguir com seu desenvolvimento. A "burguesia nacional" nada tem para contrapor a esta alternativa senão uma demagogia nacionalista e populista, que apenas encobre sua incapacidade para fazer frente aos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico.

A prova disso está em que, apesar da força da qual os setores pequenos e médios da burguesia desfrutaram no período de Goulart – graças ao fato de que seus representantes ideológicos ocupavam a maioria dos postos oficiais –, os mesmos não conseguiram encontrar uma saída para a crise econômica que se avizinhava. Pelo contrário, na medida em que a marcha da crise se traduzia no aumento das reivindicações populares e na radicalização política, esses setores afundaram na perplexidade e no pânico, a ponto de entregar a liderança de que dispunham, sem resistência, à burguesia monopolista.

A política subimperialista da grande burguesia, tratando de compensar a queda nas vendas internas com a expansão externa, não pôde, entretanto, aproveitar a chamada "burguesia nacional", que, em meio a quebras e à suspensão de pagamentos, viu-se empurrada para uma situação desesperada. Aproveitando-se das dificuldades encontradas para a execução da política subimperialista – dificuldades determinadas em grande medida pelo esforço de guerra estadunidense no Vietnã e pelas mudanças da política argentina após o golpe militar de 1966 nesse país –, esta burguesia manobrou para introduzir modificações na política econômica do governo, a fim de aliviar sua situação. Tais modificações se resumem, principalmente, a uma liberação de crédito oficial, o que, caso fosse realizado sem uma correspondente liberalização dos salários, agravaria ainda mais a exploração da classe operária

e, caso se completasse com a liberalização salarial, restauraria o impasse de 1963, que conduziu à implantação da ditadura militar.

É evidente, assim, que a busca por soluções intermediárias, baseadas nos interesses dos setores burgueses mais fracos, ou se mostra impraticável, ou é suscetível a conduzir, em um prazo mais ou menos curto, a classe operária e os demais grupos assalariados a uma situação pior que aquela na qual se encontram. Deve-se recear que isso não seja possível sem um endurecimento ainda maior dos aparelhos de repressão e um agravamento do caráter parasitário que esses setores burgueses tendem a assumir em relação ao Estado. Em outras palavras, uma política econômica pequeno-burguesa, nas condições vigentes no Brasil, exigiria muito provavelmente a implantação de um verdadeiro regime fascista.

Em todos os casos, entretanto, não se estaria solucionando o problema do desenvolvimento econômico – que não pode ser obtido, como pretende a "burguesia nacional", obstaculizando a incorporação do progresso tecnológico estrangeiro e estruturando a economia com base em unidades de baixa capacidade produtiva. Para as grandes massas do povo, o problema está, inversamente, em uma organização econômica que não apenas admita a incorporação do processo tecnológico e a concentração das unidades produtivas, mas que as acelere, sem que isso implique agravar a exploração do trabalho no marco nacional e subordinar definitivamente a economia brasileira ao imperialismo. Tudo está relacionado a conseguir uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, ou, vale dizer, que aumente a capacidade de emprego e produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo. Como isso não é possível nos marcos do sistema capitalista, só resta ao povo brasileiro um caminho: o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo.

Aos que negam que a classe operária do Brasil tenha a maturidade necessária para isso, a análise da dialética do desenvolvimento capitalista no país oferece rotunda resposta. Foram,

efetivamente, as massas trabalhadoras que, com seu movimento próprio e independente das bandeiras reformistas que recebiam de suas direções, fizeram estalar as articulações do sistema e determinaram seus limites. Levando adiante suas reivindicações econômicas, que repercutiram nos custos de produção industrial, e atraindo a solidariedade das classes exploradas em um vasto movimento político, o proletariado acirrou a contradição surgida entre a burguesia e a oligarquia latifundiária-mercantil e impediu que a primeira recorresse aos investimentos estrangeiros, forçando-a a buscar o caminho do desenvolvimento autônomo. Se ao final a política burguesa não conduziu senão à capitulação e, mais que isso, à reação, é porque na realidade já não existe para a burguesia a possibilidade de conduzir a sociedade brasileira rumo a formas superiores de organização e de progresso material.

O verdadeiro estado de guerra civil implantado no Brasil pelas classes dominantes, do qual a ditadura militar é expressão, não pode ser superado através de fórmulas de compromisso com alguns estratos burgueses. O esvaziamento desses compromissos, frente à marcha implacável das contradições que o desenvolvimento do sistema coloca, impulsiona necessariamente a classe operária para as trincheiras da revolução. Por outro lado, o caráter internacional que a burguesia subimperialista pretende imprimir a sua exploração identifica a luta de classe do proletariado brasileiro à guerra anti-imperialista travada no continente.

Mais que uma redemocratização e uma renacionalização, o conteúdo da sociedade que surgirá desse processo será o de uma nova democracia e de uma nova economia, abertas à participação das massas e voltadas para a satisfação de suas necessidades. Nestes marcos, os estratos inferiores da burguesia encontrarão, se quiserem, e com caráter transitório, um papel a desempenhar. Criar esses marcos e dirigir seu movimento é, entretanto, uma tarefa que nenhum reformismo poderá subtrair à iniciativa dos trabalhadores.

III

O Movimento Revolucionário Brasileiro

1. Vanguarda e classe

A crise conjuntural enfrentada pela economia brasileira a partir de 1962 e o correspondente acirramento dos conflitos sociais e políticos puseram em relevo, com singular nitidez, as distorções estruturais que o desenvolvimento capitalista no Brasil engendrou. Isso propiciou um deslinde entre os interesses das diferentes forças que articulam a sociedade brasileira e conduziu a luta de classes a uma aguda polarização. Consequentemente, a consciência que é possível ter hoje sobre as estruturas e tendências que caracterizam o processo social no Brasil se ampliou e se aprofundou de maneira considerável.

A importância do período aqui analisado reside precisamente no fato de que, ao tornar evidente os interesses de classe da burguesia e sua cristalização na política subimperialista – com toda riqueza de matizes que esta implica –, também definiu, por contraste, o caráter eminentemente socialista dos interesses próprios das classes opostas, basicamente os trabalhadores da cidade e do campo. Existe, porém, uma diferença entre a *démarche** teórica, que permite captar e sistematizar as contradições básicas da sociedade, e a compreensão de tais contradições por parte das forças sociais que delas se ressentem; utilizando uma terminolo-

* N.T.: Termo em francês no texto original; significa "marcha", no sentido de andamento ou curso.

gia lukácsiana, a consciência *possível*, que o momento histórico torna factível, não coincide necessariamente com a consciência *real* da sociedade. Ambos os níveis de consciência encontram seu ponto de convergência na prática política.

Se não fosse assim, ou seja, se a história estivesse cifrada no reflexo imediato entre a formulação dos interesses das classes e sua prática política, os problemas de estratégia e tática não existiriam e as questões específicas da luta de classes não seriam assunto das próprias classes, mas apenas de suas "minorias ilustradas", de suas vanguardas. Como isso não se dá, o marco de atuação da vanguarda está sempre determinado pelo grau de correspondência entre a consciência que ela mesma tem do processo histórico e a consciência sobre este processo a qual a classe por ela representada chegou. Isso significa, por um lado, que não é a partir de seu próprio nível de consciência que a vanguarda estabelece sua prática política; mas, por outro lado, significa também que esta prática se orienta precisamente a elevar o nível de consciência da classe. A relação que se estabelece assim entre a classe e sua vanguarda constitui a própria dialética do desenvolvimento de ambas, desembocando em sua fusão e afirmação como força social autodeterminada, capaz de levar a cabo uma prática política de acordo com seus verdadeiros interesses.

Subimperialismo e acumulação de capital

O desenvolvimento capitalista brasileiro se caracterizou pelas elevadas taxas de mais-valia, que, ao refletir um grau desproporcionado de exploração do trabalho, configuram de fato uma situação de superexploração. A aceleração da acumulação de capital que daí se deriva implicou a crescente concentração de riqueza nas mãos dos proprietários dos meios de produção e a pauperização absoluta das grandes massas. Em relação ao funcio-

namento do sistema, isso se traduziu no crescimento constante da capacidade de produção frente ao enfraquecimento correlato da capacidade de consumo do povo trabalhador e, portanto, do mercado interno.

Por volta de 1964, essas duas tendências opostas, somadas à queda da taxa de mais-valia – cujas causas analisaremos mais adiante –, provocaram uma crise econômica e conduziram o capitalismo brasileiro a um impasse. Aqueles que defendiam uma política de desenvolvimento autônomo, baseada na dinamização do mercado interno, não consideraram que a própria natureza da acumulação não permitiria tal projeto. Assim, para adequar o desenvolvimento das forças produtivas à evolução do sistema de produção, seria necessário uma verdadeira revolução na tendência básica da acumulação: inverter a relação entre a mais-valia e as remunerações do trabalho a tal ponto que a expansão do consumo provocasse um crescimento mais do que proporcional da indústria produtora de bens de consumo em relação ao setor de bens de capital, de modo a tornar aquela indústria um mercado dinâmico para este setor. Em outros termos, a proposta era reduzir drasticamente o ritmo da acumulação com vistas a um futuro crescimento, precisamente no momento em que, notando que a acumulação se debilitava, o capital exigia sua intensificação.

O esquema subimperialista partiu das reivindicações do capital, proporcionando facilidades para uma maior e imediata exploração do trabalho, além de servir na busca por novas oportunidades de mercado. Para isso, tinha que atuar em duas frentes: complementar o mercado interno através do consumo público e abrir as portas do mercado externo. No primeiro caso, e dado que não se cogitava estimular o consumo popular, esse complemento se centrou menos em obras de benefício social que em obras relacionadas diretamente aos interesses do capital, seja com o objetivo de criar maiores facilidades para sua reprodução, seja com a finalidade de absorver parte daquilo que não podia ser destina-

do ao consumo popular. Algumas dessas obras, como os investimentos na ampliação do sistema de produção de energia elétrica, cumpriam ambas as intenções, aumentando a oferta energética e absorvendo bens produzidos por diferentes setores industriais; outras, como as compras de material bélico e o impulso dado à indústria aeronáutica, satisfaziam principalmente o segundo objetivo, cumprindo também com as ambições das forças armadas, que formam a coluna vertebral do esquema subimperialista.

Em relação ao mercado externo, as possibilidades de expansão, além de estarem subordinadas aos interesses dos monopólios internacionais – que por isso eram chamados a participar mais ativamente da superexploração do proletariado brasileiro –, dependiam da capacidade da burguesia de competir em outros mercados. A hegemonia dos grupos vinculados à indústria pesada dentro da coalizão dominante não apenas fazia com que a expansão se orientasse principalmente para as economias em condições de absorver sua produção – isto é, economias mais ou menos desenvolvidas –, mas também alavancava o nível tecnológico da indústria leve. Esta, por certo, se via obrigada a coadjuvar na expansão externa mediante a aquisição de maior capacidade competitiva e também a se converter num mercado mais dinâmico para a indústria de bens de capital.

Dois exemplos – a questão nuclear e a do café solúvel – deixaram em evidência as dificuldades a serem superadas no plano externo para que se implementasse a política subimperialista. Sobre o primeiro exemplo, a posição do regime militar brasileiro – independentemente dos matizes entre os governos Castelo Branco e Costa e Silva – foi atrair uma cooperação mais estreita com os Estados Unidos, com o propósito de aumentar o peso de seu poderio militar, mas procurando também dotar a indústria nacional de uma superioridade efetiva em relação aos países medianamente desenvolvidos (além de criar maiores perspectivas para a absorção da produção da indústria pesada). O estímulo

à produção de café solúvel, por sua vez, mostrou que o governo também tratava de promover a dinamização da indústria leve, mas sem recorrer à ampliação do mercado interno. Nos dois casos, os esforços brasileiros foram obstaculizados pelos Estados Unidos, que expressaram assim os limites dentro dos quais estavam dispostos a aceitar a política subimperialista.

Obviamente, esses atritos não comprometiam a integração com o capital imperialista. Pelo contrário, esta integração seguia se aprofundando, como revelam a intensificação do processo de associação de capitais, o crescimento extraordinário da dívida externa e a extensão do controle econômico e tecnológico de setores estratégicos da economia nacional pelos grandes trustes estrangeiros. Tais atritos representavam, entretanto, motivos de descontentamento da burguesia em relação ao governo militar, pois demonstravam que o projeto subimperialista não se implementaria tão facilmente. A situação se agravou ainda mais quando surgiram outros obstáculos externos: a Argentina, desde a tomada do poder pelos militares em junho de 1966, demonstrou uma crescente hostilidade frente ao projeto subimperialista brasileiro e, assumindo um projeto próprio, forçou o regime de Castelo Branco a um complicado jogo diplomático no Cone Sul e a modificações bruscas nos planos traçados previamente, com os inconvenientes daí derivados.

Os obstáculos encontrados para a implementação do modelo subimperialista eram, até certo ponto, inevitáveis. Se provocam diferenças entre a burguesia e o regime militar – o que de fato ocorreu –, isso se deve, antes de mais nada, ao fato de que o modelo, apesar de corresponder à formulação sistemática dos interesses de classe da burguesia, surgira de sua representação ideológico-política – ou seja: a equipe tecnocrático-militar que tomou o poder em 1964. Enquanto classe, a burguesia só poderia ter uma consciência parcial e incompleta de seus próprios interesses, muito inferior ao grau de consciência ostentado por sua

representação, tendo então que ser "convencida" de que o modelo expressava a solução mais adequada para os problemas gerados pela acumulação. Para isso era necessário apresentar resultados imediatos, e os obstáculos externos, na medida em que atrasavam a obtenção desses resultados, provocaram um afastamento inicial entre as reivindicações burguesas e a política geral do regime.

Mesmo sendo indesejável, este distanciamento não chegava a ser uma trava importante para a implementação do modelo subimperialista. No que se refere à burguesia, o problema mais agudo se apresentou quando essa implementação revelou um de seus elementos constitutivos, que não representava o interesse geral da classe, mas apenas de sua camada superior: a concentração e a centralização do capital.

Da forma que foi apresentada num primeiro momento, a política econômica do regime militar exibia, como elemento essencial, o rebaixamento forçoso do preço da força de trabalho. Isso interessava à burguesia em conjunto, já que, conforme vimos, o problema agudo por ela enfrentado tinha relação com a taxa de mais-valia e, portanto, com a acumulação. E interessava particularmente aos pequenos e médios setores, que usavam uma tecnologia mais atrasada, empregavam maior quantidade de mão de obra e sentiam de forma mais direta as flutuações dos salários em seus custos de produção. A partir de sua visão limitada e parcial, esses setores aderiram à política do regime, sem se preocupar em analisar suas implicações.

Pois bem, a depreciação forçosa da remuneração do trabalho traz consigo o enfraquecimento do consumo popular. Os pequenos e médios setores em geral se movem na esfera dos bens de consumo não-duráveis e sofreram diretamente com a queda vertical do poder de compra das massas. Sua situação só poderia se amenizar caso dispusessem, enquanto durasse a recessão, de fundos próprios que os permitisse esperar melhores tempos, ou, se fosse o caso, de fontes de crédito abundante. Mas não dispuse-

ram de tais fundos e o governo praticamente lhes fechou o acesso ao crédito, ao mesmo tempo que exigia, através de medidas tributárias e alfandegárias, que renovassem seus equipamentos. Em outros termos, o governo os empurrava irremediavelmente à quebra ou à absorção por grupos mais poderosos.

A política governamental tinha sua lógica e obedecia tanto aos imperativos da acumulação quanto ao projeto subimperialista. Em relação a este último aspecto, é óbvio que a esperada expansão comercial ao exterior deveria se apoiar numa indústria moderna, dotada de alto poder competitivo. Do ponto de vista da acumulação, tratava-se fundamentalmente de possibilitar a centralização de capitais em benefício das grandes empresas, reduzindo a dispersão vigente no período anterior, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1950, quando – estimulado pela dinamização inflacionária do mercado interno, pelas facilidades de crédito e pela proteção alfandegária – o capital tinha se reproduzido no meio da mais completa anarquia. Favorecendo agora sua centralização, o sistema propiciava a criação de empresas de bens de consumo capazes de absorver a produção da indústria pesada, ao mesmo tempo em que criava condições para pressionar a queda do valor dos salários.

Tecnologicamente superadas e economicamente frágeis, as pequenas e médias empresas constituem a base do setor mais amplo da burguesia brasileira e ocupam a maior parte da mão de obra empregada. É natural, portanto, que tenham um relativo poder de resistência, que de fato se fez presente como reação às circunstâncias, para frear a política do governo, em especial nas áreas fiscal e creditícia. Utilizaram também sua vinculação com as massas trabalhadoras, mas sem se arriscarem a ir além de protestos demagógicos contra as condições de vida impostas, pois a depreciação dos salários era mais do que nunca – frente às dificuldades que enfrentavam – uma condição indispensável para sua própria sobrevivência. Finalmente, trataram de agitar o

setor mais sensível a sua influência – as classes médias – contra o governo.

A grande burguesia não apoiou resolutamente essa reação, mas também não acudiu em defesa do governo, deixando-se neutralizar. Impaciente com os lentos progressos da política subimperialista, e tendo conseguido retomar a acumulação num ritmo ascendente (o que se afirma a partir de 1967), a camada hegemônica do capital não tendeu precisamente ao abandono do esquema subimperialista em si mesmo, mas buscou sua aplicação de forma menos ortodoxa. Houve certa liberalização do crédito e tentativas de flexibilizar a política salarial, sem que se soubesse exatamente os limites dentro dos quais essa heterodoxia poderia funcionar.

De fato, o que se verificava era uma adaptação ou ajuste da formulação mais pura dos interesses do capital – o modelo subimperialista – ao grau de consciência sobre tais interesses que a classe que o personifica poderia ter. A uma menor racionalidade na cristalização desses interesses correspondeu uma menor racionalidade em sua expressão ideológico-política: a equipe tecnocrático-militar de Castelo Branco cedeu lugar à de Costa e Silva, na qual se mesclaram as reivindicações e os apetites dos vários grupos e facções que compõem a classe burguesa. Simultaneamente, tentou-se abrir a cena política ao livre jogo dessas reivindicações e apetites através da formação de uma autêntica oposição burguesa, a Frente Ampla, para a qual convergiram setores econômicos descontentes e grupos políticos relegados pelos militares. A burguesia não demoraria em propor a conveniência de assumir outra vez o controle direto do poder político e colocar os militares novamente em sua posição de garantidores do regime de exploração do qual se alimenta.

Mas o movimento dialético da sociedade capitalista tem necessariamente dois polos. Os trabalhadores logo se encarregariam de lembrar isso ao capital.

A superexploração do trabalho

A produção e acumulação capitalista tem como mecanismo fundamental a criação de mais-valia. Basicamente, esta corresponde à diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e a parte do mesmo que lhe é devolvida, devolução que se faz sob várias formas, dentre as quais a mais geral é o salário. Considerada a partir do outro extremo dessa relação, a mais-valia é a parte do valor produzido pelo trabalhador da qual se apropria o proprietário dos meios de produção, isto é, o capitalista. A taxa de mais-valia consiste na relação existente entre o valor da parte apropriada pelo capital e o valor restituído ao trabalhador, qualquer que seja sua forma.

Mais que uma relação entre produtos, entre coisas, a mais-valia expressa uma relação de exploração. Nos marcos desta relação, o trabalhador, ao trabalhar para obter uma remuneração dada, cria um valor correspondente a esta remuneração num tempo que é inferior à jornada de trabalho completa; como consequência, no tempo excedente ao que corresponde estritamente a reprodução do valor expressado pela sua remuneração, o trabalhador cria um valor excedente, uma mais-valia. A relação entre esses dois tempos de produção contidos na jornada de trabalho representa o grau de exploração ao qual se submete o trabalhador, grau este que é igual à taxa de mais-valia.

A acumulação de capital é assim determinada pela relação entre os dois tempos constitutivos da jornada de trabalho. Ao denominar o primeiro – no qual o trabalhador reproduz seu próprio valor – de tempo de trabalho necessário, Marx partia do pressuposto (e o tomava exclusivamente como um pressuposto) de que esse valor é igual ao dos meios de subsistência requeridos pelo trabalhador. Tinha com isso uma intenção política: a de mostrar que, mesmo num marco de "justiça" – em que se restitui ao trabalhador o valor que lhe corresponde socialmente –, a rela-

ção entre o trabalhador e o capitalista não pode jamais deixar de ser uma relação de exploração, que só desaparece com a supressão do próprio capital, ou seja, com o socialismo. Mas Marx se baseava também na análise das tendências objetivas do sistema, que tendiam à fixação do salário em função das necessidades experimentadas pelo trabalhador em termos de subsistência. Uma vez que a intensificação da acumulação depende da existência do tempo de trabalho excedente, ou seja, depende da modificação da relação entre os tempos produtivos a favor do tempo de trabalho excedente, a correspondência estável entre o valor do salário e a satisfação das exigências de subsistência do trabalhador permitia apenas duas alternativas para aumentar a mais-valia: aumentar a jornada de trabalho ou, mantendo e até mesmo reduzindo a jornada, diminuir o tempo de trabalho necessário. A estas duas alternativas básicas correspondem as categorias de mais-valia absoluta e mais-valia relativa – e é importante notar que esta última corresponde à desvalorização *real* da força de trabalho.

As condições específicas das economias centrais – que não podemos analisar aqui – contribuíram para regulamentar a exploração do trabalho, principalmente no que se refere à duração da jornada de trabalho, restringindo assim a produção de mais-valia absoluta, ainda que sem jamais eliminá-la. As transgressões desses limites em situações de crise econômica ou nos ramos de produção mais atrasados –atraso que se mede tanto em relação ao grau de concentração do capital, quanto pela distribuição do capital entre máquinas, instalações e matérias-primas, de um lado, e salários, de outro – constituem na verdade casos excepcionais, aos que se poderia agregar a maior exploração exercida sobre grupos de trabalhadores mediante o pretexto da discriminação racial ou religiosa. A regra geral foi a intensificação da exploração e, portanto, da acumulação através do barateamento real da força de trabalho, alcançado principalmente pela redução do valor dos bens necessários para a subsistência do trabalhador. Com isso, a

desvalorização constante da força de trabalho se tornou um elemento decisivo na produção e acumulação capitalista nos países centrais, a tal ponto que se poderia afirmar que a história do desenvolvimento capitalista é, neste sentido, a história da depreciação do valor real da força de trabalho.

A rigor, não é este o caso das economias capitalistas periféricas. Operando com um aumento desproporcionado da força de trabalho – seja pela importação de mão de obra ou pela aplicação de tecnologia que poupa mão de obra –, as economias periféricas realizaram seu processo de acumulação essencialmente com base na produção de mais-valia absoluta. Para isso contribuiu, em parte, a falta de regulamentação das condições de trabalho e, portanto, a extensão desmedida da jornada produtiva – o que é certo, sobretudo para as massas trabalhadoras do campo. Mas, também, foi importante, nesse processo, a ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real, isto é, entre o que se considera como tempo de trabalho necessário e as efetivas necessidades de subsistência do trabalhador. Em outros termos, o aumento do tempo de trabalho excedente tende a se realizar sem alterar o tempo de trabalho necessário, deixando de restituir ao trabalhador o equivalente ao valor criado durante o tempo de trabalho necessário. Assim, o que parece ser mais-valia relativa é frequentemente um caso anômalo de mais-valia absoluta.

Que fique claro um ponto: o aumento do tempo de trabalho excedente sempre significa maior exploração da força de trabalho. Neste sentido, os trabalhadores das economias centrais se encontram submetidos a uma intensificação constante de sua exploração. No entanto, o maior grau de exploração pode corresponder a uma diminuição real do trabalho necessário, isto é, pode ser alcançado sem que a remuneração do trabalhador caia abaixo do seu valor, ou pode corresponder à extensão do trabalho excedente às custas do tempo de trabalho necessário para o trabalhador reproduzir o valor da sua força de trabalho – que é,

em outros palavras, o tempo de trabalho necessário para criar um valor equivalente ao dos bens indispensáveis para sua subsistência. Neste último caso, a força de trabalho estará sendo remunerada a um preço inferior ao seu valor real, e o trabalhador não estará submetido apenas a um grau maior de exploração, mas será também objeto de uma superexploração. Ambos os casos são radicalmente diferentes entre si.

As implicações que disso se derivam são muitas. De início, o capitalismo baseado na superexploração inviabiliza toda possibilidade de desenvolvimento autônomo e de relações de trabalho "justas", imprimindo à luta de classes um cunho necessariamente socialista. No que se refere diretamente à acumulação, no primeiro caso – em que se busca a depreciação real do valor da força de trabalho – a maior exploração do trabalhador tem como imperativo o barateamento dos bens necessários para sua sobrevivência e, portanto, acarreta a necessidade de reduzir os custos de produção destes bens, utilizando os demais mecanismos que influenciam o movimento dos salários – principalmente a variação da oferta e demanda de força de trabalho e a repressão às reivindicações salariais –, como instrumentos auxiliares para manter a relação entre a remuneração do trabalho e as necessidades de subsistência do trabalhador; no segundo caso – quando a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor –, os mecanismos de pressão sobre o trabalhador passam ao primeiro plano, enquanto o barateamento das mercadorias essenciais para a subsistência da unidade familiar do trabalhador perde importância relativa, tornando-se determinante apenas em momentos excepcionais, nos quais os mecanismos de pressão não podem operar diretamente.

Um desses momentos excepcionais foi vivido pelo proletariado brasileiro nos anos imediatamente anteriores ao golpe militar de 1964. A grande divisão que reinava nas filas das classes dominantes e os progressos dos trabalhadores sobre a conscientização e organização de sua classe desarticularam os mecanismos

de pressão e provocaram – em consequência da elevação do custo de vida – uma tendência de alta nos salários, que pôs em xeque a base da acumulação de capital no Brasil, isto é, a superexploração do trabalho. Isso se deu inclusive naqueles setores em que a superexploração se exercia de forma mais brutal e desordenada – nas massas rurais –, cujo processo intenso de organização sindical e luta reivindicatória buscava tirar do papel a regulamentação de suas condições de trabalho, recém arrancada das mãos da burguesia pelas forças populares (o Estatuto do Trabalhador Rural foi aprovado pelo Congresso em 1962).

A reativação da acumulação nos marcos traçados pelo modelo subimperialista imposto em 1964 dependia inteiramente da inversão dessa tendência, o que significava a reafirmação da superexploração do trabalho como seu mecanismo básico. A lei antigreve, o chamado arrocho salarial e os esforços para retirar dos trabalhadores o direito à estabilidade no emprego compuseram os eixos da política econômica do regime miliar, apoiados na dissolução ou no controle direto dos sindicatos por parte do governo, no desmantelamento da liderança operária e na repressão brutal das organizações políticas que tinham se colocado ao lado dos trabalhadores. O salário médio mensal no centro mais industrializado do país, São Paulo, após aumentar progressivamente entre 1959 e 1964 – passando, em termos reais, de 8.298 cruzeiros para 9.611 –, foi reduzido a 6.876 cruzeiros em 1966, sofrendo então uma queda de 15.6% nesses dois anos (dados do DIEESE, em cruzeiros antigos).

Para esse triunfo do capital contribuiu decisivamente a extrema juventude do proletariado fabril brasileiro enquanto classe. Submetida a um processo acelerado de crescimento no pós-guerra, particularmente na segunda metade da década de 1950, a classe operária brasileira não teve o tempo nem as condições necessárias para acabar com a tutela institucional e ideológica que a burguesia havia lhe imposto durante o Estado Novo. Foi

por volta do final da década de 1950 que se iniciou o processo de consolidação do proletariado industrial, o que seu em consonância com as pressões sobre o custo de vida devido à alta dos preços agrícolas; ambos os fatores motivaram as lutas reivindicatórias que culminam nos anos prévios ao golpe militar. O proletariado entrou nessa luta armado com o mesmo instrumental sindical herdado do Estado Novo, caracterizado pela desarticulação e pela pequena base, e encabeçado pela mesma liderança corrompida deixada pelo varguismo. A reformulação dessas condições – pela formação de quadros médios, mais vinculados à base, pela unificação das direções no Comando Geral dos Trabalhadores e pela criação de sindicatos rurais – apenas começava quando o punho militar da burguesia investiu contra o movimento operário.

O fato de que a classe operária estivesse nos primeiros passos de sua formação como força independente repercutia também na situação do que deveria ser sua representação política, isto é, as organizações de esquerda. Afogadas pelos contingentes que recebia de uma pequena burguesia em franco processo de proletarização, essas organizações não superavam os marcos da situação do pós-guerra, na qual tinham se desenvolvido. A fragmentação que lhes acometia, nos primeiros anos da década de 1960, ainda não tinha chegado ao limite em que poderia se conformar um autêntico partido revolucionário, com uma estrutura que expressasse a fusão entre os quadros políticos e os contingentes de massa, e que fosse capaz de se colocar à frente da luta travada pelos trabalhadores. A grande força da esquerda seguia sendo o velho Partido Comunista, que, em conluio com os "pelegos varguistas", obstruía o caminho da nova vanguarda em direção à classe operária e tratava de enquadrá-la numa política de colaboração de classes. Com isso, as organizações da esquerda radical – constituídas em sua maioria por estudantes, intelectuais e profissionais liberais – buscavam como campo de ação os setores mais permeáveis a sua propaganda radical: o movimento estudantil, principalmente; os

setores camponeses mais explorados (pequenos proprietários, parceiros, colonos e "posseiros"), utilizando a fórmula das Ligas Camponesas, que Francisco Julião empregara com êxito no Nordeste; e a massa crescente do subproletariado urbano, através das organizações das favelas. Assim, enquanto o movimento operário via seu enorme potencial de luta ser desviado pelas direções reformistas para questões meramente reivindicativas e para o apoio político a uma fração da burguesia, as organizações da esquerda revolucionária, que propunham transformações estruturais e mudanças nas relações de poder, eram forçadas a limitar sua base social à pequena burguesia e ao subproletariado da cidade e do campo. Esse divórcio, fatal para o conjunto dos movimentos de massa, foi o que facilitou a implementação do terror militar e permitiu a burguesia impor soberanamente sua lei ao processo de exploração do proletariado brasileiro.

As lutas de massas

Não se pode afirmar legitimamente que a esquerda brasileira tenha entendido de imediato todas as consequências da lição de 1964. Em ampla medida, seguiu aprofundando as mesmas linhas demarcadas antes do golpe militar: os reformistas viram no golpe mais uma prova do poder mítico com o qual revestem o capital e seus agentes, tratando assim de buscar fórmulas de arranjo com estes; e os grupos revolucionários reforçaram suas dúvidas quanto ao potencial de luta da classe operária e passaram à preparação de ações guerrilheiras, no campo e na cidade, atribuindo-se o caráter mágico de catalizador da luta das massas. No entanto, aquilo que a esquerda brasileira não soube fazer conscientemente foi se impondo pela própria dialética da luta de classes.

Diante das exortações à luta armada, na qual não era oferecida à classe operária outra participação que a de força auxiliar

ou logística – o que, na prática, deixava a burguesia com as mãos livres para superexplorá-la –, a classe operária se preparou para defender-se, usando as armas que historicamente aprendera a manejar. Privados de seus sindicatos, os trabalhadores se entregaram a um lento processo de reorganização, centrado em torno do pilar da política burguesa: a lei antigreve, o arrocho salarial, a estabilidade de emprego. Nesta árdua tarefa – desprovida dos atrativos com que o pequeno-burguês radical reveste sua concepção de luta revolucionária, mas demasiado consequente para que os reformistas pudessem apoiá-la –, a classe operária forjou o instrumento que lhe permitiu se afirmar novamente na luta de classes, após escassos três anos do golpe militar: o comitê de empresas.

O processo de reorganização empreendido pela classe operária não diferiu muito do que fizeram outros setores combativos do movimento de massas. Apesar de aceitarem muitas vezes a propaganda da esquerda revolucionária a favor da luta armada – como ocorreu no movimento estudantil –, esses setores atuaram instintivamente no sentido de abrir vias para a reaglutinação de suas forças, com o objetivo de poder atuar, enquanto movimento de massas, no plano político. O catalisador dessa reaglutinação foram sempre reivindicações imediatas (no caso dos estudantes: a nova lei de organização estudantil, conhecida como Lei Suplicy, a redução do orçamento para educação e o problema da falta de vagas nas universidades; no caso dos trabalhadores rurais e dos camponeses: os problemas dos salários e do emprego e a defesa do preço de seus produtos), que colocavam em xeque aspectos da política governamental e conduziam à denúncia da própria ditadura de classe. Isso fez com que a "contrarrevolução preventiva" de 1964 entrasse no seu quarto ano de existência em meio a uma nova ascensão da luta de massas, contrariando as esperanças de *pax militar* que a burguesia nela depositara.

O sinal de partida foi dado pelos estudantes. Ao final de março de 1968, quando se aproximava a comemoração do aniversá-

rio do golpe militar, a União Nacional dos Estudantes começou a mobilizar suas forças, com base em reivindicações puramente estudantis (como, por exemplo, a redução dos preços dos restaurantes universitários). Era uma armadilha do movimento estudantil para a ditadura, e esta não soube contorná-la: nos primeiros atos, a polícia matou a tiros um jovem de 17 anos, provocando uma onda de indignação por todo o país. De norte a sul houve manifestações de massas – agora já não apenas estudantis –, e o governo respondeu lançando a polícia e o exército contra o povo. Mas a repressão não conseguiu evitar que o enterro do jovem assassinado motivasse uma manifestação antigovernamental de 100 mil pessoas no Rio de Janeiro, a maior desde o golpe militar. Em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, em todas as grandes cidades brasileiras as manifestações de rua se repetiram, dando lugar a duros enfretamentos com as forças repressoras.

Enquanto a rebeldia estudantil obtinha grande repercussão, contando com a simpatia da imprensa burguesa, algo mais grave surgia na ascensão da luta de massas: a resistência aberta da classe operária. Já mencionamos que, desde 1965, os trabalhadores tinham começado uma árdua e paciente empreitada de reorganização, utilizando fundamentalmente os comitês de empresa e, quando a situação permitia, voltando a apossar-se de seus sindicatos. Vale dizer que os dois aspectos não se excluíam, pois os comitês atuaram contra os sindicatos interventivos pelo governo ou controlados pelos pelegos e também serviram de trampolim para a reconquista desses sindicatos. Nesta tarefa se destacaram os setores mais avançados da classe, dotados de uma maior consciência e de uma tradição de luta mais acentuada, particularmente os trabalhadores metalúrgicos.

Desde 1967 essa categoria dos trabalhadores preocupava o governo, ameaçando com paralização geral por um aumento salarial de 60%, e levaram o governo a dar um passo atrás nas

promessas de liberalização feitas no começo desse ano, quando o marechal Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência. Contudo, se a reação governamental foi capaz de conter a explosão do movimento operário naquela época, já não pôde fazê-lo ao se desencadearem as lutas de massas em 1968. Essa explosão se inicia com a greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte, que se prolongou por várias semanas; avança com as manifestações de 1º de Maio (cujo episódio mais notável foram os acontecimentos de São Paulo, onde trabalhadores e estudantes expulsaram da praça pública as autoridades governamentais e promoveram o próprio comício); e culmina em julho, com a greve dos metalúrgicos de Osasco, na periferia de São Paulo, quando, pela primeira vez em décadas, os trabalhadores tomaram as fábricas e os sindicatos, enfrentando abertamente as forças da repressão.

Desde então, de forma menos espetacular, porém firme, o proletariado industrial tem construído uma resistência tenaz contra a desvalorização de seus salários, tendo à frente os operários metalúrgicos –que em outubro voltam à greve em Minas Gerais, mobilizando 20 mil trabalhadores, o dobro dos que tinham participado da greve de abril –, mas trazendo também outros setores, como os operários da indústria têxtil e inclusive os grupos mais combativos da classe média assalariada, como os bancários. Em relação aos trabalhadores rurais, ocorria um processo similar, ainda que mais lento e limitado, já que os enfrentamentos no campo não se davam sempre no quadro da reorganização de suas associações de luta, desmanteladas em 1964. Ainda assim, junto aos conflitos espontâneos pela terra, via-se também a ação decidida dos sindicatos rurais nos lugares onde puderam se reestruturar, principalmente em alguns estados do Nordeste, como Pernambuco e Maranhão.

Os esforços da classe operária para se afirmar novamente como polo dinâmico das lutas de classes apenas começavam e era preciso tempo para que dessem resultados. De imediato, seu efei-

to foi despertar a confusão entre as filas da burguesia – e o governo se aproveitou disso para dissolver a Frente Ampla –, fazendo com que a mesma passasse da ofensiva para a tática de fustigar os militares. Para isso, seguiu apoiando discretamente o movimento estudantil, ao mesmo tempo em que usava qualquer pretexto para apontar a ineficiência do governo – quer fossem em relação à crise da indústria açucareira, quer fossem em relação aos assaltos a bancos e quartéis promovidos por organizações de esquerda. Seu propósito evidente era aprofundar as brechas surgidas nas forças armadas no que se refere a sua participação direta no poder, introduzindo então a marca de seu "movimento cívico".

Era certo que o acirramento das lutas de classes em 1968 começava a repercutir nas forças armadas. Num conjunto de atitudes, que iam desde o favorecimento de uma "restauração democrática" até a militarização definitiva do aparelho do Estado, a divisão se acentuava. O descenso progressivo do movimento de massas a partir de outubro, que aumentou a margem de manobra das frações burguesas, acabou conduzindo os setores militares "duros" – com base principalmente na oficialidade jovem – a tomar a decisão de atuar rapidamente, com a finalidade de trazer o conjunto das forças armadas para sua própria posição. Uma crise parlamentar artificialmente provocada e o amparo concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a alguns líderes estudantis mais destacados expressaram o descontentamento da burguesia, ou pelo menos de seus representantes mais diretos. Os militares duros usaram esse pretexto para fazer um pronunciamento que ameaçava, em última instância, o próprio grupo instalado no poder, não deixando outra alternativa que promover um golpe desde cima e assim legitimar o pronunciamento da base. A promulgação do Ato Institucional nº 5 suspendeu a Constituição de 1967, fechou o Congresso, calou a imprensa e reduziu a importância do STF. Não era tanto a esquerda o objetivo dos militares: era a própria burguesia.

O dia 13 de dezembro de 1968 coloca o Brasil num aparente paradoxo: o regime militar, dedicado à defesa do capital, nega sua submissão à classe que personifica o próprio capital. A irracionalidade da sociedade burguesa brasileira, que engendrara a ditadura de classe de 1964, conduziu finalmente essa sociedade a propor sua própria supressão. Assim, retirando sua dominação política do âmbito da luta de classes, a burguesia tentava transferir esta dominação aos quartéis. Com isso, caiu o último véu que cobria o poder burguês, que exibe agora sem pudor aquilo que constitui sua essência: a força.

É equivocado acreditar que o regime militar se desligou realmente do solo onde finca suas raízes, isto é, o capital. A defesa do sistema de exploração imposto às classes trabalhadoras segue sendo a razão de ser da ditadura, na medida em que nesta defesa se origina e se justifica a própria instituição militar. No entanto, contrariando a própria classe a que serve, os militares vão além dos interesses do capital por razões de segurança nacional: tentam impor à burguesia, com caráter permanente, uma justificativa ideológica que foi aceita em 1964, imaginando que seria uma solução provisória, para garantir a sobrevivência do sistema. Isso não deixa de ser um elemento significativo da simbiose operada entre os interesses da burguesia e os da elite militar, fruto da problemática inerente à acumulação capitalista no Brasil.

A ruptura do reformismo

O capitalismo brasileiro emerge da crise conjuntural iniciada em 1962 definitivamente subordinado à hegemonia do grande capital e convertido numa sociedade militarizada, na qual os velhos mecanismos de dominação burguesa – desde o sistema de partidos até o controle ideológico sobre as massas – foram substituídos pela violência aberta, encarnada nas forças armadas.

Este processo altera radicalmente os marcos nos quais se desenrola a luta de classes e deixa as vanguardas de esquerda diante de condições de luta muito distintas das que prevaleciam até 1964 – condições essas que, mesmo sob um continuado processo de enfraquecimento, seguiram vigentes nos anos seguintes. As implicações que disso se derivam para o movimento revolucionário devem ser corretamente avaliadas, caso pretendamos garantir sua vitória.

O ponto de partida para apresentar a problemática enfrentada pela esquerda atualmente consiste em perceber que, ao passo que mudaram as condições para sua atuação, mudaram também suas condições internas. Não se trata exclusivamente de algo circunstancial. Por mais importante que tenha sido 1964, foi apenas o momento de um processo que se inicia no final da década de 1950 no interior da esquerda e que se desenvolveu em dois planos: o ideológico e o organizativo.

A questão ideológica, que domina a dinâmica da esquerda nos primeiros anos da década de 1960, começa no interior das filas marxistas e se irradia posteriormente aos setores nacionalistas e católicos. Seu tema central era o papel que poderia ter a burguesia na revolução brasileira e, em última instância, o caráter desta revolução. A negação em reconhecer na burguesia enquanto classe um papel efetivo no processo revolucionário e a afirmação de um polo socialista na esquerda (representado então pelo grupo Política Operária), decididamente contrário às linhas reformistas do Partido Comunista brasileiro, acabam por questionar a política de colaboração de classes que este patrocinava em nome da classe operária.

No entanto, as circunstâncias prévias a 1964, caracterizadas pela demagogia do governo de João Goulart e pela ascensão desordenada do movimento de massas, não favoreciam o avanço desse polo revolucionário, nem sua diferenciação entre as várias tendências prevalecentes nas esferas mais próximas a ele. Se-

guiam se confundindo problemas elementares, como a definição das forças revolucionárias, sobre os quais a esquerda se dividida entre uma concepção imprecisa, expressada no vocábulo "povo", onde cabia tudo, e uma afirmação profundamente classista, que entendia a revolução como uma luta dos trabalhadores da cidade e do campo. Assim, as questões essenciais de tática e estratégia eram superficialmente tratadas e se referiam mais à posição a ser adotada sobre a burguesia, e especificamente sobre Goulart, que às formas concretas de mobilização popular em termos de luta revolucionária. O próprio tema das formas de luta era relegado: a esquerda revolucionária temia – mas não exatamente previa – a reação das classes dominantes, o que se refletia na sua posição sobre a impossibilidade de uma revolução pacífica, porém sem entregar-se, de fato, à preparação para a luta armada. As raras tentativas neste sentido revelaram uma total incompreensão do processo que vivia o Brasil, de modo que, procurando montar focos guerrilheiros, desviaram quadros e recursos para tarefas que a ascensão das lutas de massas no país não colocava. Seu fracasso era inevitável.

O pronunciamento militar de 1964 foi um golpe mortal para a corrente reformista. Obviamente, esta corrente não amanheceu morta no dia 1º de abril; seguiu e ainda segue se defendendo. No entanto, a brutal reação das classes dominantes e sua ditadura aberta, expressa no regime militar, reduziram suas possibilidades efetivas de sobrevivência. O bastião do reformismo, o velho PCB, de racha em racha e sujeito a uma paulatina sangria de suas bases, acabou se transformando numa casca vazia; seu programa atual é um emaranhado de posições e expressa apenas sua incapacidade de dar uma resposta à problemática da luta de classes no país.

Paralelamente, a esquerda revolucionária tendia à homogeneização dos seus princípios (a passagem da Ação Popular do existencialismo cristão para um marxismo de corte maoísta é muito significativa neste sentido) e tratava de extirpar as raízes

que o reformismo tinha deixado nas massas. Nos anos transcorridos entre o golpe militar e as lutas de 1968, essas raízes foram efetivamente arrancadas, proporcionando às massas um quadro de referências completamente renovado. Se os movimentos populares anteriores a 1964 se caracterizavam pela aceitação dos valores burgueses de legalidade e democracia formal, em 1968, mesmo mantendo as reivindicações democráticas em oposição à ditadura militar, atuavam a partir do rechaço às fórmulas burguesas e propunham concretamente a transformação das estruturas vigentes, no sentido da construção de uma democracia social e, nos setores mais avançados, de uma democracia socialista. Basta lembrar a ocupação de fábricas pelos metalúrgicos de Osasco para ter uma ideia do enfrentamento classista que perpassava a dinâmica das massas. O fator ideológico que no passado propiciou os avanços da luta popular e que conduziu à derrota de 1964 desapareceu da política brasileira – dentre os avanços da luta popular estiveram o anti-golpismo de 1955, que levou ao governo de Juscelino Kubitschek, e o movimento pela legalidade, que impediu o golpe militar em 1961; a derrota de 1964, por sua vez, significou a espera, em vão, que o representante legítimo da legalidade burguesa, João Goulart, fizesse valer suas prerrogativas.

Mas a vitória ideológica da esquerda revolucionária tinha suas implicações na esfera organizativa. A identificação entre o reformismo e o PCB colocou para a esquerda revolucionária a necessidade de perpetrar o desmantelamento do velho partido, como condição para aplainar seu caminho em direção às massas e, simultaneamente, para capitalizar todo um trabalho prévio de formação de quadros que aquele partido realizara. Isso tinha seus inconvenientes: o PCB representava a única estrutura partidária efetiva de esquerda. Seu colapso significou, necessariamente, a irrupção de uma tendência dispersadora, excêntrica, na qual a multiplicidade de organizações se encontrava em razão direta da sua incapacidade operacional.

O problema era particularmente sério. Guardião de uma ideologia falsamente identificada ao marxismo, porém sólida, o PCB tinha conseguido enquadrar dentro de uma certa política até mesmo os núcleos mais recalcitrantes da esquerda revolucionária. A perda de sua posição dominante no interior da esquerda deixou esta sem um centro de gravidade ideológico e político. Os anos subsequentes a 1964 se caracterizaram por uma acirrada luta ideológica – travada agora dentro da esquerda revolucionária – e por esforços para definir uma estratégia global frente à ditadura. A homogeneização de seus princípios ideológicos, apesar de ter servido para estabelecer um novo quadro de referências para a ação das massas, não servia para limar as diferenças entre as concepções particulares do processo brasileiro sustentadas pelos distintos agrupamentos, e servia ainda menos para unificar posições em relação às tarefas práticas derivadas de cada concepção. Até mesmo o fato de que o marxismo tenha se afirmado como base ideológica comum dentro da esquerda não era suficiente para uma unificação, haja vista a diversidade ideológica de elementos que o marxismo como movimento histórico envolve.

Renovação e herança na esquerda

Dois fatores agravaram a situação. O primeiro, circunstancial, foi a forte renovação das organizações revolucionárias no que se refere aos quadros políticos. Neste sentido, as diferenças entre a esquerda brasileira de 1964 e a de 1969 são contundentes, não tanto em termos quantitativos (difíceis de medir, dada a condição de estrita clandestinidade que rege atualmente o recrutamento), mas em termos de qualidade. Em contraste com as motivações que levavam à militância de esquerda antes de 1964 – relacionadas em grande parte à busca de prestígio e à radicalização da política nacional, com a qual o próprio governo estava

comprometido –, atualmente a adesão a uma organização revolucionária é fruto de uma decisão meditada e valorosa. Quem a toma arrisca sua segurança pessoal, a de seus amigos e a de sua família. A militância não é mais uma pose, é uma opção de vida. Isso explica – em grande medida e junto ao acirramento da luta de classes no país e sua repercussão na consciência revolucionária – a seriedade e a maturidade que caracterizam o jovem militante brasileiro, se comparado com o típico militante de antes de 1964.

Por outro lado, as condições que dão um caráter heroico à opção militante têm a ver também com a tendência a levar suas consequências ao extremo: não basta agir revolucionariamente, deve-se fazê-lo de maneira arriscada e geralmente violenta. A mesma indignação – esse sentimento revolucionário, como disse Marx – que empurra para a ação conduz o militante a exigir resultados palpáveis que a justifiquem. O resultado é, em parte, o impulso da esquerda para a ação direta – que não poderia ser explicado em termos puramente psicológicos – e, principalmente, a exposição da esquerda a um contínuo desgaste de seus membros, o que é ainda mais grave quando incide nos níveis médio e de direção, pois dificulta tanto a continuidade do trabalho das organizações, quanto afeta sua capacidade de elaboração teórica.

Este último aspecto merece atenção. Convém lembrar que a imaturidade da classe operária – como já mencionamos – facilitou no passado a aplicação dos controles ideológicos e institucionais impostos pela burguesia, o que não gerou a motivação necessária para a formação de uma vanguarda política de orientação claramente proletária. O obscurantismo cultural vigente em sociedades como a brasileira, marcadas pela superexploração do trabalho, também não contribuiu para a conformação de uma camada intelectual armada com o instrumental teórico capaz de permitir a análise científica da sociedade exploradora; basta notar que o marxismo não tinha chegado a ser uma disciplina de estudo aceita nas universidades e que recém apareceu uma tra-

dução de *O Capital* em português. É preciso considerar, por fim, o desmantelamento recorrente das vanguardas de esquerda nas fases repressivas da política nacional, o que impossibilitou a criação de uma tradição teórica e de militância e levou inversamente a que as grandes ondas de renovação da esquerda partissem praticamente do zero, quase sem levar em conta a experiência acumulada pelas gerações anteriores na luta de classes. Foi este o caso específico da renovação dos anos 1960, que somente em escala muito pequena pôde aproveitar a experiência de 40 anos que tinha naquele então o movimento comunista brasileiro. Tudo isso, somado ao desgaste contínuo que sofrem as organizações no que se refere aos seus quadros políticos, dificultou consideravelmente a elaboração, por parte da esquerda, de uma teoria da sociedade brasileira que fosse capaz de fundamentar uma estratégia e uma tática adequadas ao processo real da luta de classes.

Dissemos ainda que há um segundo fator que agrava a situação atual. Trata-se de algo muito mais decisivo e que corresponde à própria natureza da esquerda: sua origem de classe. Por mais acidentada que tenha sido a evolução do movimento revolucionário no Brasil, e apesar das interrupções que sofreu, seu nascimento remonta ao início do século XX. Sob o influxo da ideologia anarco-sindicalista trazida pelos imigrantes estrangeiros – operários em sua maioria –, toma forma uma vanguarda política intimamente vinculada ao despertar das lutas proletárias. A fundação do Partido Comunista em 1922 corresponde à cristalização organizativa dessa vanguarda, ocorrida nos marcos de uma aguda radicalização da política nacional, que culminaria com os acontecimento dos anos 1930.

O movimento que conduziu à Revolução de 1930 correspondeu, em termos de classe, a uma divisão no seio da oligarquia e à ascensão das classes médias, sendo que foram estas que conferiram ao episódio um conteúdo propriamente popular. O desenvolvimento do processo político gerou nessas classes médias uma

polarização à direita e à esquerda, e disso não escapou sua coluna vertebral: o movimento tenentista, que agregava a oficialidade jovem do exército. A ala esquerda do tenentismo – vanguarda das classes médias radicais – acabaria por se fundir ao recém criado Partido Comunista. Não cabe aqui uma análise detalhada dessa vanguarda pequeno-burguesa; basta anotar apenas que, em relação ao poder de liderança popular, ultrapassava facilmente o Partido. Ainda jovem, carente de bases e de quadros, o Partido se viu praticamente sufocado pelo assalto da pequena-burguesia radicalizada, que em pouco tempo tomou os postos centrais do aparelho partidário, impondo sua própria ideologia, disfarçada de marxismo porém essencialmente conservadora.

Após a repressão que sofreu durante o Estado Novo, o PCB ressurgiria, no segundo pós-guerra, amplamente beneficiado pelo prestígio adquirido pela União Soviética no mundo ocidental. Uma nova leva da pequena burguesia – na qual se destacavam intelectuais e militares – avassalou outra vez o Partido. Os avanços alcançados por este junto ao proletariado não foram suficientes para neutralizar a influência pequeno-burguesa: a classe operária, em processo de formação, ainda ressentia a tutela da burguesia e carecia de uma tradição de luta independente (lembremos que somente conquistará de fato o direito de greve em 1953, depois de sido privada deste direito por quase vinte anos). A direção partidária não encontrou, portanto, nenhum obstáculo para se aliar aos capatazes que o Estado Novo tinha relegado aos trabalhadores; pelo contrário, viu-se praticamente atraída por essa aliança. Ainda que isso abrisse ao Partido amplas possibilidades de penetração na massa operária, também tornava extremamente limitada sua esfera de atuação, fazendo com que não se rejeitasse de fato a liderança ideológica e institucional exercida pela burguesia.

O breve período de rebelião antiburguesa, no qual o PCB ingressou após 1947 – no contexto do acirramento das rela-

ções internacionais e da implantação da Guerra Fria, que levou o governo Dutra a considerá-lo ilegal –, foi marcado por uma posição ultra-esquerdista, que ficou cristalizada no Manifesto de 1950. Ainda assim, uma análise cuidadosa deste documento revelaria que o esquerdismo estava mais nas palavras que nas próprias concepções políticas, já que o revolucionarismo professado era convenientemente matizado com a transposição de conceitos – como o de uma burguesia nacional ao estilo chinês – que só parcialmente correspondiam à realidade brasileira e ao caráter que a dominação imperialista assumia naquele então. De todo modo, na prática a linha de 1950 levou o Partido ao isolamento, debilitando consideravelmente sua posição no cenário político. A tábua de salvação lhe foi estendida novamente pela pequena burguesia, que, respondendo aos interesses mais forçosos do capitalismo brasileiro na época, dá vida ao movimento nacionalista, cujo batismo de fogo foi dado pela campanha de nacionalização do petróleo nos primeiros anos da década de 1950. Inicialmente relutante em apoiá-lo, o Partido acaba aderindo incondicionalmente ao movimento nacionalista, até se transformar em seu principal defensor na segunda metade da década. A colaboração de classes, que a fraseologia radical do Manifesto de 1950 encobria, converte-se então abertamente na linha política geral do movimento comunista.

A direção do PCB defendeu sempre que as críticas que recebeu da nova esquerda marxista no início dos anos 1960 vinham de posições ultra-esquerdistas, que implicavam numa ruptura com as massas. Independentemente do fato de que em parte eram produto da ausência de vinculação real com as massas, os desvios da nova esquerda se explicam na verdade pela força que deveria ter sua reação diante da forma como o PCB propunha a questão da frente de classes. Incapaz de entender que para lutar contra um inimigo comum não é preciso nenhuma união especial – como Marx e Engels já tinham dito um século antes

–, e ignorando a palavra de ordem leninista de "golpear juntos, mas marchar separados", a aliança de classes proposta pelo Partido consistia de fato em transformar a classe trabalhadora em retaguarda da burguesia, mantendo a frente de classes sob a batuta do governo. Mesmo as greves políticas de 1962, que poderiam passar como manifestações da luta independente da classe trabalhadora, ocorreram sob a direção associada do PCB e dos capatazes do Estado, como expressão de incondicional apoio a Goulart. Assim, o proletariado brasileiro chegou a 1964 totalmente desarmado, com sua sorte entregue à correlação de forças que pudesse prevalecer no seio das classes dominantes e, mais especificamente, no Exército.

A ruptura da política de colaboração de classes e a ascensão das correntes revolucionárias que disputavam com o PCB a hegemonia na esquerda deram início a uma nova etapa na política brasileira. Esta etapa não se limitaria, porém, a evidenciar os erros da linha política do velho Partido: no seu decorrer revelou também que, sob nova roupagem, a esquerda não tinha mudado sua natureza e seguia sendo, mais que nada, uma vanguarda de classe média. A diferença está em que, se o velho Partido tratou não tanto de orientar e dirigir a luta de massas para a conquista de fins revolucionários, mas sim de utilizá-la essa como força de apoio à sua política de acordo e compromisso, a atual esquerda, por sua vez, renuncia a qualquer diálogo com as classes dominantes e se dispõe a atacá-las de frente, dando como certo o apoio das massas. Em ambos casos, as vanguardas substituem a classe; em ambos casos, falam em seu nome, sem antes escutá-la.

O fenômeno não é exclusivo do Brasil. Corresponde no fundo à realidade das sociedades latino-americanas, nas quais a superexploração do trabalho contribui não apenas a limitar a capacidade teórica das vanguardas revolucionárias, tal como já apontamos, mas abre também um profundo abismo entre as grandes massas – imersas na ignorância – e a pequena burguesia – cujo

único privilégio social efetivo é o acesso à cultura. Quando a exploração econômica se une à discriminação racial, como é o caso geral, o distanciamento entre a pequena-burguesia e as massas se torna patente. O resultado, em sua forma mais reacionária, é um profundo desprezo pelas multidões miseráveis e incultas e, em seu aspecto progressista, o desejo de redenção dessas multidões, que mal oculta o que há de comum entre as duas atitudes: o elitismo e o paternalismo.

No Brasil, enquanto existiu um campo de interesses comum entre a burguesia e o proletariado, isso levou a vanguarda pequeno-burguesa ao reformismo e à política de colaboração de classes. O desenvolvimento das contradições entre o trabalho e o capital, ao mesmo tempo que favoreceu o surgimento, à direita, de uma equipe tecnocrático-militar – que se encarregou da defesa do capital –, tendeu a cristalizar um fenômeno similar, em meio ao redemoinho ideológico e organizativo que se produziu na esquerda: uma concepção tecnocrática e militarista da luta de classes, que ganha mais força à medida que penetra a maior parte das organizações existentes e se agudizam as contradições que lhe deram origem. A importância desse processo para a dinâmica do movimento revolucionário brasileiro exige que nos detenhamos em sua análise.

Os pressupostos da luta armada

O ponto de partida dessa concepção é a ideia de que a luta de classes no país desembocou numa guerra revolucionária e que é em função disso que se deveria determinar os critérios da prática política. O conceito de guerra revolucionária, tal como se utiliza hoje no Brasil, extrapola o de guerra civil revolucionária. Este último se define por uma luta fatal entre as classes exploradas e as forças que sustentam o regime de exploração – sendo estas úl-

timas formadas, no caso dos países capitalistas periféricos, pelas classes dominantes internas e pela burguesia imperialista. O conceito de guerra revolucionária apresentaria, além disso, dois elementos particulares: seu caráter prolongado e sua realização mediante o enfrentamento de dois exércitos, o do povo e o da reação. Nas condições existentes no Brasil, isso implica supor: primeiro, que o divórcio crescente entre os interesses das massas trabalhadoras e do capital tenha repercutido diretamente na consciência das massas, tornando-as predispostas à atuação revolucionária; e, segundo, que o regime militar não apenas representa um fato irreversível, mas também que sua política repressiva seguirá em constante aumento.

Vejamos o primeiro pressuposto. As lutas de massas de 1968, conforme expusemos, representavam o ponto de recuperação do movimento popular após o descenso experimentado com o golpe militar. A análise dessas lutas mostra claramente que, independentemente de apresentarem um viés de radicalismo não apenas superior, mas também qualitativamente distinto ao que prevalecia antes de 1964, distinguiram-se por seu caráter estratégico essencialmente defensivo. Claro está que uma estratégia defensiva não exclui o emprego de táticas ofensivas; no entanto, o único caso em que se verificou a tentativa de adotar uma tática ofensiva – o movimento estudantil – foi também onde se observou um desvio do enfrentamento classista no sentido de insistir em reivindicações meramente democráticas, que se centraram na denúncia da repressão, colocando o movimento de fato na defensiva. É significativo que tenha sido em torno a essa bandeira – a denúncia à repressão – que os estudantes tenham conseguido uma efetiva mobilização popular, que decaiu assim que trataram de direcioná-la ao enfrentamento direto com o regime; isso se pode medir facilmente através do número sempre menor de participantes nas manifestações de rua que se seguiram à "Marcha dos 100 mil", até chegar aos choques de grupos isolados com a

polícia nos meses de setembro e outubro. Nos demais setores do movimento de massas, as lutas foram travadas por conta de reivindicações econômicas e de categoria, caminhando progressivamente ao enfrentamento com as forças da repressão, momento no qual – e aqui o caso de Osasco é eloquente – fecharam-se as possibilidades de ampliar a mobilização de massas. Cabe dizer que estimativas feitas pela própria esquerda em relação às forças operárias que entraram em combate indicam que estas não passavam de 2% do proletariado industrial brasileiro.

Nesta perspectiva, o movimento de 1968, além de apresentar um caráter estratégico defensivo, foi limitado em termos de arregimentação de forças. Assim, faltava muito para que se pudesse contar com uma atuação decidida das massas contra o regime de opressão e exploração a que estão submetidas. Mesmo que não se admita conscientemente, a estratégia da maioria das organizações de esquerda confirma essa análise: sem descartar sua interpretação da realidade atual em termos de guerra revolucionária, propõem de fato a formação de pequenos grupos armados, na cidade e no campo, com o propósito de levantar o espírito de luta das massas, o que equivale a admitir que estas ainda não se encontram preparadas para a ação. O espírito de heroísmo e de sacrifício – que em última análise é um reflexo do elitismo e do paternalismo próprios da pequena burguesia – acentua essa tendência, refletindo-se não apenas na atuação das organizações, como também na psicologia do militante, tal como já comentamos.

A consequência é uma dicotomia entre o trabalho político e o trabalho militar ou, em outros termos, entre o trabalho de massas e a ação direta, que se opera constantemente em detrimento do primeiro. Ao projetar como realidade concreta o resultado de uma percepção teórica – a contradição antagônica entre o trabalho e o capital –, a esquerda tende a se colocar no futuro do processo político, na guerra de classes, sem se preocupar com as tarefas presentes que tornarão esse futuro possível; atua, assim,

em função de seu próprio nível de consciência, e não no nível de consciência das massas. Considerando-se já envolvida na guerra revolucionária, erige como tarefa imediata a condução militar das classes exploradas, mas, como não espera que estas intervenham no combate num primeiro momento, acaba por se referenciar a si mesma, e não às massas, os problemas da luta armada. O resultado é a superestimação dos aspectos puramente organizativos, que conduz a um aperfeiçoamento técnico extremado das organizações, cujo grau de desenvolvimento se afasta consideravelmente daquele que vai se alcançando no nível das massas.

É óbvio que isso também é fruto da existência do regime militar e de sua particular política repressiva. Aqui, em contraste com o que ocorre com o primeiro pressuposto analisado – que toma como presente o que é apenas o futuro da luta de classes –, opera um mecanismo oposto: as condições de atuação se consideram dadas em longo prazo e se pensa no futuro exclusivamente em termos do hoje existente. Por outro lado, a evolução do regime militar tem revelado contradições até mesmo com a burguesia e dá mostras de flutuações na intensidade da repressão. É certo que sua evolução tem levado a uma afirmação mais decidida do regime frente à burguesia e que a atenuação da repressão foi seguida de um reforço da mesma. Neste sentido, pode-se pensar numa tendência progressiva, que poderia justificar a expectativa da esquerda, sobretudo se consideramos que a própria dialética do desenvolvimento capitalista brasileiro, ao agudizar as contradições sociais, descarta a possibilidade de uma liberalização política efetiva e estável.

No entanto, há diferenças entre a tendência profunda do desenvolvimento de uma sociedade e as formas pelas quais ela se concretiza. A cooperação antagônica – que rege o processo de integração do capitalismo brasileiro à economia imperialista – se reproduz nas relações próprias da esfera política dominante: isso significa que a fusão entre a burguesia enquanto classe e a elite

militar é o resultado para o qual se orientam as relações de poder (o que não implica, necessariamente, que o regime militar seja a única forma de expressão do fenômeno, tal como revela a forma assumida por um bloco militar-burguês dos Estados Unidos, muito mais sólido do que o brasileiro); significa também que naquela esfera se originam contradições internas que, mesmo sem colocar em xeque o processo em seus pontos essenciais, abrem constantemente fissuras na estrutura de dominação. A importância destas fissuras para a dinâmica do movimento de massas pode ser vista nos acontecimentos de 1968. Assim como a estrutura de dominação se reforça em função das contradições internas que vai gerando, o mesmo deve ocorrer com o movimento de massas: no primeiro caso, o reforço gera uma maior coesão do bloco burguês-militar devido à submissão ou eliminação das facções recalcitrantes; no segundo, consiste no estreitamento dos laços orgânicos entre a esquerda e as massas trabalhadoras, junto com a atração ou neutralização de camadas ou grupos que ainda se constituem como suportes da estrutura de dominação. É neste sentido que as contradições internas das classes dominantes contribuem para polarizar a luta de classes e para criar, então, os marcos para a guerra civil revolucionária no país.

Ao perder isso de vista, preocupando-se exclusivamente com o epifenômeno do regime militar, a esquerda se deixou impressionar demais com o alcance da estrutura de dominação em matéria de técnica organizativa. É claro que, diante da repressão sistemática levada a cabo pelo regime militar, a esquerda tinha que responder com a construção de um aparelho clandestino capaz de lhe fazer frente, mas sem esquecer em nenhum momento que a finalidade desse aparelho é permitir levar adiante seu trabalho de agitação e organização das massas. Atuar de outra forma seria substituir os fins pelos meios e representaria entrar no jogo do regime, cuja preocupação central é precisamente suprimir a prática política das massas.

Defender a necessidade do trabalho de massas não significa rechaçar a ação de pequenos grupos. A mais notória entre tais ações – o terrorismo urbano* – é perfeitamente compatível com o trabalho de massas, sempre e quando não substitua este trabalho e não se torne o elemento central da atuação revolucionária, pois isso implicaria desconsiderar as massas e levaria necessariamente ao isolamento da vanguarda. Deixemos algo bem claro: o isolamento não decorreria tanto – tal como sustentam os reformistas – do fato de que os métodos terroristas "assustam" as massas, mas sim do fato de que esses métodos não as comprometem diretamente na ação e as transformam em espectador passivo de um combate no qual, quando muito, podem ser simpáticas a algum dos lados, sem interferir, porém, no desenvolvimento da ação. É a prática política das massas – nunca podemos esquecer disso – o objetivo último da atuação da vanguarda e o único caminho através do qual ambas podem convergir na formação de uma verdadeira força revolucionária.

É preciso, portanto, evitar qualquer raciocínio em abstrato sobre as formas de luta, referenciando-o sempre no critério de seu efeito sobre as massas. Colocada desta forma – e excluídas assim as ações sem propósito propriamente político, como as que se destinam à obtenção de recursos e armas –, o terrorismo é válido essencialmente como instrumento de efeito moral, e sua função é similar à da guerra de guerrilhas: semear a confusão no exército inimigo e desmoralizá-lo, enquanto fortalece o espírito de luta das massas pela confiança que sua vanguarda lhes inspira.

Convém dizer também que os riscos envolvidos no trabalho entre as massas nas fases de aguda repressão não têm apenas compensações de longo prazo. Ao contrário da convicção alimen-

* N.T.: Desde o fim da Guerra Fria, a palavra "terrorismo" adquiriu uma conotação praticamente única. Na literatura marxista clássica, o termo "terrorismo" é geralmente empregado como ação armada localizada com viés político, tendo sido disputado, ao longo do século XX, tanto dentro do marxismo como na sociedade.

tada por muitos jovens esquerdistas no sentido de que, ao arriscar suas vidas, é melhor fazê-lo com uma arma na mão, o trabalho de massas é o meio mais seguro para conter a repressão policial e militar: esta, de fato, não se acentua nas fases de ascensão do movimento de massas, mas em suas fases de descenso, quando as forças populares não têm suficiente capacidade de contestação. Limitando-nos aos fatos recentes, diversos exemplos confirmam essa afirmação: as lutas brasileiras de 1968, a revolução de maio na França, o movimento estudantil mexicano de 1968, as lutas de massas em 1969 na Argentina. Explorar ao máximo as possibilidades de agitação e organização que as ofensivas populares criam ao deixar a reação em atitude defensiva, e fincar com isso as bases para manter a continuidade do trabalho revolucionário no momento em que, frente ao descenso do movimento de massas, a reação volte a tomar a ofensiva: tal é o princípio básico do trabalho da esquerda entre as massas, nos marcos de uma estratégia defensiva adequada às condições de luta impostas atualmente no Brasil. É através do prolongamento das fases táticas ofensivas e do encurtamento dos períodos de refluxo que a esquerda acelera a transformação estratégica qualitativa, para passar então à estratégia ofensiva: a guerra civil revolucionária.

Ao longo desse processo, não cabe à esquerda a responsabilidade de tomar sobre seus ombros as tarefas das massas, ou mesmo tentar impor a estas certas formas de luta que não sejam produto de sua própria dinâmica. Para o movimento revolucionário não existem receitas teoricamente acertadas; o único critério válido é a luta concreta que praticam as classes revolucionárias. O marxismo, escreveu Lenin, "distingue-se de todas as formas primitivas do socialismo porque não vincula o movimento a uma única forma determinada de luta. O marxismo admite as mais diversas formas; além disso, não as 'inventa', mas limita-se a generalizar, a organizar, a tornar conscientes as formas da luta das classes revolucionárias que aparecem por si mesmas no de-

curso do movimento." E destaca: "o marxismo *aprende*, se assim se pode dizer, com a prática das massas, longe de pretender ensinar às massas as formas de luta inventadas por 'sistematizadores' de gabinete".*

Essas considerações nos remetem necessariamente à questão da guerrilha rural, que a esquerda se colocou a partir da derrota de 1964. Por mais longe que estejam atualmente da concepção estritamente "foquista" – principalmente no que se refere à distinção incisiva entre a luta urbana e rural defendida por Régis Debray –, as organizações revolucionárias do Brasil refletem em muitos aspectos as deficiências dialéticas presentes nas formulações de *Revolução na revolução?*. Isso é certo em especial no que diz respeito à preeminência do critério técnico na orientação da atuação da vanguarda no campo, em detrimento do critério político, equívoco este que mesmo o recurso às contribuições de Mao Tse-tung não foi capaz de corrigir. Ao insistir nos critérios técnicos que envolvem a guerrilha rural, a esquerda brasileira se esquece de que estes critérios são secundários, e isso não significa que não sejam de vital importância para o êxito da operação, mas simplesmente não decidem por si só sua plena realização; para dar um exemplo: a escolha da zona de atuação não pode estar subordinada primeiramente às características topográficas e logísticas, mas sim às condições políticas que prevalecem no local. Conforme dizia Clausewitz: "A subordinação do ponto de vista político ao da guerra seria um absurdo, visto que foi a política que preparou a guerra; a política é a faculdade intelectual, a guerra só o instrumento, e não o inverso." O próprio Clausewitz diferenciava com grande lucidez os níveis de atuação dos critérios políticos e dos critérios técnicos: "A verdade é que o elemento político não penetra profundamente nos detalhes da guerra. Não se colocam senti-

* N.T.: Esta citação é do texto "Guerra de guerrilhas", de 1906, reproduzido em diversos meios e traduções.

nelas e não se manda patrulhar por motivos políticos. Mas a sua influência é completamente decisiva sobre o plano de conjunto de uma guerra, de uma campanha e até mesmo muitas vezes de uma batalha".*

No Brasil, a extensão do capitalismo no campo engrossa constantemente as filas do proletariado agrícola e tende a engendrar tanto uma ação organizada em defesa das reivindicações de emprego e salário, quanto a violência espontânea por questões imediatas de sobrevivência. Nestas condições, o foco guerrilheiro se justifica somente nas regiões em que o trabalho entre as massas não pode prescindir do respaldo das armas. E mesmo nestas regiões é necessário considerá-lo em suas justas medidas, ou seja, não tanto como o embrião de um possível exército revolucionário, mas como o que verdadeiramente é: um instrumento de propaganda armada, que repete, em certa medida, uma experiência familiar na luta de classes brasileira: a Coluna Prestes. Isto não significa que o foco guerrilheiro não possa ser também a base de um exército revolucionário; aferrar-se nisso agora seria, porém, tentar adivinhar o futuro, profetizar que o processo brasileiro será similar ao da China – e para isso deveriam incidir muitos fatores, principalmente a intervenção decidida do imperialismo estadunidense. Por verossímil que pareça essa intervenção, na situação que enfrentamos no momento não o é, nem chegará a sê-lo enquanto não se leve a cabo a tarefa fundamental da vanguarda revolucionária: realizar na prática a frente dos trabalhadores da cidade e do campo.

Caberia ainda assinalar aqui que a identificação da luta armada com a atuação de comandos urbanos e de destacamentos guerrilheiros no campo desconsidera as experiências mais vi-

* N.T.: No texto original não consta a referência da citação. Para a tradução foi utilizada a seguinte edição: Carl Von Clausewitz, *Da Guerra*, trad. de Maria Teresa Ramos, 3ª edição, Martins Fontes, São Paulo, 2010 [1832], p. 872-873.

síveis que, em matéria de violência, foram dadas pela luta de classes nos anos recentes. Além dos conflitos pela terra, que são uma constante em regiões economicamente proteladas ou em processo de assentamento demográfico, a violência de massas se fez presente no Rio de Janeiro, com a greve geral de julho de 1962, bem como em Brasília, em 1964, de forma muito semelhante ao que já é uma tradição no Nordeste: o assalto a mercados nas cidades e povoados no interior pelas massas famintas, que migram em busca de trabalho. Nos dois casos temos ações espontâneas do subproletariado urbano e rural, ações que se esgotam em si mesmas por falta de perspectiva política. A marcha inexorável do capitalismo brasileiro não fará outra coisa que agudizar essa tendência, e a esquerda está obrigada a lhe dar o caráter e a forma de luta conscientemente revolucionária.

Não existe, de fato, nenhuma razão para identificar a luta armada com esta ou aquela forma de atuação da vanguarda, nem muito menos com este ou aquele setor das classes exploradas. A luta armada corresponde a uma forma geral da luta de classes, aquela que se afirma na etapa em que as classes revolucionárias, após adquirir consciência e organização mediante uma série de combates parciais, decidem passar para a ofensiva e arrancar o poder político das mãos do capital. O papel da vanguarda não é o de se antecipar às massas, nem o de tentar dirigi-las em todos seus movimentos, como se fossem regimentos hierarquicamente dispostos. O papel da vanguarda consiste em lutar ao lado dos trabalhadores, onde e como estes se lançam ao combate, esforçando-se em elevar a nível de consciência e desenvolver as formas de organização que eles mesmos encontram. Antes de tudo, seu papel é o de proporcionar às classes revolucionárias uma direção política através da qual as lutas parciais que agora têm lugar se encaminhem progressivamente para o assalto direto do bastião da burguesia.

2. Luta armada e luta de classes

O desenvolvimento recente da esquerda brasileira apresenta duas características principais: de um lado, a ruptura da ideologia reformista e da política de colaboração de classes, e, de outro, o surgimento da luta armada como critério central da ação revolucionária. Ainda que estreitamente vinculados entre si, estes dois fenômenos correspondem a momentos diferentes do processo político e contribuem de maneira específica para conformar a situação que atravessam atualmente as organizações de vanguarda no país. Trataremos de analisá-los aqui, acreditando que toda tentativa de esclarecer a problemática enfrentada pelo movimento revolucionário no Brasil representa um esforço para encaminhar sua solução.

Partido vs. Classe

O reformismo e a colaboração de classes corresponderam às condições do desenvolvimento capitalista brasileiro no período do segundo pós-guerra e às mudanças delas derivadas para as relações de classe. Animada por uma expansão ininterrupta, a economia brasileira esgotou, nesta fase, as possibilidades de industrialização por substituição de importações na esfera de bens de consumo, de modo que o crescimento deste setor passou a estar determinado pelo aumento do mercado interno. As condições existentes para uma acelerada reprodução do capital foram reduzidas, incitando o capital a migrar para o setor da economia em que era possível seguir realizando a substituição de importações: a indústria de bens intermediários, de capital e de consumo duráveis. Este processo se concretizou sem que se modificasse profundamente a estrutura agrária do país e mediante uma participação crescente dos monopólios estrangeiros.

Na primeira etapa da industrialização, ou seja, antes de alcançar a mudança de tendência expressa pela passagem do seu eixo dinâmico para a indústria pesada, observou-se, por um lado, um aumento relativamente significativo do proletariado industrial, fruto da incorporação à produção de trabalhadores recentemente saídos do campo ou deslocados do setor artesanal, e, por outro, um incremento ainda mais acentuado das classes médias, devido à expansão dos serviços públicos e privados. A partir dessa inflexão, a meados dos anos 1950, os traços mais salientes da estrutura social passaram a ser o crescimento do contingente urbano de massas sem trabalho ou com emprego ocasional e a proletarização e pauperização das camadas médias. Ao mesmo tempo, a burguesia industrial, reforçada durante o período, acelerou seu desdobramento interno, conformando duas camadas que passaram a se opor de forma cada vez mais visível: a primeira, vinculada ao grande capital nacional e baseada principalmente na indústria pesada, representava uma fração reduzida, dado seu caráter marcadamente monopolístico, e marchava rapidamente rumo à integração aos grupos estrangeiros; a segunda, representada pelas pequenas e médias empresas e tendo como base exclusiva a indústria leve, formava uma camada mais numerosa e dispunha de uma relativa força política, que foi se debilitando na medida em que o país ingressava na década de 1960.

Essa estrutura social urbana tinha como contraparte uma estrutura agrária caracterizada pelo binômio empresas capitalistas-latifúndios tradicionais, sendo estes últimos dominados por uma classe de grandes proprietários que vivia fundamentalmente da renda da terra. O alto grau de concentração da propriedade territorial fazia com que essa elite se expressasse num grupo social estreito, que descansa sobre uma ampla base de trabalhadores assalariados e pequenos produtores individuais, em geral minifundistas e arrendatários. A subordinação do latifúndio tradicional à economia de mercado tornava mais imprecisa a fronteira

entre o operário agrícola e o pequeno produtor, e o mesmo trabalhador passava periodicamente de uma à outra categoria. A grande disponibilidade de mão de obra assim obtida pelos donos do capital levava a que o aumento da produção agrícola – induzido pela expansão da demanda urbana – fosse alcançado através do emprego extensivo da força de trabalho, o que se traduzia na brutal exploração da população rural. Ao final dos anos cinquenta, sob o influxo da agitação promovida no Nordeste pelas Ligas Camponesas, a imensa realidade desse Brasil agrário começa a influenciar o desenvolvimento das lutas políticas da cidade.

Tais lutas já tinham se fortalecido na primeira metade da década a partir de interesses da burguesia industrial, que se enfrentava com a burguesia agrária no que se refere às prioridades de investimento, repercutindo também no rumo da política cambial e nas decisões sobre o gasto público. Simultaneamente, essa mesma burguesia industrial se dividia em relação à posição a ser adotada frente ao capital estrangeiro, principalmente estadunidense, que incidia então sobre o prometedor campo de investimento representado pelo Brasil. Nos marcos desses conflitos, e provocado em certa medida por eles, irrompeu, no começo da década de 1950, o movimento nacionalista, apoiado com entusiasmo por amplos setores da pequena-burguesia, defendendo um desenvolvimento capitalista autônomo para o país e a concretização das medidas de tipo democrático-burguesas que tal desenvolvimento parecia demandar, entre as quais se destacava a reforma agrária.

Após um momento de vacilação, a principal força de esquerda, o PCB, aderiu ao movimento nacionalista. Defendendo seu conteúdo em termos de uma luta anti-imperialista e anti-feudal, o PCB apontou o caminho pacífico como via, as reformas como instrumento, e a frente única entre a burguesia e o proletariado como garantia. A extrema juventude do proletariado brasileiro enquanto classe, o caráter ainda fluído das contradições entre o trabalho e o capital e as condições favoráveis da conjuntura

econômica fizeram dessa política um êxito: o PCB penetrou facilmente nos setores operários e médios, aumentou sua área de influência e se tornou ao final da década uma peça importante do jogo político brasileiro.

Ao dizer que a política do PCB foi um êxito, estamos partindo exclusivamente da perspectiva do Partido sobre sua participação na luta de classes: seu próprio fortalecimento. Apesar de ter lhe dado prestígio e lhe ajudado a crescer, essa mesma política arrastou o Partido a uma direção que não correspondia aos fins imediatos que se propunha, nem aos objetivos estratégicos que deveriam orientar sua ação, dentro de uma organização marxista. A política nacionalista e reformista expressada pela burguesia industrial e respaldada pelo PCB foi incapaz de impedir a investida do imperialismo sobre a economia nacional e também não conseguiu melhorar as condições de vida das massas rurais. Pelo contrário, foi precisamente no decorrer dos anos 1950 que os monopólios estrangeiros – através dos mecanismos de associação de capitais, do controle financeiro e da subordinação tecnológica – ampliaram e consolidaram sua dominação interna, enquanto o campo se dobrava definitivamente à hegemonia do setor capitalista mais avançado, com sede nas cidades, agravando a exploração dos trabalhadores. Com isso, o PCB não apenas contribuiu para aumentar o poderio do grande capital – fato revelado pelo conteúdo cada vez mais "desenvolvimentista" e menos nacionalista e reformista da política econômica –, mas também neutralizou o aspecto positivo desse processo, isto é, a maior concentração da classe operária, que não pôde se traduzir no surgimento de uma força política independente diante da burguesia. Inversamente, devido ao processo de domesticação levado a cabo pela burguesia com o apoio do PCB, o proletariado foi relegado a uma posição subordinada, tornando-se uma mera força auxiliar, utilizada por algumas frações burguesas em sua luta contra as demais.

A política do PCB, ainda que parecesse um êxito para o Partido, representou na verdade um fracasso se vista a partir dos interesses dos trabalhadores. Havia, portanto, uma contradição entre o ponto de vista do Partido e o ponto de vista da classe. As razões profundas desta contradição têm a ver com a própria natureza da concepção teórica e da prática política reformista, adotadas pelo PCB.

Ao apontar como objetivo imediato a conquista de reformas parciais no sistema de exploração, através das quais a classe reúne condições e acumula forças para, numa segunda etapa, atacar o sistema, o reformismo se torna uma caricatura da estratégia leninista e reflete uma concepção irreal do desenvolvimento capitalista em nossos países. Assim, separa mecanicamente dois aspectos da luta revolucionária do proletariado, que na verdade estão estreitamente vinculados no tempo e no espaço: a mobilização independente e orgânica da classe para alcançar sua finalidade socialista e o isolamento progressivo do inimigo a combater – a burguesia – mediante o afastamento, a neutralização ou a atração para a política operária das classes ou camadas que contribuem para a manutenção da dominação burguesa. O elemento central da estratégia leninista é sempre a formulação e a implementação de uma política operária, de luta pelo socialismo, e o inimigo a ser combatido, em última instância, é a burguesia; ao mesmo tempo, e com caráter tático – ou seja, com o objetivo de reforçar a linha estratégica central –, apresentam-se combates parciais com outras forças que integram o sistema burguês de dominação. Ao perder isso de vista, o reformismo mistura tática e estratégia, confunde meios e fins e acaba por colocar em prática uma política de colaboração de classes que, sacrificando a mobilização independente do proletariado, deixa este sem condução política, entregue ao jogo dos apetites que prevalecem no bloco dominante.

Do mesmo modo que separa o momento tático do tempo estratégico e os vê como duas etapas sucessivas, essa política

distingue mecanicamente as formas de exploração contidas no sistema capitalista, denominando-as de feudais, capitalistas e imperialistas, de acordo com sua aparência. Não se preocupa em conhecer os nexos reais que essas formas mantêm entre si, nem em determinar o princípio que as articula. Pelo contrário, agarra-se na abstração de um sistema capitalista puro, num modelo ideal que não tem relação com nenhum sistema capitalista concreto existente, o que leva o reformismo novamente a distinguir etapas sucessivas naquilo que coexiste em um só tempo, desdobrando então seu plano de luta em vários tempos. Entre o equívoco teórico e o desvio prático existe uma simbiose, cujo resultado é deixar os velhos partidos comunistas caminhando a uma distância cada vez maior da linha que demarca o campo da ação revolucionária.

Do seio da luta de classes e frente ao vazio de condução vivido pelas classes trabalhadoras brasileiras surge a força que se propõe a realizar essa ação: a esquerda revolucionária. Esta aparece, inicialmente, como uma prática política que, sem sair ainda do marco institucional, move-se para além do controle da esquerda reformista – como no caso das Ligas Camponesas – e se afirma como gérmen da contestação ideológica ao reformismo – cujo primeiro fruto orgânico é a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), criada no início dos anos 1960. A princípio sem relação entre si, essas duas tendências se aproximam posteriormente, mas não chegam a se fundir, e têm seu desenvolvimento favorecido pela Revolução Cubana, apesar de não terem derivado dela. Suas raízes profundas devem ser buscadas na própria dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil e seu desenvolvimento posterior na crise conjuntural na qual o país ingressa a partir de 1962. Obviamente, os dois fenômenos não são excludentes: é a crise conjuntural que revela a essência do capitalismo brasileiro e permite o estabelecimento das bases de uma teoria revolucionária, que dará o marco do desenvolvimento da nova esquerda.

Acumulação e luta de classes

O que o desenvolvimento capitalista brasileiro expõe nitidamente, nos anos 1960, é o fato de que se realiza com base num processo de acumulação de capital levado a cabo em condições marcadamente monopolísticas dos meios de produção, condições estas agravadas pelos efeitos da incorporação de tecnologia poupadora de mão de obra, importada dos países capitalistas centrais. Isto provocou uma concentração acelerada da riqueza no polo capitalista da sociedade e desemprego, subemprego e pauperismo no polo que corresponde ao trabalho, engendrando uma situação contraditória, na qual o crescimento do excedente econômico passível de ser investido é acompanhado de uma retração relativa das possibilidades de investimento. A crise conjuntural de 1962 foi a primeira expressão desse processo; a política econômica do regime militar implementado em 1964, assim como o próprio regime, representaram a segunda expressão, através da qual o grande capital buscou submeter ao seu controle a luta de classes desencadeada por essa forma de acumulação.

Para compreender o sentido da dinâmica social brasileira no começo da década de 1960 é preciso considerar inicialmente a situação da burguesia. A diferenciação dos setores de produção – motivada pelo desenvolvimento da indústria pesada – e a associação progressiva dos grupos burgueses vinculados a esta indústria com o capital estrangeiro apenas expuseram a estratificação interna da classe. Até então, a acumulação capitalista tinha se baseado na exploração extensiva da força de trabalho, pela incorporação de mais trabalhadores na produção e pela extensão da jornada de trabalho. O motor da acumulação era a mais-valia absoluta[38] e o

38 É útil retomar aqui a ideia de que a produção e acumulação capitalistas têm como mecanismo fundamental a criação de mais-valia, sendo que a mais-valia expressa a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e a parte do mesmo que lhe é devolvida, devolução esta que geralmente toma a forma de

marco no qual se levava a cabo era a concentração de capital, de modo que a partilha da mais-valia total estava determinada pela dimensão do capital investido, permanecendo assim dentro dos limites aceitáveis para os diferentes estratos burgueses.

A introdução de novas técnicas de produção – que acompanhou o duplo fenômeno do surgimento da indústria pesada e da penetração massiva de capitais estrangeiros – transformou essa situação: incidindo diretamente na produtividade do trabalho, proporcionou uma mais-valia extraordinária aos grupos burgueses que participaram desse processo. A consequência disso foi acelerar a concentração de capital em benefício desses grupos e em detrimento daqueles que seguiram utilizando tecnologia tradicional.

No entanto, isso não se traduziu de imediato em fortes tensões internas, o que se deve a duas razões. Primeiramente pelo fato de que o desenvolvimento alcançado pelo grande capital – principal beneficiário da nova tecnologia – centrou-se em esferas diferentes daquelas em que atuavam os pequenos e médios capitais, pois se dirigiu, como já foi dito, aos setores onde se abriam maiores possibilidades de substituição de importações e, portanto, de mercado; sendo assim, o grande capital criou novas

---

salário. Desde outro ponto de vista, a mais-valia corresponde à parte da jornada de trabalho na qual o trabalhador, tendo produzido um valor igual ao dos bens necessários para sua subsistência (tempo de trabalho necessário), trabalha gratuitamente para o capitalista (tempo de trabalho excedente).

Quando a mais-valia aumenta, altera-se a relação entre esses dois tempos da jornada de trabalho, isto é, cresce a parte do tempo de trabalho excedente; denomina-se de absoluto esse aumento da mais-valia quando implica no aumento da jornada de trabalho, e de relativo quando, sem que se altere necessariamente a jornada, diminui o tempo de trabalho necessário. É possível identificar ainda uma modalidade de aumento da mais-valia que se origina da redução do salário que não corresponde a uma diminuição real do tempo de trabalho necessário. Este caso tende a ser excepcional nos países avançados, mas tem um caráter generalizado nos países capitalistas dependentes, como o Brasil, onde existe uma situação de superexploração do trabalho. No texto, apenas para simplificar, toma-se a expressão "mais-valia absoluta" também para designar esta última modalidade.

oportunidades de expansão aos capitais de menor porte – como ocorreu, por exemplo, com a indústria automotiva, que deu suporte para o surgimento de empresas de autopeças cuja dimensão não ia além da média. A segunda razão residiu em que, mesmo quando o grande capital atuou na mesma esfera que os demais, não buscou remover os capitais de menor capacidade produtiva: limitou-se a realizar a mais-valia extraordinária, ou seja, aumentou sua taxa de lucro sem ameaçar a sobrevivência das empresas à reçaga; assim, por exemplo, no setor têxtil o leque salarial existente não variava significativamente segundo o tamanho e o grau de composição técnica da produção das empresas, e também não variavam os preços dos produtos no mercado.

Desta forma, apesar de que a nova etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro se caracterizasse por uma acelerada concentração de capital a favor de uma reduzida fração da burguesia, seus efeitos secundários permitiam que a burguesia em conjunto aproveitasse essa expansão, disfarçando para os demais setores burgueses a posição desvantajosa na qual se encontravam. A euforia desenvolvimentista da segunda metade da década de 1950 refletiu essa situação e possibilitou que o enfrentamento entre as diversas camadas burguesas se fizesse num clima de cordial liberalismo. O mesmo governo que com uma mão prestava favores ao movimento nacionalista, permitindo que este se cristalizasse ideologicamente (através de instituições como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB –, criado por Juscelino Kubitschek), com a outra mão abria completamente as portas da economia nacional para o capital estrangeiro (por exemplo, ao dar plena vigência para a Instrução 113, que concedia amplas facilidades e vantagens para os investimentos estrangeiros). Por outro lado, na medida em que o capitalismo era ainda capaz de criar novos campos de investimento, a questão das reformas permanecia em segundo plano para a consciência burguesa, o que impediu que se tomasse qualquer iniciativa neste sentido.

Mais que secundários, porém, os efeitos da concentração de capital eram passageiros e acabariam por colocar a economia numa encruzilhada. Por certo, a concentração não provocava apenas uma drenagem de mais-valia para a fração da burguesia assentada na indústria pesada: implicava também, como vimos, que essa grande burguesia aumentasse seus lucros sem mudar a forma de produzir que as condições técnicas das empresas à reçaga estabeleciam; com isso, permanecia bloqueada a transformação da mais-valia extraordinária em mais-valia relativa – única maneira de elevar o nível de acumulação em conjunto – e também se impedia a própria reprodução ampliada do sistema. Chegado um certo momento, os mecanismos de reprodução do capital vigentes no sistema se revelariam irreconciliáveis e surgiria a necessidade de homogeneizar as formas de exploração do trabalho em toda a economia.

Pois bem, a dinâmica específica da indústria leve apresentava uma tendência rigorosamente oposta. Frente à maior capacidade do grande capital para se apropriar de porções crescentes da massa total de mais-valia, as camadas burguesas inferiores reagiam mediante a elevação da mais-valia absoluta (isto é, intensificando a superexploração do trabalho); embora isso beneficiasse o grande capital, dava àquelas camadas algumas vantagens, dado que, pelo próprio fato de ter uma tecnologia inferior, empregavam mais mão de obra. Assim, ao tratar de estender ao conjunto da economia seu modo de acumulação, o grande capital iria se chocar com a resistência tenaz dos grupos vinculados às pequenas e médias empresas.

O conflito não demoraria em ser deflagrado. O comportamento dos grupos pequenos e médios fazia com que a indústria leve se mostrasse incapaz de criar condições dinâmicas para a realização da produção da indústria pesada, o que se tornou um fator limitativo da expansão desta indústria, impedindo inclusive que evoluísse para formas de produção mais sofisticadas.

Restringidas suas possibilidades de investimento neste campo, o grande capital se voltou para trás, buscando-as no setor onde a margem de aumento da mais-valia relativa ainda era muito alto: a indústria leve. A própria dialética da acumulação capitalista levava, portanto, a passar de uma fase acelerada de concentração de capital a uma fase de centralização, ameaçando a posição das empresas menores e rompendo a complementariedade de interesses que tinha prevalecido até então entre as diversas frações da burguesia.

A conjuntura política registrou essa situação de forma aparentemente contraditória, quando, passada a euforia desenvolvimentista da década de 1950 e a derrota eleitoral das correntes dirigidas pelo reformismo, constituiu-se, no início de 1961, o governo de Jânio Quadros. Apoiado por um conjunto heterogêneo de forças, Jânio procurou conformar um poder bonapartista, capaz de se impor como árbitro da política nacional. Entretanto, como se verifica sempre nestes casos, a linha central da ação governamental iria corresponder aos interesses da grande burguesia no sentido de fazer avançar a centralização de capital, promovendo simultaneamente a integração definitiva do grande capital nacional ao capital estrangeiro. Por outro lado, o governo manifestaria sua intenção de reformar as estruturas da economia brasileira, ressaltando, porém, que o faria sem aceitar qualquer tipo de pressão das massas.

É neste momento que começa a reação dos grupos burgueses não favorecidos por essa política. Por um lado, farão oposição ao governo com base nas posturas nacionalistas, com o objetivo de dificultar a integração ao capital estrangeiro, e, por outro, necessitados do apoio das classes populares, buscarão frear a afirmação política de Jânio através do estímulo às pressões das massas por melhorias econômicas e políticas. A divisão das forças burguesas favorecia assim o movimento de massas, que alcançaria um dinamismo crescente e se traduziria no fortalecimento do reformismo.

Este fortalecimento era, no entanto, enganoso. A forma como as diferentes frações da burguesia tinham se beneficiado da industrialização gerava desvantagens evidentes para as massas trabalhadores e até mesmo para as classes médias. Além da deterioração constante do nível de vida – resultado necessário do aumento da mais-valia absoluta –, o nível de emprego também foi afetado. Por certo, a restrição das oportunidades de emprego nas áreas em que o grande capital havia generalizado o uso de técnicas mais sofisticadas de produção foi apenas em parte compensada pela expansão das pequenas e médias empresas. A própria concentração de capital em favor das unidades com maior composição técnica da produção fez com que, mesmo no período de maior euforia desenvolvimentista, a força de trabalho fosse arrancada de suas condições vegetativas de subsistência e começasse a gravitar em quantidades sempre maiores ao redor do capital, sem encontrar oportunidades suficientes de inserção no aparelho produtivo. Este fenômeno, que caracterizava o conjunto da economia brasileira e que incidia também no campo, foi responsável pelo aumento vertiginoso de massas sem trabalho ou com emprego ocasional.

O dinamismo febril verificado na economia industrial – resultado dos investimentos que o desenvolvimento do grande capital criava para si e para as camadas inferiores de capitalistas – ocultou a gravidade do fenômeno, já que permitia a inserção no sistema produtivo de um ou mais membros das famílias. Contudo, e tal como já foi dito, a estreita correspondência entre o desenvolvimento do grande capital e o processo de concentração fez com que os grupos burgueses à reçaga se valessem com força sempre crescente do mecanismo da mais-valia absoluta, no que foram acompanhados pelos setores agrários. O grau de exploração do trabalho tendeu assim a se intensificar, principalmente nas zonas rurais, onde era menor o poder de barganha dos trabalhadores.

No momento em que a concentração do capital acentuou também a centralização, houve uma maior pressão burguesa sobre as massas no sentido de aumentar a mais-valia absoluta, além de estender a restrição das oportunidades de emprego a todos os setores como resultado da perda de dinamismo da economia. As contradições de classe se agudizaram, o que se expressou politicamente na campanha eleitoral de Jânio Quadros e na derrota sofrida pelas correntes reformistas na eleição presidencial de 1960.

A derrota do reformismo evidenciou um fato de grande transcendência, que seria exacerbado rapidamente: as massas trabalhadoras começavam a superar as reivindicações propriamente burguesas, ganhando cada vez maior autonomia de ação. Ao contrário do que então acreditava o reformismo, o apoio popular à candidatura de Jânio não foi apenas o fruto de uma confusão provocada pela demagogia deste personagem, mas significou também o resultado da busca de expressão política por parte das massas. De fato, o entusiasmo que o reformismo tinha colocado no nacionalismo foi captado pelas massas como o que realmente era: a expressão ideológica do conflito inter-burguês, cuja resolução não lhes abria grandes perspectivas. Carentes de outra alternativa, as massas se dirigiram a Jânio Quadros, e este, respondendo aos imperativos do grande capital no sentido de romper os limites que travavam sua expansão, enfatizava a necessidade de reformas estruturais.

Com base na ampla mobilização que se deu após a renúncia intempestiva de Jânio, a ascensão de Goulart para a presidência em 1961 tomou a forma de um auge reformista, mas estava marcada, na verdade, pela crescente radicalização das massas. Com isso, configurou-se uma situação na qual as tentativas do reformismo para conter as massas dentro do marco nacionalista terminaram tendo que incorporar também suas reivindicações econômicas. Os setores da burguesia que tinham apoiado Gou-

lart aos poucos foram percebendo isso e começaram a retirar seu apoio, o que levou o governo a depender cada vez mais da dinâmica do movimento de massas. A radicalização de correntes reformistas, principalmente daquelas que se identificaram com a liderança de Leonel Brizola, acabou por aproximá-las cada vez mais da força que buscava representar seus interesses mais legítimos, isto é, a jovem esquerda revolucionária.

A nova esquerda

Considerando exclusivamente as forças que seguirão tendo um papel importante ao longo da década de 1960, o espectro dessa esquerda era bastante variado no momento do golpe militar de 1964. Além da Polop, é preciso destacar a Ação Popular, que agrupava os católicos de esquerda; o Partido Comunista do Brasil (PC do B), uma ruptura do PCB que adotou uma posição pró-China – mais por razões de sobrevivência que de princípios –; e uma corrente nacionalista de esquerda, expressada principalmente por Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul. As Ligas também chegaram a se organizar no Movimento Radical Tiradentes, mas entraram rápida e progressivamente em processo de desintegração.

A característica geral de todas essas tendências era a de abrir vias orgânicas para a polarização à esquerda que se produzia no movimento de massas, principalmente nos setores de classe média, o que deu uma posição privilegiada em todas elas a elementos provenientes da pequena-burguesia, principalmente estudantes, profissionais liberais e militares. Entretanto, tal hegemonia pequeno-burguesa não deve ocultar o fato de que, em maior ou menor grau, essa esquerda se vinculava a setores importantes de camponeses, no Nordeste e no Centro-sul; a frações das massas urbanas sem trabalho ou com emprego ocasional, no Centro-oes-

te; e às camadas subalternas das forças armadas, como os sargentos e, mais significativamente, os marinheiros. Essa base chegava inclusive à média burguesia e, onde era menor o controle do PCB, à própria classe operária.

Estavam dadas, de fato, as premissas de um amplo movimento revolucionário, com sua própria base e sua vanguarda política. É compreensível, portanto, que, ao ver o golpe militar consumado – e com notável facilidade –, essa vanguarda política e as próprias massas se perguntassem, perplexas, como isso tinha acontecido. A primeira resposta – a crítica à política do PCB – tinha obviamente sua validez, em particular pelo efeito inibitório que tal política exerceu sobre a classe operária. Mas não era suficiente, sobretudo se consideramos que, até o momento do golpe, o PCB, por mais questionado e combatido que fosse, entrava na conta da esquerda revolucionária, principalmente como fator de contenção da direita. A leviandade com que se apresentou o PCB como único culpado da derrota teria efeitos sumamente negativos no posterior desenvolvimento da esquerda revolucionária, pois fechou o caminho para uma discussão mais profunda sobre seus próprios erros.

Uma segunda linha de explicação está baseada na divisão que reinava então entre as filas da esquerda. Em certa medida, trata-se de um fato real. Somente vistas em sua perspectiva histórica, as correntes políticas mais poderosas em termos de mobilização popular podem ser incluídas na esquerda revolucionária: no decorrer dos acontecimentos que precederam o golpe, Brizola enfrentava a desconfiança por parte da esquerda revolucionária, enquanto seu mais leve deslocamento para a esquerda gerava uma desconfiança análoga nos mais centristas.

Ainda assim, por graves que fossem os problemas criados pelo sectarismo, não se pode exagerar seu alcance. No terreno da prática política, essa atitude se desvanecia em ampla medida, permitindo que se conformassem os dois grandes blocos em que se

dividia a esquerda naquele então: reformistas e revolucionários. Neste sentido, os enfrentamentos intergrupos dentro do bloco revolucionário, apesar de minar sua eficiência, não impedia sua influência no curso dos acontecimentos, do mesmo modo que o conflito interblocos não privava a esquerda em seu conjunto de estar presente no plano político. Sobre este ponto, basta lembrar a expressão de coexistência pluralista representada pela Frente de Mobilização Popular, autêntico parlamento das esquerdas, assim como as ações comuns que puderam construir em circunstâncias críticas, como, por exemplo, em outubro de 1963, quando Goulart tentou declarar o Estado de Sítio.

As razões do fracasso da esquerda para enfrentar essa conjuntura política devem ser buscadas mais a fundo, visando a permitir a compreensão do por que a esquerda revolucionária não foi capaz de contrabalançar o peso do reformismo e encarar com êxito o golpe militar. Em última instância, essas razões se reduzem à incapacidade de captar a essência do processo que a esquerda estava vivendo e afirmar uma estratégia global de ação. Na medida em que visualizaram aspectos parciais desse processo com perspectivas limitadas, as diferentes forças da esquerda tenderam a se posicionar antagonicamente na luta de classes, sem poder constituir o bloco unido que a situação criada em 1964 exigia.

Já dissemos que o fator principal que caracterizava a conjuntura brasileira no início da década de 1960 foi a irrupção do movimento de massas na vida política, onde até então a burguesia reinava soberanamente. Este fato tinha como consequência o fortalecimento do reformismo, entendido como a tendência que busca se afirmar na esfera da política burguesa com base na dinâmica das classes exploradas. Mas a recíproca era também verdadeira: a aceleração da dinâmica de massas retirava do reformismo qualquer viabilidade como fórmula de solução aos problemas apresentados pela luta de classes e apontava necessariamente

rumo a uma saída revolucionária. A tarefa da esquerda consistia em facilitar essa transição, proporcionando ao movimento de massas a condução política necessária.

Entre os grupos que tentaram criar essas condições se destaca sem dúvida a Polop. Por um lado, a Polop realizou um sério trabalho de formação de quadros, que beneficiou amplamente a maioria das organizações que atuam hoje no Brasil. Por outro lado, sua elaboração teórica e sua luta ideológica contra o reformismo tiveram considerável influência nas concepções da maioria dessa organizações, além de ter contribuído na onda de rupturas que o PCB sofreu por volta de 1967. Se tais razões não bastassem para justificar seu estudo, ainda há outra, mais decisiva: ao pretender sistematizar um corpo de ideias sobre a revolução brasileira, a Polop analisou melhor que qualquer outra organização os principais aspectos da concepção que fundamentava a prática política das diferentes forças e abriu uma tradição teórica que marca profundamente a atual esquerda revolucionária do Brasil, inclusive em seus desvios. Os elementos centrais a serem considerados seriam basicamente os seguintes: a) a questão do caráter da revolução brasileira; b) a determinação das classes revolucionárias e seus aliados; e c) a forma que assumirá o processo revolucionário nas condições concretas do país.

Em relação ao primeiro ponto, coube à Polop defender pela primeira vez o caráter socialista da revolução brasileira, iniciando uma discussão que permanece vigente na esquerda através da atual controvérsia entre revolução socialista e revolução de libertação nacional. Naquele então, a posição da Polop era no sentido de questionar diretamente a concepção reformista que, ao falar de revolução anti-imperialista e anti-feudal, dava à revolução um caráter democrático-burguês. Desta concepção se derivava a tese reformista da frente única entre a burguesia e a classe trabalhadora, principal alvo dos ataques da Polop, que percebia claramente que, pelas condições de atraso político do proletariado, essa

frente conduziria à inevitável subordinação da classe à política burguesa.

Não insistiremos aqui no ultra-esquerdismo da Polop, que, para retirar do reformismo seu principal ponto de apoio – isto é, o conceito de burguesia nacional anti-imperialista e anti-feudal –, acabou por desconhecer os conflitos internos que estavam se produzindo dentro da classe burguesa. Por certo, se isso muitas vezes impediu que a organização aproveitasse a conjuntura política, foi mais um erro tático que estratégico. Logo aquele conceito seria negado pelos próprios acontecimentos de 1964, e as contradições interburguesas, assim como os conflitos entre a burguesia e o imperialismo, mostraram sua verdadeira essência: fatores secundários que apenas um movimento revolucionário maduro pode explorar em benefício próprio.

Mais importante para a ação prática naquele então – e para o desenvolvimento futuro da esquerda revolucionária – foi o fato de que a Polop tenha aceitado a concepção generalizada em toda a esquerda sobre a forma do processo revolucionário, que privilegiava a cidade em relação ao campo e concebia esse processo como uma insurreição de massas dirigida pela classe operária. A aceitação dessa concepção influenciou definitivamente a prática da Polop, e isso em dois sentidos.

Em primeiro lugar, impediu que a organização se preocupasse com seu próprio aparelho armado. Do seu ponto de vista, a luta armada foi entendida sempre como um levantamento das massas urbanas, apoiadas pelas camadas militares inferiores. Não previa a possibilidade de luta prolongada, que envolveria necessariamente um aparelho militar partidário, capaz de desencadear ações de guerrilha urbanas e rurais. O máximo que alcançou a organização foi a previsão de uma estrutura semiclandestina, que lhe permitiu ser a única força capaz de continuar operando com relativa eficiência no período imediatamente posterior ao golpe militar.

Em segundo lugar, essa perspectiva estratégica, na medida em que focava somente a inserção na classe operária, fez com que a Polop centrasse sua atuação precisamente no terreno que lhe era mais desfavorável: o proletariado industrial das grandes cidades, onde eram fortes as posições do PCB. A organização facilitou assim sua própria neutralização e não soube tirar partido daquilo que a experiência estava relevando, isto é, que progredia mais rapidamente em setores como o campesinato, os estudantes e os operários não organizados, subempregados ou desempregos, principalmente quando estes últimos se situavam fora do eixo Rio-São Paulo mais industrializado. Somente nas forças armadas, onde a influência do PCB estava em declínio ou era inexistente, a Polop alcançou certo êxito, ainda que disputasse esse terreno com Brizola.

Sem dispor de aparelhos armados e carentes de uma base significativa nas massas, a Polop teve que se fechar em seus princípios para conseguir se afirmar entre a esquerda. Assim, suas relações com as outras forças estiveram marcadas por uma grande intransigência, próxima ao dogmatismo e inquestionavelmente sectária. Com isso, sua bandeira tática imediata – a frente política revolucionária, capaz de contrabalançar o peso do reformismo – ficou seriamente prejudicada.

Os princípios políticos que não alcançam uma concretização prática acabam por deixar de ser um guia para ação e se tornam fatores inibidores. É por isso que, mesmo defendendo corretamente a necessidade de uma frente da esquerda revolucionária – que incluísse todas as organizações e tendências à esquerda do PCB –, somente numa escala muito reduzida a Polop contribuiu efetivamente para a formação desta frente. Sua escassa força política dificultou a aplicação da linha de construção de uma frente, seja porque reduzia o alcance de sua influência, seja porque gerava na própria organização uma sensação de insegurança. No entanto, a principal limitação da Polop para favorecer a aglutinação

da esquerda revolucionária – e esta era a única alternativa para enfrentar as manobras golpistas da direita – foi fruto da incapacidade de aprofundar seus acertos teóricos e transformá-los numa estratégia global de ação, que respondesse às exigências da luta de classes nos planos político e militar.

Ao afirmar o caráter subordinado do movimento camponês em relação à cidade, a Polop manteve como premissa o que era na verdade um resultado. A radicalização dos trabalhadores do campo, mesmo sendo determinada pela marcha das contradições engendradas pela acumulação de capital na indústria – como bem notava a Polop –, era mais acentuada que a radicalização das massas urbanas, por várias razões. De início, era no campo que a exploração do trabalho apresentava características mais brutais, já que os donos de terra e empresários capitalistas, em sua cobiça frente à expansão da demanda urbana, buscavam arrancar do trabalhador assalariado e do pequeno produtor um excedente econômico sem relação com o aumento real da produção. A interferência crescente de intermediários na drenagem dessa produção para o mercado urbano tinha sua contrapartida na captação de parte significativa da mais-valia pela burguesia mercantil e incitava os latifundiários e empresários a se ressarcir dessa perda, descarregando-a sobre o camponês. Mesmo quando o pequeno produtor cedia sua produção diretamente aos grupos mercantis, a situação não melhorava, dada a debilidade de sua posição.

As reinvindicações da massa camponesa, tanto para a supressão do pagamento da renda da terra quanto em relação ao salário e ao emprego – reinvindicações frequentemente mescladas devido à fluidez das fronteiras entre o operário agrícola e o pequeno produtor –, desencadeavam-se com singular vigor e se radicalizavam rapidamente. Esta radicalização em parte era consequência da rigidez das estruturas de dominação no campo, que tornava qualquer reivindicação fonte de violentos conflitos. Mas era resultado também do fato de que os trabalhadores rurais, em

contraste com os operários da cidade, não tiveram até então nenhum participação política, ficando assim à margem da dominação ideológica e institucional que a burguesia tinha imposto na cidade. Neste sentido, o movimento camponês vinha marcado pela grande combatividade, porém praticamente sem passado político. Defender de imediato sua aliança com a classe operária era uma abstração, ainda mais irrealizável na medida em que se pretendia dirigir tal aliança a partir das concentrações operárias das grandes cidades. Insistir nesta formulação, como fez a Polop, era se esquivar do trabalho concreto de organização das massas rurais – um trabalho que, como a experiência revelava, deveria ser realizado em termos eminentemente locais.

O mesmo caráter abstrato de suas posições, que impediu o aproveitamento das potencialidades do movimento camponês, fez com que a Polop ficasse à margem do movimento operário. Já assinalamos que a organização escolheu como campo de batalha precisamente o terreno que o PCB, junto com a máquina governamental, tinha conseguido ocupar. Contudo, a obstrução que o reformismo representava para a inserção da Polop no movimento operário podia ser driblada de duas formas: através do trabalho político nas camadas mais baixas do proletariado, como os trabalhadores da pequena indústria e as massas urbanas sem trabalho ou com trabalho ocasional, nos grandes centros, e através da mobilização dos trabalhadores das zonas industriais periféricas, em particular no Nordeste e no extremo Sul.

A subestimação da população subempregada ou desempregada foi um equívoco imperdoável. A confusão se deve essencialmente ao propósito deliberado da ideologia burguesa de apresentar essa parte do proletariado como uma "massa marginal", que estaria "cercando" as cidades em busca de sua "integração" ao sistema. As aspas se justificam se consideramos que essa massa nasce do próprio movimento da acumulação de capital e segue vinculada a esse sistema que gera desocupação por todos lados.

Não é preciso recorrer a argumentos de ordem teórica para desmitificar tal produto da ideologia burguesa: a simples constatação empírica nos mostra que uma porção significativa dessa massa está constituída por operários não qualificados, cujo trabalho se concentra na construção civil e em pequenas empresas – ou formam um exército de reserva para estes setores –, e que outra parte importante se destina à prestação de serviços mal remunerados, principalmente de caráter doméstico. É certo que o grau de miséria material e moral que prevalece nesta camada a torna mais propensa que qualquer outra a passar ao lumpemproletariado; mas não é menos certo que o que aparece como delinquência ou vício é a manifestação da violência e do desespero, o que a situa, por isso mesmo, na antessala da revolução.

O outro flanco, talvez mais decisivo, que a classe operária abria para a inserção da esquerda revolucionária estava formado, como dissemos, pelos trabalhadores industriais dos centros periféricos, tanto do ponto de vista geográfico como econômico. Inseridos em subsistemas de produção, submetidos a uma constante drenagem de mais-valia em benefício do complexo industrial do eixo Rio-São Paulo, os operários desses centros eram objeto de uma exploração mais forte, ao mesmo tempo que sofriam em menor grau a tutela dos controles burocráticos do governo e do PCB. Ofereciam assim uma maior permeabilidade para a influência da esquerda revolucionária, mas sua importância ia além disto: devido ao caráter local do trabalho camponês e ao fato de que este se realizasse em geral a partir dos centros urbanos mais próximos, os operários dessas zonas tendiam a ser o instrumento por excelência para concretizar a unidade operário-camponesa; era particularmente o caso do Nordeste e, em certa medida, o de Minas Gerais e do Centro-oeste. Por outro lado, representavam um fator de importância decisiva no marco de uma correta estratégia militar para a revolução brasileira, como ocorria principalmente com a região Sul.

Para compreender essa última afirmação, é útil considerar que o processo brasileiro apresentou traços próximos à concepção insurrecional da Polop, tais como a crescente mobilização da classe operária e as rebeliões militares, chegando até – no levantamento dos marinheiros, em março de 1964 – a uma confraternização entre trabalhadores e militares que permitiu a imprensa burguesa evocar o fantasma dos sovietes. Ainda assim, estava longe de serem verdadeiros sovietes e as semelhanças que o Brasil de então poderia ter com a Rússia de 1917 eram mais aparentes do que reais. Deixando de lado as inúmeras diferenças, a especificidade da realidade brasileira residia num elemento essencial: o proletariado industrial da zona mais desenvolvida – o triângulo Rio-São Paulo-Minas – não somente seguia controlado pelos reformistas, como tinha sido cercado por um dispositivo militar e civil cuidadosamente preparado pelos setores que articulavam o golpe militar. E tiveram importantes razões para isso.

Condicionadas pelas estruturas econômicas e sociais, as crises políticas normalmente repetem sua configuração geral, até transformar a base objetiva que as determina. Na ocasião da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, as forças armadas tinham ensaiado um golpe de Estado para impedir a posse de João Goulart na presidência, golpe que se viu frustrado pelo levantamento encabeçado por Brizola – com o apoio de parte do exército do extremo Sul – e pela debilidade das posições golpistas no triângulo central. O ano de 1961 pode ter sido o 1905 da revolução brasileira, mas foi a burguesia que aproveitou a situação. Em abril de 1964, os militares se apoiaram firmemente no triângulo central, contando com a solidariedade ativa dos governos estatais, e se dispuseram a enfrentar a resistência do Sul.

O êxito da manobra mostrou de imediato que era efetivamente a partir do Sul que se poderia deflagrar a guerra civil no país e todas as atenções se concentraram nesta região. Foi quando ficou evidente a debilidade da posição estratégica da esquerda:

por não ter explorado as possibilidades revolucionárias do Sul, a iniciativa ficou nem mesmo nas mãos de Brizola, mas nas de Goulart, o único que – dado o grau de consciência das massas – poderia ter reivindicado a legalidade constitucional para deslegitimar o golpe de Estado. Goulart não o fez e o golpe triunfou.

Os militares não estavam sequer há um mês no poder quando se iniciou a virada estratégica da esquerda revolucionária. Mais uma vez, coube à Polop se adiantar aos acontecimentos que marcariam a dinâmica da esquerda nos anos seguintes. No documento emitido por sua direção nacional ao final de abril de 1964, a organização defendia a guerra de guerrilhas como o caminho a seguir após a mudança política verificada, ao mesmo tempo em que direcionava seus recursos para instalar no país o primeiro foco guerrilheiro. A esquerda revolucionária brasileira havia entrado numa nova etapa.

Rumo à luta armada

A reconversão da estratégia das organizações da esquerda revolucionária rumo à guerra de guerrilhas e o prestígio que esta forma de luta ganhou entre as bases radicalizadas do PCB ocorreram muito rapidamente para que implicasse um real amadurecimento político e uma revisão efetiva dos marcos teóricos manejados até então. Em ampla medida, a mudança representava um movimento de autodefesa: em choque com a ditadura aberta do grande capital nacional e estrangeiro, insegura sobre sua própria força, desmoralizada frente ao proletariado – e, ao mesmo tempo, decepcionada porque o proletariado, sem condução política, não tinha reagido ao golpe de Estado –, a esquerda revolucionária descarregou toda a responsabilidade dos acontecimentos sobre o reformismo, em particular sobre a direção do PCB, protegendo-se então sob o escudo da luta armada. Caiu assim no mesmo dog-

matismo que a Polop tinha utilizado antes. Em última instância, a desconexão com o movimento de massas e as novas dificuldades para superar esta separação decorrentes da repressão governamental levaram a esquerda revolucionária a renunciar ao trabalho imediato de organização da resistência operária e camponesa contra a política de superexploração que o governo aplicava, tomando o foco guerrilheiro como tarefa política central.

Dissemos que isso não gerou uma revisão radical de suas bases teóricas. De fato, o terreno já estava preparado pela forma como a Polop utilizou a Revolução Cubana contra o reformismo, esforçando-se simultaneamente por legitimar sua própria concepção insurrecional. A Revolução Cubana se apresentou, nesta perspectiva, como um processo no qual o foco guerrilheiro aparecia como um catalisador do movimento urbano de massas, e era coroada com a insurreição operária expressa na greve geral. Uma vez que o objetivo do foco era o proletariado industrial, e não o campesinato, este ficava relegado, no esquema geral, a uma simples zona social de inserção da guerrilha; desta forma, a dinâmica própria do movimento camponês era subestimada e se colocava pouca ênfase na lógica interna da guerra de guerrilhas, entendida como uma forma de guerra civil revolucionária e, portanto, como manifestação superior da luta de classes. Ao contrário, o foco guerrilheiro era tomado como um elemento de exemplo para o movimento de massas e, na visão particular da Polop, como um fator de coesão das vanguardas revolucionárias dispersas.

Era compreensível, então, que a preparação do foco guerrilheiro assumisse o caráter de uma empreitada eminentemente técnica. Para enfrentá-la, a esquerda revolucionária, não tendo desenvolvido seus próprios aparelhos armados, dependeria dos quadros formados no interior do aparelho militar do Estado, e os encontraria disponíveis em certa medida, em virtude da depuração que o governo realizou dentro desse aparelho. A vantagem inicial da Polop, até 1965, consistiu precisamente em poder

contar com esses quadros, o que lhe deu uma margem de superioridade sobre as demais organizações. Estas não demorariam, porém, a entrar na disputa, o que acabou sendo favorável para a corrente nacionalista revolucionária de inspiração brizolista.

O Movimento Nacional Revolucionário, dentro do qual se organizaram os grupos brizolistas, foi criado em 1966 e era formado essencialmente por ex-militares – principalmente sargentos e marinheiros, expulsos das forças armadas após o golpe de Estado – e por elementos civis de classe média, em geral profissionais liberais e estudantes. Quase toda a esquerda revolucionária e até mesmo setores inteiros do PCB o apoiaram imediatamente. Seu objetivo central – e se poderia dizer, sem exagerar muito, sua plataforma política – era a instalação do foco guerrilheiro, destinado a iniciar a luta armada contra o regime. A tese difundida pela Polop – no sentido de que o foco guerrilheiro deveria atuar no núcleo da economia industrial brasileira para cumprir melhor seu papel de catalisador do movimento das massas urbanas – e os estudos exploratórios realizados por esta organização fizeram com que a zona escolhida fosse a Serra do Caparaó, localizada na fronteira dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A guerrilha de Caparaó teve grande publicidade a meados de 1967, quando, detectada prematuramente pelos serviços da repressão, foi cercada pelas forças armadas e se rendeu sem enfrentamento. A insuficiente preparação dos participantes, o caráter inóspito da região, a falta de disciplina e organização, a ausência de apoio logístico e de trabalho político no local foram alguns dos fatores assinalados para o fracasso da empreitada do MNR. Dali se derivaram algumas consequências importantes. A primeira delas é que o fracasso de Caparaó foi atribuído em grande medida à influência que os antigos setores populistas tiveram na experiência; dada a associação que se fazia entre populismo e burguesia nacional, isso teve um papel desfavorável em relação ao reformismo, apesar de que o PCB como partido não tinha se

comprometido na tentativa de Caparaó. Por outro lado, o fracasso debilitou enormemente o MNR e o reduziu ao núcleo mais combativo, basicamente os quadros militares. Tudo isso contribuiu para reforçar a posição das organizações revolucionárias dentro da esquerda, que o desenvolvimento do movimento brizolista tinha se debilitado consideravelmente.

Este reforço foi acentuado pelo visível declínio do PCB nas frentes de massa. Convém ter presente que, depois de 1964, preocupada com o desencadeamento da luta armada, a esquerda revolucionária assumiu apenas lateralmente sua responsabilidade na reorganização e na condução do movimento de massas. Entretanto, desenvolvendo-se em estreita conexão com o movimento estudantil – que foi tradicionalmente sua principal fonte de recrutamento –, pôde se aproveitar das condições relativamente favoráveis ali presentes, dado o caráter menos intenso da repressão do governo sobre esse movimento. De todos os setores do movimento de massas, o flanco estudantil foi o que apresentou maior dinamismo após o golpe e registrou mais agudamente o declínio do reformismo, em favor das tendências representadas pela AP e pela Polop.

Uma circunstância excepcional estimulou o desenvolvimento do movimento estudantil. Desde o início a política econômica do regime militar se orientou abertamente a satisfazer os interesses do grande capital nacional e estrangeiro, que era particularmente forte, como vimos, na indústria de bens de consumo duráveis e de produção. No esquema idealizado pela equipe tecnocrático-militar do marechal Castelo Branco, o problema da realização da produção desses setores, nas condições de debilidade que afetavam a indústria de bens de consumo, seria resolvido mediante a exportação e as compras do Estado, sendo que esta segunda orientação levou o governo a estimular a conversão da indústria pesada na direção da produção bélica. O resultado desse modelo subimperialista de desenvolvimento era o estran-

gulamento da pequena e média empresa, assim como a aplicação sobre a classe média assalariada das duras condições de salário impostas ao proletariado.

A reação das camadas mais baixas da burguesia, aliadas às classes médias, provocou a substituição de Castelo Branco pelo marechal Costa e Silva em janeiro de 1967. A posterior recuperação econômica deu maior fôlego a esses setores e fez com que acreditassem que tinha chegado a hora de superar o regime de emergência, próprio de um período de crise, a favor das instituições prévias a 1964, que lhes asseguravam uma participação mais efetiva no poder político. Dispondo de importantes órgãos de imprensa, de assentos no Congresso e no Judiciário, de postos e influências no aparelho burocrático e militar do Estado, aqueles setores, apoiados pelo PCB, seguiram pressionando o novo governo no sentido de levar adiante a redemocratização do país. As fissuras que este processo abriu nas estruturas monolíticas de poder que Castelo Branco havia tratado de implementar favoreceu amplamente a ascensão do movimento de massas. Em particular, beneficiou o movimento estudantil, que, mesmo quando organizado sob a égide da esquerda revolucionária (principalmente a AP, setores dissidentes da juventude do PCB e a Polop), representava, pela sua própria origem de classe, uma projeção das classes médias.

Junto com a desmoralização do reformismo e a ascensão do movimento de massas – que caracterizam o desenvolvimento da esquerda revolucionária em 1967 –, surge um terceiro fator, de ordem internacional: o impacto da obra de Régis Debray, que a editora cubana Casa de las Américas divulgou no começo do ano, e da conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS). A esquematização da experiência cubana e sua generalização para a América Latina, bem como o alento para aplicar seu exemplo, atingiam as organizações revolucionárias no momento em que – reforçadas pela pletora de quadros oriundos

da desarticulação do MNR e da radicalização da juventude universitária, e confrontadas com uma realidade social em efervescência – deveriam assumir a responsabilidade de abrir para as massas uma alternativa política ao reformismo. Ao final de 1967, ocorrem em São Paulo as primeiras ações armadas.

A grande virada

O ano de 1968 se caracteriza no Brasil pela violenta eclosão das forças sociais, que, contidas pela repressão governamental, tinham começado a ressurgir no final do período governado por Castelo Branco, e mantiveram uma tendência ascendente ao longo de 1967. Tanto nas esferas burguesas, onde a oposição ao governo militar se delineava cada vez mais nitidamente, como nas grandes manifestações estudantis e a mobilização de setores da vanguarda da classe operária, a vida política ostentava um grande dinamismo. Entre os pontos altos do processo, é preciso mencionar os sangrentos choques entre estudantes e as forças repressivas, que se deram durante o mês de abril por todo o país, assim como a greve metalúrgica de Minas Gerais, que se prolonga por mais de uma semana; o "1º de maio vermelho", quando a massa reunida na praça da Sé de São Paulo, onde deveria ocorrer um ato oficial, expulsa a pedradas os representantes governamentais e promove seu próprio comício; a "Marcha dos 100 mil", manifestação multitudinária no Rio de Janeiro, no mês de julho, que dá a Vladmir Palmeira, dirigente estudantil carioca, uma dimensão de líder político nacional; a greve dos metalúrgicos em Osasco, zona industrial de São Paulo, também em julho, na qual os operários chegam a ocupar fábricas; e a segunda greve metalúrgica de Minas Gerais, em outubro, na qual participa toda a massa trabalhadora deste setor naquele estado e que coincide com a greve geral dos bancários de Belo Horizonte.

O ano de 1968 foi, porém, mais que o ressurgimento do movimento de massas: foi sobretudo o nascimento de um movimento de massas qualitativamente distinto, na medida em que, expressando o desencanto da pequena-burguesia com o regime militar, desenvolvia-se totalmente fora dos marcos reformistas e se encontrava inclusive mais próximo da vanguarda revolucionária. As mudanças que se deram na esquerda a partir do último trimestre de 1967 tinham criado as condições para isso, e traduziam a comoção que se percebia no seu suporte social; paralelamente à liquidação do reformismo no interior das massas, a esquerda revolucionária passou por uma intensa transformação, que implodiu a velha estrutura herdada do período anterior a 1964. A principal consequência dessa transformação foi que a esquerda começou a participar das lutas políticas numa situação organizativa ainda muito caótica, que não lhe permitiu proporcionar ao movimento de massas um centro de gravidade capaz de preencher o vazio deixado pelo PCB.

Assim aconteceu com a Polop, que se dividiu em três partes, das quais uma conservou por pouco tempo a antiga sigla, até se fundir com setores rebeldes do PCB, formando o Partido Operário Comunista (POC), que reivindicava a linha da velha organização, ainda que enfatizasse ainda mais seus aspectos obreiristas; outra parte, o grupo de São Paulo, iria se unir rapidamente com remanescentes do MNR, dando origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma das organizações político-militares mais ativas e influentes do período subsequente; e a terceira parte, o grupo de Minas Gerais, que abrangia também elementos do Rio de Janeiro, constituiria o Comando de Libertação Nacional (COLINA), igualmente de caráter político-militar.

Dado seu peso numérico e sua importância política, a desintegração do PCB assumiu características ainda mais marcantes. Desse processo se originaria, tendo como epicentro do Comitê Universitário de São Paulo, a organização de corte eminentemen-

te político-militar encabeçada por Carlos Mariguella e que tomaria pouco tempo depois o nome de Ação Libertadora Nacional (ALN). Uma segunda organização nascida do mesmo processo foi o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), encabeçado por grupos rebeldes do Rio de Janeiro, que seguiam Mário Alves e Jacob Gorender, membros do Comitê Central, e que tentou levantar uma linha revolucionária de trabalho de massas. Finalmente, cabe mencionar o importante fenômeno das dissidências comunistas, que agrupavam no âmbito estadual e de forma pouco coesa as bases juvenis do Partido, dentre as quais as mais importantes foram a Dissidência de São Paulo (DI-SP), que projetou o dirigente mais popular do movimento estudantil paulista, José Dirceu, e a Dissidência da Guanabara (DI-GB), à qual pertencia Vladimir Palmeira. O velho PCB, privado de bases e limitado a seus elementos mais à direita, que se reagruparam em torno do antigo secretário geral Luís Carlos Prestes, tornou-se uma casca vazia e se descolou ainda mais para a órbita da política burguesa, através de sua integração na "Frente Ampla".

Beneficiando-se inicialmente do racha do PCB, o PC do B logo se veria afetado pela tendência renovadora. A fração de sua Ala Vermelha terminou por separar-se, acusando o principal representante do maoísmo brasileiro de interpretar as teses chinesas sobre a burguesia nacional de forma tão equivocada a ponto de adotar uma linha política francamente reformista. Enquanto isso, a onda renovadora transcendia o âmbito marxista e alcançava a AP, onde assume uma configuração específica, manifestando-se como a passagem do existencialismo cristão, que até então caracterizava essa organização, para um marxismo de corte maoísta, como é comum que aconteça com organizações da esquerda católica que se radicalizam. Posteriormente ocorre também a ruptura de um setor leninista que forma, juntamente com militantes vindos do PCB, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

O quadro que a esquerda brasileira chega a apresentar é ainda mais complexo do que aquele aqui esboçado. Seu traço dominante é a multiplicidade de organizações e a transferência constante de quadros, sem que a variedade ideológica tivesse a mesma riqueza. As diferenças entre os distintos grupos, se considerarmos as tendências nas quais se inscreviam, eram na verdade apenas de matizes, e só apareciam claramente quando se referiam a problemas operacionais e organizativos.

Contudo, não se pode menosprezar essas diferenças. Diante de uma ascensão do movimento de massas, que se desenvolvia fora da esfera de influência do PCB, a esquerda revolucionária foi chamada a assumir a responsabilidade de sua liderança. A onda de rupturas se explica em grande medida pelas divergências dentro das organizações existentes em relação à forma de enfrentar o problema da mobilização de massas, ou seja, sobre os métodos de ação mediante os quais a esquerda poderia marcar presença junto às massas e conduzi-las na luta. Na medida em que representa a mediação entre a linha teórica e a prática política, o problema da organização tinha necessariamente que se apresentar.

Isso é particularmente claro nas organizações de tipo político-militar, como a VPR, a ALN e o COLINA. Não cabe dúvida que estas organizações – que demonstravam seu desprezo pelos "teóricos" e que primavam pelas questões práticas da luta armada – foram as que trouxeram mais inovações para a esquerda brasileira, no que se refere às formas de organização. Para tanto, tiveram que atacar a ortodoxia em torno a este ponto – representada tanto pelo PCB como pelo PC do B e pela Polop, sendo que a AP, por sua falta de tradição marxista, nem chegava a questioná-la.

A grande heresia organizativa se deveu a Carlos Mariguella. Reagindo contra a estrutura monolítica do velho PCB e impressionado com as teses de Debray contra o partido como estrutura válida para a luta armada na América Latina, Mariguella optou por uma organização extremamente flexível, uma verdadeira fe-

deração de grupos. Ainda que a prática o tenha forçado a avançar posteriormente no sentido de fortalecer os nexos orgânicos, ele nunca abandonou sua concepção de que a organização estaria formada por grupos operativos autônomos, vinculados exclusivamente à coordenação central e independente do movimento de massas. O critério de integração desses grupos era sua própria prática armada, o que minimizava toda prática ligada à discussão ideológica.

A concepção de Mariguella era, na verdade, fruto de um agudo olfato político. Intuindo que a grande debilidade da esquerda revolucionária era seu fracionamento e que toda tentativa de afirmar naquele momento uma linha política definida equivalia a acusar algum particularismo, Mariguella tratou de constituir um centro de aglutinação, recusando colocar a discussão política como fundamento da organização. Por outro lado, seja com o propósito de captar os quadros mais combativos da esquerda – cuja disposição de luta não aceitava vacilações –, seja por ser esta sua ideia do papel que a vanguarda revolucionária deveria cumprir, Mariguella adotou como tática o enfrentamento direto com o regime.

O mariguellismo se tornou sem dúvida a expressão mais acabada da forma como amplos setores da esquerda encararam o avanço do movimento de massas. O ano de 1964 tinha deixado a ideia de que, se tivessem contado com uma condução decidida, as massas teriam enfrentado o golpe de Estado. Em 1968, as organizações político-militares não queriam repetir o que consideravam o erro de 1964; as massas tinham se levantado e o papel da vanguarda era mostrar-lhes certeiramente o inimigo a ser combatido: as forças armadas. O regime militar era tomado como um corpo estranho à realidade social brasileira, um engendro do imperialismo que o povo devia expelir da mesma forma que se estava fazendo no Vietnã com as tropas invasoras estadunidenses.

Isso explica que, apesar de sua tese sobre a guerra prolongada, a esquerda brasileira não tenha se preocupado em manter bases sólidas na cidade e no campo antes de atacar o regime, e que, em vez de preparar a guerra, ficasse limitada a dar o exemplo do combate numa luta que considerava já iniciada. O então difundido uso da terminologia militar e a adoção dos esquemas estratégicos estabelecidos pelos teóricos da guerra revolucionária refletiam uma visão particular do processo brasileiro, que os fatos confirmaram somente em parte.

Essa confirmação se deu principalmente na caixa de ressonância da própria esquerda revolucionária: o movimento estudantil. O prestígio que as organizações político-militares ganharam neste movimento não apenas motivou os estudantes a desenvolver novas formas de luta no enfrentamento de rua com as forças de repressão, mas também engrossou os contingentes das próprias organizações. A penetração no movimento operário foi muito menos sensível, mas os setores mais combativos da classe – e, portanto, os que mais fizeram notar sua presença – se aproximaram claramente das organizações político-militares. Por sua vez, o caráter essencialmente violento dos conflitos no campo pendia a favor daqueles que acreditavam estar em curso o processo da guerra revolucionária. Estabeleceu-se assim uma simbiose entre o clima geral de radicalização política e a prática de luta armada das organizações político-militares, em que os dois fenômenos se influenciavam por capilaridade, mas seguiam caminhos paralelos.

Diante do dinamismo vibrante dos grupos político-militares, as demais organizações tiveram pouca capacidade de resposta. Igualmente partidárias da luta armada e sensibilizadas pela ascensão das massas, concentraram suas críticas no que consideravam métodos militaristas e criaram uma dicotomia perigosa entre as ações armadas e o trabalho de massas. Sua desvantagem era evidente, pois não tinham o que oferecer a não ser métodos

tradicionais e quase artesanais de trabalho de massa, totalmente inadequados à fase de acelerada radicalização política que se vivia. Assim, foram os grupos político-militares que mantiveram a iniciativa, fazendo com que, frente à urgência da condução política colocada pelo curso ascendente do movimento de massas, a esquerda se limitasse a intensificar o ritmo de sua própria prática de luta armada.

O militarismo de esquerda

Os acontecimentos de 1968 sacudiram fortemente as bases da dominação dos militares. Sob a liderança da pequena-burguesia – que o movimento estudantil tinha mobilizado e que multiplicava suas iniciativas contra o regime, com base nas posições que ocupavam nos partidos políticos, no Congresso e nos meios de comunicação, bem como nos círculos intelectuais e artísticos –, os setores da burguesia insatisfeitos com a política econômica passaram a pressionar o governo para alcançar uma maior liberalização política, procuraram obter o apoio estadunidense – acreditando no interesse dos Estados Unidos em debilitar o monolítico interlocutor militar –, e tentaram influenciar os quartéis. O mal-estar que perpassava a baixa oficialidade começou a ser instigado por diferentes forças opositoras, que buscavam usar em seu benefício as fissuras do dispositivo de sustentação do governo.

O golpe militar de 13 de dezembro de 1968 revelou o verdadeiro caráter das contradições internas das forças armadas. A insatisfação da oficialidade jovem, com a qual tanto havia especulado a oposição burguesa, orientava-se de fato contra a debilidade do governo e exigia um aprofundamento da política de mão dura sobre os setores civis. O Ato Institucional nº 5, decretado pelo governo a partir dos conflitos suscitados com o STF e o Congresso, dava ao marechal-presidente poderes discricionários, concen-

trando em suas mãos todas as faculdades de decisão política e chegando até a retirar do STF a prerrogativa de julgar a constitucionalidade dos atos governamentais.

Autonomizando-se da classe que representa para melhor servi-la, o regime militar centrou inicialmente seu poder de fogo nos setores rebeldes da burguesia. O documento titulado *Contra-revolução*, emitido pelo gabinete da Presidência da República no dia 19 de dezembro com a finalidade de justificar as medidas de exceção adotadas pelo que as forças armadas chamavam de "revolução", dizia explicitamente, após apresentar sua versão dos fatos sucedidos em 1968, que estes "demonstram, sem qualquer margem de dúvida, nos moldes e nas proporções em que se vêm desencadeando, que o movimento de falsos estudantes, de muitos políticos atuantes, de cassados, de parte do clero chamado de progressista e de uma parte dos responsáveis pelos meios de divulgação visam, exclusivamente, a subverter a ordem interna, o que é a própria contra-revolução". Fazia também referência ao terrorismo, agregando que "a subversão posta em marcha no Brasil" está "dentro da linha preconizada pela I COSPAL, realizada em Havana, em junho de 1967, a qual pregou a luta armada como único caminho para o poder."*

A confusão que se criava entre a oposição burguesa e a ação da esquerda revolucionária era deliberada, uma vez que permitia o regime exercer sobre a burguesia uma repressão sem precedentes no país. Um grande número de políticos e intelectuais tiveram seus direitos políticos suspensos, outros foram presos, alguns tiveram seus bens confiscados. O Congresso foi dissolvido, o STF

* N.T.: Citação de acordo com trechos do mencionado texto reproduzidos no jornal *Última Hora*, edição do dia 19 de dezembro de 1968. O evento mencionado ocorreu na verdade entre os dias 31 de julho e 10 de agosto de 1967. Trata-se, na realidade, da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), cujo avanço organizativo deu-se nos marcos da Organização de Solidariedade aos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), fundada em janeiro de 1966.

e as universidades foram expurgadas, a imprensa foi censurada, e os jornais de oposição sentiram o tacão de ferro do governo. A Igreja, por sua vez, passou a ser objeto de crescente hostilidade. Simultaneamente, intensificou-se a repressão que já se exercia contra as organizações revolucionárias, chegando a um grau extremo de violência e crueldade.

O golpe de Estado de 1968 tem várias implicações. Por um lado, representa a submissão forçosa e definitiva das camadas inferiores da burguesia à ditadura do grande capital implementada em 1964. Privadas de expressão política e aterrorizadas pela reação que seus ensaios de rebeldia tinham desencadeado, essas frações burguesas renunciaram à pretensão de batalhar pelos seus interesses específicos e se encolheram amedrontadas junto à bota que lhes havia castigado. A partir de então, as divergências interburguesas passam a ter um alcance limitado na vida política nacional.

Por outro lado, o golpe suprime os restos do aparelho institucional prévio a 1968, que já tinha sofrido profundas modificações nos quatro anos anteriores. As instituições que sobrevivem à apunhalada de 1968 – e que poderiam simular uma república parlamentar burguesa, tais como os partidos políticos, o Congresso e as cortes de justiça – constituem meras aparências, cujo papel real é ser coadjuvante do poder militar. O verdadeiro nervo político do país passa a ser definitivamente o exército e é nos quartéis onde se decidirão os destinos do capitalismo brasileiro.

A terceira implicação do golpe de 1968 é a aplicação até as últimas consequências da doutrina da guerra anti-subversiva, que tinha inspirado a ação dos militares desde 1964. Seguindo os postulados dos teóricos franceses e estadunidenses da guerra revolucionária, o governo brasileiro se colocou a tarefa da eliminação física do movimento revolucionário, sem se preocupar com o impacto de suas medidas sobre a opinião pública nacional e internacional ou com o isolamento que isso poderia gerar. A

brutalidade da repressão policial-militar no Brasil, as prisões em massa, a aplicação indiscriminada da tortura, os assassinatos e os campos de concentração para presos político derivam diretamente dos métodos utilizados pelo exército francês na Argélia e pelo exército estadunidense no Vietnã. A novidade do caso brasileiro está em que tais métodos não são fruto da ocupação estrangeira, nem mesmo da dominação de uma minoria étnica, como na África do Sul, mas são utilizados internamente pelo próprio governo nacional. Neste sentido, a melhor comparação para o Brasil atual seria a Alemanha nazista.

As organizações revolucionárias tiveram que enfrentar um grau de repressão que supera amplamente o que tinham sofrido antes de 1968. Pior ainda, enfrentaram-no em condições nas quais o movimento de massas entrava num período de refluxo, retirando das organizações revolucionárias a base com que contavam e ameaçando deixá-las sem periferia, isto é, totalmente desprotegidas diante das ações de aniquilamento empreendidas pelo governo. Dispunham de apenas uma vantagem tática: a urgência do governo em alcançar rápidos resultados. Na chamada guerra anti-subversiva, a fase de aniquilamento tem que ser necessariamente curta e exitosa, para não permitir que o inimigo passe à etapa de conquista de bases sociais, nas condições em que sua eventual vitória possa estabelecer. No Brasil pós-1968, a esquerda somente se preocupou em escapar da ação do governo para frustrar sua campanha de aniquilamento quando já tinha pagado muito caro. A atitude da esquerda se deveu a razões relacionadas a sua situação interna e a fatores objetivos que então começaram a atuar.

No momento do golpe de 1964, a esquerda revolucionária encarou os acontecimentos como um acidente da luta de classes, cuja principal responsabilidade cabia ao reformismo, e limitou-se a trazer suas bandeiras ainda mais para a esquerda. Em 1968, o movimento de massas – que, se não estava sob a condução da

esquerda revolucionária, era pelo menos mais sensível à esta que a qualquer outra – sofreu uma derrota ainda mais terrível, considerando a grande independência adquirida frente à política burguesa e a dificuldade que tinha sido se rearticular. Contudo, ao não poder tomar o reformismo como responsável dessa derrota, a esquerda atribuiu ao episódio o caráter de uma fatalidade da luta de classes, ou seja, encarou 1968 como se fosse produto necessário e inevitável dos movimentos de massa na situação criada pelo regime militar. Isto influiria seriamente em sua atuação posterior.

É de fato a partir de 1969 que o fenômeno do militarismo de esquerda ganha plena dimensão. Sem poder contar com o fator político que a mobilização de massas introduzia na vida nacional, as organizações político-militares elaboram suas ações já não como estímulo e exemplo para as massas, mas como destruição direta das bases de sustentação do poder militar. A caracterização do período em termos de guerra revolucionária se generalizou, e nesta guerra a esquerda aparecia ao mesmo tempo como destacamento de vanguarda e como corpo do exército. As dificuldades para manter essa situação e a impossibilidade de levantar a curto prazo o movimento de massas fariam surgir inclusive teses como a relativa às duas etapas da guerra, das quais, na primeira etapa, a responsabilidade da luta caberia inteiramente à esquerda, e somente na segunda etapa as massas poderiam intervir. Diante da apatia crescente das massas urbanas, essas organizações dariam nova ênfase à guerrilha rural, que – dado a distância das organizações em relação ao problema camponês – seguiria sendo vista como uma questão técnica de inserção dos destacamentos armados no campo.

O ritmo das ações armadas se intensifica de maneira extraordinária no curso de 1969, até o ponto máximo representado pelo sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, no mês de setembro. A ação, da qual participaram militantes da ALN e da DI-GB (que tomou então o nome de Movimento Re-

volucionário 8 de Outubro – MR-8 –, em homenagem a um grupo operativo que foi desmantelado pela repressão pouco antes), mostrou em todo seu peso as características que o enfrentamento esquerda-governo tinha assumido no Brasil: de um lado, a audácia e a decisão evidenciadas pelas organizações político-militares; do outro, o trato brutal que, indiferente à reprovação internacional, o governo deu aos prisioneiros trocados pelo embaixador, e a violenta repressão que se desencadeou no país, ferindo indiscriminadamente militantes da esquerda, simpatizantes periféricos e simples cidadãos.

A ferocidade da repressão teve sua importância para a evolução da esquerda. A grande maioria dos quadros passaram a viver na clandestinidade, dependendo da organização para sobreviver e morando em aparelhos – casas ou apartamentos mantidos pelas organizações –, uma vez que já não podiam contar com a hospitalidade de simpatizantes ou "aliados". Além de repercutir negativamente na vida política interna e na prática do centralismo democrático, isso agravou o isolamento da esquerda e seu afastamento progressivo das massas, com profundas consequências para as condições de existência dos quadros políticos. O resultado foi a afirmação da tendência militarista e a propensão dos militantes a se tornarem mais facilmente detectáveis pela repressão, que os encontraria seriamente combalidos e suscetíveis à colaboração psicológica que a tortura necessita para ser eficaz.

Na medida em que se estreitava o círculo da repressão e que a esquerda, desvinculada das massas, não podia recorrer ao recrutamento de novos quadros em escala significativa, foi se impondo a prática da frente de trabalho e as fusões. Realizadas como forma de autodefesa – e, portanto, sem conteúdo político real –, as fusões se revelaram ineficientes, tendendo a desembocar em novas rupturas. O caso mais significativo foi a fusão entre a VPR, o COLINA, e alguns grupos menores, que deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), organização

que se dividiu no decorrer do próprio congresso de fusão, ao final de 1969. Disso surgiu, de um lado, a nova VPR – cuja figura mais destacada foi o ex-capitão do exército Carlos Lamarca –, que chegou a ser a força mais representativa da corrente militarista, e, de outro, a organização que conservou o nome de VAR-Palmares, cuja linha de ação era uma transição entre o militarismo e as novas formas que o trabalho de massas apresenta hoje no Brasil.

As frentes de trabalho, constituídas em função de ações isoladas de maior envergadura ou de coincidência real de linha e métodos de luta, revelaram ser mais frutíferas. Devido a elas, a grande atomização da esquerda brasileira foi consideravelmente reduzida, configurando alguns blocos ou tendências importantes: o eixo VPR-ALN, ao qual se somou depois o MR-8; o eixo VAR-Palmares-PRT-POC, que sofreu posteriormente uma nova divisão, retomando novamente a denominação de Polop; e o eixo AP-PC do B, o mais sólido de todos, devido ao seu caminho de adesão ao maoísmo.

Basta observar este quadro para que salte aos olhos o fato de que a aproximação entre as organizações não se limitava a meras conveniências operacionais. De fato, os três blocos assinalados divergiam entre si sobre o caráter da revolução, as forças motrizes do processo revolucionário e as formas de luta que este implicava. Ao resenhar essas particularidades, convém ter presente que isso acarreta necessárias simplificações, que não abarcam as diversidades no interior de cada tendência, ao mesmo tempo em que omitem os possíveis pontos de contato entre as organizações e suas diferentes tendências.

Assim, a VPR e a ANL (o MR-8 evitou inicialmente enfrentar o problema e, quando o fez, foi no processo de ampliação de suas divergências com o bloco, que culminou com a separação do mesmo) caracterizavam a revolução brasileira como uma revolução de libertação nacional, o que as levava a enfatizar seus traços anti-imperialistas em detrimento da definição precisa das classes

sociais comprometidas no processo. Ambas as organizações defendiam a guerra de guerrilhas como forma dominante de luta e privilegiavam o papel do campesinato. Na formulação teórica dos pressupostos nos quais sustentava sua prática, a VPR foi mais longe que a ALN, que se vinculava mais à prática empirista de Mariguella. Consequentemente, enquanto a ALN evitava a discussão propriamente ideológica e em geral sustentava as teses mais clássicas do marxismo, como a que se refere à hegemonia da classe operária, documentos da VPR aplicavam ao Brasil muitos dos argumentos marcusianos sobre o aburguesamento do proletariado industrial e chegaram inclusive a afirmar a quase inexistência da classe operária e a defender o papel revolucionário ou decisivo das massas urbanas chamadas de "marginais", assim como do campesinato. Ambas as organizações se caracterizaram pela realização de ações armadas de grande efeito propagandístico.

As organizações que integravam o segundo bloco constituíam a tendência socialista propriamente dita, por defender o caráter socialista da revolução e o papel hegemônico da classe operária em todas as fases do processo. A principal divergência entre elas residia em sua posição frente à questão da guerra de guerrilhas – e, portanto, também frente ao papel do campesinato. Ainda que todas defendessem em geral a guerra de guerrilhas, esta ganhava maior ou menor destaque conforme se tratasse, por exemplo, das posições da VAR-Palmares ou do POC. A origem político-militar da primeira a inclinava mais fortemente às ações armadas, mas todas preconizavam a realização de ações diretas vinculadas estreitamente aos interesses específicos da classe à qual se dirigiam e tendiam a concentrar seu efetivo na cidade.

A tese da revolução popular que defendia o bloco maoísta estava mais próxima da concepção de libertação nacional, mas, por estar baseada numa análise de classes mais precisa, destacava com maior nitidez o papel atribuído à burguesia nacional. A hegemonia da classe operária era defendida mais acaloradamente

pelo PC do B que pela AP, ainda que ambos os grupos tenham dado tradicionalmente grande importância ao trabalho no campo; isso deriva de sua definição da guerrilha como forma principal de luta, apesar de que nenhum dos dois entendessem a guerrilha como tarefa imediata. De todo modo, o traço distintivo da duas organizações foi sua opção a favor de um trabalho de massa mais tradicional – realizado pacientemente a partir do grau de consciência da massa e numa perspectiva de longo prazo –, assim como sua crítica formal sobre a prática armada das organizações político-militares.

O bloco maoísta se caracterizou neste período, por um lado, pelo aumento sistemático de sua base nas massas, fenômeno que somente o POC também registrou – e com muito menor força –, e, por outro lado, pelo que se poderia chamar de "populismo de esquerda"; ainda assim, e apesar da grande identidade entre as organizações que integram esse bloco, a diferença de origem entre elas terminou por ter certa incidência na prática. Desta forma, o PC do B, que nasce de uma divisão dos grupos stalinistas do velho PCB, demonstrou mais sectarismo que a AP em suas relações com as demais forças de esquerda, ao mesmo tempo em que teve maior flexibilidade para se adequar aos marcos legais impostos pelo regime para o trabalho de massa. O PC do B chegou inclusive a ocupar postos sindicais de importância, depois de 1968, e se aproximou em certas ocasiões aos remanescentes da oposição liberal burguesa e pequeno-burguesa.

Inversamente, surgida da esquerda cristã e muito mais jovem em tradição e em quadros políticos, a AP amadureceu no trabalho de massa – estudantil primeiro, e camponês e operário depois –, desenvolvendo uma prática revolucionária sempre mais pura. Da política de infiltração no governo, que preconizou e praticou antes de 1964, a AP passou, após o golpe de abril, a uma aberta oposição ao regime, radicalizando-se progressivamente, até chegar ao marxismo. Sua trajetória desde então esteve marca-

da por uma visão mecânica da relação vanguarda-massa, própria dos grupos maoístas na América Latina, que a levou a exigir de seus militantes a integração ao trabalho produtivo (posição que depois foi alvo de autocrítica) e que lhe custou às vezes a perda de quadros ou bases inteiras, que se desprenderam da esfera da vanguarda e se incorporam ao movimento de massas; o caso mais significativo é o do "Grupão", um importante núcleo de operários da linha de frente que atuou na zona industrial de São Paulo e que surgiu de uma ex-base da AP. De todo modo, e sem entrar aqui no mérito de sua linha política, a evolução da AP antecipou um esforço de identificação com as massas que a crise atual da esquerda brasileira exige de todas as organizações revolucionárias.

A crise

Para muitos militantes, a crise pela qual a esquerda brasileira passa atualmente se reduz a questões técnicas de resistência à repressão policial-militar, ou aos problemas operacionais para desenvolver sua prática política, ou então às diferenças ideológicas sustentadas por suas distintas tendências. Para outros, que entendem mais criticamente a situação de conjunto que caracteriza o país, essa crise é antes de tudo um resultado das baixas que afetam o movimento revolucionário e o próprio movimento de massas. O problema, porém, é muito mais profundo: vivemos atualmente a crise de uma liderança de classe e a passagem do processo brasileiro a uma etapa qualitativamente diferente.

A trajetória da esquerda brasileira na última década foi, por certo, a trajetória de uma classe, a pequena-burguesia, e a forma particular que esta viveu as mudanças estruturais do capitalismo brasileiro. Polarizando-se em função dos conflitos interburgueses gerados pela centralização do capital, a pequena-burguesia chegou dividida em 1964: enquanto uma parte significativa dos

grupos que a compõem apoiaram com entusiasmo a política do grande capital, desfilando pelas ruas antes e depois do golpe militar, amplos setores dela se afastaram progressivamente da influência do PCB e de outras lideranças reformistas moderadas e se agruparam em torno da liderança mais radical de Leonel Brizola, Francisco Julião e da própria AP, alimentando a dinâmica dos grupos mais extremistas, cuja expressão mais clara era a Polop. A capitulação da oposição burguesa, em 1964, e a subordinação progressiva das camadas mais baixas da burguesia ao grande capital fizeram com que a pequena-burguesia radicalizada extremasse suas posições, ao mesmo em que os sacrifícios impostos pela política econômica a levam em seu conjunto a afastar-se do regime. A crise do reformismo se torna visível e expressa o deslocamento do eixo da aliança da pequena-burguesia, que passa das camadas capitalistas inferiores às massas trabalhadoras da cidade e do campo.

Liberada assim da tutela burguesa, a pequena-burguesia– cuja expressão mais dinâmica era o movimento estudantil – viu-se no papel de força hegemônica do movimento popular. No entanto, inserida numa sociedade fortemente polarizada, na qual as distâncias que separam os trabalhadores são especialmente amplas, não tinha vínculos reais com as massas populares. Quando estas reclamaram uma efetiva condução política, a pequena-burguesia não soube se comunicar com elas, a não ser mediante seus próprios atos, e procurou guiá-las com seu exemplo para o enfrentamento direto ao regime.

O ano de 1968 marca o momento culminante da hegemonia pequeno-burguesa sobre o movimento de massas, mas marca também seu fracasso. A deterioração progressiva das condições de atuação da esquerda revolucionária, no período subsequente, foi resultado, como apontamos, do fato de que ela não aproveitou certa vantagem tática que poderia explorar em relação ao regime. A esquerda aceitou o enfrentamento direto e logo se encontrou

isolada, exposta aos golpes do inimigo. Mas a separação de sua base social somente em parte se deve ao fato de que a esquerda tivesse se adiantado; deve-se também ao fato de que esta base retrocedeu. Ao olhar em volta, a esquerda notou que a pequena-burguesia tinha ficado para trás e assistia os combates como mera espectadora.

A abdicação da pequena-burguesia ao seu posto de luta foi parcialmente uma vitória da campanha de aniquilamento lançada pelo regime. Quando chamava ao enfrentamento, a pequena-burguesia esperava que fosse uma breve batalha, na qual a classe operária ocuparia a primeira linha de fogo. Entretanto, o proletariado recém começava a organizar suas forças quando o regime contra-atacou. A pequena-burguesia abandonou o terreno, sem se preocupar com sua vanguarda, que se manteve na frente de combate.

Seria incorreto acreditar, contudo, que foi somente o medo que fez a pequena-burguesia retroceder. Já mencionamos que novos fatores objetivos se fizeram sentir no Brasil de 1969, influenciando decisivamente a configuração política em cujo marco a esquerda revolucionária deveria atuar. Tais fatores se derivaram diretamente da adaptação do regime ao modelo de desenvolvimento subimperialista, formulado no período de Castelo Branco e transformado a partir da ascensão de Costa e Silva à presidência da república.

Cabe lembrar que o problema estrutural da economia industrial brasileira reside no desajuste entre o setor de bens de capital e o de bens de consumo, e que isso deu lugar, no início da década, a uma grave crise conjuntural. Na visão da equipe tecnocrático-militar de 1964, a crise conjuntural constituía o primeiro objeto de preocupação, e a medida mais eficaz empregada neste sentido foi o arrocho salarial, mediante uma política altamente nociva aos setores que vivem dessas remunerações, inclusive a pequena-burguesia assalariada. O inevitável enfraquecimento do mercado

interno não preocupou muito o regime militar, dado que a perspectiva de explorar o mercado externo através de uma aliança com os monopólios estrangeiros parecia sumamente promissora. Esperava-se que ditos monopólios abrissem seus mercados para a burguesia brasileira em troca das facilidades para superexplorar conjuntamente o proletariado nacional. Paralelamente, o Estado passava a ter um papel complementar na atenção às exigências de realização colocadas pela grande indústria.

Entre 1964 e 1968 se buscou a concretização dessa aliança, com relativo êxito. Ainda assim, conforme mostramos, a lentidão com que os resultados iam sendo alcançados e as dificuldades surgidas para acelerá-los reforçaram a posição política dos setores burgueses menores, para os quais essa política não era conveniente, levando então à substituição de Castelo Branco. Com o novo governo, o modelo subimperialista, sem ser abandonado, sofreu adaptações que se concentraram principalmente em maiores facilidades de crédito para as médias empresas e na formulação de uma política moderada de subsídios e isenções fiscais, que permitia a reativação dos negócios. O Estado assumia o custo dessa política, descarregando-o, via inflação, sobre a massa trabalhadora.

Os acontecimentos internos de 1968 e a recessão dos Estados Unidos – que se esboça neste ano e se concretiza no ano seguinte – determinaram o fortalecimento dessa tendência, que deslocava a ênfase da política econômica para o Estado, sem que a preocupação com o comércio exterior tenha sido jamais abandonada. Simultaneamente, conforme se exacerbava a captação parasitária de recursos estatais pelas diferentes camadas burguesas – o que, além de representar o preço que o regime pagava pela sua submissão, gerava a necessidade de criar condições internas de realização –, a pequena-burguesia passou a receber uma parte mais expressiva dos ganhos oriundos da superexploração do trabalho, tomando também o papel de demanda para a produção de bens de consumo.

É importante analisar mais de perto a composição dessa produção. Uma parte dela vem da indústria leve modernizada, que tinha sido forçada a elevar seu nível tecnológico, seja para aumentar seu poder de concorrência no mercado interno, seja para proporcionar um mercado mais dinâmico à produção interna de bens de capital. Mas uma parte cada vez mais significativa provém da indústria pesada, que, ao encontrar dificuldades para seguir se expandindo ao exterior, reorienta sua produção no sentido da fabricação de bens de consumo duráveis destinados ao mercado interno. Ambos setores exigiam, portanto, a ampliação da capacidade de consumo da pequena-burguesia, em especial de seus estratos mais altos, o que motivou sua inesperada incorporação ao bloco social beneficiário da política econômica.

O novo gérmen reformista existente hoje no Brasil reflete em grande medida a neutralização política da pequena-burguesia e a aproximação progressiva de alguns de seus setores ao bloco dominado hegemonicamente pela grande burguesia. Com base em grupos militares e em correntes da antiga esquerda reformista, essa tendência política se vale de novas e velhas bandeiras nacionalistas e se esforça por reviver mitos populistas que pareciam enterrados. Isso harmoniza com a intenção do governo de passar da fase de aniquilamento da esquerda à fase de cooptação social, para a qual utiliza o futebol, a demagogia anti-imperialista, a manipulação dos meios de comunicação e a censura imposta às editoras e às universidades. Com intensidade variante – que refletem as contradições internas das próprias forças armadas –, trata-se, por outro lado, de localizar a repressão ao movimento revolucionário, sem que isso implique diminuir a violência nas áreas onde o movimento incide.

O campesinato é excluído desde o início deste projeto de recuperação da base social de apoio ao regime. A participação da burguesia latifundiária no bloco dominante significou a manutenção das estruturas de exploração no campo, cujos traços bru-

tais se acentuaram ainda mais, em virtude do aumento da mão de obra. Por certo, entre os problemas que o regime militar tinha que atacar a meados da década de 1960 para recuperar e ampliar os níveis da taxa de mais-valia na indústria estavam: a elevada participação do setor agropecuário na renda outorgada pela manipulação dos preços e o efeito dessa especulação sobre os salários urbanos. Ao passo em que controlava os preços agrícolas, o regime se preocupou em criar incentivos para o aumento da produção, através do barateamento forçoso da mão de obra rural.

Esse barateamento foi obtido de diferentes formas. Uma delas foi a intensificação da mecanização e a extensão do setor pecuário, reduzindo ainda mais as oportunidades de trabalho no campo e aumentando assim a oferta de trabalho nas cidades, que faz cair o nível das remunerações. Outra forma foi a aplicação da legislação trabalhista existente, que fixa o salário mínimo e concede benefícios sociais ao trabalhador, estabelecendo ainda normas para os regimes de arrendamento e parceria. Como isso se deu em condições, por um lado, de extrema repressão da organização sindical e no campo e, por outro, de aumento da oferta de trabalho – que debilita o poder de barganha do trabalhador –, o resultado dessa última medida foi provocar demissões em massa de trabalhadores assalariados e o despejo de colonos e parceiros – que, tornando-se boias-frias, engrossaram o caudal humano que tem que vender sua força de trabalho ao preço fixado pelo latifundiário. Arrancada da gleba, essa massa superexplorada se concentra ao redor dos centros urbanos do interior de São Paulo, de Minas Gerais ou do Nordeste, desde onde parte para prestar seus serviços ao latifundiário nas fases sazonais de trabalho, tendendo a se constituir, portanto, como uma camada intermediária entre o proletariado urbano e rural.

As condições de exploração criadas pelo capitalismo brasileiro na cidade não foram muito mais suaves. Na fase de transição da política econômica, entre 1967 e 1968, o regime avaliou levar

adiante uma certa liberalização salarial, após o arrocho aplicado por Castelo Branco. Contudo, o curso que este processo tomou – baseado na produção de bens de consumo suntuário para as camadas de maior renda e na necessidade de criar uma real capacidade de demanda por parte de tais camadas – implicou manter a redistribuição regressiva da renda, em detrimento das massas trabalhadoras e em favor das estratos sociais superiores. A inflação e a contenção salarial – assegurada pela repressão ao movimento operário – tiveram um papel importante neste sentido e desembocaram numa perda considerável do poder aquisitivo do proletariado.

A situação da classe operária foi agravada pela redução do ritmo de criação de empregos na economia. Tanto na fase que privilegiou o mercado externo como na que enfatizou o mercado constituído internamente pelas camadas de alta renda, o capitalismo brasileiro acentuou sua contradição fundamental, isto é, sua incapacidade de proporcionar às massas trabalhadoras condições adequadas de incorporação ao processo produtivo. Inversamente, através da regulação da produção e do uso de tecnologia poupadora de mão de obra – que se tornou possível pelo processo de monopolização –, a economia restringiu progressivamente essa incorporação, degradando ainda mais a condição do proletariado.

Nestas circunstâncias, o regime militar, ao pretender criar uma base social para a dominação do grande capital, não pode ir mais além do que a incorporação da pequena-burguesia ao esquema de poder. Mesmo as camadas mais baixas da classe média permanecem excluídas desse projeto, e sua inutilidade desde o ponto de vista do modelo capitalista que se busca implementar torna de fato previsível que se mantenha a degradação de sua situação material, processo este que tem sido observado nos últimos anos. Finalmente, em relação ao proletariado urbano e rural, as pretensões do regime se limitam a procurar embrutecê-lo me-

diante a propaganda, uma vez que deve seguir reprimindo suas reivindicações mais básicas.

Acreditar que o reformismo possa adquirir hoje em dia no Brasil um real significado político para os trabalhadores é, portanto, ignorar a lógica implacável da luta de classes. Esmagado pela superexploração que lhe é imposta e proscrito da vida institucional e política do país, o proletariado brasileiro não pode ter outra expressão política que não seja revolucionária. Sua situação objetiva coincide com a crise que vive a vanguarda revolucionária como resultado da perda da base social pequeno-burguesa que a respaldara. Ambas as condições, que se dão pela primeira vez em forma combinada, tornam necessária e viável a criação de um verdadeiro partido proletário no país.

O sentido da crise

A esquerda chega a esse momento profundamente transformada. Ao enfrentar as tarefas surgidas da luta armada, depurou-se internamente e forjou uma nova militância, qualitativamente diferente daquela que a deixara no período anterior. A luta armada representou algo ainda mais importante para a esquerda: foi sua declaração formal de que não aceitaria as regras do jogo impostas pelos militares. Independentemente do voluntarismo em que pode ter caído, isso lhe permitiu encarar seriamente a luta clandestina, a única que a vanguarda política do proletariado pode levar a cabo nas atuais circunstâncias.

A ação implica sempre o risco do desvio; somente a inação dá garantias seguras de ortodoxia. No caso brasileiro, a ação da esquerda acarretou desvios, que tiveram consequências em seu desenvolvimento. No entanto, foi sua prática na luta armada que permitiu a esquerda romper com os métodos tradicionais de trabalho de massa e reunir os elementos necessários (humano, téc-

nico, organizativo) para encarar as tarefas colocadas pela luta de classes. Se a esquerda revolucionária constitui atualmente uma alternativa política para as classes trabalhadoras – e ela é a única alternativa que lhes resta –, isto se deve precisamente às transformações pelas quais esta esquerda passou.

A opção feita pela burguesia a favor de uma ditadura aberta de classe não deixa para a ação política da vanguarda e para o processo da luta de classe outro caminho que não a luta armada. Assim, o que se impõe à esquerda não é o abandono deste método de luta, nem sequer uma autocrítica por tê-lo utilizado naquele momento. Aqueles que imputam a ela a responsabilidade do golpe de 1968 são os mesmos que a acusaram de ter provocado o golpe de 1964, ou seja, são aqueles que desejariam uma luta de classes sem luta e, quem sabe, sem classes.

Para além de ser um instrumento de ação do qual se vale a vanguarda, a luta armada é uma forma geral da luta de classes. Esta reveste tal forma sempre que se dá a ruptura entre o movimento de massas e o sistema de dominação, o que tende a configurar uma situação de guerra civil mais ou menos longa. Tal situação, surgida no Brasil em 1964 e tornada irreversível depois de 1968, faz com que, ainda que possa aparecer como um fenômeno sem raízes na sociedade durante as fases de refluxo do movimento de massas, a luta armada da vanguarda é expressão mais pura do grau de acirramento das contradições de classe nessa sociedade.

Portanto, não é esse espelhismo o que deve preocupar a esquerda, mas sim o fato de que a própria esquerda se deixe confundir por ele. Os setores militaristas da esquerda que, ao não encontrar, por parte das massas, resposta imediata às suas ações armadas, decidem que estas massas não têm agora nenhum papel a representar, acabam reproduzindo ao revés a mesma atitude dos setores "massistas", que condenam a luta armada em nome de um trabalho de massa do tipo tradicional, que as condições vigentes atualmente tornam pouco eficaz. Como dizia Lenin, num mo-

vimento revolucionário os desvios de esquerda são sempre, em última instância, desvios de direita.

A crise da esquerda brasileira é a crise da base social em que se apoiava, mas é também uma crise ideológica. Neste contexto, a esquerda está obrigada a viver esta crise até suas últimas consequências, esgotando todas as vias de autocrítica e chegando ao embate extremo da luta interna. Somente assim poderá enfrentar o desafio colocado pela luta de classes: a organização das massas exploradas para a guerra contra a ditadura do capital.

No curso desse processo, a esquerda verá que sua prática recente forjou as armas que lhe permitem atacar essa tarefa. A têmpera dos seus quadros, o domínio dos segredos da luta clandestina, a criação de estruturas organizativas flexíveis, tudo isso coloca a esquerda numa posição vantajosa para impulsar a nova etapa de seu desenvolvimento. Uma etapa que, em síntese, define-se pela realização do que a vanguarda perseguiu incansavelmente durante todos esses anos: a fusão das ideias revolucionárias com o movimento das amplas massas exploradas do Brasil.

IV

Rumo à Revolução Continental

A ditadura militar é uma resposta à crise econômica que afetou a economia brasileira entre 1962 e 1967 e à consequente intensificação da luta de classes. É também algo mais: o instrumento e resultado de um desenvolvimento de tipo capitalista de Estado e subimperialista. Nesta perspectiva, a ditadura constitui, de um lado, o suporte da acumulação de capital baseada na superexploração das massas trabalhadoras, tanto urbanas como rurais, e, de outro, a expressão da hegemonia conquistada, devido à crise, pelos monopólios industriais e pelo capital financeiro nacional e internacional.

Não cabe aqui retomar a análise da crise dos anos 1960. O que importa destacar é que esta crise aparece como uma crise de realização, que estabelecia a necessidade de abrir mercados para a produção de bens duráveis (de consumo e de capital), com o objetivo de assegurar campos de investimento para os monopólios industriais e para o capital financeiro interessado nessa produção. Simultaneamente, o desenvolvimento dessas linhas de produção exigia uma acumulação de capital mais intensa, o que supunha romper a dinâmica reivindicativa do proletariado industrial e das massas do campo, dinâmica esta que fora particularmente forte depois de 1959.

Isto é o que explica que o golpe militar de 1964 tenha sido diferente dos anteriores, realizados com vistas a superar impasses surgidos nas relações entre as classes – principalmente na

esfera das classes dominantes – e que permitiram que a burguesia tomasse novamente o controle direto do Estado. Em 1964 a situação é outra: a elite militar que encabeça o golpe não apenas intervém na luta de classes, como também apresenta todo um esquema econômico-político no qual consagra definitivamente a fusão de seus interesses com o grande capital. Este esquema é o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente *ao atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro.*

O subimperialismo

O eixo do esquema subimperialista está constituído pelo problema do mercado. Para a indústria de bens duráveis, a crise dos anos 1960 se apresenta como a impossibilidade desta indústria seguir se desenvolvendo em linha ascendente com base num mercado interno insuficiente. Isso levara os governos anteriores, principalmente o de João Goulart, a insistir na dinamização do mercado interno mediante a redistribuição da renda. As tentativas de redistribuição, porém, foram se revelando uma má solução para o grande capital, por duas razões:

a) a redistribuição (operando, entre outros mecanismos, através de aumentos salariais) se refletia principalmente no aumento da demanda de bens não duráveis, que o grande capital não produzia ou produzia em pequena escala; e

b) a redistribuição afetava duramente a mais-valia das pequenas e médias empresas, produtoras de bens não duráveis, restringindo ainda mais sua capacidade de absorver bens duráveis.

As camadas mais baixas da burguesia – as mesmas que, em aliança com os setores populares, sobretudo a classe operária organizada, formavam a base social do governo de Goulart – so-

friam contraditoriamente o impacto da política redistributiva, ao mesmo tempo em que a grande burguesia se opunha abertamente a tal política. Na medida em que o movimento reivindicativo das massas se acentua, a pequena e média burguesia veem aumentar suas dificuldades econômicas, que se tornam insuportáveis no momento em que, cedendo à pressão do grande capital, o governo tenta levar a cabo a estabilização monetária (1963), restringindo o crédito. Com isso, Goulart perde sua base social burguesa, que acaba sendo levada aos braços do grande capital, e perde também a base popular, na medida em que a estabilização afeta negativamente as pressões salariais. Dentro dessa nova correlação de forças, e considerando a oposição que os latifundiários tinham apresentado sistematicamente ao reformismo governamental, criam-se as condições para o golpe de abril de 1964, cujo resultado é a ditadura militar encabeçada pelo marechal Castelo Branco.

A política da equipe tecnocrático-militar de Castelo Branco vai atender fundamentalmente os interesses do grande capital. Em linhas gerais, trata de concentrar ainda mais a renda e suas fontes de produção através de medidas destinadas a reduzir os salários (arrocho salarial) ou orientadas a facilitar a incorporação mais ou menos violenta das empresas menores pelas grandes empresas (via créditos, tributação etc.). O efeito imediato desta política é evidentemente o agravamento da crise interna de realização, o que pode parecer paradoxal. No entanto, atendendo sempre aos interesses do grande capital, o novo regime propõe uma solução diferente para a crise, baseada em dois elementos: em primeiro lugar, a exportação de manufaturas, tanto de bens duráveis como não-duráveis (sendo conveniente apontar que a exportação destes últimos requer a elevação do nível tecnológico das empresas, o que implica maiores possibilidades de absorção de bens de capital); em segundo lugar, o aumento da capacidade de compra do Estado, através de uma política ativa de desenvol-

vimento da infraestrutura de transporte, eletrificação e reequipamento das forças armadas, tudo isso ocasionando uma expansão do mercado de bens de capital.

Até este momento, o que se tinha era um modelo econômico similar àquele que foi aplicado na Alemanha dos anos 1930 pelo nazismo. A novidade era o papel atribuído ao capital estrangeiro. Provedores da tecnologia indispensável para a almejada expansão comercial, os monopólios imperialistas são também os donos do mercado mundial. O Brasil não dispunha, em termos relativos, da base econômica e tecnológica da Alemanha dos anos 1930, e nem podia, como aquela, disputar o mercado pela força. A solução encontrada – própria de um país dependente e que converte seu imperialismo em subimperialismo – foi a de oferecer aos monopólios estrangeiros participação na exploração do trabalhador brasileiro e nos lucros derivados da expansão comercial, ou seja, a saída foi realizar essa política mediante uma aliança irrestrita com o capital estrangeiro.

O imperialismo aceitou a participação, mas impôs suas condições. O capital estrangeiro tornou-se mais presente que nunca na grande indústria e na exploração de matérias-primas básicas – como, por exemplo, o minério de ferro – e a política de eletrificação contou com participação considerável das grandes agências financeiras internacionais. A partir de 1964, o Brasil passa a ocupar de longe o primeiro lugar na América Latina nos programas de investimento público e privado auspiciados pela Aliança para o Progresso. Contudo, o capital estrangeiro se recusou a promover o desenvolvimento de setores reservados aos países avançados – como a aeronáutica – e o governo estadunidense obstaculizou as pretensões brasileiras de ter acesso ao domínio da tecnologia nuclear[39]. Essas atitudes provocaram atritos, que explicam fatos

39 Sobre este último ponto, ver meu artigo, escrito em colaboração om Olga Pellicer de Brody, "Militarismo y desnuclearización en América Latina", *Foro Internacional*, n. 29, México, julho-dezembro de 1967, p. 1-24.

como a compra de aviões Mirage da França e a negativa brasileira em assinar o acordo de desnuclearização em Genebra, mas que não comprometeram fundamentalmente o modelo de associação adotado.

Por outro lado, isso não modificou o esquema de realização estabelecido pela ditadura, que se baseava, como vimos, essencialmente no mercado externo e no gasto público em obras de infraestrutura ou na produção bélica. O crescimento das exportações – que passam de 1,4 bilhão de dólares em 1963 para 2,7 bilhões em 1970 – foi realizado às custas do mercado interno. O exemplo mais flagrante é o de carne bovina, da qual se exportaram 18.500 toneladas em 1964 e 79.000 em 1969, graças à restrição do consumo interno, obtida mediante o aumento dos preços – o preço interno da carne aumentou consideravelmente, a despeito do preço internacional do produto ter caído, no período considerado, de US$ 613,07 a US$ 549,90 por tonelada. A exportação de produtos manufaturados, por sua vez, que tinha sido de 37 milhões de dólares em 1963, sobe, já em 1964, para quase 70 milhões de dólares, chegando a 473 milhões em 1970, estimulada por subsídios governamentais, que permitem exportar a um preço FOB 50% inferior ao preço de venda no mercado interno[40].

A realização desta política provocou, de imediato, o reforço da tendência do capitalismo brasileiro à monopolização, com o propósito de criar uma estrutura de produção apta a competir no mercado internacional. Além de facilitar a desnacionalização da indústria, isso levou a pequena e média empresa à falência ou à absorção pelo grande capital, no mesmo momento em que o desenvolvimento do capital financeiro – através das companhias financeiras e dos bancos de investimento, com forte participação estrangeira – criava o instrumento capaz de centralizar o capital social em poucas mãos.

40 Sobre este ponto, ver Dimas Antonio de Moraes, "Inventivos fiscais para exportação de manufaturados", *Brazilian Bussiness*, janeiro de 1971.

As vicissitudes do subimperialismo

Após a recuperação observada no primeiro semestre de 1966, o ritmo de crescimento da economia brasileira caiu novamente, alcançando seu ponto mais baixo no primeiro trimestre de 1967. Várias razões contribuíram para isso, mas o que importa assinalar é que então o governo tomou consciência de que somente a longo prazo a expansão comercial ao exterior poderia se tornar um instrumento efetivo de realização e o Estado não poderia, enquanto isso, suprir todas as necessidades da indústria sem agravar violentamente o processo inflacionário. Ao final do governo Castelo Branco o esquema começou a sofrer adaptações, mediante a concessão de créditos às empresas, com o objetivo de amortecer os efeitos da depressão. Quando tomou posse o marechal Artur da Costa e Silva (março de 1967), essa política seria aprofundada e se buscaria revitalizar o mercado interno a partir de uma maior flexibilidade na política salarial.

Os resultados se fizeram sentir imediatamente. Não apenas caiu o ritmo das exportações, como também se agravou a situação interna. A tentativa de deter a deterioração do salário real não conduziu à dinamização do mercado interno, uma vez que, em termos gerais, isso repercutiria principalmente na demanda de produtos agrícolas e produtos industrias de consumo imediato, afetando pouco o mercado de bens duráveis, que interessa aos setores monopolizados. Por outro lado, quando o aumento da taxa de exploração da massa trabalhadora se desacelerou, reduziram-se as possibilidades de transferência de renda para as camadas altas, burguesas e pequeno-burguesas, que são as camadas que de fato criam demanda para os bens duráveis.

Portanto, não foi uma coincidência que, quando o salário mínimo real se estabilizou relativamente em 1968 (em torno de Cr$ 197,83, tendo caído violentamente de Cr$ 279,55, em 1965,

para Cr$ 195,36 em 1967), o salário médio – no qual estão incluídas as remunerações da pequena-burguesia –, que havia se recuperado consideravelmente em 1967, cai bruscamente em 1968 (de Cr$ 466,00 para Cr$ 400,66). As consequências políticas dessa situação foram igualmente negativas para o governo: a radicalização da pequena-burguesia coincidiu com a mobilização iniciada pela classe operária para alcançar suas reivindicações, enquanto os setores da burguesia prejudicados pela monopolização aproveitavam a conjuntura para chantagear a ditadura e lhe arrancar concessões.

A resposta foi o endurecimento do regime, mediante o que se pode considerar como um novo golpe de Estado: o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que suspende a Constituição, fecha o Congresso e castra as funções do poder judicial. À essa resposta política corresponde, no plano econômico, a intensificação da exploração dos trabalhadores, aprofundando o arrocho salarial, através do qual será possível transferir poder de compra para as classes médias e altas (sob a forma de crédito, subsídios e salários). Os dados salariais de 1969 falam por si só: o salário mínimo cai para Cr$ 189,37, enquanto o salário médio sobe para Cr$ 470,00[41]. A neutralização de amplos setores da pequena-burguesia e a adesão de outros setores à política da ditadura não nascem apenas do terror, mas também do suborno, um suborno que interessa objetivamente ao grande capital.

Com isso, o mercado interno se dinamizava, atendendo parcialmente aos interesses da pequena e média burguesia, sem contrariar em nenhum momento os interesses do grande capital. A ditadura conseguia conciliar as contradições interburguesas, o que logo se refletiria em sua consolidação política. O terceiro governo militar, encabeçado pelo general Emilio Garrastazu Médi-

41 Os dados sobre salários foram tomados da revista *Visão* do dia 25 de maio de 1970; o salário mínimo está expresso em cruzeiros de maio de 1970 e o médio em cruzeiros de fevereiro de 1970.

ci, que se instala no poder em outubro de 1969, repousaria sobre uma coalização burguesa muito mais sólida que as anteriores.

Na perspectiva do esquema subimperialista, o que surge então é o terceiro pilar no qual se apoia: a "sociedade de consumo" à moda da casa, criada via transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e ricas da sociedade, com a finalidade de garantir o mercado para uma indústria com alta composição técnica, que se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo das grandes massas. O capitalismo brasileiro é um monstro, mas um monstro lógico: se o consumo popular não serve para a realização dos bens que os setores mais dinâmicos da indústria produzem, pior para o consumo popular; o capital seguirá sua acumulação prescindindo dele. O resultado disso é que a especialização funcional da economia brasileira é tão coerente que se converte em absurda: de um lado, a massa produtora de mais-valia, que praticamente não tem acesso ao consumo; de outro, os grupos e estratos que acumulam e/ou consomem mais-valia. O divórcio entre as classes não poderia ser mais radical, e revela com meridiana nitidez a base de classe da ditadura militar.

Do mesmo modo que rompeu com o mito de uma redistribuição da renda que reduzisse as disparidades sociais dentro do sistema, a ditadura renunciou também a realizar uma reforma agrária que amenizasse as desigualdades existentes no campo. Desde 1964, diante da pressão que a escalada dos preços agrícolas exercia sobre a taxa da inflação, o governo optou pela solução de conter os preços pela força, oferecendo como contrapartida aos latifundiários melhores condições para a exploração do trabalhador. A mecanização da agricultura, a extensão da legislação trabalhista ao campo – que gerou a redução do número de empregados fixos nas fazendas – e a ampliação da área dedicada à pecuária: tudo isso fez com que o pequeno produtor (parceiro, "posseiro", mini-fundista) fosse arrancado da terra, transformado em boia-fria e incorporado ao proletariado agrícola. Desta

forma, o pequeno produtor não apenas perdeu a possibilidade de prover parcialmente sua própria subsistência (mediante a produção própria), mas também – em virtude do grande aumento da mão de obra – viu cair enormemente sua remuneração. O trabalhador rural já não pode sequer se manter no campo: expulso da terra, termina indo viver na periferia dos grandes centros urbanos mais próximos, de onde é levado às fazendas por intermediários, o que cria uma nova zona de ação para o capital, com a venda de força de trabalho alheia.

O capitalismo brasileiro está realizando *sua* reforma agrária, e esta nada tem de idílica. A extensão acelerada das relações capitalistas no campo ostenta, no Brasil, o mesmo caráter impiedoso e brutal que apresentou na Inglaterra dos séculos XVI e XVII e, mais precisamente, na Rússia descrita por Lenin.

Perspectivas do subimperialismo

São muitas as implicações dessa análise para a elaboração de uma estratégia revolucionária que corresponda à realidade da luta de classes no Brasil. Mas antes de tentar extrai-las, é necessário responder uma questão fundamental: qual é a viabilidade, em médio prazo, do esquema econômico e político formulado pela ditadura militar? O tema é muito amplo para ser tratado a fundo aqui, mas é possível estabelecer algumas premissas.

Tudo indica que, sendo aquilo que se desenvolveu mais tardiamente nesse esquema, a transferência de poder de compra a certas camadas da população – com a criação de um simulacro de "sociedade de consumo" – parece ser seu elemento mais limitado e menos estável. A elevação permanente da renda das camadas médias e altas é impraticável sem romper com a lei capitalista dos salários e sem tornar o subsídio um fator antieconômico

em termos capitalistas. O aumento numérico dessas camadas, principalmente da pequena-burguesia assalariada, é um recurso que seguirá sendo utilizado pelo sistema, mas representa muito pouco no conjunto das necessidades de mercado para a indústria, além de ser amplamente neutralizado pela queda do poder aquisitivo das grandes massas. Sobraria a possibilidade de incorporar novas camadas à "sociedade de consumo", principalmente grupos operários empregados nos setores de alta produtividade, mas isso desencadearia uma luta reivindicativa geral por parte da massa trabalhadora, dado o caráter solidário da fixação dos salários no Brasil[42], o que ameaçaria a base que sustenta a "sociedade de consumo": a superexploração do trabalho, pilar fundamental do esquema subimperialista.

O mercado externo se apresenta atualmente em melhor situação. Entretanto, é conveniente considerar que a expansão comercial é um processo longo – como recém entendeu a própria ditadura militar – e particularmente difícil no momento em que a economia capitalista mundial entra numa fase de, pelo menos, menor dinamismo, o que significa acirramento da concorrência. De todo modo, é preciso tempo para fazer da exportação uma solução para os problemas de realização apresentados pelo sistema e, enquanto isso, o sistema terá não apenas que manter e agravar a exploração das massas (com todas as implicações políticas disso), mas também deverá contar com uma válvula de escape.

Esta válvula parece ser o terceiro elemento do esquema subimperialista que mencionamos: o Estado. Teoricamente, o aumento do papel do Estado como promotor de demanda para os bens duráveis é ilimitado, caso as condições políticas nas que se desenrola a luta de classes não se modifiquem, ou seja, enquanto as massas trabalhadoras não deem um basta à superexploração.

42 Isso se deve fundamentalmente à estrutura sindical brasileira, que se encontra organizada verticalmente, por ramos da indústria.

Na prática, o Estado tem que aumentar particularmente os gastos militares[43], o único meio efetivo de consumo supérfluo. Esta é a razão pela qual a fusão de interesses entre a elite militar e o capital nacional e estrangeiro é permanente e tende a criar uma solidariedade mútua sempre maior.

A militarização do capitalismo brasileiro não é acidental nem circunstancial. É a expressão necessária da lógica monstruosa do sistema, como o nazismo o foi para a Alemanha dos anos 1930. Assim como se deu com o nazismo, a guerra deve ser o resultado final, e não é casual que Castelo Branco pretendesse invadir o Uruguai, intervir na guerra colonialista de Portugal sobre a África, e inclusive mandar tropas para o Vietnã; ou então que Costa e Silva quisesse invadir a Bolívia; e que o atual presidente, o general Garrastazu Médici, além de seguir ameaçando o Uruguai, conspire contra o "Pacífico Vermelho", particularmente o Chile, e siga intervindo constantemente nos assuntos bolivianos, alentando também o expansionismo brasileiro em direção a África, em estreita aliança com Portugal.

Considerações finais

A análise precedente permite tirar algumas conclusões, diretamente relacionadas com a estratégia do movimento revolucionário brasileiro. Em síntese, tais conclusões são as seguintes:

1. O refluxo do movimento pequeno-burguês – com exceção de alguns setores menos afetados pela política de su-

43 O orçamento militar brasileiro de 1970 foi da ordem de 700 milhões de dólares, isto é, 17,3% do orçamento federal total. Ao somar os gastos para a polícia militarizada, a cifra chega a mais de um bilhão de dólares, equivalente a quase a metade das receitas anuais das exportações. Isso impulsionou um notável aumento da produção de armamentos no país, principalmente na indústria naval e aeronáutica.

borno (como os estudantes) – tende a ser permanente, enquanto as massas trabalhadoras não estejam em condições de impedir a transferência de renda atualmente em curso.

2. O sistema não tem possibilidades de ampliar esta transferência sem cair numa redistribuição que colocaria em xeque seu funcionamento; a expansão comercial externa representa uma solução de longo prazo; esta situação faz com que o aumento do gasto público, principalmente nos setores militares, apareça como a solução mais viável para o sistema a médio prazo. No entanto, isso somente ocorrerá efetivamente caso as massas trabalhadoras sigam suportando sem maior resistência a superexploração do trabalho que lhes foi imposta.

3. Em consequência, a mobilização e organização dos trabalhadores urbanos e rurais para alcançar suas reivindicações colocam imediatamente em xeque o esquema econômico e político da ditadura e fecham qualquer saída ao desenvolvimento capitalista no Brasil; o elo mais fraco do sistema brasileiro não é o campo, como se diz de forma abstrata e mecânica, mas sim os trabalhadores urbanos e rurais, particularmente os primeiros, pelo maior impacto de suas lutas sobre o sistema.

4. Sem que o trabalho camponês tenha perdido importância para a esquerda, a ação revolucionária no campo deverá estar determinada pelo aumento do proletariado rural e por sua dinâmica; estabelecendo-se na periferia das cidades do interior, esse proletariado forma a conexão entre o trabalhador urbano e o trabalhador rural, com base nos próprios centros urbanos. Por isso, é

inócua a atual discussão na esquerda sobre a prioridade do campo ou da cidade em relação ao trabalho político entre as massas.

5. A tendência intervencionista e belicista do capitalismo brasileiro vai de encontro à revolução continental, não no sentido que tradicionalmente se aplicou, isto é, de luta contra o invasor *no Brasil*, mas, pelo contrário, e ao menos num primeiro momento, no sentido da luta contra a ação da ditadura brasileira no exterior; isto abre uma nova dimensão para o trabalho revolucionário: o trabalho no exterior, estreitamente vinculado ao trabalho revolucionário dentro do próprio país.

Essas considerações implicam uma redefinição da estratégia que tem orientado a esquerda revolucionária após 1964. Tal redefinição, porém, só poderá ser efetiva a partir do reconhecimento do verdadeiro caráter do regime brasileiro ou, em outros termos, a partir da compreensão de que a ditadura militar não é uma superestrutura estranha à sociedade nacional e a ela artificialmente superposta, mas, na verdade, expressa a cristalização de todo um sistema de exploração e opressão que prevalece nesta sociedade. A política, como disse Lenin, é uma expressão concentrada da economia: somente este critério permite estabelecer uma correta linha revolucionária.

A principal consequência de sua aplicação incide diretamente na forma como deverá se colocar a questão da luta armada. Neste sentido, se a destruição do atual sistema social brasileiro passa necessariamente pela luta armada, pela guerra civil revolucionária, esta não se dá como ponto de partida, e sim como um ponto de chegada. Isto – que não invalida de modo algum o recurso às ações armadas por parte da vanguarda – significa fundamentalmente que a luta revolucionária no Brasil não to-

mou ainda a forma de enfrentamento militar direto: nesta etapa, o que é preciso colocar no primeiro plano é o acirramento dos conflitos de classes, a mobilização das massas e a criação de um verdadeiro movimento revolucionário.

Um movimento revolucionário que aponte à conquista do poder somente pode ser efetivo na medida de sua própria organização. O rechaço, por certos setores da esquerda, à organização partidária, além de ser uma herança de sua origem pequeno-burguesa, deve-se também à incompreensão do que significa esse tipo de organização. A questão não se apresenta em termos de construção de um partido fora do processo de luta e divorciado da elevação dos níveis orgânicos do movimento de massas; trata-se precisamente de abrir ao proletariado brasileiro – mediante o trabalho revolucionário junto às massas – a possibilidade de conformar sua organização de combate, seu partido, garantindo assim sua capacidade de conduzir o movimento de massas à vitória.

Cabe apontar aqui a relação que existe entre a tarefa de construção do partido e a caracterização da revolução. É óbvio que, quando a revolução se dá exclusivamente em termos de libertação nacional, a mesma supõe uma aliança de classes e frações de classe tão ampla que inclui setores da burguesia e que – com base no pressuposto de uma contradição entre a nação em seu conjunto e o imperialismo – se resolve em última instância em tarefas nacionalistas e democráticas. Inversamente, a elevação do proletariado à única força consequentemente anti-imperialista, ainda que não exclua sua aliança com outras classes, tende a afirmar sua hegemonia sobre elas. A hegemonia do proletariado faz com que necessariamente sejam seus interesses os que primem no programa revolucionário, uma vez que o contrário implicaria a pretensão de mobilizar o proletariado em função de reivindicações que, não sendo as suas, correspondem às de outras clas-

ses, o que – independentemente de propor ou não o caminho armado – significaria reincidir no reformismo e na colaboração de classes.

A afirmação da hegemonia do proletariado no movimento revolucionário só pode se realizar, portanto, na medida em que este esteja organizado partidariamente e levante suas reinvindicações de classe, isto é, sua plataforma socialista. Por certo, num país dependente como o Brasil, a aliança de classes assume tarefas anti-imperialistas e pode até tomar a forma de uma frente de libertação nacional. Mas esta não é a questão central: o problema consiste em saber se existe ou não a decisão de garantir a hegemonia proletária na aliança, e é por isso que a contraposição entre frente e partido, bem como a negação dos objetivos socialistas da revolução, são atitudes que no fundo encobrem o rechaço a essa hegemonia e a adesão à ideologia pequeno-burguesa.

Por último, notemos que o quadro internacional no qual a revolução terá que se levar a cabo torna ainda mais evidente o erro daqueles que insistem que seu caráter seria exclusivamente de libertação nacional. É assim que o caminho percorrido pelo capitalismo brasileiro para o subimperialismo correspondeu, no contexto latino-americano, à conformação de uma alternativa à revolução socialista cubana. Se, no Brasil, o dilema revolução *vs.* contra-revolução fez surgir o atual regime militar, o mesmo não ocorreu em outros países, sendo que, em alguns deles, a luta de classes conduziu a correlações de forças muito mais favoráveis às massas trabalhadoras. Em consequência, ao polo subimperialista brasileiro se contrapõem, principalmente no Chile, as sementes de uma nova ordem social, da qual Cuba representa o primeiro elo.

A perspectiva de Ernesto Che Guevara de uma revolução continental, que expresse nos fatos o internacionalismo proletário, está se tornando realidade na América Latina. A polarização

política, que a dinâmica do subimperialismo brasileiro não pode senão agravar, determina os marcos nos quais o processo vai se desenrolar. Herdeiras legítimas do Che, as vanguardas latino-americanas têm somente um papel a cumprir: tomar a direção da luta, conscientes de que seu desfecho pode fazer soar para todos os povos a hora final em que os expropriadores são expropriados.

Brilhante intelectual e destacado representante do pensamento crítico latino-americano, **Ruy Mauro Marini** nasceu em Barbacena em 1932 e faleceu no Rio de Janeiro em 1998. Autor do clássico *Dialética da Dependência*, Marini produziu uma importante obra sobre a realidade latino-americana revelando a potência crítica do marxismo em nosso continente.

Foi professor na Universidade do Chile (Ceso) e no México dirigiu o Centro de Estudos Latino-Americanos da Unam. Foi reintegrado à UnB somente em 1987, após sofrer duas décadas de exílio. Dirigente da Polop (Política Operária) no Brasil e do MIR (Movimento de Izquierda Revolucionária) no Chile, Marini foi, além de teórico decisivo nas ciências sociais, importante dirigente da esquerda revolucionária na América Latina.